



Eu conheço controlador de Município com dois mil, três mil habitantes. Passou a ser uma função obrigatória o controlador, não é opção do Prefeito ou do Secretário. Não é opção, é de lei, e o próprio Tribunal de Contas ou o próprio Ministério Público tem essas funções, e eu não consigo imaginar que possa ser uma função gratificada, porque tem que ser um órgão autônomo (*o senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone: "Independente."*), independente, assim como o próprio Controlador-Geral do Estado deveria ser independente, se é que quer ser transparente. Então eu chego a essa conclusão.

Eu teria aqui outros questionamentos, mas depois de tudo que eu ouvi, tudo o que a gente falar aqui parece-me infrutífero diante da constatação, das conclusões que nós já temos, infelizmente. Foi um processo do início ao fim, como já foi dito, inexplicável, né, nem parece verdade que isso aconteça numa das principais Secretarias de Estado que movimenta R\$ 2 bilhões, R\$ 3 bilhões por ano. Isso é injustificável. Não há ninguém que consiga aqui dar algum tipo de explicação plausível.

Eu estou satisfeito. Se depois, ao final, eu ainda lembrar de algum questionamento, eu o farei.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Valdir Cobalchini.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Boa noite.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ante de eu fazer a pergunta, Deputado Cobalchini, na reunião de quinta-feira o Relator e o Presidente me designaram pra que pudesse coordenar parte desse tipo de trabalho, de mudança de legislação.

E hoje nós tivemos, senhor Presidente, uma reunião com o Delegado que está nos acompanhando, com o Leo, que é o coordenador das Comissões, junto com também um representante da Consultoria Legislativa da Casa, e o nosso desafio é, em até quinze dias, termos essas propostas de mudanças na legislação, e eu pediria que o senhor pudesse, através da sua assessoria, colocar. Algumas mudanças serão aqui, locais, outras serão nacional, até para que, como disse recebi a missão, nós possamos estar coibindo esse tipo de ação nos momentos de calamidade, emergência e pandemia, e infelizmente teremos outras aí pela frente.

Senhor Frederico, né?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Frederico, o ex-Secretário Douglas Borba, que está preso, esteve aqui e disse que a Secretaria de Estado da Saúde é uma ilha que ninguém tem acesso. O senhor compreende como se fosse isso mesmo?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não sei de... de que forma ele falou isso aí...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ele falou de uma forma que nem o Governador tinha acesso à Secretaria.

Sabe por que eu lhe faço essa pergunta? Porque o senhor disse que o senhor trabalha no 4º andar.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Da Secretaria. São quantos andares lá?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Doze.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Doze.

Eu me lembro que quando entrei aqui, em 2007, e fui tratar alguns assuntos, que eu fui começar a conhecer a estrutura de governo, tinha uma frase que diziam que na Secretaria de Estado da Saúde não se comunica um andar com o outro, que cada andar é um renozinho.

E a minha preocupação é que eu começo a ver que parece que isso é verdade, porque no seu depoimento aqui o senhor disse que só tem conhecimento a partir da publicação da dispensa de licitação, ou seja, Deputado Cobalchini, parece que as coisas só funcionam lá dentro de um processo que se chama SGPE. É isso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Isso aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Vocês só se conversam pelo SGPE?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, a partir do dia 19 de abril de 2019, é... com a extinção... com a instituição do governo digital, tudo é tramitado no SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá, deixa eu perguntar uma coisa: na fala da Márcia e de outros aqui eu percebi que existe uma fragilidade muito grande nesse sistema do SGPE, porque disseram aqui que qualquer pessoa pode desentranhar o processo, pode entranhar, pode anexar, pode baixar, como esse caso aí dos respiradores – a CI que autorizou o pagamento foi do dia 20, né, uma CI que foi utilizada, segundo informações do próprio ex-Secretário Helton, em outras sete ou oito dispensas de licitação, a mesma CI, Comunicação Interna –, e a minha preocupação é a seguinte, nós conversamos aqui com alguém que falou assim: não, o sistema... Aliás, o Controlador, o professor Luiz Felipe, eu não sei se ainda é do governo ou não é, ainda não sei, mas ele disse que ele não tinha conhecimento absolutamente de nada disso daí.

Deixa eu perguntar: o senhor acha esse sistema vulnerável, como a gente viu aqui nesse processo que é vulnerável?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Olha, tecnicamente não posso lhe dar um parecer assim, afirmar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Como um usuário e controlador.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu a... eu acho um processo que cumpre as suas funcionalidades. Agora, também soube disso aí, da questão da inserção e desentranhamento... Desentranhamento sempre teve no processo, na... dentro da estrutura, né?

Agora, vulnerabilidade não saberia lhe dizer se efetivamente ele é vulnerável, porque é um sistema que tem todas as tramitações, onde é que ele passa ele é registrado, tem os IPs de quem fez as alterações, tem o CPF...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor trabalha há quanto tempo na Secretaria da Saúde?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu trabalho desde 2001.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá.

Antes do SGPE, esse governo sem papel, que agora eu começo a observar que o Governador instalou não um governo sem papel, é um governo sem nada.

(O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Eu sou um cara extremamente digital, mas tem coisa que eu preciso ter papel. Antes desse governo sem papel, deste governo agora, como é que eram feitos os processos?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Era tudo físico, né?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tudo físico.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Fazia no computador, imprimia, assinava...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Talvez por isso que nunca teve uma compra tão desastrosa assim num momento de pandemia, e olha que nós já tivemos momentos difíceis em Santa Catarina.

O senhor acha que o processo como era feito antes, físico, dava mais segurança do que o que é feito hoje, sem papel?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não sei lhe dizer. Realmente não sei lhe dizer, porque eu acho... a gente tem que modernizar as coisas, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe por que eu digo isso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque no processo... Eu sei como é feito o processo, eu tenho um sistema também de gerenciamento do meu mandato que é feito dessa forma e... O senhor sabe que o computador é burro, né, o computador é burro, ele não pensa, ele é feito conforme o que é mandado ele fazer, há uma lógica.

O que acontece? Quando eu determino o programa... O que eu imagino, Deputado Cobalchini: esse SGPE foi feito por etapas e cada etapa precisa de uma senha, de um *login*, de uma ponte para passar para outra etapa – lembra que a menina falou aqui da outra vez que ela, daí do Sigef, que ela só copia a nota certificada do SGPE pra dar continuidade ao Sigef e fazer o empenho e o pagamento.

Então, o que eu vejo? Eu vejo que tem gatilhos no processo, e ele não avança ao próximo passo se não tiver aquele gatilhozinho ali. Por que eu digo isso? Porque quando foi feita a proposta da troca do respirador, porque eles prometeram um... Aliás, o Estado foi enganado, o Estado, não, o Estado foi usurpado, quem foi enganado foi o governo, enganado na compra, no valor, enganado porque ofereceram um e depois ofereceram outro e não entregaram nenhum, e quando houve esse procedimento de troca dos respiradores no processo SGPE, que está lá com o nosso Relator, teve um pedido pra engenharia elétrica...

É isso, tem um setor de engenharia elétrica lá na Secretaria, né, ou um nome mais específico sobre isso daí?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Departamento de Engenharia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Departamento de Engenharia, para ver se era possível a troca do respirador ou não. Aí o engenheiro pediu um parecer dos intensivistas pra saber, porque ele não sabia, ele é elétrico. Ele pediu o parecer, entrou um parecer, desengatou o processo para o outro, que era a ordem de pagamento, e depois que desengatou esse processo, esse parecer sumiu, escafedeu-se. Mas daí o processo é tão burro – e não é só esse, todo processo é –, porque não tem assim tipo uma programação, Presidente, de você fazer um gatilho... Chega aqui, aqui tem que ter o processo, para o próximo passo não passa, aí não tem, por exemplo, eu boto esse papel aqui, o sistema entende que é, vai para o próximo e quando eu tiro isso daqui não tem como voltar, já foi, a vaca já foi pro brejo, e é isso que a gente vê nesse processo do SGPE.

O senhor... É o dia a dia de vocês isso?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Olha, os processos que a gente analisa não são assim. Como eu falei, a gente utiliza o SGPE diariamente, né, a partir



do... da análise de... como eu falei que... prestações de contas, é... ato de admissão e etc. e a gente não... não é costumeiro a gente verificar esse tipo de... de...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só aconteceu nesse então?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu não sei lhe dizer, Deputado, realmente... Como eu falei, o processo, a partir do momento que a gente é... soube, e como já tinham as investigações em andamento, nós, como Controle Interno, não teríamos mais como fazer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Frederico, o senhor falou que só entra no processo a partir do momento em que há a publicação da dispensa de licitação...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E que essa não foi publicada.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por que não foi publicada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não sei lhe dizer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora me permita dizer uma coisa: eu imagino os auditores que estão nos acompanhando agora, e eu tenho contato com alguns através do Instagram e do WhatsApp, porque está ficando um negócio em que a própria função dos auditores do Estado está sendo colocada em xeque por conta desse erro, e a gente tem que saber que os auditores têm um papel importantíssimo no processo, são eles que auditam as contas, como era feito antes, por exemplo, que era direto na Secretaria da Fazenda e que veio pra Controladoria e ficou essa coisa louca. [Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira]

Aí eu... eu imaginava, vou lhe ser franco, eu imaginava que pelo... porque o senhor é o controlador, né, controle interno...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Coordenador de Controle Interno...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Coordenador da Controladoria Interna da Secretaria de Saúde, eu imaginava que vocês fossem um pouco diferentes do ex ou atual, não sei, Controlador-Geral que ficou dizendo que só ficou sabendo do processo porque a Controladoria-Geral da União avisou ele porque viu no Portal da Transparência. A CGU, órgão do governo federal, viu no Portal de Transparência, que qualquer cidadão consegue ver, e avisou o Controlador. E vocês, da Controladoria Interna da Secretaria, estão esperando uma publicação no DL, tem alguma coisa errada, o senhor acha?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, a gente faz um planejamento anual das nossas atividades...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas no planejamento anual de vocês tinha uma pandemia?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, não tinha uma pandemia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E no momento de surgir uma pandemia, vocês não tinham que se reunir e dizer: Gente, vamos abrir o olho, porque tem os abutres, que aparecem. Não pensaram nisso? Ou *home office* e?...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, eu não estava em... eu... voltei de férias e todos os dias tava na Secretaria, Deputado. É... de qualquer forma, nós cumprimos o nosso programa de trabalho, é... e as tarefas que a gente tinha que cumprir, né, o nosso *modus operandi* na análise das dispensas de licitação, era justamente a partir



da publicação, é... da DL no Diário Oficial. Esse é o *start* do processo, a partir daí a gente analisa ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Senhor Frederico...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...a partir dessa tragédia que aconteceu, vocês fizeram alguma reunião e mudaram alguma coisa desse procedimento ou estão ainda no planejamento antes da pandemia?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Nós estamos verificando, Deputado, porque, na verdade, nós somos órgão de Controle Interno, nós somos, entre aspas, órgão setorial, né? Toda a parte de normatização, orientações, deve vir da CGE, que é o órgão central...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí ferrou.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Nós não podemos, né, ã, de ofício, mudar alguma coisa. Claro que nó... nas nossas rotinas diárias, a gente... verificou de outra... de outras formas e tal, mas não, não mudamos essa questão da publicação da DL porque... é o que nos, nos traz segurança. A partir do momento que a publicação da DL está ali, a gente pode verificar o processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – (*Ininteligível*) o senhor me fala isso, eu fico extremamente preocupado porque pode ter uma outra CPI daqui a pouco de um outro processo. Porque se dentro de uma tragédia dessa vocês não se reuniram para mudar, esperando a CGE fazer alguma coisa, [isso] me faz pensar que ainda o processo está solto e vocês esperando uma publicação na DL. Que frustração, senhor Frederico. O Secretário atual, como é o nome dele?

(*O Deputado Estadual Valdir Cobalchini manifesta-se fora do microfone: "André Motta."*)

André. O Secretário atual, depois de tudo isso, ele não chegou lá e disse: vamos reunir, escuta aqui Controladoria, fica atento jurídico...

Ele fez alguma reunião dessa?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu não participei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor não participou... mas quer dizer que então ele não fez, porque se fosse, o senhor seria o responsável para representar o Controle Interno, concorda?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, eu sou do Controle Interno, exato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quer dizer que o Secretário não fez nenhuma reunião dizendo: ó, cuida, não vamos mais ter aqui... Não fez nada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Como eu falei, eu não sei lhe dizer se fez, porque eu não participei de... reunião posteriormente a esse...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Tá tudo normal lá, Kennedy.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – ...a esse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Tá tudo normal...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Tudo normal, não tem nada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É só mais um.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora, fico pensando... e é bom, eu sei, porque os catarinenses estão nos acompanhando agora, eu



fico pensando, doutor Márcio, por que, Presidente, que numa vinda aqui do Helton, antes do marejada, antes do marejada, uma vinda do Helton, a gente falou assim: escuta, 33 milhões aí. Aí ele falou assim: Que que é 33 milhões? Lembram disso? Que que é 33 milhões? 33 milhões pra mim é... a vida inteira eu nunca vou ter esse dinheiro.

Mas por que ele falou assim: Que que é 33 milhões? Aí depois ele disse aqui: Eu tenho um orçamento de um bi, dois bi, que que é 33 milhões. Aí o que eu fico pensando, meu caro Relator, o Secretário disse que até 5 milhões cada Superintendência pode tocar o pau e fazer, cinco paus, né, 5 milhões. O que em outros governos tinha que passar... eu tinha uma raiva do tal do grupo gestor, Cobalchini, eu tinha uma raiva do grupo gestor, porque no grupo gestor... quanto que era o limite lá do grupo gestor? Era 250 mil. Aí eu me lembro, por exemplo, quando eu fiz o pedido para o Governador Raimundo Colombo para fazer o hangar do helicóptero de Joinville, que custou seiscentos e pouco mil, e tinha que passar por esse grupo gestor. Eu ficava com raiva do grupo gestor.

Pois hoje eu estou quase fazendo um altar para o grupo gestor. Porque se tivesse ainda o grupo gestor e não tivesse esse governo que dissesse assim para cada Secretaria: Até 5 milhões, toca-lhe o pau, passou de 5 milhões (*ininteligível*). O problema é que nem os 5 milhões foram respeitados, porque nós estamos falando de uma compra aqui de 33 milhões, que não passou por ninguém. Então isso é muito preocupante.

A sua vinda aqui só tinha um interesse para mim, para mim pessoalmente, essa última pergunta que eu fiz para o senhor. Porque eu imaginei que depois de tudo que Santa Catarina está vendo, que a própria força-tarefa do Gaeco disse que é a compra, como é, mais perversa da história de Santa Catarina. Eu queria fazer essa pergunta, se o Secretário André fez uma reunião e eu queria ter ouvido assim: Não, o Secretário quando assumiu, e que estourou tudo, chamou todas as superintendências, a gerência e disse assim: Ó, parou, estancou. Porque nós ainda estamos no processo que é possível colocar uma dispensa de licitação.

Mas não houve então... o senhor não foi chamado? Senhor Controlador Interno não foi chamado?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Como eu falei pro senhor, desse tipo que o senhor tá falando, de reunião, não tem teve.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Teve uma outra reunião?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu não participei de nenhuma reunião.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Amigos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Instrução normativa... vocês não construíram... uma espécie (*ininteligível*.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, eles estão esperando pela CGE, né?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, porque a instrução normativa, inclusive saiu uma da CGE em 7 de abril, que tá sendo utilizada lá pela... pela área de compras, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quando saiu o decreto emergencial vocês não se reuniram para poder construir uma regra, uma?...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, porque... (*ri*) é, eu acho que eu já expliquei pros senhores, é... o Controle Interno, ele age, é... vou ser repetitivo, ele não, ele... quem executa não controla, quem não controla... quem controla não executa. Ele age no monitoramento, no acompanhamento desses atos de gestão, né? Então se é pra melhorar uma compra e etc., é... cabe...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E que assim, Frederico, lá pelo dia 20 o governo já estava fazendo compra emergencial, pelo dia 20, 17, 20, já tem compra emergencial. Antes do dia 20 já estavam comprando respirador e pagando antecipado, entende? E aí, entre esse dia 20, entre as primeiras compras que foram feitas antecipadamente, já no decreto de emergência, não no decreto de calamidade, no decreto de emergência já estavam fazendo compras de equipamentos, comprando com o pagamento antecipado.

Então até o pagamento antecipado, da compra dos respiradores... porque o problema não está no pagamento antecipado, o problema está na falta de exigência de garantia. Esse é o problema. E aí tem dez dias, nós estamos falando de dez dias, Deputado Kennedy, desculpa intervir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós estamos falando de dez dias, dez ou quinze dias, mais ou menos, entre a documentação que a gente tem das primeiras compras emergenciais e a calamidade, a compra dos respiradores, a gente tem dez dias, doze dias, dependendo da compra. Esse período de dez dias é muito tempo, né, duas semanas.

Vocês não se reuniram? Ninguém conversou. Você está dizendo que ninguém falou nada sobre procedimentos.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Eu... eu não me reuni.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tudo bem.

Quer... posso perguntar? Tomada de contas...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Tomada de contas especial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...como está a tomada de contas dessa compra?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Pelo que eu sei, a tomada de contas especial, ela está sendo promovida pelo Tribunal de Contas do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Vocês não estão fazendo nada?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Como (*ri*)... eu vou ser novamente... repetitivo, mas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas não é competência de vocês fazer?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – A tomada de contas?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – A partir do momento que sai a sindicância investigativa, aí sim. Mas não somos nós, Controle Interno, que adotamos a tomada de contas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tomada de contas... e o ressarcimento do erário, qual é o procedimento lá da Controladoria?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Isso. Não é da Controladoria, né? A... vou, vou lhe dar um exemplo de um processo de... é, recursos antecipados, de convênio, que há tomada de contas especial. O... o ente, no caso, é, não atingiu o objetivo e... houve um dano ao erário. É aberta uma tomada de contas especial, há um parecer do controle interno dizendo: ó, é, tem que ser aberta tomada de contas especial. O Secretário institui essa Comissão de Tomada de Conta Especial e eles vão trabalhar, é... tem 180 dias para terminar e para ressarcir o erário, ou pra, é... de alguma forma, é... como é que é? Me faltou a palavra... questão do dano, né, terminar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.



O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – ...o dano e tal, ou escrever em responsabilidade a... a quem deu causa, né?

Isso é o... o final da tomada de contas é esse. Qual que é o papel do Controle Interno na tomada de contas especial? É verificar a irregularidade e solicitar para o Secretário a instituição da tomada de contas especial e acompanhar o prazo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, e nesse caso dos respiradores?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que que foi feito?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – É, como é externa a tomada de contas especial, ela vem depois pra gente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas por que é externa, por que vocês não estão fazendo?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Porque o Tribunal de Contas é quem instituiu, né? É aquilo que eu falei pro senhor, seriam duas, duas, dois meses... dois instrumentos pra tratar de um mesmo assunto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque os respiradores não foram entregues, chegou dia 4, dia 5 os respiradores não foram entregues, certo? Eles ficaram em silêncio, não falaram nada pra ninguém, ficaram ali... alguém ficou construindo para dar tempo do sujeito desviar as contas, porque foi isso que aconteceu. O que aconteceu foi isso, senhores Deputados. Eles ficaram... entre o dia 4 e o dia 5 eles ficaram “embustiando”, ficaram “embustiando”, ficaram enrolando, ficaram...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para dissolver...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...para poder dar tempo de dissolver as contas, dissolver o dinheiro em pequenos valores.

Dia 4 e dia 5 eles não entregaram o equipamento, ninguém procurou a Controladoria Interna para tomar posição nenhuma?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A CGE, a Controladoria-Geral do Estado, entrou em contato com o senhor depois disso, procurou vocês?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí fica difícil, né? Aí fica muito difícil. Se a Controladoria-Geral do Estado não procurou vocês para nada até agora...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – O Controle Interno, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Era isso, Deputado, eu não tenho mais...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora assim, ó, é...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque cada informação que vem é uma nova tristeza, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Entendo a sua participação, vocês estão atrelados a esse compêndio de organograma, mas eu olho para o senhor, senhor Frederico, eu vejo que o senhor é uma pessoa do bem, sabe? Eu valorizo muito quando a pessoa vem aqui na CPI, como o senhor, assim, sozinho, sem advogado. Isso é muito importante.

O senhor deve ser um funcionário público exemplar. Eu lhe peço: não espera por aqueles bocas-moles lá do Luiz, faça alguma coisa vocês, salva Santa Catarina, tenha iniciativa, seja proativo. Se o Secretário atual não chamou, chega lá amanhã, diz assim:



Secretário, eu fui lá na CPI, levei um esporro porque o senhor não fez reunião, pois eu quero fazer uma reunião com o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para concluir, Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Faça isso, por favor. Porque senão vai ficar um esperando pelo outro e daqui a pouco nós vamos ter outra compra desastrosa. Isso que eu lhe peço, em nome dos catarinenses, respeitando todos os funcionários públicos, que eu tenho o maior respeito, faça isso, por favor.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Frederico, a partir de quando se tornou obrigatório a utilização de máscaras dentro da Secretaria, lá no prédio onde o senhor trabalha, no 4º andar?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Poxa, não vou me recordar, mas desde que eu retornei ao trabalho, que eu estava em férias, no dia vinte... não, dia 24 de março não era obrigatório ainda. Demorou um pouco ainda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas chegou um momento que se tornou obrigatório?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Álcool em gel também?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso foi por determinação de quem?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Dos decretos que saíram do Governador, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É? Explicaram o porquê estava todo mundo de máscara e álcool em gel lá ou não?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Sim, por causa da pandemia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Porque que foi que explicaram lá?

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Da pandemia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Frederico, o senhor tem mais cinco minutos para passar as considerações finais do senhor, se tiver vontade ou falar algo que seja útil. Fazer uma revelação, uma luz a nossa Comissão Parlamentar...

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Não, eu só queria, é... reforçar, né, do... do que o Controle Interno da Secretaria fez com relação a isso, né, que nós rece...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais próximo do microfone, por gentileza.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Desculpa.

É... nós recebemos essa... soubemos dessa, dessa aquisição no dia 28 de abril, e no outro dia também soubemos das diversas investigações que foram abertas, é... duas sindicâncias investigativas, uma investigação preliminar, é... sindicâncias internas, investigação preliminar da CGE, as investigações dos órgãos externos do Ministério Público, Tribunal de Contas, Gaeco, é... auditoria do Tribunal de Contas, auditoria da CGE e vários outros que estão ocorrendo, e que... ressaltar, né, que o nosso, o nosso trabalho ele partiu do ponto, ele parte do ponto, nas DLs, é... com relação à publicação delas no Diário Oficial, que é onde ela torna, é... público, né, que está acontecendo aquela compra, e a partir daquele momento a gente passa a fazer uma análise, aplicação



de *checklist*, documentação, etc., sempre, é, com relação à conformidade do processo, né?

É... no mais, é, gostaria de agradecer, né, o convite e... a oportunidade e continuo à disposição pro que vocês precisarem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nós que somos bastante agradecidos, tá, seu Frederico. Muito obrigado.

O senhor está dispensado.

O SR. FREDERICO TADEU DA SILVA – Obrigado.

(O senhor Frederico Tadeu da Silva deixa o recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Suspendemos a reunião por cinco minutos.

(Está suspensa a reunião por cinco minutos. Pausa.)

Senhores Deputados, estão reabertos os trabalhos.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente o depoente Thyago da Silva Martins.

(O depoente Thyago da Silva Martins adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Muito boa-noite, senhor Thyago.

O senhor sabe por que foi convidado a fazer parte desta reunião aqui no dia de hoje? Tem que ligar o microfone, senhor Thyago, é só apertar bem no meio, a luz tem que estar acesa.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Verde, né? Tá, tá aceso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O.k.

O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, nada mais que a verdade, no âmbito desta Comissão, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Assumo sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando o senhor que na condição de testemunha compromissada o senhor tem o direito de permanecer calado diante de alguma pergunta, mas é necessário que o senhor expresse essa vontade do senhor, *(ininteligível)* prefiro permanecer calado. Certo?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro, peço ao senhor que fale o seu nome completo, data de nascimento, endereço, local de trabalho e a função que exerce no seu local de trabalho.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – É... Thyago da Silva Martins, nascimento 1/11/83, eu resido em São José, na Travessa Hercílio José Correia, numeral 110, Serraria, São José. É... eu sou Capitão do Corpo de Bombeiros Militar, trabalho... à época dos fatos, eu era o gerente de Execução Financeira da Secretaria de Estado da Saúde, cedido pela corporação, é... depois que iniciou todo esse processo eu solicitei exoneração e realocação pro Corpo de Bombeiros Militar. Hoje eu tô lotado na Diretoria de Segurança Contra Incêndio, na Ivo Silveira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor.

O senhor não está acompanhado de advogado?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Não, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso é para registro também.

Então eu passo a palavra ao Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito. Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Thyago, boa noite.

Você saiu da Secretaria, está trabalhando no Corpo de Bombeiros. Por quê? O que aconteceu, para deixar?...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – ã, justamente por conta de todo esse processo em torno da Veigamed, do pagamento antecipado, tá? É... eu era o gerente Financeiro à época, eu fiz a preparação de pagamento, eu fiz a ordem bancária. Então eu achei que não tinha mais condições de continuar na Secretaria da Saúde e pedi a minha realocação pro Bombeiros.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Débora Brum esteve aqui e ela contou bem a história do senhor, falou que foi o senhor que fez o pagamento...

(O depoente Thyago da Silva Martins faz que sim com a cabeça.)

Desde quando começou esse processo da Veigamed, sempre havia uma pergunta: quem apertou o botão da transferência? E essa pergunta foi se repetindo pela imprensa, os comentaristas de televisão, quem escreve, blogueiros, todo mundo foi perguntando quem apertou o botão da transferência, quem foi o responsável por esse botão.

Depois da Débora Brum passar por aqui, a gente descobriu quem foi o responsável por apertar esse botão, que foi o Thyago da Silva Martins, que é o senhor, e aí o senhor me diz que agora saiu da Secretaria por ordem disso *(o depoente Thyago da Silva Martins faz que sim com a cabeça)*.

O senhor quer contar essa história ou o senhor quer que eu faça pergunta por pergunta para o senhor? Ou o senhor: Não, eu quero contar essa história, Deputado Ivan Naatz...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Deputado, eu posso contar, se eu me alongar muito o senhor me interrompe. É... eu vou tentar não me alongar muito, tá? É, eu lembro que... eu acompanhei os pro... os depoimentos aqui na CPI, tá? É, eu lembro que esse termo, quem apertou o botão, não tinha lá no início, ele veio com decorrer dos depoimentos, né?

Eu lembro também de um outro termo que o senhor usou, Deputado Cobalchini, é... um dia o senhor falou: Ah, daqui a pouco a gente vai chegar em quem serve cafezinho, né? Não é isso, eu não sirvo cafezinho, eu era o gerente de Execução Financeira, tô bem consciente disso, mas quando começou a se falar quem apertou o botão, eu falei: eu apertei o botão, eu fiz a ordem bancária, né?

Então o que acontece, quando iniciou a pandemia, é... Secretário, o Secretário-Adjunto, os Superintendentes, todos passaram a fazer o expediente lá na Defesa Civil, isso todo mundo também já tá ciente. ã... então a gente não tinha mais contato direto, nem com o Secretário, nem com os Superintendentes, ã... e eu lembro que foi... foram feitos nove pagamentos, é, nove processos de pagamento antecipado, tá? Os dois da Veigamed, porque foram duas notas fiscais que somam os 33 milhões e mais sete processos.

O primeiro foi no dia 20 de março. Foram comprados vinte respiradores da empresa Edera. É... como é que chegou pra mim esse pedido, esse primeiro pedido de pagamento antecipado? Chegou pessoalmente, é... desceu na minha sala, no 9º andar, na gerência financeira, o funcionário da SGA, o Gabriel Wollinger Koerich, é... apoio da Superintendência, né, a Márcia já citou o nome dele aqui, não é uma novidade. Ele



desceu, ele foi primeiro na gerência de orçamento e aí veio, na minha sala, acompanhado do... funcionário Jucelino, lá na Saúde conhecido como Juca.

É... e aí o Gabriel me passou que a Márcia, Superintendente, que tava lá no Coes, havia pedido pra gente... pra ele vir falar comigo, para ver se era possível fazer o pagamento antecipado daqueles vinte respiradores da Edera. Aí ele me explicou que a Márcia falou que todos os fornecedor tavam exigindo pagamento antecipado, é... então eu falei pro Gabriel o seguinte: é... não é comum, não é normal, agora, no sistema tem como fazer.

É... só que, pagamento a gente faz no Sigef, né? Pra fazer um pagamento o Sigef requer, é um pré-requisito, que tenha uma despesa certificada. E aí ele perguntou lá: E qual é o documento que a SGA precisa providenciar para que a gente faça esse pagamento antecipado? E aí eu falei: é... uma nota fiscal que precisa está autenticada, né, assinada eletronicamente no SGPE, e certificada no Sigef. E aí eu expliquei pra ele o que que significava isso, qual que era a responsabilidade de certificar uma nota sabendo que o... o equipamento não tinha chego.

O Gabriel falou que quem certificaria era a Superintendente Márcia, que todos estavam cientes da situação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todos quem? Secretário?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Não, eu não posso citar nomes, tá? E não... eu tô sendo bem sincero...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Assim, eu vou dizer uma coisa para o senhor, Capitão, eu sei que no Exército, na PM, existe uma coisa que é de proteção do superior, de proteger o Comandante, proteger o superior hierárquico. O governo está cheio de militares, se seguir a regra do militar na atividade civil, não vai funcionar, os dois vão se incomodar.

Então o senhor está sentado aqui não como militar, está sentado aqui como cidadão civil. Lembre-se disso. Aquele compromisso lá da caserna fica lá na caserna, é quando está com a farda...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Sim, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Agora o senhor não está com a farda aqui, então eu preciso que o senhor diga, se todos sabiam, quem sabia?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Quando digo todos, naquele momento, dia 20 de março, quando ele foi pedir, eu tô falando de todos, SGA e agora a Gerência Financeira. É o que eu posso falar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, pode prosseguir.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – É... e aí ele falou então que estava ciente e que a Márcia faria a certificação.

Eu falei o.k., ele ficou de providenciar, saíram da minha sala, é... fiz contato por telefone com meu chefe imediato, que é o Zé Florêncio, o José Florêncio, aliás, coordenador do fundo, e o... o Zé ele me passou que já tava ciente desse pedido da Márcia e que provavelmente haveria outros processos ainda, porque realmente todos os fornecedores naquele momento tavam exigindo essa questão do pagamento antecipado.

É... então foi isso. E aí a gente fez esse primeiro pagamento no dia 20, nos dias subsequentes a gente fez alguns outros pagamentos. Sempre, Deputado, é... EPI, luva, máscara, respirador, cama hospitalar, maca, ã, traqueia pra respirador, ã... filtro pra respirador, ã, esse tipo de coisa. E aí, o pagamento específico da Veigamed ocorreu no dia 1º de abril, eu recebi a solicitação, é, do pagamento. É... eram duas notas, é... chamou a atenção o valor? Chamou a atenção. Ah, o orçamento da Saúde é de bilhões. O.k., mas 33 milhões chama a atenção, sim, chamou minha atenção.



É... e eu perguntei: tem que pagar antecipado? Ah, tem que pagar antecipado. E aí eu conversei pessoalmente mais uma vez com o Zé: Zé, são duas notas. Vamos pagar as duas? A Márcia falou que tem que pagar as duas senão a empresa não entrega. Esse era o contexto. Ou paga a nota ou a empresa não entrega. Em todos os processos de pagamento antecipado, esse era o contexto, tá? Eu lembro...

E aí quando... daquele primeiro processo de pagamento antecipado, se perguntar pra mim: ã... não te causou espanto o pedido que o Gabriel trouxe em nome da Márcia? É... eu confesso que nem causou tanto espanto porque era o que tava em pauta na mídia o tempo inteiro, é... que... é, tanto fornecedores nacionais quanto internacionais estavam exigindo o pagamento antecipado, que se não entregaria, tinha essa corrida toda por equipamentos, tá, então já era assim de ciência que tinha esse... havia esse cenário, né? Veio o pedido e aí a gente realizou os pagamentos antecipados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem, o que acontece...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Da segunda visita então ele apresentou as notas assinadas pela Márcia? Quando o senhor ligou para o José Florêncio pela segunda vez.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Não, o... lá naquele primeiro dia depois eu conversei com ele, disse que já estava ciente, depois o Gabriel tramitou o processo no SGPE pra fazer o pagamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Certo.

Aí quando o senhor viu essa nota, o senhor já tinha conhecimento de que esse material não estava... não foi entregue. Quando o senhor pegou, falou assim: beleza, agora eu vou apertar o botão, agora eu vou fazer a transferência. Mas o senhor já tinha... o senhor tinha ciência de que esse material não estava entregue?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Eu sabia que o pagamento era antecipado, sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Sabia...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A pergunta foi outra...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Tinha ciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Tinha ciência de que ele não foi entregue?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado Ivan.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

Até porque é um raciocínio muito lógico, de que todo mundo tinha ciência que a nota seria certificada antes da entrega do produto. Por quê? Porque o cara do cafezinho ali da Praça XV, e como todos os catarinenses, já sabem que a certificação da nota foi no dia 30 e a entrega era para o dia 4 ou 5, pela aquela coisa chamada contrato que está ali no processo. Então é óbvio, se a nota da entrega foi certificada dia 30, e a entrega estava programada para o dia 4 ou 5, é óbvio que foi certificada sabendo que o produto não tinha sido entregue.

Então para nós da CPI isso está muito claro, não adianta vir aqui e dizer: ah, quem certificou a nota foi a fulana, se não tivesse certificado a nota não tinha pago. Porque todos nós sabemos que a nota foi certificada antes da data programada para a entrega do produto, cinco dias antes. Então de fato, eu queria saber o seguinte, os procedimentos, todo mundo sabia que era pagamento antecipado, mas existem



procedimentos, procedimentos. Quais são os procedimentos para pagamento antecipado, o senhor sabe?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – A gente nunca tinha feito, tá? Não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o senhor não sabia que tinha alguns procedimentos para fazer um pagamento antecipado?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – A questão das garantias... que o senhor fala?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Garantia, caução, carta fiança.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – É... Deputado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque não tem problema nenhum ter feito pagamento antecipado, esse não é o problema. O STF já disse que pagar antecipado, pode. O que não pode é pagar antecipado sem garantias. Eu quero saber dessa história das garantias.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – ã, eu vou passar pro senhor o meu entendimento e não é assim: ah, não quer assumir a responsabilidade ou quer passar a responsabilidade pra outro. Mas o meu entendimento, o entendimento da equipe no financeiro, é, o senhor vai ver que essa responsabilidade por cobrar as garantias não é do financeiro. O financeiro ele é fluxo, né? Tanto é que assim, ó, se o senhor for verificar a legislação que trata, é, do ordenamento, é... orçamentário e financeiro, não se fala em garantias. Onde há previsão de garantias? Na legislação de licitação, tá?

Então eu entendo que esse processo, é, ele passou por uma Diretoria de Licitações, ele passou por uma Superintendência de Gestão Administrativa, tá? E... o processo de aquisição ele não vem pro financeiro fazer o pagamento. É... ele é encerrado, ele é arquivado e é inaugurado um novo processo com a nota fiscal, certificação e é, esse sim, é encaminhado pro financeiro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que é o seguinte, Thyago, me permite te chamar assim, Capitão Thyago?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS – Sim, senhor. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que o senhor falou ainda há pouco, dia 20 o Gabriel chegou lá dizendo: ó, nós precisamos fazer um pagamento antecipado, como é que faz isso? Daí o senhor disse aqui para nós na CPI: não, precisa ter uma nota fiscal certificada para fazer o pagamento.

Então, o senhor estava meio que sabendo o que tinha que fazer para poder ter o pagamento.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — O pagamento normal, né, o fluxo normal, ele exige uma certificação no Sigef pra gente conseguir fazer depois nota liquidação, preparação de pagamento e ordem bancária, tá? É... existe um manual oficial do Estado, né, disponível no *site* da Secretaria da Fazenda que chama Manual de Execução Financeira. Esse manual não ensina como fazer pagamento antecipado, não têm essa previsão ali, é... não existe no Estado um manual que ensine.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sei.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS— Então, assim ó, pra mim, foi uma coisa inédita também...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pois é.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — A gente não..., pelo menos na minha gerência a gente não fazia pagamento antecipado. Foi uma situação de exceção na pandemia.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque é assim, Capitão Thyago, eu tenho conversas de grupo de WhatsApp, porque... eu já disse para a outra testemunha que sentou aqui que as conversas que a gente tem aqui são só partes do processo. Outras partes do processo elas são buscadas de outras maneiras.

Eu tenho conversas de WhatsApp do grupo Covid-19 que tinha o Secretário Tasca, que tinha o pessoal do Ministério Público, que tinha várias entidades, o Tribunal de Contas... envolvidas naquele grupo. E eles estavam lá discutindo como que faz pagamento antecipado. A CGE estava discutindo isso, a Controladoria estava discutindo isso. Eles mandaram aqui pra Assembleia Legislativa, dia 30, né, um projeto de lei... acho que foi dia 30, um projeto de lei que eles desenharam pra autorizar o pagamento antecipado.

Então, dentro do grupo de trabalho que tinha ali eles estavam discutindo pagamento antecipado, como é que faz... E a Márcia Pauli, por exemplo, está dentro desse grupo, o Secretário Tasca está dentro desse grupo, e a CGE está dentro desse grupo. Eles estão discutindo como é que faz, até desenharam o projeto de lei que mandaram para cá e tiraram, e fizeram o pagamento antecipado e ignoraram todas as essas discussões.

Quem deu essa ordem para o pagamento antecipado especificamente?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, aquilo que eu falei pro senhor, não houve uma ordem, né, houve o...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Uma ordem de quem?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É... houve esse pedido do Gabriel lá atrás nos outros processos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Dos respiradores.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Dos respiradores, esse da Veigamed, eu recebi uma... um pedido do Zé Florêncio: precisamos pagar esses respiradores hoje.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. E tu conversaste com o Secretário Helton Zeferino sobre isso?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não. Eu não conversei com o Secretário desde que começou a pandemia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por quê?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Primeiro, que eu não tinha esse hábito, né, é... não, não havia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas era uma compra atípica! Não era atípica?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que o senhor não conversou com o Secretário já que era atípico?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Eu conversei com o meu chefe imediato, eu não...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o... é que assim, sabe, isso até derruba a gente, né?

O atual Secretário, André Motta, conversou com o André Motta, que era superintendente?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele não comentou nada, não conversou nada? Havia aquela pandemia de compra lá, estavam lá no Coes, vem pra cá, vem pra lá... Qual a orientação que foi dada para vocês dos pagamentos?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É, não tinha orientação.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Nenhuma?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. Eu já falei com o José Florêncio, já entendi a responsabilidade dele, já entendi a responsabilidade da Márcia...

Eu queria saber o seguinte: na visão do senhor - que eu vejo que é um cara que quer ajudar a gente aqui, tem um treinamento militar - quem foi o culpado para o senhor apertar o botão?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Deputado, eu não... eu não consigo dizer pro senhor um culpado, tá? É... o meu sentimento depois, quando houve essa denúncia na mídia, foi de total frustração, né? É... eu tenho sentimento assim de frustração, sentimento de equipe, né, nós erramos. Agora, apontar pro senhor quem é o culpado, eu não consigo dizer pro senhor: ah, o Secretário sabia. Eu não consigo dizer pro senhor: o Secretário não sabia. Tá? Eu não tive contato com essas pessoas. É... eu sabia, a coordenação do Fundo sabia, a SGA sabia, porque com essas pessoas eu tive contato. Veio o pedido. É... a decisão, como o senhor colocou, no grupo de WhatsApp tinha várias autoridades compondo. Eu não participava desse grupo. É... então, enquanto eles estavam discutindo, eu tive que tomar essa decisão? Lá, o gerente Financeiro?

Então, assim, se montou o processo de pagamento antecipado é... com vários procedimentos ativos, né, que é inserir uma nota fiscal, assinar a nota fiscal, certificar a nota fiscal, em um último processo, procedimento ativo, que é encaminhar o processo pra pagamento. Ainda tem isso, porque se não encaminhar, não chegaria pra eu pagar. É... e, aí, deu, né, deixa pro Thyago. O que o Thyago decidir, tá bom? Se pagar, pagou, se não pagar, não pagou?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Alguém fez pressão pro senhor pagar?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — A... a pressão que eu digo assim é... é... que a gente já tinha todo esse cenário de pandemia, né? Esse cenário de que os fornecedores estavam exigindo e... eu não tenho contato com fornecedor, então, também não vou dizer pro senhor: ó, o fornecedor tal me ligou. Não, não ligou. Mas é questão assim de consciência de... de consciência, não, de ciência daquela situação. E... um tipo de matéria que me chamava muita atenção era da própria classe médica na mídia é... vou colocar entre aspas, mas denunciando falta de EPI, reivindicando EPI nos hospitais.

Então, no meu pensamento, na minha intenção, era suprir os hospitais, né, suprir essa equipe que a gente fala tanto, a gente homenageia tanto, o pessoal da linha de frente - se usa muito esse termo -, o pessoal da ponta. E eu, na minha intenção, na minha interpretação, o gestor, no caso nós, a gente não poderia deixar de suprir esse pessoal. Como é que um médico, um enfermeiro, um técnico, vai ent... vai atender um paciente de Covid sem ter o EPI? E como é que a gente ia comprar o EPI se o fornecedor tava exigindo pagamento antecipado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pois é, mas acontece que eles estavam comprando R\$ 33 milhões por WhatsApp, grupo de WhatsApp, o senhor viu...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... o senhor acompanhou nos depoimentos da CPI?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Acompanhei, depois eu... por isso que eu digo de meu sentimento de frustração foi depois ver a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eles estavam se reunindo em grupo de WhatsApp e recebendo 33 milhões do Estado, né?



Assim, eu uso o mesmo exemplo para o senhor que eu já usei para outros colegas nossos e para outros colegas seu que já sentaram aí: se quebra o vidro da minha casa, eu dou 20% de entrada e quando o cara instala o vidro. É assim que se procede com dinheiro privado.

E, naquele momento ali, com dinheiro público não se... não teve nenhum cuidado. Na verdade, vocês não tiveram nenhum cuidado. Aí, o senh... foi isso que aconteceu, não teve... ninguém teve cuidado com o dinheiro. É isso, é essa visão que o senhor tem? O senhor pode discordar de mim.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, eu, eu, concordo. Quando eu olhei o processo, o que que eu possa falar pro senhor, eu lembro que o... um dos delegados, quando eu depus no Gaeco, ele me perguntou: bá, não te chamou atenção os 33 milhões? Tu não tomasse nenhuma providência? O que eu tomei de providência na minha esfera, que eu acredito de atribuição, posso estar errado, mas aquilo que eu acredito da minha esfera de atribuição: eu exigi nota fiscal. Agora, a gente pode pensar: ah, mas como era antecipado não precisava. No meu entendimento, quando a empresa emite a nota fiscal, ela está faturando o equipamento. Então, pra mim é o mínimo que a empresa tá vinculando aquela venda, tá? A empresa, a saúd... a Secretaria da Saúde, antes de fazer o pagamento, se o senhor olhar os processos, eu fui conferir a autenticidade da Danfe, Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica, e inseri essa peça de autenticidade no processo. Foi o cuidado que eu tive. E eu fiz por iniciativa minha. Eu entendo que era minha responsabilidade um controle de todos os processos de pagamento antecipado.

É, no fluxo normal do processo, eu faço um pagamento e eu transmito esse processo depois de pago pra contabilidade lá na Secretaria. Esses processos eu tomei cuidado de não fazer esse fluxo normal. Eu tramitei eles pra própria Gerência Financeira pra gente não perder o controle é... e pra gente poder depois cobrar: isso aqui que eu paguei antecipado lá atrás chegou ou não chegou? Quando chegou? Quem recebeu? Então, esse foi a... as atitudes que eu tive pra tentar ter essa responsabilidade com os recursos públicos. Não fiz mais do que isso.

É... outra coisa, eu não sei se o senhor já pensou nesse ponto, não era comum, não era do meu dia a dia eu entrar no Sigef e fazer pagamento. Não era. Isso é a minha equipe que faz. É... só que, no meu entendimento, enquanto gerente, e aí chega um processo desse, que é um processo de exceção, não só o da Veigamed, os outros todos de pagamento antecipado e vem uma solicitação... Não é comum, não é normal, embora o senhor diga que o STF tem julgamento... mas não... eu tenho certeza que todos os pareceres do... dos Tribunais é sempre em situação de exceção, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Exceção e com garantia. A garantia nunca foi retirada.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — E se é exceção...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Em nenhuma decisão.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — ... é porque pode dar problema, né? Eu gostaria de frisar aqui que é assim: o da Veigamed deu problema, sim. Os outros foram entregues, tá? Mas assim pode dar problema, né? Então, eu pensei o seguinte: eu vou fazer. Se vai... se é exceção, é o gerente que vai fazer, é minha responsabilidade de fazer, e não deixar para minha equipe, porque senão eu poderia ter deixado, a equipe da Gerência Financeira faz e o meu nome nem estaria nesse processo. Eu não estaria aqui hoje e o problema existiria porque ocorreria isso daí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Capitão...



O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Tá, então, esses foram os cuidados que eu, na minha esfera, que eu enten... com a minha esfera de responsabilidade tomei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Capitão, o contato que o senhor teve com a Márcia foi permanente?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Nunca, nunca tive contato com a Márcia. Eu lembro de... a... é importante dizer que a Márcia assumiu a Superintendência, se eu não me engano, final de fevereiro ou início de fevereiro; eu lembro de ter cruzado com ela, ela entrou numa sala e eu estava saindo, e alguém me falou: ó, essa é a Márcia que assumiu a Superintendência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ela era a sua chefe ou o seu José Florêncio?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, o meu chefe era o José Florêncio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o José Florêncio, pressionou o senhor para fazer esse pagamento? Oh, tem que fazer, fazer urgente, fazer rápido?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Tá. O Zé é uma pessoa muito simples e muito acessível, então, ele não tinha esse comportamento de mandar, de ordenar. Ele me encaminhou mensagem dizendo: ó, tem que pagar 16,5 milhões na Fonte 100, 16,5 milhões na Fonte 300 e hoje. Só. A gente já estava ciente de todo o contexto que tinha que pagar, que era antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor acredita que todo mundo na Secretaria sabia assim que... todo mundo, não, mas...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...o *staff* sabia que era pagamento antecipado, que era para a empresa...?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Na Secretaria, que é ali naquele prédio... acho que é Osmar Cunha, ali no centro, o prédio da Administração-Geral, estava eu no 9º andar, às vezes, tinha uma terceirizada comigo na... ali na Gerência Financeira, às vezes, tinha uma efetiva, é... tinha um ou dois funcionários da Gerência Orçamentária, que é no mesmo andar. E eu lembro que lá embaixo tinham uma ou duas funcionárias na... no Apoio, que eles chamam de Apoio, Sessão de Apoio, que é do lado da sala do José Florêncio, e o José Florêncio, o período todo da pandemia trabalhando sozinho na sala dele. Então, às vezes, eu descia na sala dele; às vezes, ele subia na sala da Gerência Financeira, mas não tinha mais muita gente no prédio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois, então? Depois? Não chegou os equipamentos, dia 4, dia 5... Daí?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Tá. Eu lembro que dia 4, dia 5, a gente tava aguardando, vai chegar, não vai chegar. Eu lembro que no dia 7 de abril, eu recebi uma mensagem de WhatsApp por, de um... de um dos outros efetivos da Gerência Financeira, na verdade, uma mensagem não que ele escreveu, ele encaminhou de alguém que ele tinha recebido, esse alguém era o gerente de relacionamento do Banco do Brasil, da Agência Setor Público, que é a Agência que atende os órgãos públicos, né, alertando de... vários processos de aquisição de equipamentos da China que tinham fraude, que alguns Estados tinham sofrido...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que dia era isso?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Era 7 de abril, tá? E, aí, é... principalmente, se eu não me engano, da Bahia, não sei se o Espírito Santo. E, aí, é lógico que eu tinha esse processo dos 33 milhões em mente e eu encaminhei também



essa mensagem pro José Florêncio e falei pra ele: ó, Zé, esse é um alerta que a gente recebeu do Banco do Brasil, acho interessante o senhor encaminhar pro coronel Carlos, que é o diretor de licitação, e pra Márcia, que é Superintendente. E, aí, eu creio que o Zé tenha encaminhado pro...pra esses dois.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso é fundamental sabia? Porque nós não conseguimos recuperar a grande parte dos recursos porque demorou demais pra agir. O Estado levou quase vinte dias para tomar a primeira ação de recuperação dos valores. Se lá no dia 7, 8, eles tomam a medida judicial de bloquear os bens, nós tínhamos recuperado todo o dinheiro. Esse é um gran... outro... é, sabe?

Que dia o senhor mandou esse *e-mail*?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Dia é... mensagem de WhatsApp.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sete?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Dia 7 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pra quem? Pro José Florêncio?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Pro José.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sabe se ele encaminhou para alguém?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Eu acredito que ele tenha encaminhado, no mínimo, pro Coronel Carlos e pra Márcia, que eu sugeri, ma... e, provavelmente, eles devem ter levado pro Coes, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só para encerrar, o senhor tem cargo de diretor?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Na Saúde eu tinha cargo de gerente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certo. E agora?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Agora, não, não tenho cargo de diretor, eu trabalho na Diretoria de Segurança Contra Incêndio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tem algum cargo comissionado lá?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só o cargo de Capitão mesmo.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É, isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Boa noite, Capitão Thyago da Silva Martins. Seu nome de guerra é Thyago?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É Silva Martins.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Silva Martins.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Na Saúde é Thyago, eles não chamavam pelo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Chamavam de Thyago.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A gente ouviu aqui a primeira vez o nome do Thyago porque foi um grande enigma quem apertou o botão. A primeira pessoa que falou sobre isso foi o Florêncio, José Florêncio. Depois foi a Débora, né?



Rapidamente, eu até gostei que o senhor começou falando sobre isso, até porque sabia que essa era uma questão que seria abordada, né? Mas gostei da forma como o senhor colocou aqui. E também de não poderia ter não sido, poderia ter sido alguém da sua Gerência. O senhor assumiu. O senhor também poderia não ter pago?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É... pensei muito nisso depois, ta? É... eu recebi a mensagem: precisamos pagar hoje. Se eu não tivesse pago, eu não sei qual ação é... teria sido tomada. Eu não sei se mandaria de repente um outro componente da Gerência Financeira pagar, eu não sei se aí, de repente, se eu tivesse negado naquele primeiro momento se... talvez eu tivesse sido exonerado, né? Talvez aí tivessem pago. Talvez... é, como eu falei pro Deputado Ivan, eu não posso dizer que o Secretário sabia, eu não posso dizer que ele não sabia, eu não tive realmente contato com ele, mas é... pela linha de defesa dele que ele coloca que ele não sabia, talvez se eu tivesse negado e a... a Márcia se visse: o Thyago não fez, não obedeceu. Talvez, ela tivesse que obrigatoriamente levar pro Secretário, talvez eu tivesse provocado isso é... mas é o se, agora não consigo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Naquele momento quem falou foi o Thyago ou foi o Capitão Thyago?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Eu não entendi a pergunta, desculpa, não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se fosse o... se fosse o Thyago, um servidor comissionado tendo a opção de fazer ou de não fazer, poderia ter sido outro. O senhor assumiu a condição naquele momento de... dizer de disciplina...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ... militar?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É... agora entendi, desculpa, entendi a pergunta.

Deputado, eu acho que eu tinha essa opção de fazer ou de não fazer. É... esse processo é... alguém aqui também já comentou, se é R\$ 1,00 ou se são 33 milhões, é recurso público, né? É...os demais processos, teve o processo de dois milhões, teve processo de um milhão e pouco, tem processo de 90 mil, é... então, todos têm essa responsabilidade, mas, logicamente, 33 milhões, eu fiz mas fiquei mais apreensivo, fiquei mais preocupado, né? Mas eu fiz acreditando como os demais: a gente precisa disso. Eu acredito muito, é bom que se diga aqui, embora quem sou eu pra julgar, mas eu acredito muito na pandemia, se não não tinha feito, ta? É... eu acredito nessa pandemia. Eu tô... eu não fiz quarentena enquanto eu estava na Saúde, tá, hoje eu tô em *home office*, porque teve uma a suspeita na outra semana lá no prédio da Secretaria da SSP, agora onde estou lotado, é... mas, enquanto eu estava na Saúde, aí, sim, eu me vi nessa obrigação de militar: não, eu vou estar presente todos os dias, tá? Mas a decisão ali de fazer os pagamentos antecipados é porque eu acreditava que precisava garantir esses equipamentos nos hospitais. Acredito ainda que precisava...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor faria de novo isso?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Ah, hoje não tem como dizer que eu faria de novo porque a gente viu tudo o que aconteceu, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se o senhor imaginasse o dia seguinte...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Concorda que foi, foi um...



O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Eu concordo, mas, assim, o meu dilema legal, na época, o meu dilema jurídico, era... era justamente esse, Deputado: segue à risca a norma jurídica, aquilo que está escrito e não paga ou, e aí o contexto era esse, se não pagar hoje a gente não recebe equipamento, tá?

Tinha um processo anterior, que esse acabou não prosperando, não vou recordar o número, que era justamente de importação. O Estado tentou importar diretamente, se eu não me engano, até ia usar carona no avião da... no avião da FAB, se eu não me engano, e acabou não prosperando não sei por que, e foi logo alguns dias antes desse da Veigamed, tá? E... nesse processo era assim: se a gente demorasse um dia, dois, pra fechar contrato de câmbio, o dólar aumentava e ia de R\$ 40 milhões pra R\$ 70 milhões.

Então, era sempre assim. Quando eu digo assim: ninguém me pressionou... faz agora! Ninguém ficou... mas é... a pressão era o contexto em si, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É... interessante, antes do pagamento, o senhor próprio afirmou aqui, antes do pagamento todo mundo sabia; quando aconteceu o pagamento todo mundo esqueceu, ninguém mais sabia de nada. Isso é interessante. Ninguém chegou aqui assumiu: não, o Thyago fez porque já tinha passado por todos e ele não tinha a opção de não de não fazer, como senhor afirmou aqui.

Como é que o senhor se sente hoje? Àquela época todo mundo estava junto; aquele momento exigia que todos se comportassem assim. Passou o momento, aí, ficou quem apertou foi o Thyago.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Deputado, até... eu entendo essa colocação de que: ah, tava certificado, ele não tinha como não o fazer, né?

Quando eu fui depor no Gaeco e... eu falei já logo no início do depoimento que eu sabia que era antecipado, os Promotores, os Delegados que estavam ali naquela sala eles se surpreenderam, e eles me perguntaram isso: mas não tava certificado? Não tinha uma nota fiscal? Eu falei: não, Delegado. E repito agora pros senhores Deputados: a formalidade do processo ela tava cumprida, até porque senão tivesse uma certificação, a CE, que a gente chama no... no Sigef, eu não conseguiria fazer NL, eu não conseguiria fazer PP, eu não conseguiria fazer ordem bancária, né? Então, a formalidade tava cumprida. Agora, a gente sabia que precisava pagar pra receber os equipamentos, tá? Hoje, o meu sentimento é de frustração total! É de frustração! E outra é... muito mais do que naquela época, hoje, a pandemia me parece que está pior do que naquela época, e os equipamentos não chegaram, né? Ninguém também aborda muito essa situação, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas se nós dependêssemos desses respiradores...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Pois é, mas assim, eu fiz pra esses duzentos respiradores chegarem! E não chegaram, né? Então, o meu sentimento ainda é... é de total frustração nesse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Principalmente, o senhor fez sabendo que eles não iam chegar.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, eu fiz sabendo que eles não tinham chego, mas eu fiz para que eles pudessem vir!

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Embora a Márcia tenha certificado a nota e, por isso, o senhor pagou? (*Ininteligível*) a Márcia...

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Por isso eu consegui pagar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É... eu só vou ler aqui... O senhor já disse que conversou com José Florêncio, claro, ele é o seu superior imediato, né? Com a Márcia o senhor não falou, mas o José Florêncio, aqui no seu depoimento, diz o seguinte (*Lê*): "(...) Então o Tiago é só mecânico, ele faz a parte



da ordem bancária. (...)” Depois: “Não”, numa pergunta do Relator: “(...) o Tiago ele é mecânico. (...)”

É... isso chama muita atenção porque parece que o servidor não é, não lhe era discernida a capacidade de pensar. O que eu tô fazendo aqui? Eu sou mecânico. Foi assim que o senhor se sentiu?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não, Deputado, acho que eu já coloquei a situação, né? É... a formalidade realmente estava cumprida, né? Da formalidade, realmente, era o mecânico é ir no sistema fazer a liquidação, a preparação de pagamento e a ordem bancária após a certificação, né? Eu creio que foi nesse sentido que ele falou que é o... o... trabalho mecânico.

Agora, é aquilo que eu falei pro senhor, é... não era do meu dia a dia fazer esse trabalho mecânico, né, seria feito por outro componente da minha equipe que tivesse subordinado à minha Gerência, né? É... e, aí, como eu vi que era um possesso de exceção, era um processo perigoso, poderia dar problema, como deu, eu assumi a respon... chamei a responsabilidade pra mim é... pra poder preservar minha equipe, para poder ter um maior controle.

Hoje eu consigo dizer... eu já ouvi há tem quarenta e poucos processos de pagamento antecipado, tem dezessete processos de pagamento antecipado... Não tem. Enquanto eu era gerente não tem, tem nove: os dois da Veigamed e outros sete. Eu tenho isso planilhado, né?

Então, por esses principais dois motivos eu assumi para mim para preservar a equipe, para assumir a responsabilidade de gerente e pra poder manter melhor o controle, tá? E depois é... poder encaminhar pro setor responsável receber o equipamento para dizer: recebi, quando recebi, está aqui o documento. Existe um outro sistema na Saúde que é que faz a guia de entrada, quando chega o documento. Então, para poder ter esse controle, pra só depois retomar o fluxo normal e mandar para contabilidade.

Eu acredito que quando José Florêncio fala é que eu, que eu... sou mecânico, né, o Thyago é mecânico é nesse sentido do trabalho no sistema Sigef, né, que só com a formalidade da certificação que eu conseguiria prosseguir com o pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Os pré-requisitos estavam todos atendidos?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Na formalidade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Na formalidade, sim.

É... fosse um outro gerente, apenas um cargo comissionado, que não fosse de carreira, não fosse concursado, poderia quem sabe fazer aquilo por um comprimento de uma determinação sob pena até quem sabe de ser exonerado, de perder o seu salário. No seu caso, não, o senhor tem uma carreira, é Capitão, daqui a pouco vai ser Major, Tenente-Coronel, Coronel. O senhor não... não lhe ocorreu isso, não passou pela cabeça?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Eu... eu confesso que depois que estourou a crise, é... a gente teme, com certeza, né? É como o senhor colocou hoje, ninguém sabia, depois do... da crise ninguém sabia. Então, eu tô colocando aqui que eu sabia. É... eu... eu tenho essa formação militar, mas não é essa coisa que: ah, só cumpre ordem. Não é isso. Eu acredito que ali eu tinha que ser um líder, né? É, como o senhor coloca, eu tenho o meu salário, eu tenho meu cargo de Capitão, mas, além disso, ali eu estava ainda ganhando a gratificação de gerente, então, eu tinha que assumir essa responsabilidade, né, é... é... eu tinha que tomar decisão.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — E a liderança naquele momento já que ninguém, nem um outro durante o fluxo do processo... Não teve um líder que tenha visto que aquilo era uma fraude. Ninguém viu! O senhor na sua liderança - até porque eu tô vendo, o senhor é um líder – o senhor é um Capitão, tem uma boa formação, não tinha que dizer: espera, aí, só vou assinar, só vou apertar o botão, só vou pagar se tiver uma garantia, senão eu não vou assumir essa responsabilidade. Não era um papel do líder? Aquele que poderia ter salvado isso? Nós não estaríamos aqui hoje.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Pode ser, deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Aí seria uma liderança positiva, pró-ativa. Eu acho que esse... o que aconteceu vai lhe servir, inclusive, na sua carreira, né, daqui a pouco oficial superior, cada vez mais, né, ocupando funções de liderança, sobre o que não devo fazer, né?

Mas eu estou satisfeito, Presidente. Obrigado, Thyago.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Cobalchini. Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Obrigado, Presidente. Boa noite, Capitão.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Boa noite, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Como é que o senhor chegou na Secretaria da Saúde? Indicado por quem?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Eu fui convidado diretamente pelo Secretário Coronel Helton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Coronel Helton. Vocês trabalharam juntos?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — A gente nunca tinha atuado junto, mas se eu trabalhei, mais ou menos, sete anos na Divisão de Finanças da corporação. E a gente não tinha uma sede própria, então, a gente dividia o prédio no 1º Batalhão de Bombeiros Militar, ali no Estreito, e o Coronel Helton foi Subcomandante, foi Comandante daquele Batalhão ali, então tinha essa proximidade física de trabalhar no mesmo prédio, né, mas nunca cheguei a... tinha sido subordinado funcional dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A gente sabe que a sua formação de militar tem procedimentos. Gostei muito quando o senhor falou aqui: no momento de pandemia eu chamei pra mim e disse: eu vou fazer porque era um momento de exceção e que eu poderia deixar os outros fazer, mas como era um momento de exceção, chamou pra si. O senhor confirma isso?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É... que pena que o próprio Governador, que também é bombeiro; que pena que o ex-Secretário Helton, que também é bombeiro, não tiveram a sua condição de chamar pra si o problema e, sim agora jogam para os outros o problema. A delegação não transfere responsabilidade. Então, eu quero dizer aqui para o senhor que o senhor tem o meu respeito em fazer isso, o senhor chamou pra si. Isso é papel não só de líder, isso é papel de homem, isso é papel de quem determina ou tem determinação pra agir. Então, o senhor está de parabéns porque chamou para si. Quando chama-se para si, assume-se os compromissos.

Então, eu queria deixar aqui, senhor Presidente, eu gostaria de ter ouvido isso do Helton, do próprio Governador, porque até então é o único que disse: eu chamei pra mim e eu fiz, não deixei. O Florêncio disse que só cumpriu ordens, que veio lá ordem



da Secretaria da Fazenda para fazer; a Márcia disse que não foi... Então, de todos que passaram aqui o senhor é o único que matou no peito (*bate no peito*) e disse: eu tô aqui.

Eu gostaria que essa sua palavra que lhe dá uma condição de verdadeiro bombeiro militar de chamar pra si a responsabilidade fosse a grande frase que o Governador, que deve estar nos assistindo hoje, pudesse ter para si, chamar para si a responsabilidade. [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

Então, faça-me aqui... fazer esse momento. Até porque todos sabiam, como o senhor falou, que era pagamento antecipado. O ex-Secretário Helton esteve aqui e ele só queria... todas as vezes que perguntava, ele dizia: eu não autorizei pagamento antecipado, eu não autorizei pagamento antecipado. Foi até que um dia eu mostrei: escuta, na DL tem a proposta segundo o orçamento, no orçamento falava em remuneratório antecipado. Ou seja, o senhor vem aqui e confirma de novo que todos sabiam que era pagamento antecipado.

Por isso que, para mim, senhor Deputado, não importa se a Márcia certificou a nota ou se foi a Bruna (*sic*). Por que não importa? Porque... e nem importa se foi o senhor que apertou o botão, o que importa, para mim, é que todos sabiam que era pagamento antecipado e, portanto, se era pagamento antecipado, óbvio que para entrar no Sigef tinha que ter a certificação na nota. Era isso?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Pra gente prosseguir com o pag... pra gente prosseguir com o pagamento, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então como é que ia pagar? Então fica essa questão.

Agora, teve uma coisa que me chamou a atenção, quando o senhor falou que o gerente de Contas Públicas do Banco do Brasil encaminhou uma mensagem dizendo: olha, em outros lugares deu problema com importação da China. A sua maior contribuição aqui foi essa. Por quê? Porque até agora a gente não tinha essa informação, nós tínhamos só uma informação de que ligaram de uma casa de câmbio para saber se realmente haveria o pagamento, porque queriam comprar dólar e a casa de câmbio era de São Paulo.

Eu queria voltar um pouquinho nisso só para entender, porque isso eu acho que são peças do quebra-cabeça que a gente vai montando.

O senhor recebeu essa informação ou encaminharam essa informação do gerente do Banco do Brasil que cuida de contas públicas?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — O... um dos gerentes de relacionamento dessa... chama Agência Setor Público, do Banco do Brasil, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Ele encaminhou essa mensagem que a... tinha... pra alertar a gente que havia... é... sido constatadas algumas fraudes em aquisições de outros Estados com importação na China.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que dia foi isso, o senhor lembra?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — 7 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 7 de abril, então, o Banco do Brasil, o gerente alertou, 7 de abril?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 7/4. E que foi o dia que já tinha sido pago e que não chegou ao banco, não chegou o equipamento, né, Relator?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Dois dias depois do compromisso da entrega do primeiro lote.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Até então, o dia 7 de abril, até o senhor receber essa mensagem, alguém da Secretaria já tinha lhe falado alguma coisa com relação a que não tinham chegado os respiradores?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Nem que tinha chego, nem que não, não tinha chego. Não tive esse tipo de conversa até aquele período ali.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Porque olha só, eu tenho dito que estou agindo aqui muito mais como a minha profissão, que é jornalista investigativo, do que como Deputado, porque a gente tem que fazer a montagem.

O Controlador-Geral, professor Luiz Felipe, esteve aqui e disse que ficou sabendo, ficou sabendo do processo pela CGU, a Controladoria-Geral da União, que o pessoal da CGU viu no Portal da Transparência o pagamento de 33 milhões e quis saber. Mas até então não tinha sido feito a entrega, porque foi um pouquinho antes, a CGU.

O Capitão Silva Martins vem aqui e diz que o gerente do Banco do Brasil manda uma mensagem dizendo: escuta aqui ó, tá estourando aí uns negócios aí de respiradores que a China não tá entregando. Em 7 de abril, dois dias depois dos equipamentos não terem sido recebidos. Por que eu quero chegar nisso? Porque o Governador Carlos Moisés, quando subiu o processo para o STJ, ele foi dar uma entrevista coletiva, Deputado Cobalchini, e disse para Santa Catarina que ele ficou sabendo do processo só dia 20. Oh, pera lá! O gerente da conta do Banco do Brasil, dia 7 sabia e o Governador vem querer dizer que só soube dia 20? Deputado Fabiano...

(O Deputado Estadual Fabiano da Luz manifesta-se fora do microfone: "Tem boi na linha.")

Não é que tem boi na linha, está faltando ar na linha, né? Por quê? Porque se o... gente, isso pra mim valeu a vinda dele aqui só para reforçar isso, Presidente, que dia 7 de abril alguém fora do governo avisa que está dando problema.

(Um dos Deputados-membros manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O governo. Aí a CGU, por ver o Portal da Transparência, avisa o governo, e só o governo que não sabia!

Então, portanto, eu gostaria, senhor Relator, que o senhor colocasse isso como mais um fiozinho desencapado para mostrar exatamente que o Governador Carlos Moisés sabia, sim.

E daí nós temos já algumas datas, eu gosto de lembrar: a Márcia disse que dia 27 de março o Governador sabia; o Secretário Helton disse que dia 15 de abril o Governador sabia; o Secretário Douglas disse que dia 22 de abril o Governador sabia; o Governador disse que dia 20 de abril sabia. Mas no dia 26 de março, um dia antes do que a Márcia falou que ele já sabia, no dia 26 de março, dia em que uma das nossas testemunhas disse que ligou para o rapaz e disse assim... do dia 25 lá, aquele que desistiu quando pediram a comissão, o Rafael, disse assim: ó, hoje é 25 e o pagamento vai ser dia 26.

Aí o Governador na *live* diz assim: ó, gente, nós já estamos com gente sobre os respiradores, subiu muito o preço, Helton, conta aí, porque parece, né, Helton, que nós estamos com gente que tem *expertise* na importação.

Então dia 26 o Governador fala na *live*, dia 27 a Márcia diz, dia 15 o Helton diz, dia 22 o Douglas diz, dia 20... e no dia 7 de abril o gerente de contas do Banco do Brasil sabia. Isso mostra exatamente, senhor Presidente, da falta (*sic*) de hombridade que esse



cidadão aqui teve e que faltou para o Governador, que faltou para o Helton, de dizer: eu assumi (*bate no peito*). E por que eu assumi? Porque estava tudo na pandemia.

O que a gente ouviu? A gente ouviu um Coronel aqui, o Carlos, acho que é o nome, dizendo o seguinte: ó, nós tava louco, porque diziam que em abril iam morrer seis mil pessoas e ia ter gente morta pelas calçadas e tal. E daí? Aí ele falou assim: eu não queria a responsabilidade de gente morrer na minha mão. E fez o quê? Passei pra frente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A pergunta, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu não tenho mais perguntas. Eu acho que essa pergunta é que fez valer.

Eu queria agradecer, porque a vinda do senhor aqui me trouxe duas coisas importantes: uma para mostrar que gente que tem responsabilidade e hombridade é que merece ter funções de responsabilidade; e a segunda é essa sua fala da mensagem de texto do gerente do Banco do Brasil, que tem que ser, senhor Relator, colocado para que nós possamos ter mais uma certeza que o Governador, sim, sabia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Kennedy Nunes.

Deputado Fabiano da Luz.

(*O Deputado Fabiano da Luz gesticula com a cabeça que não.*)

Deputado-Relator, mais alguma pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu gostaria de falar. Eu estou lendo um trecho aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... de um documento que tenho, se o senhor me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Fique à vontade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse para mim que depois... que dia o senhor saiu lá da Secretaria?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É... a contar do dia 8/5, só que eu continuei trabalhando, porque demorou um pouquinho pra sair a publicação no Diário Oficial. Então quando eu vi que tava demorando muito, eu solicitei pra entrar em gozo de férias a partir do dia 18/5, pra não precisar mais tá indo lá no prédio da Secretaria.

Eu já tinha passado o serviço pro gerente Financeiro que ia assumir o meu lugar, que assumiu a Gerência Financeira no meu lugar, né? E aí eu entrei de férias. A publicação no Diário Oficial da minha saída da Gerência foi dia 27 ou dia 28 de maio, aí eu tava de férias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Daí o senhor entregou o seu pedido de desligamento para o José Florêncio?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Na verdade, assim, é... o... eu, o José Florêncio, que era o coordenador do... do Fundo Estadual e a gerente de Orçamento, que é uma bombeira também, a gente trabalhava muito em equipe nós três. Então a gente, na verdade, fez um documento, os três solicitando no mesmo dia, a dispensa das funções. E aí a gente fez no SGPE e tramitou pro gabinete do Secretário, já era o Secretário doutor André.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor conversou com alguém da sua saída? Falou: olha, estou saindo por causa disso, por causa daquilo, por causa desse problema



O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — É... Eu avisei a equipe da Gerência Financeira, né, porque ia sair, a gente, apesar do pouco tempo, a gente tava trabalhando junto ali desde janeiro, mas cria-se uma afinidade, né, todo dia ali trabalhando, ainda mais frente a um desafio desse da... da pandemia, o pessoal ficou todo em *home Office*, mas aí estreitou mais ainda o contato WhatsApp, todos os procedimentos que a gente tinha que continuar fazendo, então eu avisei a eles.

A gente foi, aí eu não sei, entre os dias 5 e 6 de maio, eu, o José Florêncio e a gerente de Orçamento, a gente foi até o... aí, sim, até a Defesa Civil pra conversar pessoalmente, antes de fazer o pedido no, no, no sistema a gente conversou com o doutor André, que já era o Secretário, ã... ele pediu pra gente ficar, pra gente não sair, a gente ficou de pensar, mas no dia seguinte acabou definindo por sair, não tinha condições de ficar, e aí a gente fez o processo e pediu a dispensa da, das funções.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele falou: ó, pessoal, foi uma desgraça, foi terrível?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Ele pediu pra gente continuar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas ele falou da história? Contou? Se lamentou?

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Não... Ele se lamentou, mas ele falou que a que a gente tinha que continuar, que o trabalho é... pra combate à pandemia tava no meio do trabalho, então que a gente não saísse e tal. Aí ele teve que sair pra atender alguém, não, não, não foi muito longo nossa conversa. A gente tentou se reunir com ele outro dia, acabou também desmarcando e a gente acabou solicitando a, a dispensa via SGPE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu tenho aqui o texto (*folheia documento*)... Deputado Kennedy, só pra concluir, pra ajudar na conclusão de vossa excelência, eu tenho aqui na página 198 do inquérito da força-tarefa o seguinte: (*lê*) na entrevista do dia 27 de março de 2020, por exemplo, justamente no dia em que houve a apresentação formal da proposta da empresa Veigamed para venda direta dos respiradores pulmonares, o investigado Helton responde uma pergunta do Governador sobre os respiradores, e diz que: estamos encontrando bastante dificuldade, especialmente no que diz respeito à compra com prazo de entrega curto prazo e que nós precisamos, e isso faz com que o mercado realmente seja muito aquecido.

Em seguida o Governador Carlos Moisés complementa, aí fala o Governador: (*lê*) além da pandemia, esse é um dos nossos desafios, você ser do Poder Público, ter que fazer uma compra por aquisição direta agora...

(*O senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone: "Que dia? 27?"*)

27.

... você não tem tempo nem para fazer a licitação e porque não tem o melhor preço também, você vai pesquisar, você descobre que um produto está sendo oferecido no mínimo pelo dobro do preço que você conseguiria comprar antes. Daí muitas vezes você percebe que não é teu fornecedor local, está repetindo um preço que já vem da China, vem de outro país e você decide pagar aquilo ou não. Se não pagar, você não vai ter leitos de UTI o suficiente para atender a população de Santa Catarina. Então a noção é de que a crise, às vezes, é uma oportunidade para algumas pessoas, o que tem acontecido. Às vezes é a pressão do mercado mesmo. Eu tenho poucos ventiladores, preciso fornecer, vou fornecer para quem me paga melhor. Se o Estado de Santa Catarina não quiser comprar, vai ser vendido para outro Estado e é o que está acontecendo. Estou ansioso, esperando que seja cotado também da mesma forma que foi para Santa Catarina.



Dia 27/6, *live* do Governador Carlos Moisés... desculpa, dia 27/3. Dia 27/3 o Governador fala para os catarinenses da compra dos respiradores, do pagamento antecipado, das dificuldades para comprar o produto da China e da exploração do mercado, tudo isso que o senhor sentou aqui e disse agora.

Então, Deputado Kennedy Nunes, é inegável que o Governador do Estado estivesse diretamente participando desse processo. Faço essa intervenção só para recordar quem acompanha a gente aqui pela CPI.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Capitão, como bem disse o Deputado Ivan Naatz, ele leu ali, né, se pagar ou não, a gente fica sem o respirador e ele acaba parando em outro Estado.

Como foi afirmado pelo Helton e pelo Douglas que o Governador não tinha conhecimento, então se pagar ou não era uma... então foi uma fala de uma bravata dele, até porque não era ele que decidia. Quando você fala: olha, eu estou decidindo aqui sobre algo que seria sob a minha responsabilidade. Se não é tua responsabilidade e você nem sabe que isso acontece, isso tem nome, chama bravata.

Aí, nesse íterim... Por que eu estou construindo essa ideia para o senhor aqui? Porque ao senhor foi perguntado também e várias vezes o senhor falou assim: nós erramos. Nós não erramos, eu dou absoluta certeza para o senhor, Capitão. Se o senhor desconfiasse da má-fé da estrutura em que foi feita essa compra, antes dela chegar ali em forma de um pedido do próprio José Florêncio ou da Márcia, de celeridade, ou alguém te perguntando como que se faz pra fazer a compra, isso já estava arquitetado lá no dia... qual foi o dia que o senhor leu ali?

(O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone: "Dia 27 de março.")

No dia 27 de março. Se alguém tivesse preocupado mesmo, realmente preocupado com aquela pessoa que fosse ali efetuar o pagamento, não de forma física, mas que dissesse tô pagando, teria, no mínimo, explicado para o senhor todo o trâmite que foi feito. Nesse momento aí já tinham pessoas, a gente fez uma lista de uma penca de seis atravessadores que nem funcionários públicos são para chegar a isso aqui ainda. Tudo isso já estava acordado, antes de chegar lá no local que o senhor trabalhava. A gente chegou nessa conclusão.

Então falo para o senhor, sei o sacrifício que é quando a gente entra quartel a dentro pela porta da frente através de um concurso público, constrói uma carreira lá dentro. O senhor agir de forma honrada com as pessoas, é necessário que elas ajam com o senhor, e não agiram, não agiram. Então não carregue essa culpa de que nós ou a equipe que o senhor comandava lá dentro também errou. Eles não erraram. Errariam se soubessem de todo o estratagemas que estava por trás disso aí.

Eu falo de coração para o senhor, eu vejo franqueza nas suas palavras e todo mundo aqui consegue ver isso. Então, nunca mais diga isso aí, Capitão, que eu errei ou que a minha equipe errou. Não! Porque não construíram uma estrutura de franqueza explicando realmente o que tinha sido planejado lá no dia 27, onde já tinham pessoas negociando isso.

Inclusive...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só que tem que ter um cuidado, Presidente, esse é um fato que nós vamos discutir no relatório, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se o senhor fizer uma formação dessa, fica difícil depois para a gente construir o relatório, né?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, sim, mas eu estou construindo aqui um pensamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É só porque pode ficar isolado o pensamento do senhor, porque senão depois no relatório a gente tem uma posição contrária, e daí fica difícil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E essas pessoas foram construindo, construindo e chegou ali.

Então, o que a gente faz aqui? Aqui a presunção da inocência é para todos, né? E mais cedo ou mais tarde a verdade acaba vindo à tona. E essa bravata que ele falou na televisão colocou todos em maus lençóis. Quem planejou de má-fé e aquele que participou de boa-fé desse processo todo.

É a conclusão ali do... e eu acredito que a verdade vai vir à tona mesmo e vai revelar de que lado que a gente tava, as pessoas que estavam realmente preocupadas em salvar vidas, as pessoas que estavam realmente com vontade de participar desse processo e eu acredito na boa-fé do senhor, como acredito na boa-fé de todos. Mas não pense que todo mundo está jogando da mesma forma com o senhor. Todo mundo que sentou nessa cadeira foi bem claro mesmo quando falou: quem pagou foi o Thyago.

Divida esse piano, não leva ele sozinho, não. Porque agiram... em algum momento alguém agiu de má-fé ali. Então não retribua coisas que o senhor não está ganhando de ninguém, ninguém está com essa preocupação contigo não. Ninguém, ninguém. Todos aqui foram bem claros mesmo ali na hora de tirar do seu e passar para o do próximo, é um jargão militar nosso, tira do meu e joga para o da frente. Dessa vez não jogaram para cima, jogaram para baixo, na cara de pau mesmo, sentados aqui nessa cadeira, um de um lado e outro do outro. Geralmente no quartel a gente fala jogou para cima, dessa vez eles jogaram pra baixo, com toda a força mesmo, e as pessoas têm que ser responsabilizadas por aquilo que fazem.

Era só para constar.

E se o senhor tiver algo de útil, a gente vai dar um tempo para o senhor fazer as suas considerações finais, se o senhor tiver algo de relevante mesmo, que seja importante, que possa colaborar para a nossa CPI, colaborar para o Estado de Santa Catarina... Vou te falar, aquela missão do senhor de salvar Santa Catarina não terminou, ela continua ainda agora, aqui. Aproveite o momento, o senhor tem o tempo que achar necessário.

O SR. THYAGO DA SILVA MARTINS — Deputado, eu vou acabar me repetindo. Eu acredito que... eu entendo é... alguém teve aqui e alguém falou que inverteu o raciocínio. né, e eu entendo essa inversão de raciocínio, ela de certa forma ela é compreensível. Se não tivesse feito o pagamento antecipado, a gente não teria esse problema. É uma forma da verdade, se não tivesse pago, eles não entregaram o respirador e a gente não tinha o prejuízo no Estado. O.k., eu entendo isso, mas eu repito, não foi só esse processo, né? Os outros sete processos a gente pagou na mesma intenção, acreditando que se não pagasse não receberia e a gente recebeu. E aí a gente conseguiu colocar luva lá dentro dos hospitais, a gente conseguiu botar máscaras, a gente conseguiu botar respiradores também. Então foi nesse sentido é... que eu realizei os pagamentos.

E talvez não contribua tanto para esclarecer alguma coisa maior, mas eu peço que não inverta esse raciocínio, tá? Porque se não tivesse feito o pagamento, não tinha o problema, mas se não tivesse feito o pagamento também a gente não tinha todos os EPIs que a gente conseguiu. É... não tô tentando escapar ou me eximir da minha responsabilidade, mas eu não acho justo também inverter pura e simplesmente esse



raciocínio e dizer que se eu não tivesse pago não teria o problema, tá? É isso, não tenho muito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — MUITÍSSIMO obrigado.

(O senhor Thyago da Silva Martins deixa o recinto.)

Senhores Deputados, temos que deliberar sobre o horário da próxima reunião. A próxima mantém-se o horário, quinta-feira... Fica às 9h ou fica às 10h? Fica às 9h, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual é a pauta de quinta-feira?

(A assessoria da CPI manifesta-se fora do microfone: "É a Simone, convocada para às 10h.")

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá, mas tinha um que não foi localizado, né?

(A assessoria da CPI manifesta-se fora do microfone: "O Cauê.")

O Cauê.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos sugerir... Ela já foi intimada? Ela é servidora?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, se houvesse a condição de fazer... Já que ele está sabendo, para vir na quinta-feira o Clóvis, que nós aprovamos hoje aqui, o da sindicância. Se tem só um para depor e o segundo não tem...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Cauê é de empresa, né, aí sabe como é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pois é, mas eu estou dizendo o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Chamar o Clóvis no lugar do Cauê.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso, no lugar do Cauê.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Amanhã?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quinta-feira. Porque ele já está sabendo, inclusive ele deve estar assistindo. Então para não termos só um depoente na quinta, a gente poderia chamar o presidente da sindicância da CGE para quinta-feira, eu tenho certeza que ele não vai se opor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — De acordo, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De acordo? Então, antes de encerrar convoco para...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Na terça-feira que vem, nós vamos conversar com o Tasca, e tem um pedido sobreposto que foi solicitado, voltou, foi dispensado e agora há uma possibilidade de a gente conversar e ter alguns encaminhamentos para fazer com o Secretário da Fazenda, o Paulo Eli. E tem um requerimento do Deputado João, mas tem um requerimento também, se não me engano, de outro Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Meu, do Paulo Eli era meu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É. Nós poderíamos falar com o Paulo Eli na terça, junto com o Tasca.

O que o senhor acha, Deputado Cobalchini?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu não consigo vislumbrar o Secretário da Fazenda, porque ele... a Fazenda... Não sei também aonde que se quer chegar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não é requerimento, nós estamos conversando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim, sim. Mas eu não consigo ver por que a convocação dele, porque ele libera o recurso, o duodécimo para cada Secretaria, dentro de uma programação financeira, e o Secretário de Saúde no caso é quem faz a gestão desse recurso, não é a Fazenda. Então eu não consigo ver, a não ser que tenha alguma outra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, não. É porque tem esse requerimento pendente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu não vejo, sinceramente, eu não vejo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Num primeiro momento eu achei necessário, mas no segundo ali eu já vi que não tinha necessidade alguma do Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É só porque o Paulo Eli foi o sujeito que disse de onde que era para tirar o dinheiro. É isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas se chamar... se for para seguir a regra dos citados aqui, é a Secretária Adjunta. Pela informação que foi dada aqui, foi a Secretária Adjunta que fez o procedimento lá na Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Cem por cento normal, tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ela está arrolada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ela está arrolada, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então a gente segura, deliberamos se precisar no futuro. É só porque... eu estou dizendo para vossas excelências os requerimentos que estão pendentes. Nós terminamos praticamente um ciclo, nós estamos terminando um ciclo de depoimentos, dentro daquele círculo de pessoas que participaram desse processo.

Eu gostaria de apresentar um requerimento a vossas excelências para insistir novamente no ofício ao Governador, para que ele nos diga como ele pretende responder à CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Até porque ele respondeu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque ele já recebeu o ofício formal e não respondeu o ofício formal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Ele respondeu porque ele viu aqui pela transmissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ele respondeu, mas não formal o requerimento. Ele mandou um ofício dizendo que precisa...

Então a gente tem que deliberar se a gente aguarda mais uns dias a informação do Governador ou a gente formula as perguntas e manda para ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu acho que... até porque ele não virá aqui, ele não tem coragem, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, ninguém quer que ele venha aqui.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas acho que tem que mandar ver perguntas, que o colegiado possa fazer perguntas e encaminhar para ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então vamos estabelecer o prazo de terça-feira para protocolar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — As perguntas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A gente formular uma quesitação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Terça-feira?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI - O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Combinado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente, permita-me aqui fazer um agradecimento, já que ainda estamos no ar, a todos os catarinenses. Eu recebi mensagens de que os depoimentos da CPI estão melhores que muitas séries da Netflix (*risos*).

E eu quero aqui fazer um registro especial, agradecendo a todos que estão acompanhando, porque ninguém aqui está fazendo coisa para aparecer, nós estamos focados e a sociedade está vendo isso, o ponto de que neste momento, onde a política está em baixa, as pessoas estão acompanhando, e que bom estar acompanhando, porque pelo menos quando o Deputado... e isso acontece com qualquer um de nós quando chega a... desde uma venda no mercado, no posto de gasolina, os catarinenses falam e os depoimentos que estão tendo aqui dão a possibilidade de os catarinenses começarem a fazer os seus próprios juízos.

Então, permitam-me aqui agradecer a todas e a todos, não só os funcionários que estão aqui, todos os envolvidos, mas os catarinenses que neste momento estão acompanhando porque têm interesse, porque estão vendo que nós estamos fazendo a coisa séria, certa e, por isso, eu quero fazer aqui o meu registro de agradecimento e que, se possível, constatasse em ata esse meu agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Feito o registro e nada mais havendo a tratar, encerramos a reunião, convocando a próxima para quinta-feira, às 10h. (*Ata sem revisão dos oradores*,) [Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Clovis Pires da Silva]

**DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI**



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 2 DE JULHO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Muito bom-dia a todos.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 13ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 011, de 2020.

Eu quero registrar a presença do Deputado Ivan Naatz, Relator desta CPI, do Deputado Kennedy Nunes, do Deputado Fabiano da Luz e também, remotamente presentes, os Deputados Moacir Sopelsa e João Amin.

Inicialmente comunico que não teremos a aprovação da ata da reunião anterior, pois a mesma está em elaboração.

Eu vou retirar a máscara, já que obedecida a distância, para facilitar a comunicação.

Passamos à sinopse da correspondência e outros documentos recebidos. Informo que recebemos: Ofício da Secretaria da Administração nº 2114/2020, encaminhando cópia do histórico de *logins*, em resposta ao Ofício 080/2020 desta CPI, encaminhado por *e-mail* e mensagem de WhatsApp a todos os membros desta Comissão; Ofício 610/2020, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando os esclarecimentos apresentados por meio da Comunicação Interna 360-2020, da Gerência de Tecnologia e Informação e Governança Eletrônica (Getin), e também os *logs* de acesso na íntegra, igualmente encaminhados por mensagem de WhatsApp e *e-mail* a todos os membros da CPI; recebido hoje esclarecimentos encaminhados pelo senhor Luiz Felipe Ferreira acerca da sua participação e da Controladoria-Geral no processo de compra dos respiradores, igualmente encaminhados a todos os membros da CPI por *e-mail* e WhatsApp.

Passamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Pois não, Deputado Ivan.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia a todos os senhores Deputados que nos acompanham.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Bom dia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tinha um requerimento extrapauta para compartilhar com vossas excelências para discutirmos primeiro.

Nós recebemos o relatório da CGE com relação à sindicância que foi promovida lá, na Controladoria-Geral do Estado. Acontece que nesse relatório veio só a conclusão, não



vieram os anexos, não vieram os documentos que compõem o relatório. E, no relatório, existem citações da página 350, da página 280, no e-mail de página 402, etc.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Mas não estão as páginas?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, só que eles não estão anexados.

Então eu queria requerer aos membros da Comissão a expedição de ofício urgente ao presidente da comissão especial a fim de que faça chegar aos membros da CPI ou à CPI a íntegra do processo, o relatório e os seus anexos.

Esse é o requerimento que faço a vossas excelências, extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Antes de colocar o requerimento em votação, quero cumprimentar e registrar a presença do Deputado Felipe Estevão. Seja bem-vindo.

Coloco em discussão o requerimento verbal do Relator, Deputado Ivan Naatz.

(Pausa.)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Peço à assessoria que providencie, com a urgência que o caso requer, a expedição de ofício que será assinado ainda durante esta reunião. Está certo?

Eu informo que estava prevista a oitiva do senhor Cauê Lopes Martins, residente em São Paulo, no entanto ele não atendeu a convocação enviada nem as ligações telefônicas e mensagens encaminhadas de WhatsApp. Eu testemunhei as várias tentativas da equipe, todas elas infrutíferas. Ele realmente se comportou como um foragido. Aí é um caso, acredito, Relator, é um caso de polícia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu acho que tinha que fazer alguma manifestação, senhor Presidente, jurídica para fazer alguma...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Condução coercitiva.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...uma condução coercitiva para ele vir aqui, colocar a polícia na busca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – É um total descaso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Até porque ele é peça importante no processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – É peça importante. Então a sua presença...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Talvez aí esteja o x da questão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores Deputados, se me permitem, eu vou sugerir a apresentação de um requerimento para avaliação, na próxima terça-feira, da condução coercitiva. Já que a CPI autorizou a convocação dele, não há motivos para que ele negue essa convocação. A CPI tem poder de polícia, os mesmos do Código de Processo Penal.

Então eu devo apresentar, com a autorização de vossas excelências, na próxima terça-feira, requerimento para a condução coercitiva já com data pré-estabelecida para a ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Com certeza.

Podemos começar com a oitiva da senhora Simone de Souza Becker?

Eu peço à assessoria que conduza...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Deputado Cobalchini, só para meu conhecimento, como é o nome da pessoa que está se dando como foragida?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Simone de Souza Becker, ela é Controladora Adjunta da Controladoria-Geral do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - O.k., Deputado, estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Senhor Presidente, eu acho que ele perguntou o nome da pessoa que está foragida, não da atual entrevistada. Seria isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – A tua pergunta é em relação à entrevistada de hoje, é isso?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não. É com relação a essa para a qual está-se dando a sugestão para chamar via...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Ah, esse é o Cauê, que não atendeu ao convite, à convocação da CPI e, aqui, decidiu-se então que será feita uma condução coercitiva na próxima terça-feira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não atendeu e não justificou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Se deu por ignorante, ignorou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Ignorou, exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, ele, ele, até estava atendendo a assessoria, estava atendendo os telefonemas, mas, de uma hora para a outra, ele sumiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – É, aqui o Léo está me informando que ele conversou inicialmente, atendeu, comprometeu-se a comparecer e, depois, sumiu do radar e está em local não sabido.

Solicito à assessoria que conduza a este ambiente a depoente.

(A depoente Simone de Souza Becker adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Muito bom-dia, senhora Simone de Souza Becker.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Bom dia, senhor Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Seja muito bem-vinda a esta CPI.

A senhora sabe por que foi convidada a se fazer presente hoje, aqui, nesta reunião?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – A senhora assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito interno desta Comissão acerca dos fatos e do que lhe for perguntado, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Lembramos que a senhora, na condição de testemunha compromissada, ainda detém o direito ao silêncio caso os fatos revelados possam incriminá-la, devendo expressar tal direito quando entender por bem.

Para que possamos fazer o registro, peço à senhora que fale o seu nome completo, a sua idade, a sua profissão, o lugar onde exerce a sua atividade, o local de nascimento e o seu



endereço, o mais próximo possível do microfone. E ainda lhe pergunto se a senhora está acompanhada de advogado? Parece-me que não.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER - Não, não estou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – A senhora pode falar então seu nome.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, Simone de Souza Becker; data de nascimento, 24 de fevereiro de 1978; resido na rua Victor Konder nº 302; é, sou, nasci em Florianópolis; trabalho, sou auditora interna do Poder Executivo, na Secretaria da Fazenda, à disposição da Controladoria-Geral do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Muito obrigado, senhora Simone.

Passo a palavra ao Relator da CPI, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom dia, Simone.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Bom dia, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado por estar aqui conosco. Os Deputados aqui só querem ajudar a esclarecer a verdade e os depoimentos nos ajudam muito nesse sentido. Não só para esclarecer a verdade, mas também para que a gente não aponte o dedo para um inocente e deixe passar despercebido um culpado (*a depoente faz que sim com a cabeça*).

Esse é o grande trabalho que a gente está construindo aqui na CPI. Identificar os agentes responsáveis por esse processo e, também, como a senhora é auditora do Estado de Santa Catarina, nós vamos conversar com a senhora também sobre uma outra missão da CPI, que é instituir mecanismos para que fatos como esses não aconteçam mais (*a depoente faz que sim com a cabeça*).

Ontem mesmo nós tivemos uma nova tragédia em Santa Catarina, é já foi decretado o novo estado de calamidade, os Municípios vão seguir também esse estado de calamidade, o dinheiro aparece, vem dinheiro de tudo quanto é lugar e não se tem... parece que se dá um salvo-conduto para agente público quando tem calamidade, quando tem emergência, fazer com o dinheiro público o que quer, desde contratar amigos, contratar empresas falidas. Fazer toda a espécie de negociata que os brasileiros, os catarinenses estão acostumados a ver.

Então, essa é uma outra missão também da CPI e, talvez, a gente tenha que entrar um pouquinho para conversar sobre isso, sobre as medidas que devemos adotar para que essas coisas não se repitam mais (*a depoente faz que sim com a cabeça*). Uma rastreabilidade, né, tudo aquilo que passa nesses processos de calamidade, de pandemias, de emergências.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado pela presença da senhora aqui, mais uma vez.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Obrigada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu queria conversar com a senhora sobre o grupo de WhatsApp, o grupo Covid-19. Eu acho que todos os Deputados aqui vão conversar com a senhora sobre esse mesmo tema. Por isso, senhores Deputados, se algum dos Deputados quiser fazer qualquer intervenção durante a nossa conversa – até porque acho que vamos todos conversar sobre o mesmo assunto –, fiquem à vontade para fazer a intervenção que vocês acharem importante. Naquela nossa linha de conversando, não é, para todo mundo ter a oportunidade de falar e também de compreender.

Bom, a primeira intervenção que eu vejo da senhora, grupo de WhatsApp, esse Covid-19, esse grupo. Explique para a gente o que é esse grupo assim sucessivamente? O que foi esse grupo? Como é que ele foi montado? Qual foi o objetivo dele?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É... no dia 22 de março, que era um domingo, eu recebi uma ligação do professor Luiz Felipe Ferreira dizendo que o Secretário



Tasca estava abrindo um grupo, é, e ele disse que precisava de um nome da CGE, o professor pensou no meu nome e eu concordei.

Era um grupo que tinha a... a... a... vários órgãos de controle, tanto interno quanto externo, é... nós tínhamos Secretaria de Administração, é... Secretaria de Administração Prisional, Tribunal de Contas, Tribunal de Contas da União, Ministério Público de Contas, é... a Secretaria de Integridade e Governança, a CGU, ela entrou depois, assim num momento posterior, mas também estava mais... mais... mais à frente, a PGE e o Procon.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O objetivo do grupo era?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Era um grupo colaborativo. Era dispor os assuntos e, e, e buscar a, a, a conhecimento de todos pra buscar as melhores alternativas diante da... daquela situação toda da, das compras de pandemia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Assim, só para quem está nos vendo entender, melhores alternativas quer dizer o quê?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É que tudo era muito novo, né, é, então, é, era um cenário diferente. Então... alternativas no sentido de fazer tudo dentro da legalidade, é, mas buscando jurisprudência, buscando o que fosse é, necessário naquele momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Relativamente às compras, aos procedimentos de compras?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto, isto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu li, como os colegas Deputados, nós lemos todo esse material que a senhora deixou conosco. Então nós compreendemos bem do que se trata, mas como tem outras pessoas que estão acompanhando a CPI, jornalistas, pessoal da imprensa, às vezes a gente precisa fazer umas perguntas para que as pessoas, que não têm esse material, possam compreender do que nós estamos conversando, afinal de contas a CPI não é para os Deputados, a CPI é para Santa Catarina, não é?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, a primeira vez que a senhora entrou no grupo, a primeira intervenção da senhora qual foi? Foi no dia, acho que foi... página 26, eu marquei aqui.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, eu... assim que eu entrei eu coloquei ali: “CGE também a postos pra buscar embasamentos e construir alternativas.” Foi a minha primeira fala no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – O senhor citou a página 26?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu acho que sim. Na página 26 a senhora encaminha um arquivo, não é, chamado Contratações Corona.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E alerta que o material é de Pernambuco, é isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Esse material a senhora pegou na Internet?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, é que a gente faz parte de um grupo, é... de WhatsApp também do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), e a gente conversa muito nesse grupo sobre o... as situações que estavam ocorrendo também nos outros Estados e essas construções que estavam sendo feitas, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.



A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Então a gente sabia é, que em Pernambuco e, depois, eu também num outro momento do grupo, eu coloco um projeto de lei do Espírito Santo, uma minuta de projeto de lei, é, justamente pra tratar sobre essa questão de pagamento antecipado e outras situações também que envolviam aquele momento, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, lá no dia 22 de março, vocês estavam discutindo neste grupo pagamento antecipado, procedimentos para pagamento antecipado?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

Como o objeto desta CPI são os respiradores, eu vou concentrar especificamente nos respiradores. O que eu vejo aqui nessa conversa? É que vocês foram criando mecanismos, conversando pra... principalmente, não só a senhora, mas com outros servidores, sempre no sentido de construir um procedimento pra tirar o risco do Estado. Que o Estado tivesse menos riscos, não é? *(A depoente faz que sim com a cabeça.)*

Houve uma hora que vocês decidiram a construção de um projeto de lei, depois vocês construíram... um, a, trocavam mensagens ali pela garantia, pela caução, as instruções normativas que foram saindo. A senhora podia explicar isso melhor pra gente, assim, esse histórico?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, tudo que envolvia a... coloquei no grupo algumas questões, por exemplo, de requisição administrativa, é... questões de suprimento de fundos, que os colegas também debatiam essa possibilidade. Tudo que a gente podia trazer, inclusive dos outros Estados, né, a gente fazia sempre no intuito de deixar o processo inclusive mais transparente.

É... naquele momento eu entendia muito importante a lei, inclusive para dar um respaldo ao gestor quando ele fosse negociar com o fornecedor, porque é, ele, ele, teria, por mais que ele tivesse sofrendo pressão do, do fornecedor, ele diria: não, eu tenho uma lei, está aqui, eu tenho que seguir esses procedimentos aqui.

Então, até nisso, assim, é, eu, eu entendia que, naquele momento, precisava realmente de uma medida provisória ou um projeto de lei que deixasse realmente a situação, os procedimentos bem, bem transparentes, porque a gente tinha, tem jurisprudência do TCU sobre pagamento antecipado, mas não no momento da pandemia, era algo novo.

Então eu sempre defendi no, no grupo a questão do, da legislação pra isso, pra esse procedimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Perfeito.

E a Márcia? Eu vejo aqui que a prime... que a intervenção da Márcia no dia... A Márcia Pauli, conhece, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – No dia 23/3 a Márcia Pauli colocou no grupo lá, a primeira conversa sobre a compra dos duzentos respiradores – isso é página 30, não sei se foi a senhora que numerou aqui.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim *(ri)*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então é essa página, página 30.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, é, nesse, nesse dia, é, também foi dia 23, se eu não me engano, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, é, é existiam muitas, é, a situação era muito dinâmica. Então é, se recebia alguma questão assim. Às vezes a Márcia colocava



no grupo. Mas, inclusive, essa questão aqui, que colocam desses ventiladores a R\$ 70 mil a unidade nem ocorreu, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Então, é uma coisa que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso é da Edera... da Intelbras. Isso era uma outra compra. Um protocolo, acho que se tratava de um protocolo que o governo tinha firmado...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não sei se esse, porque aqui ela fala em duzentas peças, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Lá também, acho que era cem mais cem.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, é, isso. Era uma coisa muito dinâmica, que a gente recebia assim, mas não sabia exatamente o que que o governo estava comprando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

Mas ela já falava: “aguardando definição de repasse do recurso amanhã”. Então a senhora acredita que eles já estavam tratando do dinheiro para fazer esse pagamento?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, eu acredito que sim, que existia uma pressão dos fornecedores, mas a minha defesa no grupo sempre foi pelo projeto de lei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

Bom, lá no dia 24 de março a gente vê, na página 31, a gente vê a primeira conversa sobre pagamento antecipado. A Karen... aliás, quero registrar aqui, dessa conversa toda, sempre a preocupação da Karen. A Karen é da SEA, a Karen Bayestorff? Ela é de onde?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Ela é da Secretaria da Administração, é diretora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É diretora, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso, diretora de Gestão de Licitações e Contratos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vi, nessas conversas, a preocupação dela permanente com o pagamento antecipado.

A senhora revirou isso, a senhora também detectou que ela tinha uma preocupação grande com o pagamento, a Karen?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, ela acompanhava, né, a situação também mais de perto, até porque a Secretaria da Administração é o órgão do sistema de compras do Estado, né? Então acredito que ela também estava bem inteirada da... da situação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Lá no dia 24 de março?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER - Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, muito bem. Daí a Karen vai falando sobre pagamento antecipado, aí vocês entram na história da construção do projeto de lei pra poder dar garantia pro gestor, porque o que acontece? A Márcia – ela está em casa acompanhando a gente agora, ela está ouvindo o que a gente está falando agora, aqui –, ela vai conversando com vocês sobre a regra de pagamento antecipado. Ela vai conversando, ela vai criando... vocês vão dando mecanismos pra ela e ela vai conversando com vocês sobre o pagamento antecipado. Ela vai falando sobre isso e vocês vão criando o projeto de lei, vão alterando o projeto de lei. [Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]

O Secretário Tasca, no dia 24, consulta o grupo, na página 37 (folheia documentos), sobre a vedação do pagamento antecipado. Na página 37.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Secretário Tasca. Tem um texto aqui do Secretário Tasca: “Em relação a possibilidade também não vejo impedimento. Consulto os colegas da CGE e TCE se há alguma vedação na utilização do” pagamento, com cartão, né, ou o “cartão de pronto pagamento para aquisição de materiais permanentes”. Aí o Tasca se mostra preocupado com relação a pagamentos antecipados, não é, lá no dia 24/3.

Ele ligava diretamente pra senhora ou ele só falava aqui, nesse grupo?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, só no grupo. Eu não tinha contato com os Secretários, a não ser com o Secretário Luiz Felipe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então ele acompanhava, a senhora não tem dúvida nenhuma de que o que acontecia na conversa de vocês ele via?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, ele estava no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Daí foi construído o PL pela Karen, página 38, vocês construíram primeiro a proposta de projeto de lei, não é?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que aconteceu com esse projeto de lei?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – A... o projeto de lei até então eu entendia que estava sendo, é, levado ao conhecimento da Casa Civil e do, enfim, do Governador, para que efetivamente fosse dado encaminhamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

O Tasca, depois, lá na página 39, ele volta a falar sobre a utilização do pagamento antecipado.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, nesse momento, na página 39, ali ele fala mais da situação do adiantamento que seria suprimimento de fundos, foi quando faz um adian, adian, um adiantamento a um servidor para que o servidor faça, geralmente é despesas pequenas e de, é, emergenciais, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não era de pagamento antecipado?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, é que ele fala ali que “a vantagem da utilização do adiantamento” - é o suprimimento de fundos, né? – “é ser um instrumento que já está disponível e pronto para o uso. Sendo possível utilizá-lo para esses pagamentos (custeio e capital) ganharíamos um tempo precioso”.

Então seria uma outra... uma outra forma de fazer o pagamento. É... tem uma outra página aqui, até o Ministério Público deixa bem claro (*folheia documentos*), é lá nas páginas 34, 35. A gente estava falando sobre... é... essa possibilidade de...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Do cartão.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – De cartão, isso, como se fosse o cartão de pagamento, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O cartão ficou pelo caminho porque o limite era muito baixo.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso, isso. E ainda tinha também, a gente tem um decreto estadual que ele não permite pagar, é... pra... é, é, material permanente, né? Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então no dia 24 vocês estavam lá com a PGE conversando sobre o projeto de lei.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora acreditando que o projeto de lei estava sendo construído?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E foi construído? Terminou?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, a PGE tava no intuito de fazer essa consolidação, algumas sugestões foram colocadas no grupo com relação ao projeto de lei, e aí no dia... Deixa eu ver aqui, na página oitenta... 84, pera aí (*folheia documentos*), na página 94, é, foi colocado ali, né: “Compartilho com os senhores o projeto de lei, assinado pelo governador, que prevê a possibilidade de pagamento”...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quería as regras do pagamento antecipado.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ...”antecipado, conforme discutido neste grupo.”

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora sabe por que esse projeto entrou na Assembleia e saiu?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não sei, eu não acompanhei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora sabe que ele entrou aqui num dia e saiu no outro?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu fiquei sabendo pela... pela imprensa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o texto desse projeto de lei, que a gente não teve conhecimento, a senhora?...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Tem no grupo, tem no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, porque aqui só tem a imagem, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele, o que ele previa, esse projeto de lei, o que ele tinha anotado nele?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Deixa eu ver se eu tenho ele aqui (*folheia documentos*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Porque o que nos importa neste momento são as exigências das garantias, aquilo que estava, que foi previsto lá, alguém ali botou, acho que na página 50 tem um parecer da Assessoria Jurídica do dia 23 de março. Neste dia, 23 de março, vocês tomam conhecimento do parecer que a Assessoria Jurídica fez com relação aos pagamentos antecipados.

Pra mim, como Relator da CPI, para os meus colegas talvez, os Deputados, nós não vemos problema no pagamento antecipado, porque ele é, a jurisprudência admite ele como possível. O que a gente vê problema é não terem exigido as garantias formais, que neste parecer aqui que está no grupo, postado no dia 24/3, fez observações, né? Então eu precisava saber desse texto de lei sobre as exigências para o pagamento antecipado.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu tenho aqui, Deputado, eu trouxe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se a senhora puder passar pra mim.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Claro (*a depoente entrega ao Relator o documento*).

Só precisaria ver, senhor Deputado, se esse, efetivamente, é a minuta final, porque... Pelo menos foi a que foi tratada no grupo. Se houve alguma alteração depois que saiu do grupo, eu não tenho conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É.

(*O senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Inclusive depois, lá na frente, ela coloca essa minuta aí, no grupo, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, lá no grupo...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, a Karen.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso, exato.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso, a Secretaria da Administração colocou a minuta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Só não sei se houve, realmente, alteração, né, depois que foi pra Casa Civil e...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É que daí na, na...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É porque no artigo 1º, inciso 2º, lá na conversa de vocês, tem uma anotação dizendo que a antecipação de que trata o *caput* deste artigo deverá ter os seguintes requisitos, inciso 2º: dependerá do estabelecimento de garantias específicas e suficientes que resguardem o risco inerente à operação. (A depoente faz que sim com a cabeça.)

Então, para os membros da CPI, quem tirou esse projeto de lei daqui não queria que o item 2 entrasse no ordenamento jurídico, ou seja...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aliás, se me permite, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro, Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Na conversa do grupo esse era o item com mais preocupação e a procura, tanto de todos os grupos, na procura de dar garantia e diminuir os riscos, né? Até que houve, lá na frente houve o acordo dessa mudança do artigo 2º e que daí veio pra cá e vai como vossa excelência disse: quem tirou daqui é que não queria dar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Exigir as garantias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Exigir as garantias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque se esse projeto de lei vem pra cá, o que acontece? A Assembleia aprova e quem estava negociando os respiradores ficava obrigado a exigir a garantia.

Então, na minha visão, quem botou esse projeto de lei aqui se apercebeu de que com o projeto de lei ele não poderia fazer o pagamento antecipado sem garantias e a empresa com quem ele estava negociando não tinha garantias pra dar; ele tirou o projeto de lei para poder fazer o pagamento antecipado sem garantias.

A senhora faz o mesmo raciocínio que a gente? Ou evoluiu no grupo ou outra forma?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, eu não sei exatamente porque que o projeto de lei não, não caminhou, né, não, não, não, participei dessa, dessa situação, não me causou estranheza de ter tido esse projeto no grupo e não ter ido à frente.

É, não sei os motivos, é, o projeto, a meu ver, senhor Deputado, ele fazia tanto sentido que em maio, é, foi editada a Medida Provisória 961, da União, que autoriza o pagamento antecipado, né? É claro que a situação naquele momento era tão, tão complexa, e ainda é, né, que a União... Ela fala que é... Não sei se o senhor me permite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, fique à vontade. Sim, eu conheço o texto dessa...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Da medida provisória.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Só que ele saiu depois, dia 6.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso, exatamente, mas é porque fazia sentido, né, pra dar mais segurança jurídica para o gestor, tanto é que a própria União, em maio, é... editou uma medida provisória.



Aqui, a medida provisória, ela fala que a administração deverá prever a antecipação de pagamento em edital ou instrumento formal de adjudicação direta e exigir a devolução integral do valor antecipado na hipótese de inexecução do objeto. E depois ela fala que a administração poderá prever cautelas, e aí traz todas as cautelas, né, inclusive a questão da prestação de garantia nas modalidades da 8.666.

Então, a União também teve essa preocupação de trazer tanto o que era obrigatório quanto o que o gestor deveria fazer. E se não fizesse, deveria justificar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Perfeito.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Porque naquele momento é sabido também que os fornecedores, eles fazem, faziam, realmente existe a conversa no grupo, que eles também não queriam dar as garantias, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Então, é, é, então a meu ver assim teria que ter muita cautela do gestor, muito justificado, né, no sentido de, principalmente, e a gente, e... o no WhatsApp eu deixo isso muito claro, fazer uma qualificação do fornecedor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Exato.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Porque isso, pelo menos, era um mínimo de cautela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Inclusive você questiona a Márcia Pauli sobre a qualificação, não questiona?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Já faz a qualificação?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aqui, numa parte de uma conversa, a senhora questiona...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora questiona a Márcia Pauli sobre a qualificação do fornecedor...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Inclusive da necessidade do pagamento antecipado, esses equipamentos estavam no México.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E ela sempre respondia o...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, a gente até achou estranheza, depois eu fui até olhar esses, os, os, as mensagens e... deixa eu ver que página que acontece isso (*a depoente folheia documentos*). É, o único momento em que foi colocada realmente uma proposta no grupo foi... a... só que não vou encontrar agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou ajudar a senhora aqui.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Aqui. É, na página setenta e... É um pouquinho antes, ali na página 72, isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Foi o primeiro momento que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 25 de março.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto mesmo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 25 de março, às...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 25 de março, inclusive ela estava com as datas de entrega dos produtos, 5 e 7.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ela entra 22h21 do dia 25 de março e coloca a proposta *a* e *b*. A proposta *a* da Brazilian Trading, do Rafael, e a proposta *b*, da Aeonmed.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto mesmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E que depois desenvolve uma conversa, Relator, aí vem a preocupação, qual é, ela disse que o conhecimento...primeiro a senhora pergunta se é sobre EPP, ela diz que são os ventiladores.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, EPP seria, é a Empresa de Pequeno Porte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu achei estranho ser uma Empresa de Pequeno Porte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí, às 22h29, a senhora coloca: “Márcia, a SES tem histórico de compra com estes fornecedores?” A Naiara coloca algumas questões e depois a resposta da Márcia, às 22h44: “Sim.” E ela depois continua.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela confirma.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, confirma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa, sim, é uma confirmação de que essas empresas têm histórico, mas não tinham.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, ela... ela colocou: “Com o fornecedor da proposta B, sim.”, que é a Aeonmed, com a Brazilian não tinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A *a* não. Isso, a *a* não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso. A *a* não, a *b* sim.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Aí a conversa vai pelo prazo de pagamento.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Que a *a* que tinha o preço mais caro, mas prometia entrega entre 5 e 7; e a *b* tinha um preço um pouquinho mais alto, era conhecida da Secretaria, mas queria entregar somente em junho (*a depoente faz que sim com a cabeça*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aqui o Jonathan, do Ministério Público de Contas, faz um questionamento para a Márcia sobre o histórico desses fornecedores. Porque o nosso objetivo aqui, Simone, é compreender porque compraram de um fornecedor que não tinha histórico. E nesse grupo de WhatsApp vocês cobram histórico, vocês perguntam sobre isso, vocês alertam sobre a possibilidade de risco, vocês fazem vários alertas sobre as fraudes que estavam acontecendo pelo Brasil.

Vocês constroem um projeto de lei, e sempre que é questionado, ninguém intervém, da Secretaria da Saúde. Vocês vão fazendo os questionamentos, vocês vão intervindo, Deputado Kennedy, vocês vão fazendo os alertas e eles vão respondendo, mas sem muita preocupação com aquilo que vocês vão fazendo.

Então você, na página 75, olha lá, na página 75 você pergunta pra Márcia (*a depoente faz que sim com a cabeça*): “Márcia, a SES tem histórico de compra com estes fornecedores?” Aí ela responde: “Com o fornecedor da proposta B, sim.”, mas ela ignora o *a*, e ela comprou do *a*.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que a senhora entende por isso aí? A senhora, como auditora?



A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, o *a* ele era a Brazilian, né, não chegou a ser comprado da Brazilian, mas houve ali...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É a mesma coisa.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, houve... depois a gente viu que houve ali uma possível troca, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Possível troca não, foi feita uma troca.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É. Então eu acho que neste caso houve realmente um desleixo no sentido de buscar qualificação do fornecedor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Inclusive ali ela...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só pra lembrar...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - A minha preocupação é sempre com a sociedade catarinense, que está acompanhando. Só pra lembrar: a proposta *a*, da Brazilian Trading, é a do Rafael, que nós já interrogamos ele aqui, e foi aquele que quando o Samuel Rodovalho pediu os 3 milhões de comissão, ele saiu fora, e que daí a Veigamed pegou essa proposta, fez um *control c*, *control v*, inclusive sem tirar o nome do Rafael, e apresentou para a... que foi feita a compra. Então, só pra esclarecer quem está nos acompanhando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Inclusive ali... Desculpa, senhor Deputado, eu perguntei, né, é... foi falado ali que a carga já estava no México e eu coloquei: então não haveria a necessidade de pagamento antecipado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E ela disse?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Pois é. Então, por que ela fez?

Sabe, Deputados, a CPI vai andando, a CPI vai andando, Deputado Felipe, e nós vamos encaixando os pontos, perfeitamente. As linhas, os pontos, as mãos que foram dadas.

Então a senhora perguntou sobre a possibilidade de fazer o pagamento antecipado, a necessidade de fazer o pagamento antecipado para a Veigamed. E ela respondeu que não, mas ela acabou fazendo.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, porque, é... a gente não sabia, é... a gente não estava participando dessa, enfim, a gente estava só pelo grupo, é... mas quando ela falou que a carga estava no México, eu realmente questionei, dizendo que então não precisaria de recursos antecipados, que a carga já estava a caminho, não é?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Secretário Tasca sempre acompanhando tudo isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Ele estava no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, daí, dia 25, 26, 27, 28, 31, pagamento antecipado. Alguma vez a Márcia ou alguém da Secretaria disse: pessoal, nós estamos comprando os equipamentos pulmonares, os ventiladores pulmonares com pagamento antecipado, estamos ignorando todos os procedimentos porque é urgente. Porque foi o que aconteceu, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eles chegaram a conversar com vocês sobre? Porque no grupo não tem mais conversa, tem uma lacuna de conversa. Entre o dia 31 e o dia 5 a gente tem um vácuo de conversas.



A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, nós não, não, conversamos com a Saúde, e eu não conversei nesse mo... nesse período, né? O que a gente fez foi no dia 30 de março, eu fiz contato com a Márcia e eu combinei, é... o dia seguinte pra irmos lá na Defesa Civil. Nós fomos lá no dia 31, é... meio-dia, é, a gente até criou um grupo não do WhatsApp, tinha muito grupo de WhatsApp, né, então a gente criou um grupo pra reunião do dia 31, e eu coloquei ainda assim, que foram dois colegas comigo na reunião, o César e a Luciana, e ainda coloquei assim no grupo: César e Luciana, seria possível reunião amanhã, às 12h, na Defesa Civil, para tratarmos das necessidades da Saúde e formas de apoio da CGE? A CGE sempre preocupada em dar o apoio pra Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Nós fomos lá no dia 31, é, e aí a gente levou duas possibili... duas frentes de trabalho que a gente entendia necessárias. Além dessa frente, que era, eram situações de auditoria, é, nós questionamos se eles queriam auditores internos, é, de forma presencial. E eu me lembro que o diretor Carlos falou que não havia necessidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Carlos?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – O diretor Carlos, é, diretor de Licitações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Carlos é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O Carlos Charlie.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Charles?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Charlie.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Campos Maia, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo, só para a gente deixar registrado na ata.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim. Ele comentou que, é, tinha resistência à CGE porque a gente tinha feito um trabalho de, de, de, de lavanderia, da lavanderia, a gente ficou sete dias nos hospitais, é, verificando, ã, o serviço de lavanderia, né? E aí ele comentou que não, que era contra a gente, porque a gente não tinha avisado à Saúde, né, que a gente faria essa auditoria. E aí eu expliquei pra ele que faz parte, é prerrogativa do Controle Interno, muitas vezes, fazer visitas, né, surpresa, e que... é... não... teria sido feito dessa forma. E ele falou que não precisava então de auditores, que os processos estavam bem instruídos e que inclusive ele achava que não era interessante, porque a gente não conhecia o operacional do sistema da Saúde e que naquele momento eles não tinham tempo hábil pra... pra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Regras.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, pra buscar a senha e explicar como é que o sistema específico da Saúde funcionava, porque eles têm um sistema próprio, não é o Sigef, eles fazem parte do Sigef na execução orçamentária, mas na parte de contratos eles, a Saúde tem um sistema próprio, o SCDA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem estava nessa reunião? Quem participou dessa reunião lá?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Nós tínhamos... nós estávamos em três auditores, eu, o César Cavalli e a Luciana Zanatta, e estavam a Márcia... da Saúde a Márcia, o diretor Carlos e... esqueci o nome, e uma outra diretora, mas depois eu também posso ver o nome... Não, não, não me recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para deixar bem claro: então eles rejeitaram a ajuda de vocês?



A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso, é, a gente tinha a intenção de... Realmente, como a gente sabia que poderia haver uma... um... uma situação de necessidade de orientação na instrução dos processos, por mais que isso não seja o normal da Auditoria, de colocar auditores, é... porque a gente tem que separar muito bem execução e controle, a gente se propôs naquele momento a, efetivamente, colocar auditores lá dentro da Defesa Civil pra ajudar. Esse era sempre a nossa preocupação, é o que que a Saúde precisava. *[Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]*

É... considerando que a, a Márcia deu o aval, a Márcia ainda questionou, né, é... eu ainda questionei a Márcia: Márcia, é isso mesmo, vocês não querem auditores internos aqui dentro pra auxiliar na instrução de processo? Aí a Márcia disse que sim, o.k., que o diretor Carlos tava entendendo que não... não havia necessidade.

Então a gente é... teve outras duas frentes de trabalho, né, a gente levou o material da CG...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só queria...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Desculpe.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só um minutinho, Relator.

Eu acho que essa é uma fala importante dela, porque a Márcia esteve aqui e o Coronel e eles disseram exatamente o contrário, que tinham pedido ajuda e que não tinha vindo. Acho que isso, Relator, é uma fala extremamente importante ao ponto, inclusive, do que a senhora está falando, pela sua verdade, que o Coronel disse que era... que não gostou de uma atitude da CGE na investigação de algumas questões da lavanderia dos hospitais *(a depoente faz que sim com a cabeça)*.

Aí eu venho trazer aqui a importância que ontem... ontem, não, na última reunião, na terça-feira, a gente estava falando, da isenção das Controladorias nesse processo para não depender desse tipo de ação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – De autorização.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES –...de autorização para fazer a Controladoria ou o Controle Interno, seja interno ou externo.

Então eu acho que essa é uma fala muito importante, que nós não tínhamos isso no processo, falado dessa forma. A gente imaginava, mas não tínhamos falado dessa forma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – No relatório que a CGE fez, esse fato foi apontado *(a depoente faz que sim com a cabeça)*, do oferecimento que você fizeram, da conversa, só que todos que sentaram aqui nessa cadeira disseram que foram abandonados por vocês, né? Então por isso a senhora está batendo um papo com a gente, deixando as coisas bem claras, e não só claras, mas com a prova nesse sentido, as conversas que vocês tiveram, inclusive de fotografias e tudo isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí a senhora pode continuar, porque eu a interrompi ali...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Ah, sim.

É... considerando que eles não... disseram que não precisavam de auditores, né, a gente é... mostrou um trabalho que a gente tomou conhecimento via WhatsApp do Conaci, Conselho Nacional de Controle Interno, que a CGU estava fazendo com o Ministério da Saúde, que era uma consultoria no sentido de avaliar a... aquisições, né?...

(O Deputado Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Isto.

Avaliar aquisições e... tanto é que nós estávamos trabalhando numa... uma orientação técnica e... pra, pra questão de tudo que precisava constar do processo e um...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É do grupo?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ...um Guia de Riscos...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nessa conversa do dia 30?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Um dia antes do pagamento antecipado, senhores Deputados, eles conversavam no grupo a respeito da minuta de procedimentos para pagamento antecipado.

Eu faço esse alerta porque vocês... Vou repetir o que já disse anteriormente: vocês vão fazendo todo o trabalho de vocês, deixando claro, alertando, falando, conversando, e quem vai comprando lá na Secretaria vai ignorando tudo isso. E pior, não vão avisando que estão fazendo, Deputado Kennedy e demais Deputados, não vão avisando eles do que estão fazendo – eles estão no grupo alimentando informação, mas não estão dizendo pra eles: olha, nós estamos comprando antecipado, já tem a nota, tem o pagamento, tô certificando a nota.

Eles vão fazendo um embuste, se é essa a palavra, com vocês (*a depoente faz que sim com a cabeça*). É isso o que a gente percebe aqui, acompanhando a compra, acompanhando a licitação e fechando as informações com os grupos.

É isso que... a senhora também tem essa percepção, depois de ter acompanhado tudo isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É... sim, senhor. É... eu, inclusive essa é uma situação que... que me fez pedir exoneração do cargo, porque eu até tinha solici... tinha sido solicitado a... entrevistas pra mim, né, depois de sexta-feira, quando eu pedi exoneração, mas eu entendi que aqui era o momento certo, né, por consideração ao trabalho que vocês têm feito na CPI, de falar o motivo.

Eu acho que houve um desgaste muito grande da imagem da CGE, havia uma cobrança muito grande dos meus colegas que estavam ali trabalhando arduamente em orientação é... e aí quando vieram essas falas, principalmente de... dos servidores da Saúde, é... até me cobravam assim, no sentido de: não, tem que falar, tem que... Mas eu falei pra eles, uma hora isso venha, vem à tona, a verdade virá à tona.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Agora você me permite... O desgaste, e eu concordo, o desgaste que esse tão importante trabalho do governo, que são os auditores, vocês, auditores, têm, grande parte é do ex-Controlador, que entrava aqui e se fazia de tanso e não dizia nada. Entendeu? Nem o telefone do Governador ele tinha. Todas as vezes que a gente perguntava, era a possibilidade de ele dizer, de defender inclusive o trabalho de vocês.

Portanto, se houve esse desgaste, é por omissão ou técnica de respostas do professor Felipe, o ex-Controlador-Geral, que vinha aqui e infelizmente gozava da nossa cara, olhando e dizendo que não sabia absolutamente de nada.

Então, só para deixar claro aqui que o momento em que os auditores poderiam ter falado era exatamente por quem os chefiava, que infelizmente não o fez. Então, por isso... só para deixar claro e, mais uma vez, agradecer à senhora por esses esclarecimentos que está prestando aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Luiz Felipe esteve aqui e falou que ele só soube desse troço dia vinte e?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Oito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 28, pela CGU.

E aí, essa história é verdadeira? Ele acompanhou tudo isso? A senhora conversou com ele? Quando é que o Luiz Felipe soube que o governo estava comprando, fazendo pagamento antecipado, não estava obedecendo as regras?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É... sobre especificamente o caso da Veigamed, nós soubemos no dia 17 de abril. É... o superintendente Orlando fez contato com o professor falando da preocupação com relação a essa aquisição e aí no dia 18, que era um



sábado, a... a Márcia... mas nesse, na verdade nesse mesmo dia é... o professor já coloca ali no grupo, porque a gente também tinha um grupo interno, né, é... um grupo de WhatsApp interno, falando sobre essas situações, o professor alerta sobre essa compra.

O nosso coordenador de Informações Estratégicas já começa a fazer um trabalho de verificação é... dos fornecedores e sócios e a... já foi designado um auditor naquele dia é... pra, que era uma sexta-feira, pra começar a verificar realmente essa aquisição.

E aí no dia 18, no sábado de manhã, a Márcia envia um e-mail pra gente pedindo pra olhar esse processo, mas já estava sendo olhado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora confirma que ele só teve conhecimento disso dia 17 de abril?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então ele designou a senhora no dia 22 de março e aí nesse período houve uma vacância de conhecimento da parte dele sobre essas coisas. Eu entendo que isso seja natural, porque se a Márcia, o grupo escondeu desse grupo a compra, ela pode ter escondido também do Controlador, de todas as pessoas, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu só fazer uma pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Do dia que a senhora entrou no grupo até o dia 17, quando foi falado pra vocês, a senhora se reportava a ele, a senhora falava: ó, estão discutindo tal assunto lá no grupo, está surgindo um projeto... A senhora se reportava a ele com relação às questões que estavam sendo discutidas no grupo?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Com certeza. É... inclusive eu trouxe pra vocês também é... três grupos que a gente tinha paralelos, que era...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu vi aqui.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É. Nesses três grupos era SEA/CGA Covid...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aquela foto que tem ali e o telefone do Luiz Felipe, que diz assim: funcional, é o telefone dele mesmo?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto. Tinha um outro grupo que era Abusividade em Preços...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum, hum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ...que a gente vinha estudando o assunto, e tinha o Consultoria Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que tipo de repórter a senhora fazia, que tipo de fala a senhora fazia pra ele do que aconteceu aqui nesse emaranhado de coisas? O que a senhora falava? Como era? Era diariamente ou quando surgia um fato novo? Como era?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Era muito... assim, era muito dinâmico, eram muitos grupos, né, mas tudo que eu entendia que precisava ser estudado pela equipe eu ia colocando nesses grupos, sobre pagamento antecipado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque ele veio aqui e disse que a senhora nunca falou nada pra ele, por isso a minha pergunta.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim. Sobre a Veigamed não, porque eu também não tinha conhecimento, né, não foi tratado naquele grupo de Covid Compras sobre o caso específico da Veigamed. Sobre isso realmente eu nunca conversei com o professor. Mas os assuntos é... em tese sobre as discussões do grupo, isso eu repassava diariamente a ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Relator.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu estou satisfeito, já compreendi bem os passos do que aconteceu.

Vou acompanhando os meus Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – O.k., Relator?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, eu vou passar a palavra aos meus Colegas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Está certo.

Com a palavra o Deputado Fabiano da Luz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado, Deputado Cobalchini.

Bom dia, Simone e todos que nos acompanham.

Você ouviu os depoimentos do Luiz Felipe aqui na CPI?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Daquilo tudo que ele falou, o que de divergente tem com o que você vivenciou na Controladoria?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, eu me lembro sobre essa situação de não ter reportado a ele, mas acredito que ele que... queira ter se referido à questão da... do processo específico da Veigamed, né, como eu comentei aqui que eu também não tinha conhecimento. No mais não me lembro assim de alguma situação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Aquilo que ele falou, que identificaram roubo, que sabiam disso tudo...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, a gente só soube desse caso no dia 17 de abril, né? Aí houve um trabalho... No dia 17 a gente soube, houve um trabalho da auditoria, da Gerência de Licitações e Contratos, auditores designados pra estudar esse caso, dia 24 a gente teve uma reunião com o Secretário Helton, expondo a situação, e aí a partir disso já passou pra Corregedoria e Polícia Civil, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Nesse período de dispensa de licitação, quantos contratos foram achados irregulares?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É... na verdade a gente não trata assim de irregularidades, a gente trata de... é... situações que precisam ser melhor ajustadas no processo, é... ações que o gestor precisa ter pra mitigar riscos, é... Mas a gente teve uma série de... eu não tenho aq... eu tenho aqui... até hoje nós olhamos... deixa eu pegar o documento aqui (*a depoente folheia documentos*) que eu anotei. A gente está com duas auditorias, tanto é... contratações pra frente quanto a contratações já ocorridas, né? Então nós temos 23... Estamos olhando 23 que já ocorreram e já olhamos 20 que são pra frente, compras que vão ser realizadas. E aí...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Dessas 23, na maioria é apontada alguma irregularidade?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – A gente aponta, pede que o... o gestor verifique, nessa auditoria a gente já faz também a qualificação de fornecedor por trilha de auditoria e a gente passa todo o trabalho no sentido de todo aquele guia de... de identificação de riscos a gente recomenda que junte algum outro documento ou melhore alguma justificativa. Isso os auditores têm feito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – No caso desse processo de dispensa, quais foram as falhas que vocês apontaram?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Vou pegar aqui que fica mais claro (*a depoente folheia documentos*). É... ausência de data e identificação de representante da proposta apresentada pela Veigamed; impropriedade nos orçamentos constantes dos autos com indícios de mesma grafia, redação e elementos gráficos das propostas das empresas MMJS, JE Comércio e Veigamed; documentos que faziam referência ao mesmo endereço



relativo às empresas; endereço informado pela Veigamed aparentava ser de um endereço comercial; aparente substituição do modelo contratado por outro sem a necessária avaliação e aprovação de parte da SES; valor do equipamento aparentemente superior ao contratado por outros entes ou mesmo pelo Estado de Santa Catarina; entre outros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E isso vocês encaminharam?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Nós encaminhamos é... ali dentro da própria CGE tem uma Corregedoria, né, nós encaminhamos pra Corregedoria e a Corregedoria começou a fazer um trabalho conjunto com a Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E do pagamento antecipado, sabe como foi tratado esse assunto? O governo posicionou, vocês posicionaram o governo sobre essa questão do pagamento antecipado?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Nós só soubemos daí no dia 17 de abril, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E isso tá incluído agora nessas falhas levantadas?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Você, sendo uma auditora...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, aqui... Desculpa, Deputado, só acrescentando, aqui tinha mais um item: realização em 2 de abril de pagamento antecipado do valor total da contratação sem a exigência de garantias que mitigassem o risco de não entrega dos equipamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Quanto aos demais órgãos, MP, Tribunal de Contas, quando eles entraram na discussão, nessa análise dos processos?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É... todos eles... é, praticamente todos entraram no dia 22 de março... É... é... no grupo o senhor diz?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Sim.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – No grupo, dia 22 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Existe alguma análise prévia feita de todos esses contratos que permita a vocês evitar que o governo faça alguma contratação ou feche algum contrato?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, as contratações elas são em número muito grande, então não haveria condições, né, de... de efetivamente se verificar todas essas contratações.

Em virtude dos acontecimentos e pela pandemia, hoje a gente tem feito um trabalho, já havia sendo tratado um... um... um trabalho dentro da... da... da CGE e aí reforçado por uma decisão do Tribunal de Contas, que todas as compras acima de 176 mil vão ser verificadas previamente pela CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Eu vi que vocês apontaram ali nas falhas algumas questões relacionadas às empresas. É função da Controladoria ou vocês fazem também esse *checklist* das empresas para saber a idoneidade delas ou não?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim. Tem uma trilha de auditoria, né, que é coordenada pela nossa Coordenadoria de Informações Estratégicas, que tem uma trilha. Inclusive a gente... como até o... o Deputado comentou, né, é... o que que a gente precisa melhorar, né, desse caso, desse triste episódio, e uma das situações que a gente tem tratado é levar essa trilha de auditoria pra Secretaria da Saúde pra que eles tenham, de uma forma mais rápida, a... uma qualificação pelo menos mínima dos fornecedores.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E a Controladoria consegue ter acesso aos sistemas eletrônicos de acompanhamento dos processos?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Do SGPE? Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Tem? Conseguem todo o acesso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, sim. Nós, inclusive, fizemos uma instrução normativa junto com a Secretaria da Administração criando um assunto específico de Covid, porque existe também... E até pra questão do Portal da Transparência, pra que efetivamente as pessoas saibam o que tá sendo comprado pra Covid, a gente precisa que os servidores também alimentem essas informações de forma adequada. E aí, como a gente viu que existia... que nem todos colocavam que era Covid, a gente criou um assunto específico no SGPE e também fizemos uma melhoria a... via orientação, pra que os servidores também tivessem uma padronização no módulo de contratos do... do Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Bom, com relação a isso que tu falas, dos servidores, essa identificação de quem mexe, sustenta, manipula a informação nos processos, é feita só pelo CPF da pessoa?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É pelo CPF e senha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E senha.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E pelo *e-mail*? O *e-mail* não permite acesso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – O programa identifica o IP da máquina? Ou ele pode fazer esse trabalho de casa, ele tem que fazer no setor dele, é só naquele computador?...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, a gente, na verdade, tem... Quem trabalha... Na verdade o SGPE ele é um sistema que tá na página da Administração e todos podem ter acesso. Agora, pra tramitar algo lá ou assinar um documento, enfim, aí tem que ter a VPN, né, que é um acesso da rede, do governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Nos *e-mails* do governo, tem algum controle?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não saberia dizer, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – É comum os servidores alterarem as suas senhas no sistema? Ou é aquela senha que ele começa e segue sempre?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, não há necessidade de alterar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Não? Não precisa alterar?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, não precisa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Mas ele pode, se quiser alterar a sua senha?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu não me lembro de ter feito alteração da minha senha, mas acredito que possa, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Se ele achar que a senha dele pode estar sendo utilizada, ele tem essa...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Todo sistema precisa ter...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – ...disponibilidade de alterar a senha?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, todo sistema precisa ter essa segurança, né, de trocar a senha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) – Obrigado, Deputado Fabiano.

Quero anunciar a presença do Deputado João Amin, que estava presente remotamente e agora se encontra aqui conosco. Bem-vindo, Deputado João Amin.

O Deputado Kennedy havia pedido a palavra, a quem concedo, e, em seguida, concedo ao Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom, eu tenho algumas questões aqui, senhora Simone, que eu não consegui compreender. Primeiro de tudo: eu vou me basear em cima do que a senhora apresentou aqui, do grupo de WhatsApp chamado Covid Compras.

O Secretário Tasca é que fez o grupo, ele criou o grupo no dia 22 de março (*a depoente folheia documentos*) e foi adicionando as pessoas, foi adicionado as pessoas (*o Deputado vai acompanhando o print das mensagens*), e a Márcia fala no grupo a primeira vez no mesmo dia, dia 22 de março, às... o grupo foi formado às 12h27min, ela fala às 16h22min, mas eu não consegui ver a Márcia no grupo, nem na formação, porque lá na frente, por exemplo... Quem são os que estão colocados ali? Tem quinze participantes, aliás... Não, tem a senhora, Karen, Secretário Tasca – a Karen e o Tasca são administradores –, Alessandro Compras, Carla, Caroline, Denise, Guilherme, Jonathan, Lima... aí tem aqui: mais seis; na outra página, Marcelo, Naira, Patrícia, PGE, PGE e Thiago. A Márcia não está aqui.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu acredito...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí depois coloca lá: Rede de Compradores, Alessandro... Vão colocando, mas eu não consegui ver aqui onde a Márcia entrou no grupo. Ela só aparece depois, às 16h22min, falando... Ela coloca: sou a Márcia... Talvez aqui pela cópia não deu a entrada dela, eu não consegui ver a entrada dela no grupo, só quando ela fala.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É, eu acredito que ela já estava no grupo e aí eu fui adicionada, por isso que eu só... só... participei das conversas até... dali pra frente, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k., vamos lá.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – E aí ela não aparece porque o Secretário Tasca depois a excluiu do grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, ela excluiu só depois lá na frente...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...quando saiu a matéria do Intercept.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso. Por isso que eu acredito que lá na frente não apare...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Depois de ele colocar.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ...ela não aparece como integrante, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, mas aqui no início... Bom, mas é uma questão mais técnica pra eu conseguir saber.

A senhora conhece a Márcia?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu a conheci...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – São amigas? Não?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, eu a conheci na... nesse momento, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Nesse momento?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso. A partir do dia 22.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sabe por que eu lhe pergunto se vocês se conhecem? Eu não tô aqui pra julgar a amizade de ninguém, cada um tem... só tem uma coisa que a gente não escolhe: são cunhados, porque a gente já compra com o pacote feito. A gente namora e vêem os cunhados junto, daí não tem como escolher, mas amigos a gente pode escolher. *[Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira]*

Mas sabe por que eu faço essa pergunta? Porque cada vez que a Márcia colocava algo no grupo, foram poucas as vezes, a senhora sempre aplaudia, colocava: que belo trabalho, Márcia... Ou seja, a senhora sempre tinha uma palavra... a senhora é a primeira a comentar a fala da Márcia. Por isso a minha... tem alguma explicação ou não?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, na verdade assim, eu reconheci o trabalho que a Saúde tava fazendo, era um trabalho difícil, né? É... se comentava que eles trabalhavam doze horas por dia, enfim. E... era uma forma de motivar o trabalho. Mas, efetivamente, eu conheci a Márcia apenas é... a partir do dia 22 de março ao entrar nesse grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito. A...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Até depois a gente até... ela... ela é... a gente até lembrou que o meu marido, depois, né, meu marido estudou com o marido dela é... mas, enfim, assim... é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas não sabiam antes.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha única preocupação é porque... é... isso aqui a gente vê que era um grupo sério e que não tinha muito... eu sou — e os Deputados aqui sabem, né — um divertido no grupo dos Deputados, mas aqui a gente não via diversão. Eu percebi que todas as vezes que a Márcia colocou alguma coisa a senhora sempre fazia um apoio, batia palmas, dizia: que legal, Márcia! Parabéns! Eu imaginei que vocês tinham algum tipo de conhecimento.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, mas, é... os outros integrantes, talvez em menor quantidade, também, assim falavam, né?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, só quando ela disse fechamos...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – I...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí houve...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...uma série de coisas, mas...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...antes.

No dia 23 de março, às 13h30min, o Fabrício, do Ministério Público, faz uma pergunta: “Uma dúvida: qual seria exatamente a dificuldade prática na requisição administrativa desses respiradores, com indenização posterior?” Aí a Márcia responde, às 14h11min: “Amigos, estamos em tratativas para aquisição hoje” dia 23 de março “de 200 Ventiladores Pulmonares a 15 mil dólares por equipamento!!! Nesse momento os médicos intensivistas estão fechando o parecer técnico, assim que concluimos aviso aqui...” O Fabrício coloca: “ótima notícia”. E a senhora aplaude.

Aí, o Fabrício... daí vocês falam de uma reunião, na página 28, o Marcelo, do Tribunal de Contas, coloca assim: “Falaram na necessidade de comprar 300 na reunião, já atende boa parte. Que bom.” Aí o Fabrício coloca assim: “Só não entendi se esses 300 já consideram os 41 que virão da manutenção ou seriam 259?”

O que teve a discussão na reunião que falaram que eram trezentos, ela disse que comprou duzentos, daí quem participou da reunião disse: mas não era trezentos? Está vindo



41... Eu fiquei confuso aí. É tanto respirador que a gente se confunde e depois, no final, não veio nenhum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Era realmente muito dinâmico. É... essa reunião que houve é... foi realmente com os integrantes do grupo. É... eu confesso ao senhor que eu não me lembro sobre essa situação de 41 que virão da manutenção...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora participou de uma reunião que teve numa sala da reunião?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu participei, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora sabe o que... qual foi o áudio que logo depois que terminou a reunião o Secretário Tasca colocou e ele apagou o áudio?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Eu não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não lembra.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ...não me recordo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque depois da reunião que houve, houve um questionamento, Deputado João Amin, e o Tasca faz um áudio, apaga o áudio e depois coloca o Tribunal de Contas da União no grupo. Eu estava querendo ver esse áudio. Mas vamos lá.

Na página 30 ela coloca daí a compra das duzentas peças, e daí já seria uma cotação de 1.315.000,00 milhões de reais, mais frete é... menos de 70 mil. A gente começou a falar com 15 mil, já está em 70 mil e lembrando que os da Veigamed foram fechados em 165 mil. A senhora coloca: parabéns, Márcia, pelo seu trabalho.

Já vamos para o dia 24 quando começa a fala dos EPs. Aí vem aqui, falam dos EPs que não foi colocado. Aí, a senhora coloca, na página 37, assim: “O parágrafo (...) do Decreto 1322 pode ser utilizado pelo gestor. Por ser compra de alto valor, uma lei (como outros Estados (...)) – vocês estavam falando daquela lei que o Relator já citou – “traria um conforto maior ao gestor. Mas pela situação sem precedentes (a decisão precisa ser tomada hoje), infelizmente não haverá tempo hábil.” Isso a senhora está colocando, né? E a senhora faz a pergunta se a Secretaria conhece isso como um bom fornecedor. A Márcia depois, lá na frente, responde: o *b* a gente conhece, o *a* a gente não conhece... E depois vai.

Aí... tem algumas coisas ainda... vai comentando, comentando aqui da questão do PL, vão falando sobre o PL, ela compartilha um rol de processos, a senhora diz: obrigado, Márcia. Estou na página 51 agora. Aí, a Denise fala... coloca aqui um guia de avaliação de riscos de boas práticas feitas pelo TCE, não é? Aí, a Carla da administração coloca a instrução normativa, a Márcia aplaude a instrução normativa, e coloca depois, às 20h24min: “Gostaríamos de compartilhar que fechamos a compra se 100 peças de ventiladores pulmonares, ao valor unitário de (...) 70 mil.” A senhora coloca: notícia boa. Aí, todo mundo coloca aqui: parabéns, parabéns. O Fabrício coloca: parabéns. Todo mundo coloca: parabéns.

No outro dia, às 21h09min, a Márcia coloca: “Estamos empenhados para fechar o próximo”. Aí vira, no dia 25 a Naiara, da Secretaria de Integração (*sic*), entra no grupo, e a Naiara coloca, depois, lá na frente, a preocupação — e diga-se aqui de passagem, senhor Presidente — da Naiara que começa a colocar uma série de pontos pra dar garantia no processo. O único descompasso que existe na conversa da Naiara para com outros era a questão de tempo. Parece que a Secretaria de Integração (*sic*) estava muito mais preocupada na questão de segurança, e não estava tendo essa ideia do tempo. Aí vai, vocês conversam até na página 71 sobre a questão desse projeto que entrou aqui e saiu. Na página 72, a Márcia coloca: “Gostaria de compartilhar com os senhores, duas propostas”... que a gente já falou, que ficou em 165 mil.



A Naiara, na página 74, logo depois que a senhora diz assim: “(...) tem histórico de compra (...)”? Depois ela responde, a Naiara coloca a preocupação e o alerta da importância dos históricos “(...) para evitar compras de empresas com inexperiência e sem capacidade de compra, em razão de algumas já terem solicitado adicionais de pagamento por oscilação dolar (...)”. A Naiara começa a colocar aqui a preocupação desse processo.

Aí tem a resposta da *a*, sim, a *b*, sim. Vamos lá. Aí, na página 79, 00h40min, a Caroline, do TCE, coloca: “Márcia, é interessante que essa informação conste em cada um dos processos (...), demonstrando-se a variação do preço para posterior (...)”. A Márcia responde no outro dia, às 7h31min: “Ok”. Aí a Márcia coloca uma proposta de aluguel da Ortomedical, e daí a Márcia... daí vem aquela fala de prazos, né, prazos que seriam pra março, aliás, pra abril, outras em junho.

Aí o Secretário, que é o administrador do grupo, o Tasca, coloca no dia 26 o doutor Darlan, do Ministério Público Federal, no grupo. Presta atenção como é a questão. A questão vai andando e outros órgãos e pessoas vão entrando no grupo. O Secretário coloca o doutor Darlan no dia 26, e o Secretário coloca o doutor Maurício Medina, do Ministério Público, no mesmo dia.

Vai dando a conversa, vão falando de instruções normativas, aí no dia 27, presta atenção, no dia 27, Deputado Felipe, o senhor Fabrício coloca a seguinte mensagem: “Senhor Secretário, Senhoras e Senhores, Diante do imenso volume de atividades urgentes em que se encontram envolvidos todos os membros do Ministério Público, e considerando também a ausência de respostas em relação a questionamentos efetuados pelo MPSC neste grupo,”... por quê? Porque o Fabrício, Deputado, tinha colocado vários questionamentos e sendo ignorados. Todos os questionamentos que o Fabrício do Ministério Público vai colocando são ignorados, não são respondidos. Aí, ele coloca: “situações que, ainda que possivelmente compreensíveis diante da situação excepcional, têm impossibilitado o devido acompanhamento das questões aqui tratadas, solicitamos o desligamento dos trabalhos do Grupo Covid-19-Compras, iniciativa que, até mesmo pela natureza dos temas até hoje tratados, no nosso entender tem condições de continuar sem a presença do MPSC.” — Ministério Público pulando fora. “Agradecemos pelo convite e pedimos compreensão quanto à nossa decisão (...)”.

Isso foi colocado às 20h51min do dia 27. Aí ele saiu logo em seguida da publicação, o Ministério Público. Logo depois que ele sai, ele é colocado de novo no grupo, isso é quase nove horas da noite, colocado de novo do grupo, e ele coloca assim, às 20h53 - ele saiu às 20h56min e entrou de novo às 20h58min: “Agradeço novamente.” Presta atenção. Quando ele coloca, o doutor Maurício Medina, que tinha entrado no mesmo dia, que é o Promotor - é Promotor, né, o Maurício Medina? - coloca assim: “Como dito pelo dr. Fabrício, seguimos à disposição. Bom trabalho a todos”. E o Medina sai do grupo.

A senhora sabe por que deu essa encrenca ali do Ministério Público dar uma nota oficial, sai, volta, o Medina coloca que estamos à disposição e sai do grupo?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Também não, não sei, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora tinha percebido isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Sim, percebi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso é muito importante da gente saber...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ... até porque... pra nós, eu senti, naquele momento, assim, que era uma perda. O Ministério Público vinha é... dando bastante orientações...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu acho que esse é um ponto importante, porque, por diversas vezes, quem sentou-se aí nessa cadeira disse que o



Ministério Público, o Tribunal de Contas, estavam envolvidos, estavam presentes, sabiam de tudo, né, diversos. Mas, daí, a gente começa a observar que a evolução do grupo e do negócio, nós estamos falando do dia 27. Dia 27, o Governador já tinha falado na *live* sobre a compra dos respiradores, ele falou dia 26. Dia 27, o Governador já fala, e olha só: dia 27, o Governador fala no final da tarde, oito da noite o Ministério Público carca. Presta atenção.

Aí, no dia 31 de março o Ministério Público total saiu do grupo, porque o Fabrício saiu de novo. Fabrício deu a nota, saiu, voltou dois minutos depois, o Promotor Medina fala estamos à disposição, logo em seguida, sai também. Aí, no dia 31, o Ministério Público sai de vez, quando a Karen adiciona a Patrícia Quintanilha, da CGU, dia 31 de março. Ela adiciona a Patrícia da CGU, ou seja, Ministério Público tinha saído fora, e a Patrícia colocou.

Daí já estamos no dia 1º de março, quando o Tribunal de Contas coloca uma matéria sobre ventiladores: “Projeto permite construir ventiladores pulmonares mais baratos (...)”. O Ministério Público de Contas coloca: “Soube hoje que a Weg (...) passou a fabricar ventiladores pulmonares. E a um empresa em Joinville que está tentando imprimir ventiladores (...)”. Isso dia... dia... deixa eu só ver aqui... dia 1º.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Qual é a página, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu já estou na página 96 e 97. Dia 1º. Veja bem, a compra já tinha sido feita e eles estavam ainda tentando. Olha o *delay* do tempo das instituições e do processo de compra. Dia 1º a compra já tinha sido feita e dia 2 já ia ser o pagamento. Aí a Márcia, na página 98, no dia 1º, às 14h36min, coloca três mensagens que foram apagadas. Aí a senhora diz assim, às 14h40min: “Márcia, alguma ideia pra que se possa ajudar?”

A senhora pergunta. Por quê? Porque a Márcia coloca três mensagens, apaga, a senhora diz: “Márcia, ainda tem?” Ela não responde. Depois, ela respondeu: “Perdoe-me errei de grupo, mas fica aí nosso apelo, se alguém tiver contato que forneça hoje máscaras (...)”. Por que a Márcia já começa a falar em máscara e depois ela coloca aqui uma série de equipamentos, porque ela já tinha feito a compra dos respiradores que não chegaram, mas ela não fala nada no grupo, ela não fala!

Aí vai: “Novamente peço desculpas por enviar para endereço errado, mas se puderem nos auxiliar a encontrar (...)”. Eu queria saber quais são essas três mensagens que ela colocou e apagou, porque se percebe aqui que a Márcia colocou três mensagens no dia que foi encerrada a compra, ela apaga, a senhora pergunta: posso ajudar? Ela diz: não. Manda uma relação já de outras coisas de EPIs e, depois, ela volta a se desculpar de novo: peço perdão de ter colocado...

Aí vamos pra frente: na página 111, já estava no feriado, e a Denise, do Tribunal de Contas, fala sobre a preocupação do hospital de campanha. E no dia... aí vai indo lá, no dia 28 de abril o Guilherme do TCU, dia 28 de abril, o Guilherme, do Tribunal de Contas, colocou no grupo a matéria do Intercept. Dia 28 de abril a matéria do Intercept.

A senhora falou que vocês tiveram conhecimento dia 17, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Dia 17.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Exato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O professor Luiz Felipe, ex-Controlador-Geral, disse que ele ficou sabendo pelo TCU também... ou, não, pela seja CGU, né...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – CGU. Foi nesse dia 17?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Foi.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então no dia 17, até sair a matéria no dia 28, nós estamos falando de onze dias. E onze dias naquele momento era uma eternidade.

Agora, sabe o que me chama a atenção? É que nós ouvimos na última reunião o senhor que apertou o botão — até falaram que ele apertou o botão — e ele disse que o gerente do Banco do Brasil avisou ele no dia 7 que tinha dado problema em outros Estados. Sabe o que me faz entender... eu não consegui entender ainda, eu... o trabalho da auditoria é imprescindível, né? O próprio Tribunal de Contas diz que essa nova forma que o governo fez de colocar a Controladoria fora da Fazenda, como era antes, foi um atraso. Por quê? Porque vocês antes estavam dentro da Fazenda e poderiam ter...

Quando eu ouço agora que vocês saíram da Fazenda e chefe de licitação fica bravo com vocês, porque vocês vão fiscalizar lavanderia de hospital e não aceita ajuda de vocês, só me faz entender ainda mais que foi um erro do governo em fazer esse tipo de ação. Por quê? Porque se o fornecedor, aliás, o Banco do Brasil sabia que tinha dado problema e avisou, Presidente, aí vocês da Controladoria-Geral ficam sabendo pela CGU, órgão federal, só no dia 17, e o grupo que vem tratando disso só sabe dia 28, quando estoura o processo, tem um *delay*.

Sabe o que que eu peço para a senhora? Não é explicar isso porque está claro, agora, tem coisas que não dá pra explicar. Eu fiquei responsável — porque a Comissão colocou em minha responsabilidade, junto com outros técnicos aqui da Casa — da gente montar a proposta legislativa para não permitir mais que isso aconteça, e a sua ajuda é importante nessas questões, até porque, pelo que eu vi, a senhora pediu exoneração do cargo de Adjunta e o último ato do professor foi lhe nomear como gerente... de como é? Teve uma nomeação sua? Ele nomeou a senhora numa outra função?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Não, na verdade, como eu era Controladora Adjunta, eu também sou ordenadora primária da CGE. Pra que não a... a CGE não fique a descoberto, porque ela tem contas a pagar, enfim, eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora foi nomeada.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – ...é... eu continuei como ordenadora primária apenas nesse momento de transição até...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que mexe no Sigef?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER – Isso... até que efetivamente... né, agora, ontem, já foram anunciados novos nomes e, aí, sim, com portaria de orde... de... pra que seja ordenador primário, aí eu... eu também não vou mais ser ordenadora primária.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas é importante que vocês nos ajudem, estou pedido uma ajuda, até pra, pra... seus colegas auditores, para que nós possamos colocar, junto ao parecer, essas mudanças no sistema, tanto no SGPE, que para mim é totalmente falho, pelo que a gente ouviu, como também no Sigef, essas mudanças para que não aconteçam. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini*]

Agora eu tenho uma pergunta: por que... Só se... se não entrou aqui, mas no dia... deixa eu ver aqui... no dia 2 de abril, a primeira mensagem do grupo foi 12h42min. A última mensagem foi às 17h11min. Aí, pelo que a senhora nos deu aqui - essa é a minha pergunta -, parece que ninguém mais falou no grupo, das 17h11min do dia 2 até as 21h33min do dia 9, quando a senhora manda uma orientação técnica, às 21h33min, e a Márcia responde na mesma hora com um o.k.

O que aconteceu do dia 2 de abril, das 17h11min, que foi o dia do pagamento, não é, Relator?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Certamente.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dia 1º foi o pagamento.
Dia 2 de abril...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Dia 1º o pagamento e dia 3 o saque.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá. Então assim, o que aconteceu, porque a gente não está tendo aqui... tem um cri, cri, cri do dia 2 de abril, 17h11, até o dia 9 de abril, 21h33. Não teve conversa nenhuma nesse grupo nesses dias?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, senhor, é o que tá... o que tá no grupo tá aqui. E... e eu deixo o meu celular à disposição.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ninguém, ninguém falou nada do dia 2 até o dia 9? É uma semana.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, eu confesso assim que a, a, a questão das conversas mais dinâmicas realmente foram mais ali no... naqueles primeiros dias de... nos primeiros dias não, né, aqueles dias de março, ali no início do grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pois é, mas ainda no dia 2 de abril a gente estava em pânico, ainda valia o parecer que nós teríamos em abril seis mil pessoas mortas. Eu vi agora um outro parecer de um professor da Universidade Federal que nós teríamos cinquenta mil mortos, né? É um negócio impressionante.

A minha presença é o seguinte... houve, é óbvio, uma evolução do coisa, quando deu dia 1º o pagamento, do dia 2, do dia 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, até a noite, 21h30, silêncio total de TCE, de Administração, do Tasca. Silêncio total.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Eu me lembro, Deputado, que no dia 6 nós tivemos uma reunião com o Secretário Helton, por videoconferência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E ninguém, inclusive, nem sequer falaram, convocaram, porque na outra reunião por videoconferência tinha até movimentação: entra na sala, deu, conseguiu, pipipi, papapa.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Hum, hum, isto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Nessa daí não houve nada?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não. Nós tratamos de dois assuntos, um deles era o apoio da CGE à SES, é... e nesse momento a gente comentou que a gente tinha ido à Saúde no dia 31 e que não... que os servidores entendiam que não precisavam da presença física dos auditores, e o Secretário Helton falou: não, eu quero, eu quero os auditores aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas daí a vaca já tinha ido pro brejo.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, aí a gente começou a ir presencialmente, os auditores, é... no dia 8 de abril. Aí ficaram um período lá na... na Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí olha só: ficou quieto, no dia 28 o Guilherme, do TCU, colocou a matéria dos respiradores, daí o Secretário Tasca responde logo em seguida assim: “Boa tarde! Sim. Em seguida será divulgada uma nota oficial pela SES. Assim que for divulgada posto aqui.” No dia 28 de abril. O Guilherme, do Tribunal de Contas da União, coloca: “O.k. Obrigado.”

Aí, logo em seguida o Tasca, que é administrador do grupo, tira a Márcia do grupo. Quando sai a Márcia do grupo, o Tasca coloca a nota oficial. Depois da nota oficial, o Darlan, do Ministério Público Federal, pica a mula também, sai fora. O Ministério Público do Estado já tinha saído fora, ele coloca o Ministério Público e o TCU. O Ministério Público sai fora. Aí o Tasca... o Tribunal pergunta: são recursos estaduais? Ele coloca: não, são municipais.



Agora, já indo pro encerramento, eu queria ver uma questão com a senhora. A senhora fala no grupo Riscos de Saúde, que a senhora criou no dia 26 de março, é isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Consultoria Saúde, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É, a senhora coloca aqui. E logo nesse grupo, ainda no dia 26 de março, a senhora criou o grupo às 17h46, não tenho a página aqui, e às 17h48 a senhora encaminha um texto da Lei 13.000 (*sic*), de 2020, o artigo 4º, parágrafo 2º, e a senhora encaminha o texto assim: “Do que entendi da conversa com a Márcia, o cerne está na definição do preço dos ventiladores mecânicos...” Eu estou lá no dia 26 de março ainda, tá? A compra estava sendo feita. “dos ventiladores mecânicos, coisa impossível nesse momento. Assim, pode ser uma boa alternativa para aumentar a segurança dos processos de aquisição a formulação de um parecer jurídico que justifique a dispensa de estimativa de preços com base na declaração de calamidade.” Aí continua: “Para reforçar, poderia ser organizado material (notas técnicas estaduais...” Depois a senhora coloca: “Quem sabe a PGE ajude nisso, um parecer do órgão central do sistema jurídico pode ser importante para evitar problemas (...).”

Aí a outra mensagem que a senhora encaminha – não é a senhora escrevendo, a senhora encaminha: “Além do que está sendo feito, uma ação de controle legal poderia ser acompanhar a entrega de alguns dos equipamentos, documentar e divulgar. Verificar a efetivação de sua utilização, mostrar para o público que os esforços têm proporcionado o resultado esperado.” Isso daí é no outro grupo, que a senhora encaminhou dia 26 de março.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu voltei lá no dia 26 de março.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Deputado Kennedy, se puder, se puder ajudar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Se puder ajudar, Deputado, porque nós temos outros Deputados inscritos. O senhor está lendo todo o relatório e não vai sobrar mais nada para ninguém.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas eu... essa é a última, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — O.k.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Essa é a última. Até porque eu passei ontem a noite estudando e eu preciso de esclarecimento, a gente está precisando esclarecer.

A minha pergunta, senhora Simone, é a seguinte: a senhora recebeu esta mensagem, que a senhora encaminhou no dia 26 de março, de quem?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Eu teria que olhar, Deputado. Eu não me lembro, era muito dinâmico, é... não sei se foi algo do próprio Conaci, eu sei que realmente... em algum grupo eu recebi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A senhora se compromete a verificar...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...de quem a senhora respondeu.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E pode enviar pra cá pra gente, porque...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Claro.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...isso é muito importante, porque no dia 26 a senhora encaminha um texto, inclusive com dicas de mostrar à população como está sendo feita, e eu queria saber quem mandou essa mensagem, porque isso é muito importante.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A última pergunta: como é que surgiu aquela ida da senhora ao escritório particular do ex-Controlador-Geral, que a Márcia disse que foi chamada lá e o Controlador disse que deixou... foi chamado pelo Secretário e a senhora ficou lá. Como é que foi? A Márcia disse que foi pra ela não ver a fala do Governador; o Secretário disse que foi a Márcia que chamou.

O que a senhora fala sobre esse assunto? Nós temos duas versões. Eu queria ouvir da senhora, que estava presente.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor.

É... no dia 28 de abril, 12h02min, a Márcia escreveu pro professor assim: professor Felipe, bom dia. O professor responde: bom dia. A Márcia escreve: gostaria de saber se o senhor consegue me receber. Tenho muitas dúvidas, gostaria de documentar tudo, dar materialidade a todo o tempo que permaneci no Coes, etc., antecipar toda essa instrução. Caso possível, só me passe qual sua disponibilidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Então, o professor, nesse dia 28 de abril, ele comentou que tinha recebido esse WhatsApp da Márcia. É... no dia, não, não comen... não combinamos nada, né? A situação era tratada entre ele e a Márcia. No dia 29 eu tinha uma reunião na Secretaria de Saúde lá no Centro, com o novo superintendente, é... que sucedeu a Márcia, o Vanderlei Vanderlino, e aí é... de lá, né, nesse dia o professor fez contato comigo e disse: olha, eu vou... a Márcia pediu... já que pediu eu vou ouvi-la, né, é... então você se encaminha lá pro... pra essa sala no, no Santa Mônica. E aí eu assim o fiz. Quando eu cheguei lá o professor, a... só estava o professor na sala e ele comentou que ele estava sendo chamado pra uma *live* com o Governador. É... mas que como a Márcia estava a caminho, que era pra eu aguardar e ouvi-la.

É... nesse momento eu esperei na sala, é... já fiquei esperando, a moça da recepção avisou que ela tava subindo, é, eu já recebi na porta, ela tava muito abalada, né, muito... chorava muito e... fiquei preocupada assim com a, a situação dela, né? E aí ela comentava de datas, nomes, preocupada que os respiradores não iam ser entregues.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ela perguntou por que o professor não estava ali?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O que a senhora respondeu?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Eu disse que ele tinha sido chamado pra uma *live*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E mesmo assim ela começou a falar com a senhora?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim. Nós sentamos numa mesinha... enfim, ela chorava muito e muito preocupada com, com a não entrega dos respiradores. E aí eu... não anotei nada, né, porque não era algo, né, enfim... e aí ela foi comentando e... e aí eu, saindo dali eu até levei ela até o carro, que eu tava preocupada com ela que ela tava muito nervosa. Levei até o carro, o marido dela passou na frente do prédio e a pegou, né? E o que eu a ajudei a instruir foi no sentido de que ela realmente pegasse todos os WhatsApp dela, todas as reuniões, tudo e documentasse tudo porque ela, ela, precisaria prestar esclarecimentos sobre a situação.



E aí o... saindo de lá eu liguei pro professor, né, disse que eu já tinha saído de lá e aí o professor disse que faria contato com o nosso Corregedor-Geral, que é o Cícero, e aí a partir desse momento eu não, não acompanhei, porque daí foi tratativa entre o professor e o Cícero, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Muito obrigado. Obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Obrigado, Deputado Kennedy. Deu pra ver que deve ter dormido pouco. Parabéns pelo... muito bom.

(O senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Passo a palavra para o Deputado João Amim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN— Bom dia, senhora Simone.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN— A senhora deve... já respondeu que acompanhou os depoimentos do ex-Controlador e outros depoimentos aqui na CPI. A senhora me desculpe se eu fizer alguma pergunta repetida, mas eu estava em trânsito e em alguns momentos a sessão remota não funcionou.

Mas eu queria começar pelo meu final, que é parecido com essa pergunta do Deputado Kennedy. A senhora acha normal essas reuniões acontecerem num escritório particular, como essa que aconteceu entre a senhora, a Márcia e o professor Luiz Felipe, que participou e teve que sair para uma *live*?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, foi a única reunião que eu participei fora da, da CGE até nesse um ano que eu estou lá, né, e eu não questionei o professor. Acredito que tenha sido alguma questão de pandemia, enfim, alguma questão que ele entendeu... O local foi marcado por ele, né? Ele entendeu que o local lá era o... o... o local adequado. Não, não, também não sei porque que ele marcou lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas a senhora relatou pro Deputado Kennedy essa sua conversa com a Márcia, mas essa conversa durou uma hora, né? Aí só falaram sobre isso que a senhora comentou agora, da não anotação...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, ela citava muitas datas, é... nomes, é... ela desabafou assim no sentido de, né, que... muito preocupada com a entrega que não... que a entrega não iria ocorrer, me mostrou algumas mensagens de fornecedor dizendo que não, fica tranquila que os respiradores vão. Então, foi nesse sentido assim, uma conversa mais de, de, ouvir e no final instruí-la pra, pra que ela fizesse realmente um diário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A Márcia citou que o Felipe, professor Luiz Felipe a convidou para participar dessa reunião pra ela não ouvir a *live* do Governador. A senhora tem esse entendimento também?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Eu entendo que não, Deputado, até porque no dia anterior ela pediu pelo WhatsApp que o professor a recebesse. Então eu acredito que... que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Entendi. O professor Luiz Felipe esteve aqui em duas oportunidades e, no meio dessas duas oportunidades ele concedeu uma entrevista ao Upiara. Eu ainda não consegui entender direito se ele só mentiu, se ele omitiu, se ele não lembrou, se ele não quis adiantar, o certo é que as duas participações dele aqui foi um grande... foram um grande desrespeito não só a nós, Deputados, porque a nós pouco importa, mas aos catarinenses.

A senhora é concursada, né, auditora interna concursada da Secretaria?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor, desde 2009 como auditora.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como é que a senhora chegou ao cargo de Controladora Adjunta, quem a convidou? Não sei se a senhora já respondeu isso aqui, mas desculpa se eu estiver sendo repetitivo.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, não, não tem problema, não respondi. É... na verdade eu trabalhava como gerente de captação de recursos, né, na Diretoria de Captação de Recursos e Dívida Pública da Fazenda até 2018. É... existia já aquela questão da criação da CGE, mas a CGE só foi criada em junho de 2019. Então eu saí da Diretoria de Captação e ocupei por seis meses o cargo de ouvidora-geral, que era uma Diretoria da Secretaria da Administração. Eu trabalhei nesse período na Ouvidoria já pra... tratar a Ouvidoria como uma, uma diretoria que seria da CGE, né? E aí quando efetivamente a CGE foi, eu era ouvidora-geral e a CGE foi criada, no dia 12 de junho de 2019, quando efetivamente os cargos é... existiram, né, o professor era o Controlador, o Vander... o Vanderlei Pereira das Neves era o Adjunto, eles convidaram uma servidora, a Maria Eliane, uma auditora, pra ser a auditora-geral, mas por questões de... familiares ela não, não, aceitou, né, e aí eles é... me convidaram pra ser auditora-geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eles quem?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — O professor e o Vanderlei Pereira das Neves.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tá.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — E aí eu fiquei como auditora e agora, como o Vanderlei Pereira das Neves é... está em processo de aposentadoria, o professor me convidou pra ser a Controladora Adjunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E por que a senhora pediu exoneração do cargo recentemente, acho que foi na semana passada?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, foi sexta-feira. É... eu até comentei com os Deputados que eu é... houve algum pedido de reportagem... de entrevista pra mim, mas eu esperei por esse momento, até em consideração aos trabalhos que estão sendo feitos na CPI, né, pra efetivamente esclarecer.

É... não tem a ver com a compra dos respiradores e, sim, com o descontentamento que eu já tinha tido, né, com relação ao papel da CGE no governo. Então em virtude disso, de toda a luta que a gente tem feito, é... a gente tem uma força de trabalho muito grande, bons trabalhos e... eu acho que existe um problema de comunicação no sentido de que eu não via o espaço da CGE é... de uma forma mais estratégica no governo. A CGE ela foi criada e ela não foi instrumentalizada. Nós ficamos com poucas a... poucos, poucas competências, é... nós sempre pedimos à Casa Civil que enviasse o projeto da nossa Lei Orgânica pro, pro Legislativo e nunca saiu do Executivo. Isso a gente tem... inclusive eu trouxe aqui dois ofícios, se o senhor me permitir...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Claro.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Nós relatamos no dia 13 de novembro é... para...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — De 2019?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — De 2019, isso. É...

(Passa a ler.)

“Sem a aprovação pela Assembleia Legislativa dos anteprojetos de lei, esta Controladoria-Geral não conseguirá desenvolver adequadamente as suas atribuições constitucionais. As atividades de controle interno e auditorias se encontram comprometidas pela falta da indispensável regulamentação, porquanto dependem da aprovação do anteprojeto de lei.”

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Desculpa interromper, Simone, esse ofício foi da senhora pro Douglas Borba?



A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Foi do professor Luiz Felipe...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Pro Douglas Borba?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Isso, exatamente, no dia 13 de novembro de 2019.

(Continua lendo.)

“Temas como os acordos de leniência, que podem resultar em importantes retornos financeiros ao Estado, não podem ser celebrados sem que os anteprojetos estejam convertidos em lei. No mesmo sentido, a correição resulta prejudicada, na medida em que a atividade necessita ser disciplinada nos moldes do que se encontra proposto no anteprojeto, sem o que não haverá o indispensável suporte legal para o seu desenvolvimento.”

Então existia, sim, um pedido é... que a gente... que fosse encaminhado esse projeto de lei e... nunca, nós nunca tivemos esse, esse encaminhamento. É só pro senhor...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Isso o Luiz Felipe citou também.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Uma outra situação: nós temos, por exemplo, um decreto é... de regulamentação da Lei Anticorrupção desde outubro de 2019 e também não, não foi é... analisado e publicado, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Faça força ao seu colega, o novo Controlador-Geral, para ele ter essa força de pedir para a Casa Civil mandar para a Assembleia. A Assembleia não vai, com certeza, se omitir desse papel importante pro Estado, porque a CGE demonstrou agora, o caso dos respiradores é o mais emblemático, ela se mostrou, desculpe, perdão da palavra, inútil, né? Não sei se pelo seu comandante ou não sei se é pelo órgão que foi criado, da maneira como foi criado. Então, acho que a gente tem essa responsabilidade.

Outra reunião que foi mencionada, no *site* da CGE está noticiado que no dia 31 de março a CGE se reuniu no Centro de Gerenciamento de Risco com a Secretária da Saúde para construir mais detalhadamente o trabalho de assessoramento e consultoria. A senhora participou dessa reunião?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tá. Eu não sei se já perguntaram isso pra senhora aqui. Já?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Bom, então é... a senhora sofreu algum tipo de pressão por parte do Douglas Borba?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas a senhora percebeu, pelo menos nos depoimentos do Luiz Felipe, que ele foi até desrespeitado, sofreu pressão do Douglas Borba.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, na verdade, assim essa... entre Secretários... eu não participava dessas reuniões entre Secretários, até porque eu também sou adjunta, fiquei Adjunta muito recentemente, né? Em abril eu tava substituindo o, o Vanderlei, e em maio é que eu vim realmente a assumir Adjunta. Eu não tinha contato com os Secretários.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E a senhora participou da formulação dessa sindicância interna, desse documento que foi apresentado na semana passada pela Controladoria?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E a senhora já teve acesso a essas informações?



A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Eu olhei o processo na sexta-feira, no dia que eu pedi exoneração.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E tem algum comentário a fazer?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É... é... sobre...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Desse relatório?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — ...essa questão, como o Clóvis vem aqui, né, o auditor Clóvis, eu preferia que ele explanasse, porque ele efetivamente fez o trabalho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então, tá.

A senhora podia resumir – eu sei que o Cobalchini daqui a pouco me puxa a orelha também, como puxou a do Kennedy, mas o Kennedy foi com razão, comigo não (*risos*): a sua visão da compra dos respiradores, bem rapidamente, esse processo todo de compra, de pagamento antecipado, o que mais... o que foi o erro ali, qual foi o maior erro na compra dos respiradores? [*Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Clovis Pires da Silva*]

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — A meu ver a Saúde ela não cumpriu os ritos mínimos, né? Se tivessem feito o... aco... como é, não, não, tinha histórico de compra com o fornecedor, eles tinham que ter feito uma qualificação do fornecedor, eles teriam que ter aguardado, a meu ver, é... o que tava sendo discutido no grupo, que era o projeto de lei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Os cuidados básicos...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Isto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...administrativos não foram?...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Exatamente. É a minha opinião.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Seria isso, Presidente. Obrigado, Simone.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Obrigado, Deputado João Amin. Estava com muito crédito, poderia ter falado mais, Deputado.

Deputado Felipe?

Deputado Sopelsa, o senhor quer fazer algum questionamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quero sim, senhor Deputado. Está me ouvindo, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — O.k.

Com a palavra o Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito obrigado, Deputado Cobalchini, que preside hoje a Comissão da CPI. Também cumprimentar todos os Deputados e também cumprimento boa tarde a Simone.

Eu vou ser bem breve, o meu relatório é menor daquele do Kennedy, mas o Deputado Kennedy eu sei que ele é um estudioso e ele vai todo minucioso em todos os seus questionamentos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mania de jornalista, senhor Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas é bom também, é bom também.

Senhora Simone, (*falha da transmissão da videoconferência*) eu tenho apenas três perguntas para lhe fazer. A orientação que o grupo dava quando os auditores participavam ela sempre se ateu a ter segurança naquilo que estavam comprando. Quer dizer o seguinte, a empresa que estava vendendo, todos nós sabemos que existe a possibilidade legal de comprar e pagar antecipado. Sempre foi feito a informação por parte de vocês ou da maioria



do grupo? É porque se tivesse o cuidado com a empresa que estava vendendo de ela oferecer segurança, garantia, o patrimônio histórico, se o pagamento fosse feito adiantado de que não havendo a entrega dos equipamentos haveria o ressarcimento ou a devolução dos recursos?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor. Sempre foi, sempre foi feita nesse sentido de orientação da, das cautelas, né, que eles teriam que ter tomado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O.k.

E a senhora imagina que não se deu atenção a isso por algum motivo? Ou se a senhora pode imaginar algum motivo: vamos comprar, vamos antecipar, não vamos obedecer às orientações que estão sendo feitas. Teria algum motivo para isso? Se falava muito que precisava comprar porque havia uma disputa grande no mercado.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, eu acredito que existia, sim, uma preocupação muito grande com relação a, a vidas, né? É... mas é... olhando agora da, vendo tudo o que aconteceu, a gente precisa ver se realmente não houve aí alguma pressão, né, ou fraude no sentido de se aproveitar do momento pra, pra favorecimentos, né, particulares.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — E havia, Simone, de parte de algum Secretário essa insistência de não observar essas recomendações e fazer a compra mesmo que se soubesse? Porque a empresa realmente não oferece garantia, não ofereceu garantia nenhuma. Essa pressão ela estaria sendo feita, você imagina por alguém? Por quem poderia estar sendo feita?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — O contato entre os Secretários era feito pelo professor Luiz Felipe e ele não, não comentava comigo o que ele, o que ele conversava com os outros Secretários.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — E quando foi solicitado que os auditores não se faziam necessários, por quem foi dada essa decisão, essa determinação que vocês não precisavam participar mais das orientações, das recomendações que os auditores viriam fazendo no grupo?

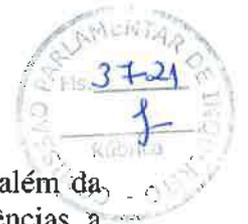
A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Na verdade, assim ó, a gente continuou fazendo as, as orientações tanto no grupo quanto orientações técnicas, foi, culminou na orientação e no Guia de Riscos, né? Mas a presença física mesmo dos auditores para auxiliar lá no dia a dia, no momento da, da decisão, né, alguma instrução de processo isso realmente o diretor Carlos, lá da Saúde, ele disse que não precisava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Que não havia necessidade?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Exatamente, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Simone, a CGE que agora há pouco você mencionou que ela tem tido assim esse regulamento, ela tem tido dificuldade... me deu a entender que se ela continuar assim ela não tem necessidade de existir. A CGE o que falta, além de regulamentar os procedimentos que ela pode fazer, o que falta para a CGE, de fato, fazer as informações? Porque o que dá para nós vermos nessa compra é que se procurou de todas as formas comprar. Não se preocupou se de fato esse negócio ia se concretizar com sucesso, porque não se tem nenhuma informação de uma segurança: não, estamos adiantando os recursos, a empresa não tem capital, não tem *expertise* para garantir esse negócio, mas, assim mesmo, vamos fazer essa compra.

O que precisa para a CGE fazer realmente? Porque em alguns momentos nós pensamos que se criou uma instituição que não há necessidade de existir. Você que participa disso, que tem a formação nessa área, tem *expertise* nessa área, o que você nos diria? Eu sei que você respondeu alguma coisa ao Deputado João Amin, mas que você fosse bem sucinta e com bastante clareza, onde que estão as falhas na CGE?



A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Deputado, eu entendo que, além da questão da, da regulamentação que a gente precisa ter segurança nas nossas competências, a gente precisa ter uma força maior do governo no sentido de estar mais próximo do governo.

A gente participa das reuniões de controle Nacional de Controle Interno, do Conselho Nacional de Controle Interno e a gente vê que o Controlador ele tem ser um apoio do Governador, né, no sentido de saber o que está acontecendo, propor trabalhos. E eu vejo que essa comunicação, isso é muito opinião pessoal e uma crítica construtiva pra que se melhore, né, daqui pra frente com a nova gestão, é que haja realmente essa, essa aproximação maior, né?

Eu vejo, Deputado, que o Controle é uma ação bastante ingrata no sentido que a gente audita o próprio Executivo, a gente tá lá. Então, se os outros Secretários não sentirem que a CGE é uma estrutura forte, que tem um respaldo do, enfim da cúpula de quem mais decide, a gente não vai ter, assim, uma, um respaldo realmente pra atuar nas demais Secretarias.

Então eu vejo que a gente é uma estrutura muito recente, eu entendo que é uma estrutura que vem fazendo excelentes trabalhos, é uma estrutura que se paga. Inclusive eu trouxe aqui um relatório do balanço, benefícios financeiros e potenciais da atividade da CGE em 2019. Nós tivemos 16 milhões de créditos a ressarcir, 9 milhões de desembolso evitado, 79 milhões de benefícios potenciais. Então só numa pequena, num pequeno tempo de existência da CGE, nós tivemos aí benefícios na ordem de 105 milhões. É uma estrutura que se paga, é uma estrutura com servidores muito, muito bons, especialistas, mas a gente realmente precisa caminhar.

Eu acho que não, não se deve nesse momento enfraquecer o controle, a gente tem muitas melhorias que estão sendo feitas, nós temos pessoal, nós precisamos regulamentação, nós precisamos também melhorar muito a questão da segunda linha dos órgãos. Os Secretários não adianta dizer que estruturaram um Controle Interno nos órgãos quando que a maioria do Controle Interno dos órgãos têm um servidor só.

A gente precisa até da sensibilização do próprio Tribunal de Contas e aqui uma, algo muito construtivo a minha fala no sentido de a gente repensar a ação do, dos Controles Internos nas Secretarias. Hoje se faz muito o parecer de parecer, é, por exemplo, um recurso antecipado, um convênio, a área técnica faz o parecer, o Controle Interno tem que ir lá fazer o parecer de novo do parecer. Então eu vejo assim, é de coração, assim, como, como servidora de carreira, que a gente tem muito, muito, muito a fazer e que há realmente um caminho de excelência para trilhar e que os servidores hoje já lá fazem efetivamente um excelente trabalho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Simone e senhores Deputados, a minha última pergunta: antes da pandemia, Simone, a CGE participava mais das decisões, olhava mais para o Controle? Parece-me que, vou chamar assim, a estrutura principal do governo, os mais responsáveis do governo não estão dando muita atenção ou muita importância à fiscalização, à orientação da CGE. Antes da pandemia também era assim? Vocês não eram muito ouvidos ou foi mais agora durante a pandemia?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, eu acho que sempre nesse, nesse um ano sempre foi assim. Assim uma dificuldade realmente... alguns gestores têm uma aproximação muito boa da CGE, eles se apoiam na CGE, tem gestores que fazem isso. Mas nós temos dificuldade, uma dificuldade realmente era na Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Está esclarecido para mim, senhores Deputados. Muito obrigado, Simone. Obrigado, Presidente Valdir Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Obrigado, Deputado Sopelsa.



Deputado Felipe Estevão com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bom-dia aos amigos catarinenses que aqui nos assistem, aos colegas parlamentares que têm exercido um grande trabalho, sempre atuando nesta CPI com responsabilidade e buscando esclarecer os fatos que esse grande ponto de interrogação ficou na cabeça de sete milhões de catarinenses e que tem encontrado na CPI esse esclarecimento dos fatos. Também cumprimento a nossa colega que hoje está aqui para nos ajudar, foi muito pertinente aqui, eu acho que ela se posicionou de maneira muito bem, diferente do Felipe que praticamente tirou sarro de nós. Eu gostei, eu acho que foi esclarecedor, ligou pontos aqui interessantes, todos eu acho que foi crivado perguntas muito interessantes, a gente tomou nota aqui com a assessoria.

Mas pelo menos algumas aqui eu fiz uma série de anotações e eu queria esclarecer alguns fatos para incorporar depois nesse relatório que faremos. Eu vou começar aqui, esse depoimento do ex-Controlador-Geral aqui na Casa foi o motivo pela qual a senhora desistiu, decidiu sair da CGE na semana passada?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, senhor. Na verdade, foi um descontentamento que eu já vinha tendo já há algum tempo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Houve algum atrito entre a senhora e ele?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, com o professor, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Na verdade, eu não concordava que os assuntos da CGE sempre tinham que ser praticamente passados pela Casa Civil, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Então eu achava, assim, que a gente tinha que ter um contato mais direto com... pelo menos assim o professor me passava no sentido de dificuldade, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Sim. Eu vi bastante disparidade entre os dois depoimentos entre essa conversa entre nós que tivemos com o Felipe, e uma das coisas que nos chamou a atenção é que ele não tinha o contato do Governador. A senhora tinha o contato do Governador?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Bom, se você bem verbalizou que a Casa Civil já tinha um certo desprezo, presumo que talvez faltou um contato mais próximo.

Senhora Simone, o ex-Controlador-Geral, o professor Felipe, quando questionado sobre a possibilidade de frear essa malfadada compra dos respiradores... resumindo aqui, perguntando com as minhas próprias palavras, ele fala inclusive que a culpa era da Assembleia que não havia dado mais poder no anteprojeto de lei, que você comentou que partilha da mesma visão do Felipe, talvez faltou mais legalidade, esse projeto de lei talvez falta dar celeridade para que ele venha para a Casa. Ele culpou o Parlamento, mas, no entanto, você aqui no depoimento fala que a Casa Civil nem mesmo enviou para a Assembleia Legislativa. Até para o catarinense que está nos assistindo ter mais clareza nesse assunto, eu gostaria que você verbalizando com suas palavras.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, eu entendo que o problema foi do Executivo ao não enviar o projeto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi. Muito bom, muito prático.

Senhora Simone, após o escândalo dos respiradores vir à tona, a senhora chegou a se reunir com o Controlador Luiz Felipe para tratar desse assunto?



A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor, a gente conversa diariamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O que abordaram? Chegaram a alguma conclusão, uma medida que seria tomada?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Na verdade, assim, a gente procurou é... isso tava mais realmente no âmbito da Corregedoria, com o corregedor Cícero, né, e com a equipe que estava fazendo a investigação preliminar. Nós fizemos dois contatos também com a... o professor fez uma inspeção junto com alguns auditores em que resultou um contato com a TS, que era a *trading*. Esse contato junto com a PGE possibilitou, é um dos frutos aí de um trabalho posterior da CGE na recuperação ao erário, que a doutora Jucélia tá fazendo um excelente trabalho na PGE na ação judicial, mas esse contato da TS com a PGE foi a CGE que providenciou, né? Então foram algumas medidas que foram tomadas após a, a situação ter ocorrido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O trabalho da CGE, Controladoria-Geral do Estado, o mínimo que se espera é que tenha zelo com dinheiro público. Qual foi o comentário do Felipe, que ele falou após passar por aqui – após todo esse escândalo vir à tona, a reportagem, a repercussão que teve, a opinião pública que foi muito forte contra isso –, após a sua reunião ou na reunião o que ele comentou?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Na verdade, assim, tudo o que a gente entende que poderia ser feito, foi feito, né? Ele se mostrava sempre preocupado com a situação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhora Simone, em documento encaminhado para esta CPI a senhora escreve o seguinte: “(...) forneço a essa CPI, conforme solicitado na sessão ocorrida em 23/06/2020, os nomes dos integrantes e prints de todas as mensagens do Grupo de WhatsApp COVID-19 – COMPRAS, criado em 22/03/2020, pelo Secretário de Estado de Administração, sr. Jorge Eduardo Tasca.”

Eu lhe pergunto: por que o Secretário Tasca criou este grupo de WhatsApp? Não deveria ter a participação apenas da Defesa Civil e da Secretaria de Saúde?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, na verdade, a Secretaria de Administração ela é o órgão central do sistema de compras. Então partiu a iniciativa do Secretário Tasca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi. Então ele tinha, talvez, meio que nebulosa, mas ele tinha um vislumbre dessas compras que estavam sendo feitas, dessas negociações, dessas conversas?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, sim, acompanhava.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Uma informação, né, que bota o Tasca também numa posição delicada.

Enfim, eu quero ser sucinto aqui para o nosso atual Presidente não puxar a orelha, assim como puxou a orelha do Kennedy (*risos*), hoje estava inspirado o meu irmão Kennedy, mais estudioso, sempre muito dedicado, eu gosto da relatoria, ele vem com aquele *tablet* ali e ele mastiga tudo.

Mas vamos lá, eu vou fazer uma pergunta final, até porque quero parabenizar, como bem antecedi aqui, as perguntas foram muito bem elaboradas e muito esclarecedoras. Mas ainda aqui finalizando, senhora Simone, na conversa de grupo existe uma fala da Márcia, são compras da Secretaria de Saúde. Essa Márcia, é a Márcia Pauli, que aqui nós entrevistamos na CPI?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Certo. Ela fala o seguinte: “Boa tarde a todos, compartilharei o rol de processos que até o momento temos relacionado relativo as aquisições COVID-19.”



Pergunto: a senhora viu a relação dos processos? Eu tenho aqui em mãos a lista que ela enviou, a senhora chegou a conferir?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — O senhor tem a página?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É na página 49. Ela envia aqui uma relação e repito: “Boa tarde a todos, compartilharei o rol de processos que até o momento temos relacionado (...)” Eu queria saber se você viu a relação de processos, se sabia do que se tratava, se todos foram pagos de forma antecipada, além dos respiradores, algum outro apresentou problemas de entrega?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — *(Folheia documentos.)* Não, na verdade a gente tava fazendo, tava em outros trabalhos, né? É... existia a, a preocupação de fazer as orientações é... a gente tava vendo já alguns processos específicos.

Com relação a esse rol aqui de produtos eu não, nós não, não verificamos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O que me preocupa é que são compras significativas, é uma série de compras, de aquisições ali, e a Controladoria-Geral do Estado tem esse dever de ter esse zelo com o dinheiro público, e me preocupou, assim, a participação. Eu queria entender até onde foi essa participação, se tinha?... Já que vocês estavam ali presentes no grupo, se acompanharam?... Eu gostaria que você comentasse um pouco se essas compras foram antecipadas ou você não tinha essa informação?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, não, não tinha. É... na verdade, eu até trouxe um dado aqui. No Estado, por exemplo, só no primeiro trimestre nós tivemos 1.952 processos de aquisição. Então é, é realmente algo muito grande.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Essas aquisições, mas com processos parecidos com o da Veigamed de pagamento antecipado?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, de pagamento antecipado a gente sempre é... tratou no grupo que haveria o projeto de lei, né? Então não era uma preocupação que naquele momento a gente tinha, até porque a gente entendia que a Saúde é, é, aguardaria por esse projeto de lei e os ritos ela teria que ter adotado os ritos mínimos de contratação, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Certo. Houve algum alerta de vocês nesse segmento, nessa direção?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem.

Senhor Presidente, considero-me satisfeito aqui. São apenas algumas perguntas, eu tinha preparado um rol de perguntas, mas o Deputado Kennedy hoje foi muito persuasivo e eu me considero satisfeito aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Obrigado, Deputado Felipe.

Sinto-me muito bem contemplado, viu, Deputado Kennedy, por seus questionamentos, assim como também o Deputado Fabiano; nosso Relator, o Deputado Ivan; o Deputado João; o Deputado Felipe e o Deputado Sopelsa.

Tenho apenas algumas observações, até porque acho que os questionamentos todos já foram feitos, mas me chamou muito atenção a questão do envio do PL aqui, porque foi um consenso do grupo, e acho que foi muito providencial o encaminhamento do projeto, certamente que Assembleia não iria faltar. Nós entenderíamos a urgência desse projeto e votaríamos *(a depoente faz que sim com a cabeça)*, como a Assembleia já votou em outros tempos projetos que eram importantes, urgentes, votou, deu resposta imediata.

A senhora saberia me dizer de quem foi a decisão de retirar esse projeto? Foi encaminhado em um dia e retirado em outro dia, por quê? *[Transcrição: Grazielle da Silva / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]*



A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não sei, Deputado, também... me causou surpresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Não despertou, no grupo, curiosidade? Porque houve um silêncio, como o Deputado Kennedy fez menção, houve um período, um hiato, eu já observei também isso, desde o dia 25 que não se tratou mais da questão dos respiradores, ninguém... pós-pagamento, houve um espaço grande.

Primeiro, aquelas falhas apontadas durante o curso, não se percebeu... somente, parece, no dia 17, é isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, assim ó, Deputado, a própria... o próprio extrato da, da dispensa de liquidação, que ela tem que ser publicada no Diário Oficial, não foi feita, é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Mas ninguém percebeu no grupo que não foi feita a publicação?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não, porque a gente não tratou desse... desse... dessa compra, né, da Veigamed no grupo, é... até a própria... o próprio encaminhamento, é, da, da DL, que teria que ter sido feita pro Tribunal de Contas, também não foi feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Mas todos sabiam da compra, que houve a compra, que houve o pagamento?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não. Não, não, não sabíamos, tinha uma intenção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Era uma... foi uma decisão?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — ...tinha uma intenção de comprar, mas, é... no meu entendimento, eles aguardariam um projeto de lei pra que as... a, toda a situação de cautelas e garantias estivesse... é, presente de forma transparente, esse foi o meu entendimento, no... no grupo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — É, isso realmente chamou bastante atenção, esse silêncio absoluto. A partir da compra, do pagamento, não se falou mais no assunto, se não fosse o Intercept...

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, nós, nós começamos atuar dia 17, a publicação da Intercept foi dia 28, se eu não me engano, é... então... a gente atuou antes da, no caso, da publicação da Intercept, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Depois do...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Cobalchini?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Sim, Deputado Sopesa, pois não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Só uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O grupo não ficou informado antes de saber que tinham *(ininteligível)* por exemplo. Vocês não ficaram sabendo: está decidido, nós vamos comprar os duzentos respiradores, vai ser feito assim, e a empresa é esta aqui. Vocês sabiam disso ou só ficaram sabendo depois que as notícias vieram, que tinha sido comprado, que não tinha segurança?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Somente depois, Deputado. Na verdade, a... as únicas propostas que Márcia colocou foi da Aeonmed e da Brazilian, né? E foi nesse momento que eu questionei se a... essas empresas tinham histórico de compras e a Márcia comentou que a carga estava no México e eu... disse que então não haveria... a



necessidade de pagamento antecipado, então... é, mas sobre a Veigamed e depois todo o desenrolar dessa, dessa questão, não foi tratado no grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Valeu, Deputado Sopelsa.

Só uma observação aqui, a senhora falou no dia 31/3, três auditores estiveram na Defesa Civil (*a depoente Simone de Souza Becker faz que sim com a cabeça*), contatando com a Márcia, oferecendo ajuda, isso só ficamos sabendo hoje, não sabíamos disso, nem o professor Luiz Felipe falou sobre isso. Depois disso, qual foi o primeiro contato? Esse foi o último contato, depois do dia 31, quando voltaram a falar com a Márcia?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Nós, é... eu me lembro que a gente se dedicou muito a... elaboração da, da orientação técnica e do Guia de Riscos, até virou referência, um material de referência no Brasil, no Conaci, e a gente teve uma reunião no 6 de abril, com o Secretário Helton. Nós comentamos que... a gente tinha oferecido auditores presenciais, é... mas que eles, ã, os técnicos tinham entendido que não precisava e ele disse: Não, eu quero os auditores. Então a partir do dia 8 a gente começou a ter auditores presenciais na Defesa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Nesse momento, dia 6 de abril, o Secretário Helton não relatou a vocês a compra dos duzentos respiradores?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não... não, não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Nem ao pagamento antecipado?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Não fez menção?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Poderia ter naquele dia, acho que seria providencial que no dia 6 o Secretário, já que teve essa reunião, tivesse informado...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — ...era uma, aliás, essa foi uma decisão muito importante, né?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — A gente sempre deixou claro pra Saúde que a gente estava, é... se eles, é... tanto é que foi uma consultoria, né, construída no sentido de qualquer processo que a Saúde precisasse de orientação que era, era só encaminhar, inclusive por *e-mail*, só que a Saúde começou a encaminhar os processos apenas no dia 13 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — A impressão que a gente tem aqui na Assembleia, quando foi encaminhada a reforma administrativa, a impressão que nós tínhamos, à época, é de que seria o grande órgão do Poder Executivo, a Controladoria-Geral do Estado. Deu-se muita ênfase, já no período de transição, até porque o próprio Controlador foi o coordenador da transição de governo. Então se propalava que seria o órgão central de governo.

Parece-me que hoje, depois da passagem do Controlador aqui, o senhor Luiz Felipe, parece-me, até por ouvir a senhora, que a Auditoria, quando ainda vinculada à Fazenda, era mais forte do que hoje é a Controladoria. As ferramentas que a Controladoria precisa, se não foram oferecidas ainda pelo Poder Executivo, certamente, Deputado Felipe, Deputado Relator, Deputado Ivan, Deputado Kennedy, Deputado Fabiano, Deputado Sopelsa, Deputado João, a Assembleia não vai faltar, nós entendemos que esse é um órgão



importante (a depoente Simone de Souza Becker faz que sim com a cabeça). Acho que a Auditoria durante muitos anos, em que a gente acompanhou na Fazenda, sempre prestou um bellissimo trabalho e essa mudança foi prejudicial ao Estado. Eu não vi esse relatório do TCE, mas eu cheguei a essa conclusão, a Controladoria sumiu, desapareceu, e nós entendemos aqui que foi uma omissão, o fato de não acompanhar o sistema, se o sistema não permite a leitura *on-line* do fluxo dos processos... a Controladoria não consegue enxergar isso?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, eu... tecnicamente, Deputado, eu acredito muito na... nessa junção das macrofunções porque a CGE, ela não é só Auditoria, né? Ela tem três diretorias, e eu vejo de mui... de grande importância a questão de, é... funcionarem juntas, é, hoje nós temos Auditoria, Ouvidoria e Transparência e Corregedoria. Então é o mesmo modelo da CGU, porque assim que chega, por exemplo, é, a gente começa a sentir denúncias, por exemplo, na Ouvidoria, a Ouvidoria já passa pra... pra Ouvidoria, pra Auditoria, né, a Auditoria ela encaminha pra Corregedoria dependendo da situação. Então eu vejo que o desenho da CGE, inclusive foi recomendada pelo Ministério Público e pelo Tribunal de Contas, é um modelo interessante, e nós fomos os últimos Estados a ter este, esta criação.

O que eu acho que falta, é... é assim, um apoio maior do governo no sentido de ouvir, de ter a CGE mais ao seu lado, né? E a efetivamente garantir essas competências, é... no, no, no, na questão da lei, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, não adianta nada, né, Deputado Cobalchini, chamar mais cento e poucos auditores, quantos que foram chamados ali?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — É, é... até isso é interessante, porque, é... estão sendo chamados auditores fiscais na Fazenda, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Mas o auditor interno que cuida da... da despesa e do controle, também é... é muito importante, né? Então, é... eu vejo realmente assim... uma trajetória importante, até importante que os senhores, né, por isso que eu deixei pra falar aqui, é... pra que realmente nos, nos ajudem nisso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Em quantos vocês são lá?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Nós somos em 42 auditores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A senhora sabe...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — E...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...que a Polícia Federal está na Secretaria da Saúde, neste momento?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Não sei, senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, a senhora foi (*ininteligível*) que a Polícia Federal, neste momento, encontra-se na Secretaria da Saúde do Estado de Santa Catarina fazendo procedimento de busca e apreensão de documentos, por ordem de investigação de fraude por compra de equipamentos superfaturados no *kit* da Covid. Olha só como é importante o papel do auditor. Porque quando saí uma matéria, né, senhores Deputados, quando saí uma matéria desse nível que a Polícia Federal está dentro da Secretaria da Saúde, buscando documentos pela compra de superfaturamento de equipamentos, o que acontece? Todo catarinense sofre (a depoente Simone de Souza Becker faz que sim com a cabeça), imagina o sujeito agora batendo um prato feito, aquele que a gente come aí na frente, Deputado Kennedy, Deputado... no restaurante da vó...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...aquele de R\$ 19,00 que a gente se encontra ali, todo dia todo mundo come ali. Aí está olhando a televisão e a



manchete que está passando agora na TV é que a Polícia Federal está dentro da Secretaria da Saúde, buscando documentos sob a alegação do superfaturamento de teste de Covid. O cidadão ele se desmonta, Deputado Cobalchini, ele se desmonta, porque é ele que sustenta toda essa estrutura; é ele que abre mão de comer, abre mão de ter um bom carro; ele que abre mão de tudo isso para contribuir com uma parte do salário dele para constituir o cofre do Estado, para o Estado ter dinheiro para fazer as coisas; é do suor dele, então é fundamental que a gente dê fim a esse tipo de coisa (*a depoente Simone de Souza Becker faz que sim com a cabeça*).

E o papel da Controladoria e da Auditoria é essencial, por isso que a Assembleia aprovou na reforma, por isso que na reforma nós aprovamos aqui a criação desses dois órgãos, não só da CGE, mas também da Secretaria de Governança, que era instituída para certificar as empresas que fazem negócios com o governo e que até agora, Deputado Felipe, a gente não viu onde é que está.

Quando se apresentou aqui a reforma administrativa e se criou a Secretaria de Governança, qual foi a defesa do governo? Havia naquela época as alegações da operação que prendeu o ex-Presidente Lula...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Lava Jato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Lava Jato. Que as empresas eram fraudulentas, que tinham CNPJ falso, que era só para esquentar nota fiscal, que na Lava Jato havia toda aquela discussão a respeito das empresas fantasmas. Então, criou-se a Secretaria de Governança, a Assembleia autorizou o Estado a criar a Secretaria de Governança, para que ela certificasse as empresas que fazem negócios com o governo ou não foi isso que foi prometido para nós aqui?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o que fez a Secretaria de Governança? Quando estava comprando os equipamentos de uma empresa fundo de quintal do Rio de Janeiro?

Daqui para frente, quando a CPI terminar, nós vamos preparar um projeto legislativo para que vocês possam trabalhar no primeiro ato, na primeira ação, que vocês sejam independentes. Não tem essa de pedir para entrar, vai entrar, vai ter porta aberta, vai ter a chave de todas as Secretarias e vai ser um órgão independente, não vai mais ser subordinado a ninguém, vai ser o Ministério Público de Contas de dentro. E se acontecer alguma coisa, e passar pela mão de vocês, e vocês não verem, também serão responsabilizados, como todos os outros servidores que serão no processo, para que a gente tenha uma cadeia de servidores responsáveis por tudo o que acontece de ruim em Santa Catarina.

Essas manchetes têm que ter fim, têm que ter fim! E nós vamos contar muito com trabalho de vocês lá, com a *expertise* de vocês para ajudar a construir esse ponto final nessas manchetes que só entristecem Santa Catarina.

Desculpa, Deputado Cobalchini.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Não, pode...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu já quero encerrar por aqui e agradecer muito a presença da senhora, foi muito produtivo, seu colega vai estar conosco na próxima quinta-feira, acho também que ele vai ajudar bastante.

E, Deputados, na condição de Relator, eu queria dizer o seguinte, nós estamos... a CPI vai trabalhando exatamente no processo de afunilar os fatos, de deixar tudo muito claro, muito compreensível. Para nós aqui na CPI, nós já estamos muito próximos da construção do relatório, falta algumas coisas ainda, mas os depoimentos foram convergindo para dentro como um caracol, como a gente desenhou aqui junto com o Deputado Cobalchini, com o Deputado Felipe Estevão, com os outros Deputados num processo de desenho em um



formato um caracol. Nós estamos muito pertinho do ponto final desse caracol, e a senhora ajudou bastante nisso, principalmente por nos trazer essas conversas de WhatsApp.

Muito obrigado e boa tarde para a senhora.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sempre à disposição, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Quero também lhe agradecer, Simone.

Só uma última observação à Comissão, a prevenção me parece que em todos os processos é fundamental para que isso não volte a acontecer. Esse é um papel da Auditoria, detectar antes, não depois, então isso tem que ser obrigatório e se necessário de legislação, certamente que nós, a partir da CPI, faremos.

Eu quero justificar a ausência hoje do nosso Presidente, Deputado Sargento Lima, que tão bem vem conduzindo aqui os trabalhos na sua condição de Presidente, eu sou o Vice e hoje respondi pela presidência. Na próxima reunião, certamente, na terça-feira, aliás, todos já ficam convocados para a próxima reunião na terça-feira, já estaremos sob a presidência novamente do nosso Deputado Sargento Lima.

Então quero lhe agradecer, auditora Simone, a sua presença aqui, acho que foi muito importante, foi muito esclarecedora, não deixou de responder nenhum questionamento. E quero cumprimentar todos os Deputados, hoje todos participaram, obviamente que se destacou muito o Kennedy, estudou bastante, eu, quando percebi todas as anotações, digo, hoje nós vamos extrair tudo e acho que não ficou...

(Um dos Deputados-membros manifestou-se fora do microfone: "Pedra sobre pedra.")

Não ficou, verdade, assim como também o nosso Relator.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, o senhor vai ver como eu vou estudar para os próximos depoimentos terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Eu vou lhe deixar aqui, Simone, tem o e-mail da CPI, o telefone da CPI e se a senhora tiver algum documento para entregar...

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Aquela mensagem, eu vou lhe deixar aqui.

(O senhor Presidente entrega à depoente o endereço eletrônico da CPI.)

Aquele documento que nós votamos e aprovamos no início já está assinado, acredito que já deva ter chegado lá na Controladoria.

Enfim, se a senhora tiver mais alguma coisa para falar, fique à vontade para concluir, senhora Simone.

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Eu só queria, se os senhores me permitirem, é... eu só queria, é... falar ainda que a Auditoria, ela... a gente tem quarenta auditores, mas são divididos em auditoria de pessoal, a gente faz um trabalho muito importante de monitoramento da folha, é... tem contas de governo, então a gente faz um trabalho sobre os limites da LRF, faz os, os relatórios, é... de gestão, na verdade os pareceres de gestão, né, dos, dos, dos, dos órgãos. A gente tem, ã... auditoria de recursos antecipados que trata dos convênios, contratos, né, é... nós temos licitações e contratos, né, que é hoje, é hoje o que é mais falado das compras, é... me esqueci de uma gerência, deixa eu ver... e gestão de riscos que daí a gente dá apoio à segunda linha dos órgãos, então é uma estrutura bastante enxuta pra tantos assuntos.

É... com relação às... só pra encerrar, o que eu entendo, (lê) às circunstâncias do processo que impediram ou mesmo inviabilizaram a ação prévia da CGE, é, foi a extrema celeridade em relação à parte orçamentária e financeira do processo, é, toda a parte orçamentária e financeira foi realizado em menos de 24 horas. A ausência de um sistema



de... que controle as dispensas e isso o Estado eu acho que precisa, é... tomar como prioridade, é... que contenha travas e permita o acompanhamento em tempo real pelos órgãos de controle e a sociedade em geral, com uso de trilhas. É... processo de pagamento abertos dissociados, a gente tinha processos de contratação dissociado de pagamento, a gente já fez uma comunicação de auditoria pra que isso não ocorra mais. É... possível conduta delituosa, má-fé por parte de agentes públicos e privados a confirmar pela justiça, porque isso também dificulta muito a ação do controle. É... a gente até fala lá na CGE que sonegação sempre, mesmo tendo auditores fiscais, a sonegação sempre vai existir, ou policiais, sempre, os... os roubos vão acontecer porque trata-se de condutas, né? Mas a gente tem um, um amplo caminho aí pra melhorar controle pra, é... evitar. É... grande quantidade de processos digitais, é... no SGPE. A não publicação no DOE, da dispensa de contratação, que infringindo o artigo 26 da 866, é... essa data do dia 31 de março a gente ofereceu todo o apoio lá pra Saúde, né? E não... não, entenderam que não, não precisava, é, no sentido de auxílio realmente presencial de auditor.

Então todos esses aspectos somados ao momento da pandemia, é... culminou nessa situação, né? Então a CGE, quando tomou conhecimento, ela agiu apontando as irregularidades no processo, foi a informação CGE 43/2020, foi finalizada e entregue à Saúde em 24 de abril e à Corregedoria em 25 de abril, o *site* Intercept somente publicou a matéria em 28 de abril. Nós fizemos contato com a TS e foi o que possibilitou o acesso à PGE a mais elementos pra tratar judicialmente, um excelente trabalho está sendo feito pela doutora Jocélia na PGE, as reuniões com a TS ocorreram no 7 e no dia 25 de maio.

E... por fim, é... a que se apontar que efetivamente a CGE trabalhou em, ã... alguns processos, como hospital de campanha, os EPIs de 77 milhões, a gente fez análise da, é... prévia de contrata... contratualização de leitos, aquisição de luvas, importação de máscaras, então a gente, sim, tava trabalhando previamente com a força de trabalho que a gente possui, né, que não é grande, mas a gente entende que a gente estava, sim, atuando previamente e infelizmente, nesse caso da Veigamed, ocorreu dessa forma, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Certo, acho que a senhora podia deixar essas observações que fez por último (*ininteligível*).

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — De minha parte, totalmente satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado, tá?

A SRA. SIMONE DE SOUZA BECKER — Imagina, sempre à disposição.

(*A senhora Simone de Souza Becker deixa o recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Valdir Cobalchini) — Nada mais havendo a tratar, encerramos esta reunião, ficando todos convocados para a próxima na terça-feira, às 17h. (*Ata sem revisão dos oradores.*) [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco]

DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI
PRESIDENTE DA 13ª REUNIÃO DA CPI



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 7 DE JULHO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito boa-tarde a todos, boa tarde a todos os que nos acompanham pela TVAL, nos ouvem pela Rádio Digital AleSC e àqueles que nos acompanham também pelo canal do YouTube da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 14ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato da Presidência nº 11, de 2020.

Encontram-se presentes nesta reunião: Deputado Estadual Sargento Lima, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Ivan Naatz, Deputado Fabiano da Luz, Deputado João Amin, que nos acompanha de forma remota, Deputado Kennedy Nunes, Deputado Milton Hobus e Deputado Moacir Sopelsa, que também nos acompanha de forma remota.

Senhores Deputados, coloco em discussão e votação as atas das 12ª e 13ª Reuniões, cujas cópias foram enviadas aos vossos respectivos gabinetes.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem as queira discutir, em votação.

Aprovadas as atas.

Senhores Deputados, recebemos ofício do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina indicando o auditor de Controle Externo Sidney Antônio Tavares Júnior, diretor de Contas de Gestão; e a auditora fiscal de Controle Externo Flávia Leitis Ramos, para assessorarem esta Comissão.

Também temos documentação enviada pela senhora Simone Becker contendo informações complementares ao seu depoimento – tinha ficado acordado no depoimento da dona Simone que ela enviaria para a gente essa documentação.

Também nos foi enviada uma petição pelos procuradores do senhor Douglas Borba, ex-Chefe da Casa Civil, solicitando cópia do relatório prévio elaborado pela Controladoria-Geral do Estado, bem como o inteiro teor das conversas do WhatsApp relacionadas ao grupo “COMPRAS COVID-19”.

Esta presidência comunica aos procuradores do senhor Douglas Borba que procurem a CGE ou judicializem para assim terem acesso a essa documentação, tendo em vista que ela está sob sigilo fiscal.

Também recebemos o Ofício Cojur nº 300/2020, da Casa Civil, em resposta ao Ofício nº 70/2020, desta CPI, informando que o senhor Governador irá responder por escrito os questionamentos desta CPI a partir de perguntas previamente encaminhadas pela Comissão.

Consulto o senhor Relator, Deputado Ivan Naatz, se já está sendo feita a colheita das perguntas a serem enviadas ao senhor Governador Carlos Moisés da Silva?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, senhores Deputados, boa tarde, e a quem nos acompanha.

Sim, nós já recebemos a maioria das perguntas, amanhã apresento ao gabinete de vossa excelência o resumo das perguntas, porque algumas delas foram no mesmo sentido, a fim de que amanhã mesmo vossa excelência determine a entrega desses questionários a sua excelência, o Governador do Estado, a fim de que responda os questionamentos dos membros da CPI por escrito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado Ivan.

Solicito também a todos os Deputados que fazem parte como membros natos desta CPI, já que ainda há tempo, que enviem as perguntas ao Relator para que ele possa encaminhá-las.

Senhores Deputados, não há requerimentos incluídos na pauta de hoje. Pergunto se algum Deputado tem requerimento extrapauta para ser votado no dia de hoje? *(Pausa.)*

Não havendo, senhores Deputados, nós temos aqui a ordem das testemunhas: o senhor Jorge Eduardo Tasca e o senhor Vanderlei Vanderlino Vidal.

Consulto a assessoria...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, eu verifiquei durante o final de semana a necessidade de ouvir, eu tinha um requerimento para ouvir o Vidal, mas como ele saiu essa semana da Secretaria, e ele ficou muito pouco tempo também, não participou daquele período da pandemia, eu ia sugerir a vossa excelência e aos membros da CPI a dispensa do depoimento do Vidal, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Consulto os demais Deputados.

Senhores Deputados, algum Deputado gostaria de se manifestar ou tem perguntas para serem feitas ao senhor Vanderlei Vanderlino Vidal, ou eu coloco em votação agora a necessidade da ouvida do senhor Vidal? Os Deputados que nos acompanham de forma remota, Deputado Moacir Sopelsa e Deputado João Amin, vossas excelências têm alguma pergunta a fazer pro senhor Vanderlei Vanderlino Vidal? *(Pausa.)*

Então coloco em votação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, só pra explicar, até pra quem está nos acompanhando, né, que esse cidadão que nós estamos agora na votação pra dispensar era o superintendente antes da Márcia, e ele deixou a Superintendência, a Márcia entrou, começou o processo. E quando a Márcia saiu, ele retornou à Superintendência e logo depois saiu.

Então, portanto, só pra ficar esclarecido pra quem está nos acompanhando o porquê de o Relator, que fez o convite, está agora abrindo mão do depoimento dele; pra quem está nos acompanhando saber quem é essa pessoa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Kennedy.

Ainda em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem o queira discutir, em votação.

Aprovado.

Solicito à assessoria que proceda à dispensa do senhor Vanderlei Vanderlino Vidal e o agradeça, em nome da presidência e dos demais Deputados.

Também solicito à assessoria que encaminhe o senhor Jorge Eduardo Tasca.

(O depoente Jorge Eduardo Tasca adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)

Senhor Secretário, seja muitíssimo bem-vindo à nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.



O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - O senhor sabe por que foi convidado a se fazer presente aqui nesta reunião?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão acerca dos fatos que lhe forem perguntados, sob pena de incorrer em crime de falso testemunho?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Lembrando o senhor que, na condição de testemunha compromissada, ainda detém o direito de permanecer calado, mas o senhor precisa expressar essa vontade de permanecer calado, até porque o silêncio não é indicativo de resposta. Diga então: prefiro permanecer calado.

Para que possamos fazer o registro, para que as nossas taquígrafas possam registrar, peço ao senhor que fale o seu nome completo, a data de nascimento, o lugar onde exerce sua atividade profissional, o local de nascimento e o endereço – o mais próximo possível do microfone, de forma pausada, para os registros da taquigrafia.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Jorge Eduardo Tasca; 18/09/1974; exerço minhas atividades profissionais na Secretaria de Estado da Administração atualmente; resido na rua Deputado Walter Gomes nº 580, casa 15, Santo Antônio de Lisboa, Florianópolis; nasci em Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Nascido em Florianópolis.

Com a palavra o Deputado-Relator. Vossa excelência, Deputado Ivan Naatz, está com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Boa tarde, Secretário.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Boa tarde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário, nós estamos aqui nesta CPI, já quase terminando os nossos trabalhos, com o objetivo de compreender o que aconteceu na compra desses respiradores. Boa parte do processo nós já conseguimos identificar, os passos que cada um deu nesse processo, mas existem algumas coisas que eu preciso que o senhor nos esclareça. Vamos começar pelo grupo da Covid-19. Acho que a CPI recebeu esse... a CPI recebeu esse relatório de compras da Covid-19, do grupo de Covid-19. O senhor participava desse grupo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ativamente, né?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Várias intervenções no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá. Nessas intervenções, eu vi algumas manifestações do senhor, o grupo foi aberto no dia 22 de março, portanto muito antes da compra dos respiradores, e o senhor fez algumas intervenções nesse grupo. Qual era o objetivo desse grupo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O grupo, ele foi criado com o objetivo de ser um, de prestar uma consultoria, de dar um suporte aos principais órgãos de governo que efetivassem compras nesse período da pandemia, principalmente porque o cenário de compras públicas nesse momento era um cenário conturbado. E aí, não só pelas narrativas da própria Secretaria de Estado da Saúde, mas pelas matérias jornalísticas que demonstravam ser essa realidade uma realidade nacional e mundial, na verdade, e aí o objetivo foi trazer os órgãos de controle pra próximo do governo pra permitir que, em caso de dúvidas, principalmente a Secretaria de Estado da Saúde pudesse ter a quem se socorrer de forma rápida pra que pudesse tomar as decisões balizadas e apoiadas por técnicos, né, não só do governo do Estado, mas também de órgãos de controle como o Tribunal de Contas e o Ministério Público.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, pelo que eu notei das conversas que vocês tiveram no grupo de WhatsApp, o objetivo desse grupo foi de proteger o Estado, certo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Era um grupo com o objetivo de esclarecer dúvidas e dar o suporte, principalmente à Secretaria de Estado da Saúde, ah, o objetivo também era incluir outros órgãos, tanto que no início foi incluído também o representante da Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa, mas eles não tiveram, não apresentaram demandas para o grupo. Quem apresentou demanda para o grupo, efetivamente, foi a Superintendente Márcia, que é quem representava a Secretaria de Estado da Saúde no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas o objetivo desse grupo era, evidentemente, pelo texto que eu vi, era proteger o erário. Várias conversas de quem já passou por aqui já disseram que o objetivo...e o texto do grupo era, principalmente, proteger o erário, não permitir que o erário fosse esvaziado, que houvesse desvio de recursos ou que se fizessem compras com risco.

O senhor tem algum conhecimento desses fatos no WhatsApp, no grupo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O grupo era um grupo consultivo, novamente, né? As, a Secretaria de Estado da Saúde, a Superintendência de Gestão Administrativa tinha a sua atribuição executiva e o grupo estava posto pra poder auxiliar e apoiar a superintendente Márcia, que era a representante no grupo, nas dúvidas que ela tivesse, nas necessidades que ela tivesse. Então o grupo, ele não era executivo, não é, ele não tinha essa, essa ação em relação às compras. Novamente, o objetivo desse grupo, especificamente, foi dar apoio, esclarecer dúvidas e atuar como uma espécie de consultoria nas dúvidas que, por ventura, a superintendente Márcia, que era quem representava a Secretaria de Estado da Saúde, a..., no grupo, tivesse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor não tinha dúvidas? O senhor não tinha dúvidas com relação às compras?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, porque na verdade eu não executava as compras relacionadas à Covid, apenas a partir de 1º de abril, com o chamamento público que foi estabelecido na SEA pra comprar Equipamentos de Proteção Individual que atenderiam a mais de um órgão, e não apenas à Secretaria de Estado da Saúde, porque eram destinados também à Secretaria de Administração Prisional, às Polícias, Militar e Civil, Corpo de Bombeiros. E aí nós decidimos fazer um chamamento público centralizado na Secretaria de Administração pra que todas as empresas que desejassem cotar seus produtos para os órgãos, pudesse apresentar o seu chamamento, além de ter ganho de escala, né, não fazer os órgãos concorrerem entre assim em produtos que eram escassos no mercado também.

A partir dali, sim, a Secretaria de Administração passou a fazer a execução. Mas naquele momento, em abril, todas as instruções normativas, todas as orientações do Ministério Público e Tribunal de Contas já estavam postas pra poder guiar, ah, a compra, o que não acontecia lá nesse, no dia 22 de março, onde todos os órgãos, inclusive os órgãos de controle, estavam se estruturando pra poder entender o que estava acontecendo no cenário de compras, que foi um cenário que foi novo pra todo mundo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - No dia 23 nós temos a primeira intervenção nesse grupo com relação à compra dos respiradores, porque esse é o nosso objetivo, identificar quem comprou, por que comprou, por que pagou adiantado (*o depoente faz que sim com a cabeça*).

Lá no dia 23 nós temos a primeira conversa da Márcia no grupo de WhatsApp a respeito da compra dos respiradores. O senhor acompanhava a compra dos respiradores?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, eu acompanhava a conversa no grupo. Então, os temas que foram trazidos no grupo, e o senhor teve a oportunidade de ler e ver em que termos esse assunto foi tratado no grupo, que não é especificamente um processo de



compra, mas algumas características, umas dificuldades e algumas situações, alguns cenários relacionados a essa compra é o que consta no grupo, como o senhor pode ver na, nas transcrições, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Da leitura do grupo, de uma leitura de tudo o que acontece no grupo, eu observo que houve uma preocupação muito grande com o pagamento antecipado e com a ausência de garantias. O senhor participava desse grupo. Qual foi o cuidado do senhor pra que a Secretaria da Saúde não fizesse o pagamento antecipado, não fizesse a compra com pagamento antecipado?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Em relação ao pagamento antecipado, e aí, novamente, né, a transcrição do grupo é clara, a Secretaria da Saúde nos descreve o cenário em que estão acontecendo as ofertas de produtos, não é, o verdadeiro leilão, seja, propostas tendo a duração de um hora, duas horas, e um dos elementos que é colocado pela Secretaria de Estado da Saúde, pela Márcia, não só no grupo, mas na reunião que foi gerada a partir do grupo, né, que até a primeira parte aqui das conversas é basicamente para organizar uma primeira reunião por vídeo, onde participa a Secretaria de Estado da Saúde, através da Márcia, com os órgãos de controle e a Secretaria de Administração.

Nessa reunião por vídeo, a Márcia faz um relato de como tá o cenário, não é, de compras. Ela coloca que muitos fornecedores estão exigindo, pra fornecer equipamentos e insumos, pagamento antecipado. A partir daí, depois dessa reunião, o grupo passar a discutir a possibilidade ou não da utilização desse instrumento e a forma pela qual esse instrumento poderia ser utilizado.

E fica muito claro nos relatos ali, com a participação não só da Secretaria de Administração, mas também dos órgãos de controle, acerca da possibilidade legal e jurisprudencial da realização do pagamento antecipado. E aí se discute a forma, né, se através de cartão de pronto pagamentos, quais mecanismos poderiam ser utilizados caso fosse necessário utilizar este instrumento pra poder viabilizar a compra que, em determinados, para determinados produtos, segundo relato que nós recebemos, ela quase que a condição exclusiva para poder acessar determinado produto ou insumo.

Então, há toda uma discussão e ao final o grupo chega à conclusão novamente. E é um grupo, foi uma discussão extensa, até se os senhores tomarem contato com o relato que está no WhatsApp ali, é uma relação extensa a respeito disso. E aí se identificou que em dois Estados, Espírito Santo e Pernambuco, houve a opção do Executivo pelo envio de um projeto de lei à Assembleia Legislativa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu vou chegar no projeto de lei. Só que...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Então, Deputado, só para concluir...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não, não.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Só para concluir meu raciocínio. Ah, eu vou, eu paro por aqui, só pra, o senhor vai acessar esse tema mais à frente, né?

Então, na verdade, o tema respiradores, nesse grupo, ele foi abordado em determinados aspectos que poderiam envolver essa compra, como a questão do pagamento antecipado, como a questão do prazo de entrega em relação ao valor, que foi outro debate, outra discussão que também foi tratada no grupo. E foi, basicamente, isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Secretário Tasca, eu estou com a conversa do grupo aqui, e meus colegas também, nós trabalhamos isso aí com a, com a Controladora Adjunta, que esteve aqui conversando conosco. E esse grupo aqui só tem uma coisa: pagamento antecipado e compra, é o que tem nesse grupo aqui, não tem nenhuma outra conversa.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Sim, o grupo é de compras, não é?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, é só isso. Pagamento, não é compras, e é pagamento antecipado sem garantir, é o pagamento antecipado e a forma como fazer isso.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Isso, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Vocês só conversaram isso nesse grupo? Vocês não conversaram outra coisa. Então, assim...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Porque essa foi a demanda que foi apresentada pela Secretaria da Saúde num grupo que era consultivo e que atenderia às demandas que fossem apresentadas por ela.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tudo bem.

Vocês estão tratando da compra antecipada, conversa, projeto de lei, compra, não compra, tem que cuidar com o risco. Nós temos aqui a funcionária da Secretaria de Administração alertando sobre os riscos, tem o pessoal do TSE alertando sobre os riscos, o Ministério Público, o cuidado pra fazer o projeto de lei pra mandar para Assembleia, que nós vamos conversar já, daqui a pouco. A gente tem tudo isso, inclusive tem um texto aqui que diz que tem que acertar isso pra levar pro senhor e depois levar pro Governador.

O senhor está conversando sobre isso no grupo e estão comprando os respiradores sem esses cuidados. O que aconteceu?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu imagino que os senhores fizeram essa pergunta pra Superintendente Márcia aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, a gente fez pra ela.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela disse que foi ordenada por Secretários.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Secretários.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, por Secretários, ela fez aqui essas afirmações.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então acho que o senhor, na verdade, entendeu, pelas falas que estiveram aqui, incluindo a dela, né, o motivo pelo qual ela executou aquele procedimento e porque ela executou, no grupo de compras o que estava sendo discutido, e está muito claro no grupo, Deputado, é, nós garantimos um instrumento, seja, uma possibilidade que poderia ser utilizada pela Secretaria de Estado da Saúde. Em nenhum momento das conversas, principalmente nas falas da Márcia que estão no grupo, está posto que ela executou algum procedimento desse, está posto que ela teria que utilizar esse instrumento. Nós estávamos discutindo, e ficou muito claro pra todo mundo, que essa era uma possibilidade que deveria estar na mão do gestor. Essa foi a avaliação que nós tivemos no grupo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Quando foi que o senhor teve conhecimento que foram comprados os respiradores, que foi certificada a nota. Qual foi a data que o senhor teve o conhecimento direto da compra dos respiradores?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Da situação completa?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, que foi comprado. O Estado comprou e pagou antecipadamente, qual foi a data que o senhor teve esse conhecimento?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – 28 de abril, com a matéria do Intercept.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o senhor está conversando com o Governador, constantemente, e com o Secretário Helton. Vocês não falaram da compra dos respiradores, não conversaram sobre isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu soube da compra dos respiradores dia 28 de abril pela matéria do Intercept.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Governador não conversou com o senhor sobre a compra dos respiradores ou o Helton?



O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Dia 28 de abril pela matéria do Intercept.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, está acontecendo a pandemia, está acontecendo a pandemia, o Estado está fechado, ninguém pode trabalhar, está todo mundo na rua e o principal elemento do tratamento da Covid - naquela época, agora a gente já vê que não é bem assim – são os respiradores. O governo... tem áudios do Governador falando da compra dos respiradores, tem entrevista dele dizendo que tem que, como é que é, o mercado está substituído, etc.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então o senhor só reformula a sua pergunta, então né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu vou fazer a pergunta que eu tiver que fazer, e o senhor só vai responder aquilo...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Se eu sabia que o Estado estava comprando respiradores? Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o senhor não faz pergunta aqui. O senhor não está no quartel, o senhor não faz pergunta aqui.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Se eu sabia que iriam comprar respiradores? Sim. A compra efetiva e o pagamento antecipado, dia 28 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor só responde, o senhor não faz pergunta. O senhor não está no quartel falando com os seus soldados! O senhor não está no quartel falando com os seus soldados! O senhor só responde!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu estou esclarecendo a pergunta do senhor, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, o senhor não precisa esclarecer nada.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Só esclarecendo o senhor, novamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não precisa esclarecer nada, porque nós compreendemos, cada um.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Presidente, novamente... Presidente, o senhor é militar também, é um desrespeito com os militares, novamente, como eu vi em um outro depoimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aqui o senhor não é militar, aqui o senhor é um soldado do Estado!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Como eu vi em um outro depoimento e, novamente, fazendo esse tipo de alusão desrespeitosa a nossa carreira. Então, eu só estou tentando responder, esclarecer as dúvidas do Relator. E o que eu peço, Presidente, ao senhor, que é militar estadual também, que os Deputados respeitem a nossa categoria e a nossa carreira, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que o senhor não está falando com o seu soldado, o senhor não está falando com o seu soldado, o senhor está falando com o Deputado Estadual que está tentando aqui esclarecer o que aconteceu. Lá, no Estado, vocês falam com os seus soldados.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Senhor Presidente, eu reitero o meu pedido aqui de respeito a minha pessoa, a minha história profissional e a nossa categoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito que a gente dê procedimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor responda à pergunta que eu fizer, o senhor responda à pergunta que eu fizer. O senhor não precisa fazer ilações, porque as conclusões nós vamos fazer.

Bom, o senhor está conversando...o Governador fez uma *live* falando da compra dos respiradores, que havia prostituição no mercado, que o preço estava acima do mercado, que



tinha gente se aproveitando. E o Governador conversou com o senhor sobre a compra dos respiradores, não falou antes disso? Só foi falar com senhor sobre a compra dos respiradores no dia 28?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Agora posso responder, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, se o senhor... agora o senhor pode falar.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Muito obrigado.

Deputado, todos nós sabíamos que o Estado estava comprando respiradores, esse era um dos objetos que eram necessários para a expansão das UTIs, tão necessários, como nós estamos vendo nesse momento; ou seja, aquela aquisição, e a aquisição dos respiradores era o equipamento necessário para poder estruturar o sistema hospitalar para fazer frente à pandemia, como nós estamos vendo neste momento.

Então, todos nós sabíamos que a compra, que a compra de respiradores estava acontecendo. Agora, nenhum de nós estava acompanhando, porque não era da nossa alçada, a execução do processo administrativo que culminaria com essa aquisição. Isso é a Superintendência de Gestão Administrativa da Saúde quem estava tratando. Uma coisa é o posicionamento estratégico da necessidade de uma aquisição e a outra é a execução desse procedimento. Por exemplo, o Governador autorizou agora o investimento de R\$ 15 milhões para a construção da nova ponte em Araranguá.

O Governador determinou a aplicação desse recurso lá, agora é a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade, junto com o Município de Araranguá, que vão adotar os procedimentos administrativos pra que isso se concretize. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O Governador jamais vai poder ser responsabilizado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...se algum ato administrativo for executado fora da legislação ou fora dos ritos ordinários.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então a decisão estratégica de comprar respiradores foi definida pelo Governador? Sim. A execução administrativa, o processo administrativo pra que isso aconteça, acontecesse, foi realizado pela Superintendência de Gestão Administrativa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Governador não tratou com o Secretário Helton, o senhor não tratou com o Secretário Helton sobre a compra dos respiradores, sobre o processo? Está acontecendo a pandemia, nós temos que montar os hospitais, o hospital de campanha foi uma fraude, foi uma tentativa de corrupção, e vocês não conversaram sobre isso? Sobre: ó, tenham cuidado pra não comprar com empresas fantasmas, tenham cuidado para não botar o dinheiro do Estado em risco? Qual foi a orientação que o Governador do Estado deu para os Secretários?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Havia já instruções normativas a respeito disso, ou seja, a Secretaria de Estado da Saúde, que compra... em 2019 comprou mais de R\$ 800 milhões, fez aproximadamente mil processos de compra, tem em torno de noventa pessoas entre servidores e terceirizados atuando no setor de compras da Secretaria da Saúde, é a Secretaria que mais compra no governo do Estado e tem capacidade e conhecimento de como executar processos dessa natureza e dessa magnitude.

Por isso a decisão administra... a decisão estratégica tomada de que esse era um caminho, não só respiradores, insumos, Equipamentos de Proteção Individual, todos os instrumentos que fossem necessários pra suprir os profissionais e dotar a estrutura hospitalar



das condições adequadas. Essa decisão estratégica foi tomada. A partir daí, seguindo os ritos e a legislação estabelecida, a Superintendência de Gestão Administrativa da Secretaria da Saúde seguiu executando os procedimentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Secretário Tasca, eu vou perguntar de novo. O senhor não precisa... nós vamos fazer as conclusões que temos que fazer aqui, Secretário, as conclusões a CPI vai tirar do processo.

Eu só preciso saber do senhor o seguinte: entre o dia 30 e o dia 28, que o senhor disse que teve conhecimento da compra dos respiradores, o Governador, o Secretário Helton, o Douglas Borba, vocês conversaram sobre a compra dos respiradores? Vocês conversaram: como é que tá isso aí, como é que tá essa compra dos respiradores, quando é que vão chegar, vocês já compraram?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor tinha contato com o Secretário Helton permanentemente?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E ele, não falou da compra dos respiradores, do processo? Porque ele participou da compra dos respiradores, ele inclusive negociou preço, ele acompanhou, ele veio aqui e disse que sabia de tudo... Ele não conversou com o senhor sobre isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, ele não tratou desse tema comigo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

E no grupo de WhatsApp, havia sempre aquelas observações, tem que proteger o Estado, tem que cuidar do Estado, tem que não fazer a compra dos respiradores em risco, tem que pegar as garantias, tem que fazer o projeto de lei... O senhor acompanhava tudo isso no grupo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Estado comprou esses respiradores sem atender essas determinações aqui do grupo (*o depoente faz que sim com a cabeça*). Por que o senhor acha que isso aconteceu?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Agora nós temos procedimentos administrativos instaurados na Secretaria de Estado da Saúde, nós temos procedimentos administrativos instaurados na Controladoria-Geral do Estado, nós temos a investigação do Ministério Público junto com a Polícia mili... Polícia Civil e temos a CPI, pra poder identificar claramente o que aconteceu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber se o senhor tem uma ideia?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu não tenho todos os elementos que os senhores têm, eu não tenho todos os elementos que a investigação tem, que os procedimentos administrativos vão ter. Eu prefiro sempre aguardar todas as informações pra que as minhas colocações e afirmações sejam lastreadas em todas as informações possíveis na verdade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Vamos falar do projeto de lei, então. O senhor acompanhou que estava sendo construído o projeto de lei – o senhor tem a cópia do projeto de lei?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Aqui comigo, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho ele aqui (*mostra para o depoente*).

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo? Se o senhor tiver alguma dúvida, eu posso mostrar para o senhor.



No dia 23/3 foi apresentado no SEA 3404 de 2020 a aprovação de uma minuta de projeto de lei para “realizar a antecipação dos pagamentos, total ou parcial, nas contratações destinadas ao fornecimento de bens, à prestação de serviços, à locação de móveis, imóveis e equipamentos (...)”. Aí no dia 25 de março o gabinete do senhor – este documento está assinado pelo senhor (*o depoente faz que sim com a cabeça*) – faz um apanhado de como proceder às compras com pagamento antecipado. Depois esse apanhado vai para um modelo de projeto de lei e esse modelo de projeto de lei é apresentado ao Governador do Estado. Esse projeto de lei, no seu inciso II, previa antes do pagamento antecipado a colheita das garantias.

Na minha leitura o problema não estava em pagar antecipado, porque eles podiam pagar antecipado para a WEG, podiam pagar antecipado para a Philips, para a Siemens, para qualquer multinacional não haveria problema nenhum em fazer pagamento antecipado. O problema do pagamento antecipado está em não exigir a garantia, porque não foi exigida garantia nenhuma. E aqui o senhor... tem um despacho do senhor do dia 25 de março, nesse projeto de lei, acolhendo a minuta do projeto de lei que estabelece a garantia (*o depoente faz que sim com a cabeça*).

Então assim, na minha visão o senhor fez o que tinha que se fazer, então o senhor não está... eu não estou olhando para o senhor aqui como uma pessoa que participou, não é isso. Eu só acho que o senhor fez o que tinha que fazer, apresentou a minuta, a minuta veio pra cá, a Procuradoria se manifestou, só que o que acontece? O projeto de lei chegou aqui na Assembleia Legislativa através de mensagem assinada pelo Secretário Douglas Borba em 31 de março, foi protocolado e retirado (*o depoente faz que sim com a cabeça*); depois de protocolado e retirado houve o pagamento antecipado.

Por que esse projeto foi protocolado e retirado?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Desconheço.

Na verdade a atuação da Secretaria da Administração ela se deu na dimensão técnica: de identificar a necessidade que foi apresentada pela Secretaria de Estado da Saúde, pela superintendente Márcia; de que esse instrumento do pagamento antecipado era uma situação que estava sendo requerida; de discutir tecnicamente a forma pela qual isso poderia ser efetuado; de em conjunto com os órgãos de controle entender que compartilhar essa decisão com a Assembleia Legislativa seria o movimento mais adequado através de um projeto de lei. Tecnicamente foi essa a decisão que nós tomamos e o encaminhamento que foi feito por parte da Secretaria de Estado da Administração.

Posteriormente, como em qualquer governo, os atos legislativos e os projetos de lei são encaminhados pela Casa Civil e a decisão final do envio ou não é articulado com ela pelo Governador, e o Governador assinou a... o projeto de lei pra envio pra cá, e aí, posteriormente, se ele foi retirado foi por uma decisão do Chefe da Casa Civil, da qual eu não tive acesso das razões pela qual ele efetuou esse procedimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor teve conhecimento depois que esse projeto de lei foi retirado?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Posteriormente, sim. Depois de passado um tempo, a... as... a Secretaria de Estado da Saúde não demandou mais. Se pegar as conversas de WhatsApp, depois do projeto de lei construído e da... do compartilhamento que ela faz daquelas duas propostas de respiradores, em que ela deixa claro que estaria optando por uma que não haveria o pagamento antecipado, isso a fala dela tá clara, no questionamento da Simone ela diz que não, que não haveria pagamento antecipado, não há mais o questionamento e a demanda, ou seja, a necessidade de efetuar o pagamento antecipado ele some. E aí, nesse momento, volto a falar, nós tínhamos outras atividades e o grupo aqui era um grupo consultivo, que tinha que ser demandado pra poder gerar as respostas, isso não é mais questionado.

Passado um tempo, e se não houve mais nenhum questionamento, mas eu me lembrei do projeto e entrei em contato com o... com o ex-Chefe da Casa Civil Douglas perguntando do



projeto e ele disse que houve uma decisão da Casa Civil de não enviar o projeto de lei, até porque ele entendia que não haveria necessidade. E realmente, ao ver as manifestações tanto do Tribunal de Contas, principalmente do Ministério Público, de que o projeto de lei seria um requisito adicional, que a legislação que estaria posta e as... as jurisprudências de Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União indicam que não haveria necessidade, mas o governo pas... optou, na área técnica, na área técnica, dessa cautela adicional, e houve a decisão da Casa Civil de não enviar, ou como o senhor menciona aqui, de feito o envio de retirar o projeto de lei. Mas eu desconheço os motivos que levaram a isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque se o projeto de lei... Vamos pensar junto aqui. O senhor é Secretário da Administração do Estado, se o projeto de lei chega aqui na Casa como chegou, ele vai para os Deputados aprovarem e nós aprovaríamos sem nenhum problema e rapidamente (*o depoente faz que sim com a cabeça*), como fizemos com outros projetos que chegaram aqui durante a pandemia. Se esse projeto vem, é aprovado pelos Deputados, nós tínhamos a garantia de que só podia fazer pagamento antecipado com a garantia específica.

Todas as manifestações do Tribunal de Contas, da Procuradoria, dessas instruções normativas que foram juntadas aqui no grupo, elas falam da garantia, elas falam da caução, da preocupação, do risco de o erário não se esvaziar, e é muito estranho, mas muito estranho mesmo, que esse projeto tenha sido colocado e retirado no mesmo dia ou no dia seguinte que foi feito o pagamento antecipado.

Na visão do Relator, quem fez esse... esse... Ele colocou esse projeto de lei e se apercebeu que não poderia fazer o pagamento antecipado, determinou a retirada. Quem retira um projeto de lei, precisa da autorização do Governador para fazer ou a Casa Civil pode fazer sozinha? Porque o Governador mandou botar o projeto de lei, certo? Tá assinado pelo...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu imagino que os senhores tenham perguntado aqui pro Chefe da Casa Civil...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, eu tô perguntando pro senhor.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...o procedimento da Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tô perguntando pro senhor.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Desconheço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor não sabe?

Por enquanto estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado Ivan Naatz.

Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Quero cumprimentar todos os Pares, cumprimentar o Deputado Sopelsa e o Deputado João Amin, que estão nos acompanhando via remota, cumprimentar o Secretário Tasca, seja bem-vindo, obrigado por ter vindo aqui.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – A gente está um pouco intrigado com essa compra, porque o mínimo do básico não foi observado.

O senhor deu um exemplo aqui antes de quem manda e de quem executa, né? Todos vieram aqui, o Secretário Helton, o Secretário André Motta Ribeiro, o senhor também tem se colocado assim, ó, tem que perguntar a parte operacional pra superintendente Márcia (*o depoente faz que sim com a cabeça*). A Márcia comprou, a Márcia pagou, mas quem deu a ordem pra ela comprar e pagar? O senhor sabe disso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Porque todos vieram aqui e ninguém deu a ordem. Mas no dia 27 de março, 27 de março, o Secretário Helton e o Governador, naquelas *lives* diárias, disseram: ontem compramos os respiradores. Não foi assim? Pagamos, o Secretário Helton negociou a redução de 169 mil pra 165 com o seu Fábio Guasti, que primeiro disse que ia ser fornecido pela Brazilian Trading, depois...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu posso fazer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...pela Veigamed...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Posso fazer um comentário em relação a essa fala do senhor aqui?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Hum, hum. Sim.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Quando o senhor fala da... da... da coletiva, da *live*, né, volto a falar, todos nós sabíamos de que as compras de respiradores estavam acontecendo, ou seja, porque essa era uma necessidade, era um procedimento que tava sendo executado. A... o Secretário Helton sabia que a compra tava acontecendo, até porque ele assinou a dispensa de licitação e a ordem de fornecimento pra que ela acontecesse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É que...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Isso tá muito claro pra ele, na fala dele aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim. É que ele veio aqui...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, e ele deixou isso muito claro aqui. Agora, o que em nenhum momento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, ele veio aqui e ele disse que ele não mandou ela pagar.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, então o senhor tá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Que ele não sabia que era antecipado.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então o seguinte, no dia 27 a gente está falando da compra, quando o Governador menciona a compra e o Secretário Helton fala da compra, a compra efetivamente aconteceu. O Secretário Helton, e tá... tá no processo isso, ele assina a dispensa de licitação e a ordem de fornecimento, que fala em pagamento posterior à entrega. Isso é o que tá na dispensa de licitação, isso tá na ordem de fornecimento, isso tá no processo.

Então, é natural que o Secretário Helton fizesse menção à compra junto com o Governador, porque a compra ela tinha sido assinada por ele.

Agora, em relação ao pagamento, realmente tudo o que eu acompanhei aqui, não há a participação dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só uma questão. Não é pagamento posterior à entrega, porque no orçamento está remunerário antecipado.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – E aí há um equívoco da parte do senhor...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por quê?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Porque quando a gente olha a dispensa de licitação e ela menciona ao final, nas condições anteriormente estabelecidas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Conforme o orçamento.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...são as condições anteriormente estabelecidas nas cláusulas daquela dispensa de licitação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não senhor. Ali está...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...porque ela que é a regra do jogo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...condição de pagamento

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então quando eu estabeleço as condições anteriormente estabelecidas, a segunda cláusula, se eu não me engano, diz que a questão do prazo de entrega tá estabelecida na ordem de fornecimento que segue anexa.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não senhor.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – A interpretação do senhor é equivocada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, não senhor. A dispensa de licitação, e naquele dia eu li aqui, que diz assim: condições de entrega e pagamento...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Inter...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por favor, espere eu falar.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Interpretação equivocada, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por favor, espere eu falar.

Ali está escrito assim: conforme orçamento.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Condi... conforme condições anteriormente estabelecidas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Orçamento.

Tem aí o documento para buscar (*dirige-se ao Relator*)? Conforme o orçamento. No orçamento fala em remunerário antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Antecipado, né?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Conforme condições anteriormente estabelecidas, pelo que me recordo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Vamos buscar aquele documento lá da dispensa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim, acho que seria importante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se o senhor me permite, Deputado Kennedy, isso é completamente irrelevante, porque várias pessoas já falaram por aqui que o pagamento era antecipado, que havia conhecimento que o pagamento era antecipado e que a certificação da nota foi feita cinco dias antes do compromisso da entrega.

Então... já passaram várias pessoas por aqui que disseram que o pagamento era antecipado e que o Secretário tinha conhecimento que era pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Lá no grupo de WhatsApp que o senhor fazia parte, no dia 24 tem... nas conversas lá diz assim: no caso de algum problema por parte do fornecedor, caberia aí uma ação judicial. Porque estavam negociando lá de uma empresa, que não tinha garantias para dar. Diz aqui (*folheia documentos*), também no início das conversas do grupo, dia 23: como esses fornecedores não têm capital de giro, estão pedindo pagamento antecipado.

Tá tudo lá no grupo das conversas de vocês.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Qual é a data e hora, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Dia 23. Eu não anotei a hora aqui, mas...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Só pra eu ver o texto bem certinho ali, pra eu ver quem falou, quem mencionou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Dia 23.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O senhor consegue resgatar depois data e hora pra ver precisamente quem falou?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Se a gente pegar ali, é que eu anotei fora do contexto.

(*O senhor Deputado Estadual Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone: "Foi a própria Adjunta que respondeu."*)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dia 23... posso ver para o senhor, só um momento.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Como esses fornecedores não têm capital de giro, eles estão pedindo pagamento antecipado. Duas opções, aumentar o limite do cartão ou um projeto de lei complementar para dar respaldo jurídico.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Daí falaram lá: o cartão é só pra bens de consumo e esse não dá porque era...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim, porque era uma possibilidade que estava sendo discutida de um instrumento que poderia ser utilizado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É, então quer dizer, todos sabiam que essa discussão do pagamento antecipado era justamente dos respiradores, não tinha outra coisa sendo comprada...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, não, não, havia outros insumos, outros Equipamentos de Proteção Individual...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, mas...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...também na... nos relatos também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Sim, mas quando...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Era um instrumento geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas quando se fala aqui...

Bom, o cartão só pode ser usado pros bens de consumo, quer dizer, vocês não estão tratando aqui de uma compra de bens de consumo...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – ...vocês estão tratando de uma compra de ativo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim, de bem permanente. Perfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Né? E ativo permanente que estavam comprando, que era a agonia de todo mundo, inclusive dito aqui por um cidadão lá do setor de compras, um pessoal também da área militar, disse assim: falaram pra nós que não era pra discutir, o que vem pra cá é pra comprar, porque em abril vão morrer 6.500 pessoas, vai morrer gente nas calçadas dos hospitais e nós temos que comprar.

Então, a impressão que nós temos é que o governo estava nessa paranóia de que ia morrer um monte de gente, baseado não sei no quê, né, e todo mundo sabia e resolveram correr o risco de comprar e pagar, e todo mundo estava sabendo. Isso, pra mim, está muito claro.

Agora eu queria...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Essa sua afirmação, o que que é o “todo mundo”, Deputado, por favor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Todo mundo que estava nesse grupo, inclusive o senhor, que tinha que pagar os respiradores antecipados. Vocês estavam discutindo isso.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Que era uma... Não, negativo. Se o senhor pegar as... a... mais à frente, quando se entra na discussão específica, específica...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Hum, hum.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...da compra de respiradores, onde ela compartilha duas propostas ali relacionadas e uma é a primeira, que deixou de existir, que é da Brazilian, né, que foi tirada do processo, e a outra uma que a gente não tinha nem visto depois, que é da Aeonmed, ali a... o final dessa conversa é de que pra essa compra específica que estava sendo executada, o pagamento seria posterior.

Essa é o que tá no grupo ali.

Então na verdade nós estávamos discutindo e essa discussão ela é anterior a... o compartilhamento das propostas, a discussão novamente ela é no campo genérico e hipotético



da necessidade de utilização desse instrumento e de como... e da... e de que forma esse instrumento poderia ser disponibilizado pra ser utilizado caso necessário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É, aqui, quando vocês falam disso, tem inclusive aqui uma resposta, quando o senhor fala: vantagem da utilização do adiantamento é ser um instrumento que já está disponível (*o depoente faz que sim com a cabeça*) e pronto para o uso, sendo possível utilizá-lo pra esses pagamentos, custeio e capital, ganharíamos um tempo precioso. E daí em resposta ao que o senhor coloca, a Denise, do TCE, diz: sim, infelizmente já existe uma disputa nacional por esses aparelhos, quem não agiliza, fica sem. É a realidade. (*O depoente faz que sim com a cabeça.*)

Quer dizer, estamos falando aqui dos aparelhos, todos vocês estavam falando dos aparelhos.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Também.

(*O senhor Relator, Deputado Estadual Ivan Naatz, manifesta-se fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas eu queria fazer uma pergunta prática para o senhor.

Vieram as notícias, por denúncias e por pedido à Justiça, inclusive partindo de um Parlamentar aqui da Assembleia Legislativa, foram bloqueados alguns recursos que foram rastreados a partir do pagamento dos 33 milhões.

Esses recursos já chegaram ao Estado ou ainda se encontram sob o poder do Poder Judiciário?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não... não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não sabe?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim. São em torno de R\$ 13 milhões, R\$ 400 mil decorrentes da ação do Deputado Bruno Souza, e o restante, que chega... que soma R\$ 13 milhões, por uma ação do governo do Estado, ação de inteligência PGE, Fazenda, CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Porque... o que nós temos conhecimento é que as empresas contestaram, porque estavam tratando de outros negócios e outras coisas, e até hoje nós não temos os respiradores e os 33 milhões, né?

E eu queria fazer uma última pergunta, se o senhor... sabe responder.

Nós sabemos que graças à empresa catarinense WEG nós temos respiradores hoje (*o depoente faz que sim com a cabeça*), e outras empresas passaram a produzir e tentar certificar ventiladores, logo a partir do início da pandemia, que foi lá final de março.

O senhor sabe quando o governo teve informação de que empresa catarinense estaria disposta a iniciar a produção e pra quando teria pra entregar, que é o caso da WEG?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim, já. O início das conversas com a WEG, se eu não me reco... se eu me... me recordo inicia ali, monta o início do mês de abril, final de março início de abril. Mas a WEG consegue confirmar com 100% de certeza que faria as entregas apenas no início do mês de maio. Somente ali ela conseguiu dizer o seguinte assim ó: consigo entregar, porque ela teve acesso a todas as peças que eram necessárias pra montar. Até ali a WEG não conseguiu dar certeza pro governo do Estado de que conseguiria fazer essa entrega, o que acabou acontecendo no início de maio e que efetivamente ela fez a primeira entrega ali por volta de 18 de maio do primeiro quantitativo de respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – E ainda não foram todos instalados, não foram necessários ainda.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, todos... Já foram 270, recebemos 230 que tão em fase de distribuição pela Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Acho que as notícias recentes demonstram o quanto esse equipamento tem sido necessário, né?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – A notícia de hoje é que nós temos quatrocentos leitos livres, quer dizer, quatrocentos respiradores livres no Estado, sem serem utilizados, e aí vem uma coisa que, pra nós, cidadãos catarinenses, que fomos surpreendidos por uma decisão de para tudo, fique em casa, porque essa era a moda da grande mídia (*o Deputado Milton Hobus faz sinal de aspas com as mãos*) no momento, e vai morrer daqui a duas semanas um mundo de gente.

Se todos nós, cidadãos, que temos um mínimo de informação, sabíamos que esse vírus vinha de fora, que só tínhamos meia dúzia de pessoas infectadas final de março, que é quando se comprou isso aqui a toque de caixa, que isso pra chegar no interior do Estado e por aí afora ia demorar um belo tempo, como demorou, porque a indústria praticamente não parou, os frigoríficos não pararam, Deputado Cobalchini, porque não podiam parar, os bichinhos iam morrer lá na... E só agora, só agora, no mês de junho, que começou a aparecer casos nos frigoríficos, que não pararam, não tiveram distanciamento social, estavam lá, todo mundo trabalhando. Qualquer um com um pouquinho de inteligência via isso. Eu alertei isso no dia que foi feito, eu disse: pelo amor de Deus, temos um protocolo lá na Defesa Civil, vamos seguir aquilo lá, não precisa dessa doideira toda, porque o vírus não vai chegar em todo o mundo numa hora só, o mundo mostrou isso.

Como é que ninguém do governo se ateu a isso e permitiu, em nome dessa paranoia de que tem que ser tudo pra ontem e vai morrer um mundo de gente, se fizesse compras desse jeito, como foi feito, sem o mínimo critério, se fizesse uma contratação de um hospital de campanha que se mostrou até hoje que seria um dinheiro jogado fora, graças a Deus nós intervimos, e o Ministério Público e o Tribunal de Contas interviram. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Então vocês eram as cabeças pensantes lá, junto com o Governador, os Secretários, as pessoas próximas. Como o senhor se sente hoje vendo a evolução dos casos e vendo as coisas como evoluíram aqui para gente estar nesse ponto, discutindo o desaparecimento de 33 milhões pagos por uma empresa que se via que ela não tinha condições de entregar e foi alertado pelos próprios representantes da empresa que a empresa fabricante, lá na China, não reconhecia a venda e tudo mais. E tudo foi passando por cima e chegamos a essa situação.

Como é que o senhor... o que o senhor poderia dizer para gente vendo isso tudo? O senhor que é o administrador do Estado.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Estou convicto de que a decisão tomada pelo governo do Estado foi a decisão mais acertada naquele momento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – É não reconhece o erro...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Respeito a sua opinião e ela... e muita gente diverge dela, porque realmente é uma opinião, é um ponto de vista, mas que a maioria das pessoas que tem estudado a evolução do vírus e as estratégias utilizadas para conter o seu avanço, permitir que o seu avanço se dê de acordo com a capacidade de atendimento hospitalar, discordo da sua opinião.

Então eu respeito ela, mas ela é uma posição que ela é minoritária e, na verdade, a decisão tomada pelo governo do Estado de Santa Catarina fez com que Santa Catarina pudesse ter uma das menores taxas de letalidade no Brasil...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Esse, esse...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –...fosse considerado pelo Centro de Liderança Pública...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Esse...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...a melhor condução da pandemia no Brasil...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor me desculpa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...e nos permitiu chegar nas condições em que nós estamos hoje...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor me desculpa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...compartilhando agora o processo decisório...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...com os Municípios...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...pra que de forma regionalizada agora nós possamos enfrentar essa pandemia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor não vai aqui fazer discurso para promover o governo de algo que eu não concordo com o que ele fez.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O senhor me fez uma pergunta e eu estou respondendo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas eu só pergunto como o senhor se sente, porque agora que o vírus está chegando, porque ele vem de fora, então ele lentamente vai indo. Mas o Estado fez aquilo que a pesquisa de opinião pública falava no momento, todo mundo queria ficar em casa porque a grande imprensa colocou todo mundo em pânico.

Os técnicos que fizeram aquele estudo de probabilidade matemática do pior cenário, cenário mediano e cenário... eu foi questionar eles, que são pessoas inteligentes: Olha, nós usamos um modelo matemático da OMS aqui, mas em nenhum momento nós falamos para o governo que... a decisão foi 17 de março de fechar tudo e criar aquele pânico geral, e que abril nós íamos ter 6.500 mortes, que era a estatística que o governo trabalhou para si para tomar essas decisões. Isso, na avaliação do senhor, não foi um erro?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Na verdade, naquele momento em março não tínhamos informação suficiente pra entender a velocidade de avanço do vírus. Porque justamente você não tinha dados suficientes pra fazer projeções, traçar cenários, era tudo muito incipiente. Por isso se a... a adoção da medida do *lockdown*, do fechamento naquele momento, era a medida mais adequada, porque ao olhar o cenário internacional, que era referência, principalmente a Itália, essa era a medida que teria capacidade de fazer com que nos segurássemos o avanço da doença, nos estruturássemos, aí não só o sistema hospitalar, mas também na qualificação dos dados, pra poder entender o avanço da doença e a partir dali efetuar as liberações necessárias identificando os resultados disso.

E eu participei diretamente da estruturação do Núcleo Intersetorial de Inteligência de Dados sobre a Covid-19, em parceria com a Associação Catarinense de Medicina, com o Social Good Brasil, que elevou Santa Catarina dos últimos níveis de transparência pro terceiro lugar do nível de transparência, e com o conjunto de informações que permitiu que Santa Catarina fosse um dos primeiros Estados a adotar a flexibilização, porque tinha dados e informações suficientes que permitiriam calibrar as restrições com o avanço da doença.

Então esse foi um movimento inteligente que foi feito, e agora chegou questão de um mês atrás, no movimento que se entendeu o seguinte: nós temos informações suficientes pra compartilhar essa decisão com os Municípios e atuar agora de forma regional.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Milton Hobus. Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Boa noite Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Boa noite, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...boa noite a todos.

Tenho uma curiosidade, Secretário: Por que esse processo dos respiradores – dada a sua complexidade, não tramitou pelo menos por uma hora, já que era uma compra urgente, e



reunisse... já que se formou também esse grupo de WhatsApp, que em muitos momentos se falou sobre isso – não tramitou no Grupo Gestor?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Primeiro, né, acho que a... a Karen que teve aqui, que é minha Diretora de Gestão de Licitações e Contratos, que foi na primeira... as primeiras testemunhas ouvidas aqui na CPI, deixou claro que tem uma resolução do Grupo Gestor que data de 2017 que isenta a... os órgãos finalísticos, né, e dentre eles a Secretaria de Estado da Saúde, da tramitação dos processos finalísticos, a, pelo Grupo Gestor de Governo. Porque o Grupo Gestor de Governo, como o senhor bem sabe, tem a responsabilidade de analisar a pertinência e a relevância da aquisição e a disponibilidade de recursos pra eles, pra isso, né? É muito mais um mecanismo de contenção de despesas do que de analisar o processo de compra em si.

Então, no caso da saúde e dos órgãos finalísticos, desde 2017, esse entendimento foi mantido na atual gestão, esse tipo de processo não passa pelo Grupo Gestor de Governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Nas compras corriqueiras, do dia a dia. E quando envolve, digamos, um valor como esse?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, os processos da Saúde, principalmente, de equipamentos médicos, medicamentos, não passam pelo Grupo Gestor de Governo. Passam, a, aquisições que não têm característica da Saúde como, por exemplo: construção de hospitais, obras, reformas. Essas, sim, passam pelo Grupo Gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu entendo que essa não é uma compra de rotina. Nenhuma Secretaria de Estado, acredito, tenha feito alguma compra, qualquer compra que tenha sido e seja, claro, dispensa de licitação, a cada... de tempo em tempo surge aqui no nosso Estado em decorrência climática. Mas calamidade pública no nosso Estado, todo o território catarinense, talvez tenha sido a primeira vez. Então, essa não é uma compra da rotina.

Em se tratando disso, afinal são R\$ 33 milhões, não teria que o grupo formado já ter – embora fosse consultivo, mas o grupo não é de simples servidores do Estado, nesse grupo está, inclusive, o Secretário de Estado da Administração – já não deveria ter orientado, ou determinado, e que uma vez a compra tivesse pagamento antecipado, os procedimentos disso? Por que isso não aconteceu?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Primeiro, né, Deputado, destacar que, no grupo que estava discutindo efetivamente, era a forma pela qual se permitiria que a Secretaria de Estado da Saúde e outros órgãos de governo pudesse utilizar desse instrumento, caso necessário, caso necessário. Em nenhum momento no grupo foi tratado disso como uma situação prática, ou uma situação que efetivamente aconteceria. Isso tá na... na descrição. Então nós estávamos construindo um instrumento com as suas características, com as suas garantias e cautelas, naturais e necessárias pra um pagamento desse tipo, que envolve o risco alto, ã, pra que, se necessário, fosse utilizado para garantir a aquisição de equipamentos e insumos que pudesse ser adqui... que tivesse condições de ser... de ser adquirido apenas com essas... condições.

Então na verdade nós estávamos criando esse instrumento, dotando o governo do Estado desse instrumento, que novamente, não é um instrumento comum. Ou seja, é um instrumento que eu, pelo menos que estou há um ano e meio no governo, nunca utilizei e nunca vi. Fui tomar contato com ele justamente nesse momento, por uma situação mercadológica excepcional, em que foi colocado isso como requisito.

E, novamente, nós estávamos construindo a forma pela qual esse instrumento estaria disponível. Em nenhum momento foi trazida a situação de que ele efetivamente precisou ser utilizado, como tá bem descrito no grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O grupo chegou à conclusão de encaminhar o projeto de lei para a Assembleia. Mesmo que a Assembleia tivesse



votado esse projeto, mesmo que tivesse sido tornado lei, ainda assim, as garantias não estavam dispensadas. Todos estavam conscientes disso e todos souberam, aliás, o próprio governo retirou o projeto que encaminhou. Então quem retirou o projeto, tornou-se ainda mais precária essa compra e o pagamento antecipado. Então isso chega a ser óbvio ou ululante a necessidade de obter garantias.

Então eu vejo assim um amorismo. Eu diria que quase um estagiário sabe que não pode fazer uma compra como essa de uma empresa que não tem a menor condição, que não tem *know-how*. E o Estado, ninguém, absolutamente não teve um iluminado no Estado que dissesse: vamos cobrar as garantias.

Passado esse episódio, como é que o senhor analisa esse fato? Dentre outros tantos, mas esse fato da garantia, acerca até da administração agora estar preparada para futuras aquisições e que exijam garantias de pagamento antecipado?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Novamente, né, pra mim, que trabalha a um ano e meio à frente dessa área, a situação do pagamento antecipado surgiu agora com uma novidade, realmente, uma situação mercadológica.

Acredito que situações desse tipo, até porque o mercado ele normalizou, não devam ser utilizadas, porque, novamente, isso cabe numa situação extremamente excepcional, com garantias e cautelas, que por tudo que aconteceu não foram adotadas.

E aí nós estamos com procedimentos administrativos instaurados, procedimentos criminais instaurados, porque mais do que um erro administrativo tudo indica nesse processo, por tudo que nós temos visto, que é uma organização criminosa também, que se aproveitou, na verdade, de um cenário de compras conturbado que nunca existiu, da necessidade que era premente não só de Santa Catarina, mas do Brasil e do mundo, e aproveitou desse contexto e desse cenário prócio pra praticar um crime.

Pelo menos tudo isso que tem sido visto no trabalho da CPI, na investigação da própria Polícia Civil e Ministério Público, nós temos essa situação, que eu coloco muito claramente: numa situação de normalidade não aconteceria. Numa situação de normalidade que não fosse um cenário que foi encontrado naqueles quinze dias do mês de março, uma compra desse tipo não aconteceria.

Então nós temos o somatório de uma organização criminosa, em tese, por tudo que tem sido colocado, que se aproveitou de um cenário de compras conturbado e de uma necessidade. E daí você tem, certamente, procedimentos administrativos que não cumpriram os requisitos e não tiveram as cautelas necessárias, que aí está sendo objeto das apurações que estão sendo realizadas, e nós vamos aproveitar as conclusões dessa apuração pra também voltar e aperfeiçoar o processo de compra do governo do Estado como um todo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – No dia 4/5 o senhor participou de uma coletiva sobre os respiradores e reconheceu que houve fragilidades nesse processo, afirmando que era preciso aguardar as investigações para saber de fato o que ocorreu. Ainda, o senhor fez diversos elogios à equipe de compras da Secretaria da Saúde, classificou a atuação da pasta como fantástica.

O senhor disse: Nós entendemos que há fragilidades e agora temos que entender, e os procedimentos da Polícia Civil e do Ministério Público vão nos dar uma clareza maior sobre os motivos que levaram às fragilidades, e aí, sim, identificar responsabilidades, ajustes e responsabilizar, caso eventualmente tenha havido algum tipo de dolo nesse processo.

Passados dois meses dessa coletiva, qual foi a conclusão que o governo chegou? Houve o dolo? Houve o crime? O que houve?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Os procedimentos não foram concluídos ainda, Deputado. Então nós estamos aguardando tanto os procedimentos administrativos quanto o procedimento criminal, e o próprio trabalho da CPI, que vai trazer conclusões importantes pra poder contribuir com o trabalho de aperfeiçoamento das compras públicas, pra que nós



possamos adotar os procedimentos necessários pra que essa exceção – e aí eu gosto de destacar, eu gostaria de destacar isso: Essa compra foi uma exceção.

A regra, na Secretaria de Estado da Saúde e no governo do Estado, são de compras exitosas. Nós temos inúmeros exemplos, que se eu puder relatar ao longo da, da noite aqui eu vou falar, de compras e aquisições em licitações com o êxito fantástico...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não cabe...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ... nós não podemos tratar exceção como regra.

Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Essa é exceção?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...o desempenho da Secretaria de Estado da Saúde...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Eu não quero tratar sobre o desempenho da Secretaria da Saúde. Nós estamos tratando aqui, neste caso específico, de uma exceção de R\$ 33 milhões...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim, e poderia ser de R\$ 3 mil... e poderia...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...em pagamento antecipado. Isso não pode... eu não estou falando do valor com pagamento antecipado de uma empresa de fundo de quintal. Isso não pode ser tratado como uma exceção.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Gravíssima. Gravíssima. Exceção gravíssima.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Esse é um caso gravíssimo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Uma exceção gravíssima, eu concordo com o senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Qual seria, no seu entender, o procedimento correto em uma compra como essa e quais as falhas que o senhor já identificou?

O senhor leu, por exemplo, o senhor recebeu a conclusão do relatório da sindicância promovida pela Controladoria-Geral do Estado?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não. Pela informação que eu tenho o conteúdo ele é sigiloso, eu não tive acesso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Trata-se de servidores... que envolve servidores do Estado, é um procedimento que pode ser interno, mas já concluído, imagino que... até porque as providências a serem adotadas dependem, creio, que do Secretário de Estado da Administração, que vai posteriormente levar ao Governador.

Então, uma vez concluído, parece-me que... se nós estamos em tempo – como foi um negócio gravíssimo, que envolveu altas somas de recursos, cujos respiradores ainda não chegaram aqui –, eu acho que um processo como esse não pode ficar 15 dias, depois de concluído... novamente, se demorou tanto para saber, só no dia 28 de abril que o Secretário de Estado da Administração tomou conhecimento da compra, do pagamento antecipado. Essa sindicância, quando tem que tomar uma medida enérgica, exemplar, contra aqueles que fraudaram ou aqueles servidores do Estado que não pensaram em Santa Catarina, chegou o momento de o Governador e o Secretário de Administração darem uma resposta imediata. Penso que o governo tenha que dar um prazo para que essa conclusão seja encaminhada àqueles que devam tomar as providências. Estranho que não tenha chegado isso ainda às suas mãos e, através do senhor, ao Governador.

Voltando para o grupo, no dia 25/3, ou melhor, do dia 25/3/2020, a questão dos respiradores não é mais tratada, a partir desse dia. O senhor não buscou se informar da concretização do negócio? Como foi o pagamento, se foi antecipado, ou se não?... Já que o senhor estava no grupo, já que as situações estavam sendo tratadas diariamente várias vezes. Houve um silêncio total a partir desse dia.



O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O grupo ele era consultivo, Deputado. Mais uma vez, ele estava ali pra prestar os esclarecimentos que a superintendente Márcia, como representante da Secretaria de Estado da Saúde, precisasse.

Por isso que o grupo, na verdade, ele ficava em silêncio, porque ele aguardava ser estimulado, ou ser demandado, de acordo com a necessidade da Secretaria de Estado da Saúde, que era o principal cliente e usuário desse grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mesmo naquela temperatura em que o grupo, enfim, que a Secretaria da Saúde, que o Estado respirava, eram *lives* todos os dias no final da tarde, e ainda assim ninguém, absolutamente ninguém, nem do grupo... aliás, um grupo que contava inclusive com Promotores de Justiça que acabaram saindo. O senhor sabe por que eles saíram do grupo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu conversei depois com o Promotor Fabrício, né, que foi quem participou do grupo e saiu, e depois com o Maurício. A... ele argumenta, ele argumentou, primeiro, que eles estavam com excesso de trabalho, né, essa foi a argumentação dele. Segundo eles que teve dois questionamentos que ele colocou no grupo que a Márcia não conseguiu responder, inclusive assim que ele sai ela posta uma mensagem pedindo desculpas e que eu compartilhei com ele no privado.

A partir daí eu troquei várias mensagens com ele no privado, inclusive ele continuou apresentando demandas e eu prestando esclarecimentos, inclusive no dia 6 de abril ele compartilha comigo as recomendações do Ministério Público sobre as dispensas de licitações e as compras públicas.

Então houve uma decisão da parte dele, que eu respeito, né, de não participar mais do grupo, mas a princípio nada demais, tanto que novamen... como eu reforço, eu continuei interagindo normalmente com ele no privado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – No dia 28 de abril, quando o senhor soube da notícia pelo Intercept, o senhor, que era o administrador do grupo, excluiu a Márcia do grupo. Por quê?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Ela havia sido exonerada no dia anterior, então ela já não fazia mais parte, ou seja, ela não exercia mais a função de superintendente de Gestão Administrativa da... da Secretaria de Estado da Saúde. Por esse motivo ela foi excluída do grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Então foi uma coincidência a questão do Intercept? Não fosse o Intercept ela teria continuado no grupo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Porque foi naquele momento que eu tomei conhecimento de que ela teria sido exonerada também do... da função dela.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A Simone na semana passada esteve aqui, Deputado Milton, e relatou que vocês tiveram uma reunião sobre os respiradores e que necessitavam de trezentos aparelhos. Logo depois da reunião, o senhor gravou um áudio para o grupo e depois logo apagou esse áudio. O senhor lembra do que o senhor trator nesse áudio que o senhor apagou?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu acho que esse áudio... acho que eu ouvi o Deputado Kennedy Nunes também questionando esse áudio na... com a Simone aqui, eu não lembro se daqui a pouco eu gaguejei no áudio, se encaminhei por engano, ou se na verdade, pelo que eu vi depois ali, eu incluo na sequência o Consultor Jurídico da Procuradoria-Geral do Estado. Se eu não me engano, é isso, né, Deputado Kennedy, lá, né?

Aí eu não sei se o áudio que eu mandei deveria ter sido ouvido por ele também, e eu optei por apagar e reenviar ou enviar o áudio posteriormente com ele, porque eu envio de novo, logo depois que eu incluo ele no grupo, se não me engano. E aí eu faço o áudio normalmente depois da inclusão dele no grupo. Mas pontualmente porque eu não, não lembro.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Valdir Cobalchini.

Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor é Coronel do Bombeiro ou PM?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Tenente-Coronel da Polícia Militar de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Corpo da Polícia Militar. Só pra gente saber, o senhor hoje tem um serviço sério que é, como disse um parlamentar aqui, ser o administrador do Estado. O senhor ganha, do seu serviço, do seu salário, o senhor ganha o que a mais por ser o Secretário de Administração?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – 40% do valor do subsídio de Secretário de Estado, R\$ 4 mil bruto, o que dá R\$ 2.800 a mais limpo por mês.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O senhor acha isso justo já que tem outros Secretários da reserva que estão em cargos comissionados e que alguns chegam a ganhar quase 60 mil por mês?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Isso é normal, natur...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não. [*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Na verdade, recebe... é natural. Ele recebe o salário por uma função que exerceu, se ele vai exercer uma outra atribuição, que é remunerada, é natural que ele receba. Isso acontece normalmente, não só quando o senhor... sei que o senhor gosta de falar dos militares, o senhor gosta bastante dos militares...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Gosto bastante, gosto de falar...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...e inclusive desses que dobram salários.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...isso, e aí, e, na verdade o que nós temos efetivamente é uma situação que não é relativa aos militares, é relativa, novamente, às pessoas que estão aposentadas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...e vão exercer ou qualquer outro tipo de atividade que seja remunerada, vão receber a sua aposentadoria mais o... o salário atribuído aquele cargo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu falo isso, inclusive usando o seu exemplo, o senhor ganha 40%, como o senhor disse. Eu acho injusto alguém com o mesmo cargo hierárquico do senhor ganhar mais do que o senhor.

Então eu estou usando o seu exemplo para mostrar, inclusive, aquilo que eu defendo, que é, a pessoa que é da reserva, ou aposentado, poder escolher, se entrar no serviço público, se permanece com o salário da aposentadoria ou do cargo. Porque nesse caso, eu acho que é injusto o senhor, Tenente-Coronel, da ativa ganhar só mais R\$ 2.800,00, sendo que, por exemplo, um também que é da Polícia Militar da reserva, hoje, Presidente do Porto de Imbituba, ganha quase R\$ 60 mil. Eu acho que isso é injusto, inclusive com a responsabilidade que o senhor tem da Administração.

Então, eu fiz questão de falar isso, até porque senão as pessoas podem pensar que o senhor é desses que ganham quase R\$ 60 mil, mas não, o senhor, por ser da ativa, não está recebendo esse salário.



Deixa eu lhe perguntar antes, tem uma coisa que... eu nunca falei com o senhor, né, pessoalmente nunca falamos aqui, tem uma coisa que me faz pouco... entender algumas coisas. Por que o primeiro decreto do Governador, Decreto nº 001/2019, faz com que a sua atividade de Secretário de Administração e do seu Adjunto seja considerada questão de segurança pública? O senhor sabe por que disso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Primeiro, né, destacar aí e reforçar o seu interesse por esse decreto, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bastante.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ã... uma pena...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Inclusive queria derrubar e não consegui.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...uma pena, que nós não pudesse, não, não foi possível que a gente, nós discutirmos, né? A... no foro adequado, porque o senhor questionou judicialmente em Joinville...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...essa situação e desistiu da ação. E ela foi arquivada, porque o senhor desistiu da ação. O senhor movimentou o Poder Judiciário, ou seja, gastou o dinheiro público...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o Poder Judiciário...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...relacionado a esse tema e o senhor desistiu desse debate.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu desisti porque eu entrei aqui com PSA aqui.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor desistiu... não, a situação foi posterior aqui, e aí o senhor desistiu dessa ação, movimentou o Poder Judiciário...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...ou seja, despendeu o recurso público...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que não chegou aos 60 mil dos seus colegas.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...por um tema, por um tema, por um tema...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...que, infelizmente, o senhor não quis debater no foro adequado. Mas eu lhe digo o seguinte...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Até porque, deixa eu só esclarecer? É que...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então só para deixar claro isso, né, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa só eu só esclarecer? É porque eu entrei lá em Joinville, e por vossa excelência ter foro qualificado tem que entrar aqui. Mas o senhor me fez uma coisa boa, eu vou entrar de novo aqui para a gente discutir, até porque a justiça existe para isso, para discutir. Porque até então, eu nunca entendi por que um cargo de Secretário de Administração é questão de segurança pública. E sabe por que eu chamei isso daí Secretário?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu posso só corrigir o senhor um pouquinho?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É porque na verdade a expressão que o senhor usa ela não é adequada. Não é um cargo da segurança pública.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ah!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A questão ali...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, é questão de segurança pública...



O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, não é essa expressão. Na verdade, o que ele declara é as funções da Secretaria de Estado da Administração de interesse policial militar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Interesse de segurança pública...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E são de interesse policial militar, porque um policial militar exercer o cargo de Secretário da Administração interessa a instituição, sim. Porque todas as diretrizes, as grandes compras que são feitas no Estado atingem a Polícia Militar também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Assim como foi essa de 33 milhões...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E por que que esse decreto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...que vocês não viram nada.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...e por que que esse decreto, e porque que esse decreto, ele foi... editado em... primeiro decreto, né, no dia dois de... de janeiro com...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Hum, hum.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...vigência a partir do dia 1º? Porque foi a primeira vez que um militar teve a oportunidade de exercer funções na Secretaria de Estado da Administração. Isso é natural, nós temos decretos que transformam de interesse policial militar funções no Ministério Público Estadual, nós temos decretos que fazem na Defesa Civil, na Secretaria de Infraestrutura, no Ima...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas sabe por que?...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então esse é um procedimento extremamente natural, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito, pode ser natural para vocês, mas pra mim... não consegue entender como é que vocês, que fazem o serviço da Secretaria de Administração, pela primeira vez na história de Santa Catarina, ser uma questão de interesse policial, vocês não perceberem uma compra dessa, sendo que a Secretaria de Administração... é claro que a gente sabe aqui que o Governador impôs uma nova ordem, de algumas Secretarias até cinco milhões não precisa passar pelo Grupo Gestor, pode ter liberdade para tocar, que vocês estavam querendo... e eu entendo que é isso mesmo, porque o Governador colocou o ex-Secretário Helton como o gestor da crise, foi dito aqui, ele era o gestor da crise, e daí, talvez por isso, que vocês não se envolveram tanto. Mas o que me chama atenção é que o Gerente do Banco do Brasil passou uma mensagem para quem fez o... quem apertou o botão do pagamento no dia 5 de abril. Dia 5 de abril o Gerente do Banco do Brasil avisou: Olha, deu problema lá. E o senhor vem querer dizer aqui que vocês souberam só a partir da matéria do Intercept, no dia 23 ou no dia...

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "28.")

28 de abril.

Tem algumas coisas que não é só eu, a sociedade não consegue entender. Como é que o governo, eu não vou dizer vocês, o governo, como é que um governo não sabe desse processo ou diz agora que não sabe, sendo que o Gerente do Banco do Brasil sabia.

O senhor sabia dessa informação ou não?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Desconheço. Desconheço, Deputado. É interessante colocar novamente, né, só no primeiro semestre, deste ano, foram executados mais de 1.300 procedimentos de compra no âmbito do governo do Estado. Então Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E com esse desconhecimento...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...nós temos...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...eu fico de cabelo em pé!

Por saber que teve 1.300...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Olha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...processos...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E aí...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...e que podem estar com esse problema.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É interessante colocar, Deputado, novamente, né? Primeiro, né, é uma satisfação conversar com senhor, né? Porque eu soube na última ou na... junto aqui o... acho que o ex-Chefe da Casa Civil, Amandio, que o senhor não conversa com o governo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não converso, só aqui...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Foi uma fala do senhor aqui, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...só aqui.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E aí então, quer dizer que é uma oportunidade ótima, uma ótima oportunidade pro contraditório, pro diálogo, pra esclarecimentos, o que é natural do Parlamento, do trabalho parlamentar. Então eu acho que é uma oportunidade fantástica...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor Presidente, senhor Presidente...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...de prestar esse tipo de... de esclarecimento, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor é um pouco... o senhor se passa um pouco, né, Secretário?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, não, não, não, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, o senhor se passa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, negativo, negativo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, o senhor se passa, e é por isso...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...que esse governo é uma desgraça.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque vocês se passam.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor se passa, Secretário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Olha só, Relator...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...eu tô interagindo com o Deputado Kennedy Nunes...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não respeita ninguém, o senhor se passa. O senhor se passa, Secretário.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Até, é, acho que boa, questão até agora acho que não teve nenhuma pergunta, né? A respeito desse fato aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que o senhor se passa, Secretário.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ã, Presidente, novamente, Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor acha que está falando com o Governador...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor se passa...



O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Novamente, essa forma, peço respeito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa só eu explicar uma coisa para o senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A gente pode pedir para ele levantar, Deputado Kennedy, e ir embora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não, tem coisa para responder ainda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque se ele não sabe nada, ele não vê nada, ele não viu o que aconteceu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só uma coisa aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...ele ficou sabendo trinta dias depois...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...ele não acompanhou com os outros Secretários.

O S. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente, deixa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu estou aqui...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor é um perigo para o Estado.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...eu estou aqui pra prestar um esclarecimento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor é um perigo para o Estado de Santa Catarina.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...que os senhores querem sobre esse fato específico. Se os senhores querem que eu comece a relatar aqui as ações do governo do Estado na área de compra, resultados que nós temos alcançado, eu vou compartilhar isso com os senhores aqui...

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Posso falar?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa só eu falar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Posso relatar... Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A palavra está com o Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Secretário, deixa só lhe dizer uma coisa, deixa só eu colocar aqui, quando o senhor entrevistou na fala do Relator, o senhor se manifestou, ao Presidente da CPI, sobre a questão dos oficiais. Nós não estamos aqui para manchar a imagem do oficial, não. E eu vi no seu olhar ao Deputado Sargento Lima uma questão de cobrança, de hierarquia. Eu quero só lhe dizer uma coisa, isso aqui é Parlamento. Deixa eu falar agora, o senhor não vai falar agora, deixa eu falar...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu acho que o senhor fez uma afirmação...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não, não...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...grave em relação a minha pessoa, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não, não, aqui ó...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não vou *(ininteligível.)*

Senhor Presidente, deixa eu falar, senhor Presidente.



O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...esse tipo de assertivo é complicado, né, Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Esse negócio aqui...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy, eu posso garantir a vossa excelência que eu não me senti em nenhum momento dessa forma aqui, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não, mas não é assim, Presidente, deixa só eu colocar aqui, até porque as pessoas estão acompanhando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Até porque as pessoas estão acompanhando e querem se ater ao fato da Comissão Parlamentar de Inquérito, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Exato, mas só que é o seguinte, quando ele falou a vossa excelência, parecia que eu estava vendo um quartel e eu só quero lhe defender. O Deputado Sargento Lima...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, eu entendo... hum, hum...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...está como Presidente da CPI, e todos nós estamos aqui porque nós queremos esclarecer um fato. E não vem aqui, vossa excelência, pensar que nós... aqui não tem nenhum bobo, tá?

E eu quero lhe dizer o seguinte, com maior respeito que eu tenho com o senhor, e pelos oficiais, eu acho que tem muito praça que está preocupado e envergonhado do que alguns oficiais estão fazendo aqui. Porque, infelizmente, infelizmente passaram, por essa cadeira, que o senhor está passando, muitos oficiais, alguns deixaram até o cargo depois que passaram por aqui.

E eu quero dizer que foi um único que teve aqui que chamou a responsabilidade... como é o nome daquele cidadão, que esteve aqui, do Bombeiro, um... Capitão, eu acho que foi (*orador não identificado manifesta-se fora do microfone: "Thyago."*), que chamou a responsabilidade... hã?

(*O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Capitão Thyago."*)

Capitão Thyago, que até agora foi o único, o único até agora que chamou a responsabilidade e disse: Eu chamei pra mim a responsabilidade e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Feito o registro Deputado Kennedy Nunes...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...e eu assino.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu gostaria que a gente tentasse aqui abordar o tema da Comissão Parlamentar, porque a gente está divertindo aí (*ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente, com todo o respeito, eu estou falando aqui com relação, estritamente, à questão dos respiradores. Até pelo fato que a Secretaria de Administração está envolvida nisso e por isso que o senhor está aqui, o testemunho está aqui. Eu estou, estritamente... comecei até perguntando...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...por conta dessa questão do caso de polícia, do serviço (*ininteligível*) polícia, exatamente porque eu quero lhe fazer a pergunta, por isso, que eu fiz esse preâmbulo para fazer uma pergunta.

O senhor disse que soube da compra dos respiradores só através da matéria do Intercept, no dia 28. O senhor quer dizer que a senhora Márcia Pauli, até o dia 28, quando vossa excelência soube do assunto, ela omitiu o processo para o grupo consultivo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Ela não trouxe esse processo específico e a execução dele ao conhecimento do grupo. Isso tá claro no... nas transcrições da... das conversas de WhatsApp.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que ela trouxe ali no momento de proposta *a*, proposta *b*, perguntaram qual é o que tem conhecimento, ela disse que era da proposta *a*, mas o *b* era questão de prazo. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Sim, está no grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, isso quer dizer que ela trouxe ao entendimento o processo, ao grupo o processo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não o processo, aquelas propostas e as situações que envolviam aquelas duas propostas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas daí o senhor... o senhor acha que não é... ela diz assim: Eu tenho comprar. Há uma fala da adjunta, até então, da CGE dizendo: Eu preciso dar uma resposta pro Secretário Tasca com relação a este assunto. Que era uma preocupação dela para fazer o pagamento...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Onde é que está escrito isso... Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá ali é...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu acho que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É... tem lá, Relator?...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por favor, qual que é?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A Simone diz (*lê*): Eu preciso dar um retorno ao Secretário Tasca ainda no dia de hoje. Tem lá, Deputado Milton?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Dia 24/3.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O que é que diz, Deputado Milton?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — (*Lê*) É fato que alguma medida deve ser tomada, ouvir vocês - que é a CGE e o TCE - para levar a decisão ao Secretário Tasca.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Confere isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deixa só eu pegar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — (*Lê*) Consulto os colegas da CGE e TCE.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Dia 24, dia 24 que horas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu não tenho horário aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tem aí a...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Só para localizar a conversa e entender o contexto dela, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É que aquele ...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — (*Lê*) É fato que uma medida...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Cadê a conversa?...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — A conversa vem na sequência de como fazer o pagamento antecipado, ou por cartão, ou por projeto de lei, vem nessa conversa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Daí ela fala que precisava ser levado ao senhor. Parece que o senhor estava cobrando uma posição...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — (*Lê*) Para levar a decisão ao Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor poderia me localizar a conversa pontualmente, para que eu pudesse responder com propriedade?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu não estou com o documento agora aqui.



O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É porque daí eu não consigo responder com propriedade, para entender o contexto em que ela faz essa frase. Só pedir isso, por favor...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No dia 24. Pega lá, Relator, *(ininteligível)* dia 24.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu tenho aqui.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Até porque o senhor disse que ela não tinha trazido o processo de compra, mas o que nós vimos na conversa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Só... o senhor só poderia aguardar pra eu achar essa frase ali...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá, o.k.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...para que a gente pudesse continuar já com ela...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É uma fala da Simone, Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, já localizo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dia 24, que ela cita o Secretário Tasca.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — *(Lê)* É fato que alguma medida deve ser tomada para garantir o abastecimento dos hospitais...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que horas que foi isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Qual é o horário?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Foi o horário das 7h59m.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dia 24, 7h59m...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — *(Lê)* Para depois a gente estruturar as propostas, analisar os riscos e levar a decisão para o Secretário Tasca e o Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso. Eu queria saber sobre essa fala: do Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Qual é o horário, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 10... 9h59min.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu quero saber sobre essa fala que ela cita o senhor e o Governador.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Nove e?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, o horário é 7h59min.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 7h59min.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — 7h59min...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — *(Lê)* É fato de alguma medida deve ser tomada para garantir o abastecimento dos hospitais. Gostaria de ouvir vocês para depois a gente estruturar as propostas, analisar os riscos e levar a decisão para o Secretário Tasca e o Governador. 7h59min.

(O Relator manifesta-se fora do microfone: "Página 33.")

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É, não, é porque não é... eu não tenho o documento com essa ordem ali *(folheia os documentos)*. Só pra mim poder verificar?

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Quer pegar?")

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Assessoria, por gentileza?

(É entregue o documento ao depoente.)

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu já localizei aqui. Obrigado.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, Deputado Felipe Estevão...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Ah, perfeito, perfeito, Deputado, posso fazer agora o... o esclarecimento aqui?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Essa discussão aqui, ela se dá a partir do momento em que começa a se discutir a necessidade ou não do pagamento antecipado e da forma como ele deve se dar.

Então daí a Karen, que é a Diretora de Gestão de Licitações e Contratos, começa a discutir quais são as possibilidades de poder realizar o pagamento antecipado, se seja por cartão de pronto pagamento, se seja por projeto de lei. Ou seja, qual é o mecanismo que o Estado vai adotar pra poder dar essa possibilidade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...ao gestor utilizar. Então é isso que ela tá falando aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...e depois isso culmina com a decisão do grupo do encaminhamento do projeto de lei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor... então, portanto, no dia 24 o Governador já sabia que isso estava discutindo sobre essa questão...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...de compra?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, isso não chegou ao conhecimento dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então, não é verdade também que ela coloca ali...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Permite-me, permite-me?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado, é que assim...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...eu tenho aqui a assinatura do Governador...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Que hora, quando é que o Governador assina? Quando é que o Governador assina?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Governador assina, pelo que eu vejo aqui, dia 30.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então, é nesse momento que esse tema chega ao conhecimento dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então dia 30 de março...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...é antes do pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, mas eu só quero...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Aqui é dia 24, 23...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas eu só quero saber o seguinte, quando ela cita ali que precisa levar ao Secretário Tasca e Governador, então ela estava mentindo quando se trata do Governador?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Chegou ao conhecimento do Governador no dia 30...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, eu quero saber dela...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...por meio do projeto de lei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu quero saber dela...



O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, quem fala aqui, a Karen...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E aí tá muito claro aqui, Deputado, que ela estabelece o seguinte, quais são as possibilidades que nós temos, aí no grupo tem que haver o debate, pra se realizar o pagamento antecipado, ter essa possibilidade. O grupo chega à conclusão de que é o projeto de lei. O projeto de lei, elaborado tecnicamente na Secretaria de Estado da Administração, é encaminhado à Casa Civil e há o de acordo do Governador no projeto de lei pra envio à Assembleia Legislativa. Chegou ao conhecimento dele no dia 30 de março, através do processo administrativo que culminou com a elaboração desse projeto de lei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Ministério Público, quando saiu do grupo, ele coloca lá um... ele faz um ofício, ele não só faz uma conversa, ele faz um ofício, em que ele sai alegando que algumas perguntas não foram respondidas, alguns questionamentos não foram respondidos. Aí ele coloca, ele sai, logo depois ele retorna, aí entra um outro promotor, que no outro dia coloca assim: O Fabrício vai continuar. E ele sai também. Daí logo em seguida o Ministério Público sai total do grupo.

Cada vez que a gente... eu me lembro uma vez que eu saí do grupo, sem querer, do grupo da família e todo mundo veio perguntar por que eu tinha saído, porque quando a gente sai de algum grupo as pessoas ficam todas preocupadas. Eu queria saber um pouquinho mais, o senhor já respondeu aqui, mas se o senhor puder explicar um pouquinho mais por que o Ministério Público faz aquele ofício, porque ele não diz assim: tô saindo. Ele faz um ofício, né, coloca ali as suas condições (*o depoente faz que sim com a cabeça*).

Eu estou perguntando isso, não é por causa do senhor, estou perguntando isso porque eu quero saber até que ponto houve a omissão da Márcia, que pelo que a gente vê o processo todo passa pela mão dela, a omissão da Márcia, se com dolo ou sem dolo, vamos supor assim, porque eu imagino que ela devia estar participando de tantos grupos, né, no mesmo instante de fazer tanta coisa. Mas depois logo em seguida ela responde ali pedindo desculpas, está dizendo... o senhor disse que conversou com o Ministério Público, que ele relatou que não estava... o senhor pode explicar um pouco mais por que depois ele entra e depois os dois saem completamente, do Ministério Público?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, ele sai uma única vez do grupo. Ele manda mensagem e aí os... ele apresenta as razões pelas quais ele decide sair do grupo e na sequência o promotor que também tinha, vinha participando do grupo também deixa, acredito que pelas mesmas razões. E aí na sequen... é, é, eu entro em contato com ele particular e aí ele reforça na verdade o argumento que ele colocou no grupo aqui e aí a Márcia vem e apresenta um pedido de desculpas por não ter conseguido responder a ele...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa só lhe lembrar...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...inclusive, eu encaminho essa mensagem dela pra ele, pra que ele tome conhecimento do que ela tinha apresentado aqui após a saída dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só lembrar, no dia 27 o Ministério Público saiu do grupo, mas voltou, dia 27. Aí o Promotor Medina sai do grupo, dia 27...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor só poderia ver qual é a... a, a, essa saída, essa saída e entrada do senhor...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É no dia 27...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...que não... não aparece aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No dia 27, lá no finalzinho.

Aí o Promotor Medina depois sai também. Só que no dia 31, dia 31, o Ministério Público sai total.



O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O Ministério Público Federal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, o Ministério Público Federal só saiu do grupo depois que o senhor encaminhou a nota oficial da Secretaria de Saúde, ali o Ministério Público saiu do grupo, porque o senhor colocou...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor poderia só mostrar pra mim dia 31, qual é esse movimento de saída do grupo, por favor? Data e hora...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor pode me dar aquela, aquela... é que eles pegaram tanto no meu pé, Secretário, que na última quarta-feira eu estudei tanto...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu achei que o senhor sabia até de cor, por tanto que estudou o processo na última semana.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, porque eu fiz as minhas anotações, eles pegaram tanto no meu pé, que eu não quis assustá-los de novo, senão eles iam falar... o Presidente não estava aqui, mas... na última quinta-feira, Presidente, eu fui extremamente criticado por conta das minhas, das minhas falas. E daí eu digo, não, eu não vou levar porque senão o povo vai...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Deputado Kennedy, leu o relatório inteiro (ri).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pois é, olha aí, ó, Deputado Felipe. Deixa só eu ver ali no dia 27, tem uma fala do... só ver o horário aqui...

(O senhor Relator folheia documentos para localizar ao Deputado Kennedy Nunes.)

Tem uma carta do Ministério Público extensa, tem a saída, um minuto depois ele retorna e daí o Promotor Medina...

(O senhor Relator entrega o documento ao Deputado Kennedy Nunes)

Está aqui, vamos lá.

Dia 27... às 20h51min o senhor Fabrício do Ministério Público coloca o ofício dele aqui, 20h51min – está acompanhando lá? -, às 20h56min, a Karen fala, logo em seguida o Ministério Público, o Fabrício saiu...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, ele agradece novamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, senhor, não, senhor. Está aqui para o senhor ver *(mostra o documento ao depoente)*.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Depois do agradecimento dele, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, senhor. A Karen falou depois... a Karen falou, ele saiu, *(lê)*: Fabrício MP saiu. Daí logo em seguida *(lê)*: Fabrício MP foi acionado. O Fabrício diz: Agradeço novamente. Ele saiu, voltou, agradeceu. O senhor Medina colocou *(lê)*: Como dito pelo doutor Fabrício, seguimos à disposição. Bom trabalho a todos.

Logo em seguida o senhor Medina saiu do grupo, dia 27. Mas no dia 31 o Fabrício saiu do grupo – o Ministério Público Estadual não está mais no grupo no dia 31, Ministério Público saiu do grupo no dia 31.

O Ministério Público Federal, que o senhor falou, ele saiu no dia... depois que o senhor colocou a nota oficial, porque foi assim, no dia 28 de abril o Guilherme encaminhou a matéria do Intercept, dia 28. Aí o senhor logo em seguida responde que a Secretaria Estadual da Saúde vai divulgar uma nota oficial *(o depoente faz que sim com a cabeça)*. Logo em seguida o senhor remove a Márcia do grupo; logo em seguida, o senhor coloca a nota oficial e depois de lida a nota oficial, o Ministério Público Federal vaza do grupo. O que o senhor... eles explicaram por que saíram do grupo? O Ministério Público Federal? Porque no dia 31...*[Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Bruna Maria Scalco]*



O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O doutor Darlan não fez referência. Também conversei com ele e também naturalmente continua interagindo conosco, mas houve uma opção dele de sair do grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sabe por que eu faço essa pergunta para o senhor? Porque, na verdade, eu vejo esse grupo como um grupo consultivo mesmo, Deputado Cobalchini, para discutir. Houve a discussão lá do processo de compra antecipada, se era com cartão, houve um pico de coisa e, de repente, começaram a sair do grupo as entidades, né, começaram a sair.

Houve, como o senhor falou, aquele momento entre o dia... a última mensagem foi no dia 2 de abril... dia 31 o Ministério Público sai. No dia 2 entra o Tribunal de Contas da União. Aí tem um prazo sem falar nada do dia 9, das 22h57min até o dia 11, às 12h10min, quando a Naiara fala. Então, esse período ficou extremamente calado, justamente no período entre pagamento, espera da primeira leva, não houve a primeira leva e me chama a atenção se não o grupo falar, porque era um grupo consultivo, mas a própria Márcia que ainda continuava no grupo, Presidente, que não falou nada, absolutamente nada. Só no dia 28 que o Guilherme... o Guilherme é qual? É de qual entidade o doutor Guilherme aqui?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Terei que verificar porque nós temos ali Controladoria-Geral da União, Tribunal de Contas da União...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Espera aí, já deixa eu ver aqui (*o Deputado folheia documentos.*) Dia 28... ah não, é 28 de abril, é lá pra frente, deixa eu só ver aqui da onde que é esse Guilherme.

Aí passam a falar... deixa eu ver aqui... 11 de abril, vai mais pra frente. Aqui! O senhor Guilherme é do Tribunal de Contas da União, é isso? O senhor Guilherme Shapmann.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Teria que resgatar ali, TCU ou CGU, se eu não me engano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É o senhor Guilherme Shapmann, TCU. E ele coloca: Santa Catarina gasta 33 milhões na compra de respiradores. Aí ele coloca o *link* e depois coloca de novo: alguém está apurando esse caso? Saberá informar dos recursos? Aí o senhor coloca: esse daqui não é do Ministério Público Federal. O Ministério Público Federal quando logo depois sai é um outro senhor, isso daqui é do Tribunal de Contas da União, é isso? O senhor Guilherme?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu não sei se ele é TCU ou CGU.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aqui está TCU.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então é TCU.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É TCU. Então, na verdade, o Tribunal de Contas, que foi o mesmo Tribunal de Contas que pergunta aqui depois, o senhor responde, daí o Ministério Público Federal sai do grupo. Essa saída do Ministério Público Federal não falou para o senhor por que saiu? O senhor não foi saber por que saiu como foi falado no Ministério Público do Estado?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, mas depois eu voltei a interagir com o doutor Darlan normalmente, foi uma opção dele sair do grupo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Darlan, isso mesmo, Darlan.

Para terminar - isso é muito importante para mim: o senhor acha que houve omissão da Márcia no processo nesse grupo, conforme... por que o que a gente observa é que enquanto ela estava conversando com vocês ela estava tocando o processo, né? Enquanto ela estava lá conversando, ela estava tocando o processo aqui, ela fez o processo, assinou nota e tal e vocês aqui. O que o senhor acha disso daí? É possível entendendo que no problemão que estava vivendo era normal ou ela fez jogo dúbio com relação a isso daí?



O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu não teria como afirmar. Eu não teria como afirmar. Na verdade, o grupo tava à disposição pra que ela pudesse esclarecer qualquer dúvida que por ventura ela tivesse. A partir do momento que ela não interagiu com o grupo é porque essa dúvida não surgiu e ela pôde executar as atividades com nível de conhecimento que ela tinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Para encerrar, senhor Tasca. Nós tivemos aqui o... eu sou burrinho de lembrança de nome... o responsável pelo Controle Interno da Secretaria da Saúde, não me recordo o nome. E todos nós aqui e a sociedade ficamos abismados, porque segundo o relato dele, o Secretário da Saúde André, depois de tudo isso, não chamou as chefias para dar uma orientada ou pedir um cuidado desse processo que está - pelo que a gente viu naquele dia aqui - continua tudo menos chamar, aquele negócio de chamar e dizer: ei, vamos lá, cuida aqui, cuida ali. O senhor como Secretário de Administração ou o próprio Governador chamaram alguém? Estão se preocupando mais com relação a essas dispensas de licitação?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A partir do momento que nós identificamos que a Secretaria de Estado da Saúde, por meio da CGA, teve problemas... teve um problema, volto a falar, uma exceção gravíssima, mas exceção em tudo que a Secretaria de Estado da Saúde já fez, essa é a equipe na verdade que saneou a Secretaria de Estado da Saúde. É sempre bom lembrar.

Mas diante desse acontecimento, assim que o Secretário André assumiu, houve a decisão conjunta de compartilhar o processo de compras relacionadas à Covid com a Secretaria de Estado de Administração. Então, foi criada uma comissão de licitação específica na Secretaria de Estado de Administração em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde, uma pra, pra efetivar os processos de compra através de dispensas ou pregões, e, também, uma outra comissão relacionada a planejamento de compras. Então, hoje as compras da Covid acima de R\$ 176 mil passam por essa comissão específica e são realizadas na Secretaria de Estado de Administração e, posteriormente, contratadas na Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Alguma apresentou algum tipo de problema ou não?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Até agora, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Obrigado, senhor Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, me permite só para concluir o raciocínio de vossa excelência. Só para justificar, Deputado Kennedy, que o decreto de interesse policial que o governo aplicou em favor do Secretário Tasca é para duas coisas: primeiro, para que o tempo de serviço seja contado para a Polícia Militar, como se ele tivesse trabalhando como policial militar e, o segundo, é que para que ele possa receber o Iresa, porque sem aquele decreto ele não ganharia os R\$ 4.500 que ele ganha a mais de salário, então o decreto é direcionado para...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É para permitir, Deputado, que eu exerça uma atividade que interessa à Polícia Militar de Santa Catarina, que eu tenho as qualificações necessárias para poder exercer e prestar, prestar na verdade um bom serviço pra Santa Catarina, como venho fazendo na Secretaria de Estado de Administração, e que garanta a minha carreira. Acho que nada mais justo do que isso numa função novamente que é de interesse da Polícia Militar de Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, o senhor disse que é (ri), né? Eu vou acreditar no julgamento do senhor. Muito bem...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Há um decreto dizendo isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E um pedido do próprio Comandante-Geral.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem.

Então é isso, Deputado Kennedy, é para que ele possa somar o tempo de serviço, faltam dois anos e pouco para ele se aposentar e ir para a reserva. Então, esses dois anos que vai ficar aqui, ele só pode ficar dois anos, não pode ficar mais que dois anos. Esses dois anos vão completar o tempo que ele precisa para ir para a reserva, então ele vai para reserva e ganha o Iresa. É para provar que não tem bobo aqui na Assembleia, a gente sabe tudo o que acontece.

Outra coisa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deputado, e pra permitir que também os policiais militares possam contribuir com a gestão do Poder Executivo estadual de uma forma geral.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, soldados, né? soldados, sargentos.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não sei se o senhor já teve a oportunidade de ver o meu currículo também pra entender que, na verdade, não é só minha posição hierárquica que me faz exercer essa atividade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deputado Kennedy, é que está cheio de soldado e cabo no Exército, sargento também, no Exército não, no governo. Está assim de cabo, sargento e praça! Está cheio! Está assim no governo. Bom, muito bem.

O Secretário Helton esteve aqui e disse que ele fez o curso dele de médico durante um tempo que ele prestou serviço como Coronel da Polícia Militar. Ao mesmo tempo que ele era policial militar, ele tinha um horário integral do curso de Medicina. O senhor sabe me explicar se isso é possível? Como é que isso é possível? É liberado para fazer o curso de Medicina, já que o curso de Medicina é integral?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A história do Helton é fantástica, o nível de dedicação e esforço dele...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A gente viu.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ... pra poder cumprir as suas obrigações junto ao Corpo de Bombeiros Militar, que ele tem uma história fantástica na corporação, espero que o senhor conheça essa história dele e respeite essa história dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu vi.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Respeite o papel do Coronel Helton no Bombeiro que ele fez, depois como Secretário da Saúde. Um cara que saneou a Secretaria de Estado da Saúde, uma pessoa que estabeleceu uma gestão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Extraordinária.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Exatamente, palavra espetacular que o senhor utilizou agora.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tanto que continua lá, né? Tanto que continua lá. Mas muito bem... O senhor sabe se isso é possível?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E aí, o Secretário Helton, simplesmente por uma situação específica de uma exceção gravíssima da qual a participação dele vai ficar muito clara na apuração...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Hum, hum.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...vai ficar muito clara aqui, e a história vai mostrar o papel dele na Secretaria de Estado da Saúde. Então, eu peço que o senhor, de uma forma geral, respeite...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ... a pessoa dele e todo o esforço que ele fez para poder galgar a carreira de oficial e o curso de Medicina que ele fez.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Se ele fosse soldado ele teria também condição de fazer isso? Se ele fosse soldado?



O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Como é que eu vou dizer pro senhor se eu não sei o caso em concreto! O caso em concreto dele foi de um cara que se desdobrou, é um exemplo. O Helton é um exemplo como pessoa e profissional.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É o exemplo de um oficial que durante o período que era do quartel estava trabalhando.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É uma pena, Presidente, é uma pena que eles venham desdenhar e desrespeitar a pessoa fora do caso específico que tá sendo tratado aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, eu perguntei para o senhor o seguinte, se é possível que um oficial do Exército ou da Marinha, Aeronáutica ou da PM...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — É impressionante o desrespeito, o desrespeito com um profissional e com uma pessoa que não está presente aqui e que não tem nada a ver esse tema que tá sendo tratado aqui com o caso específico para o qual eu fui chamado. É um desrespeito, Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu estou perguntando para o senhor se é possível que um oficial do bombeiro...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A história dele demonstra que com dedicação e esforço, é possível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, é possível? Integral, estudo integral de Medicina?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É possível? Eu perguntei, Tasca, se é possível?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu já respondi ao senhor, Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É possível ou não é?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu já respondi, Deputado. Eu já respondi e fico muito triste da forma que o senhor desdenha de um profissional espetacular como é o Helton.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu estou perguntando se é possível um oficial...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E eu já respondi ao senhor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, o senhor não respondeu. Eu quero saber se é possível que ele cumpra a jornada de Medicina integral e seja Capitão... é... Tenente do Corpo de Bombeiros, Comandante, se é possível isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Eu já respondi que com a dedicação dele foi possível.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E se ele fosse um soldado, um cabo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Isso não impediria, porque o que demandou foi o esforço dele quase que sobre humano de conseguir galgar o curso de Medicina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E depois ceder esse conhecimento que ele cativou pessoalmente ao Estado como Secretário de Estado da Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor então acha que o Secretário Helton não teve participação nenhuma nesse processo dos respiradores?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — As apurações... a apuração vai mostrar o nível de responsabilidade dele nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que apuração?



O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A apuração CPI, porque eu acredito que é isenta, que é isenta, a investigação do Ministério Público e Polícia Civil, a investigação administrativa, vão mostrar o nível de responsabilidade dele nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse que não teve conhecimento do resultado da comissão processante?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A sindicância?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ninguém conversou com o senhor?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor leu na imprensa?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O que foi debatido aqui na CPI?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, o que a imprensa disse do relatório.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Que o Secretário André Motta foi citado como responsável.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Na verdade, eu assisti o senhor lendo aqui uma matéria que o senhor recebeu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não... então o senhor tem conhecimento que o Secretário foi citado? O André Motta.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Na verdade, eu tenho dúvida, eu terei que ver o relatório, porque na verdade as afirmações que o senhor faz aqui têm que ser checadas, né? Até porque na última reunião o senhor afirmou que a Secretaria de Estado da Saúde era objeto de uma busca e apreensão da Polícia Federal quando não era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Era.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só era da Sab...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas Secretário Helton...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não era.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor fez uma afirmação de dois minutos aqui denegrindo a imagem do governo do Estado de Santa Catarina fazendo uma afirmação que não era verdadeira.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Outra coisa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então, tudo que o senhor falar aqui tem que ser checado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Porque o senhor dissemina *fake news* aqui também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim. A Polícia Federal estava (*ininteligível*) Secretarias...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Fazendo uma operação em empresas, empresas de Santa Catarina numa operação relacionada à Secretaria da Saúde do Distrito Federal.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Polícia Federal estava na Secretaria de Criciúma.



O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A matéria que o senhor se refere da Dagmara...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Secretário e senhor Deputado Relator...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ...deixou muito claro que não tinha envolvimento do governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...eu não costumo intervir aqui porque eu sei da capacidade que cada um tem de embater no debate ali e todos tem essa plena capacidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — De acordo, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O tempo passa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Tasca, vamos conversar aqui. O senhor gosta de fazer enfrentamentos. O senhor acha que na condição de Secretário de Administração é legal para o governo do Estado o senhor fazer enfrentamentos com Assembleia Legislativa? Agir como o senhor age assim prepotente, o senhor acha bacana conversar com os Deputados e todos os partidos políticos da forma como o senhor conversa? Uma prepotência que o senhor tem?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente, eu quero atender o seu pleito, destacar aqui o meu respeito à Assembleia Legislativa, destacar que pontualmente em relação a alguns Deputados, eu tô destacando alguns comportamentos ou não foi... o senhor não relatou na semana passada que haveria uma busca e apreensão da Polícia Federal na Secretaria de Estado da Saúde?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu tenho relatado que o governo do Estado permitiu que 33 milhões fossem roubados dos catarinenses.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor fez esse relato?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso eu tenho relatado, Secretário.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então, Presidente, meu respeito aqui aos Deputados, o senhor sabe disso. Eu lido com os Deputados, recebo Deputados na Secretaria de Estado de Administração, visito. O Parlamento ele é fundamental pra construção de um Estado adequado, mas o comportamento de alguns Deputados e as falas que eles fazem têm que ser efetivamente questionadas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Tasca, o comportamento do Estado que envergonha Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Nós não... a gente não está aqui avaliando o comportamento...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só um minutinho, Deputado Presidente. É que o Secretário Tasca...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Uma exceção gravíssima que tem que ser apurada e quem cometeu...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O governo do Estado permitiu que 33 milhões e 20 milhões da Assembleia Legislativa fossem roubados. Foram roubados dinheiro da Assembleia Legislativa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E nós vamos identificar agora!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...nós demos para vocês cuidarem e vocês permitiram que fosse roubado!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O governo do Estado está apurando por meio da Polícia Civil, o Governador Moisés quando tomou conhecimento...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quatro Secretários já caíram, Secretário Tasca!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — ... determinou, determinou que a Polícia Civil apurasse, doa a quem doer!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quatro Secretários já caíram, Tasca.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Doa a quem doer!

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quatro...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Doa a quem doer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... já caíram.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Doa a quem doer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para a conclusão, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, mas é... eu estou perguntando para ele.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente, eu gostaria de atender o seu pedido.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Tasca... (Ri.)

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Desde que o Deputado Ivan Naatz também compartilhe desse seu pedido, por favor.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse para o Deputado Kennedy Nunes que ele não conversa com a Assembleia. E a Assembleia, ela... o senhor acha que ela devia ter participado desse processo na hora que o governo botou esse projeto? Por que ele tirou? Ele não queria conversar com a Assembleia sobre isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A minha opção, a opção da Secretaria de Estado de Administração técnica, a opção técnica foi do envio para Assembleia Legislativa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, mas o senhor envia para cá e ninguém avisa o senhor que vai tirar?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A decisão foi da Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, mas a decisão de botar o projeto foi do senhor.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Tecnicamente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A decisão de tirar foi da Casa Civil.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Tecnicamente, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor não participou de nada?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E o senhor sabe que funciona... na verdade, a decisão... não, não participei dessa decisão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não acha estranho, Secretário Tasca, que tenha 34 dias entre a decisão de comprar os respiradores e o conhecimento de que os respiradores foram comprados de forma fraudulenta. E 34 dias o senhor não acha que é muito tempo para o governo não ter participado, não ter tratado disso? 34 dias!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Pelo... por tudo que eu acompanhei, porque volto a falar, como o senhor me perguntou, né, eu... eu tomei conhecimento no dia 28 de abril com a matéria do Intercept.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Mas por todos os relatos que foram vistos aqui, já medidas foram adotadas anteriormente a isso, e essas medidas anteriores inclusive



viabilizaram a... o bloqueio de R\$13 milhões relacionadas a essa contratação. Então... bem como medidas foram adotadas para que a Polícia Civil de forma autônoma, junto ao Ministério Público, pudesse fazer as apurações necessárias e identificar quem foi os responsáveis por esse, por essa exceção gravíssima.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só o que falta a Polícia Civil não ter se envolvido nisso, né, o Ministério Público... e vocês acharem que isso é uma vantagem do governo.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Ivan Naatz.

Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Secretário Tasca, boa noite.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Boa noite, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Boa noite a todos.

Existia, Secretário, por parte do governo do Estado algumas orientações sobre os procedimentos de dispensa de licitação nesse momento?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Sim. Foi editada a Instrução Normativa 06, se não me engano, incorporando alterações legislativas que foram feitas pelo governo federal em relação às despesas de licitações relacionadas à Covid.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E sobre as compras internacionais, se criou algum protocolo, algum cuidado, alguma norma?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não houve uma determinação específica, na verdade, foi tratada como uma compra regular também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — A sua Secretaria, com relação ao Controle Interno, tinha contatos, conversava, orientações, justamente para que houvesse um olhar mais detalhado sobre todas essas compras que estavam acontecendo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deputado, acho que... novamente, né, a Secretaria de Administração ela tem um papel de normatizar, de dar orientações, estabelecer políticas e diretrizes de forma genérica e horizontal pra todos os processos de compra no Estado, não especificamente os casos em concreto, onde, na verdade, cada Secretaria seguindo os ritos e as normas e as orientações que foram estabelecidas executam os seus processos de compra. Então, na verdade, as orientações e as informações elas estavam sendo dadas, foi criado inclusive esse grupo pra poder aproximar a Secretaria da Saúde de quem poderia prestar essas orientações de forma rápida e ágil, pra justamente permitir que as aquisições fossem feitas para... cumprindo os ritos e a legislação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E o que mudou nos ritos antes dessa compra e depois dessa compra no sentido das orientações e normas que o governo criou?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Houve uma flexibilização em termos de prazos, aqui eu não vou conseguir trazer pro senhor pontualmente as mudanças que a legislação federal trouxe que foram incorporadas na legislação estadual. Posteriormente, se o senhor quiser eu posso trazer isso de uma forma mais detalhada e adequada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Mas essa compra no resumo da análise do governo do Estado apontou uma fragilidade da compra pública?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Sim. Houve uma fragilidade nessa exceção, como eu volto uma exceção gravíssima, mas houve fragilidade, sim, só que as fragilidades desse processo são objeto das apurações que de forma mais clara vão apontar pra nós em que aspectos nós podemos aperfeiçoar o processo de compra como um todo pra que exceções dessa natureza não voltem acontecer.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, Deputado Felipe Estevão, Deputado João Amin, consulto vossas excelências se querem fazer alguma pergunta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu gostaria de me manifestar, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Moacir Sopelsa, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Eu gostaria, Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu vou fazer a pergunta então.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por gentileza, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Primeiro, boa noite, senhor Presidente, Deputado Sargento Lima, senhores Deputados. Secretário Tasca, boa noite.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu quero... eu ouvi o Secretário da Casa Civil, o ex-Secretário da Casa Civil, o Secretário Douglas que ele não conhecia o processo do pagamento antecipado. Vossa excelência também disse que trataram do pagamento antecipado, foi um questionamento que foi feito no grupo através da Márcia, do Secretário Helton, se não me falha a memória, de que difícil seria a entrega e a compra dos respiradores se o pagamento não fosse antecipado. Depois o senhor me confirma se foi isso que eu ouvi há pouco que o senhor declarou, Secretário Tasca.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Na verdade, o que foi colocado pela Secretaria de Estado da Saúde pela Superintendência... Superintendente Márcia é que determinados equipamentos, dentre eles respiradores e insumos, os fornecedores estavam exigindo o pagamento antecipado para poder fornecer aquele determinado equipamento e insumo, o que acabou gerando o debate no grupo, pra que se pudesse criar este instrumento, ou seja, disponibilizar esse instrumento da forma adequada pra ser utilizado caso necessário.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Caso necessário. Claro, se a legislação permitia no decreto de calamidade que nós estávamos, na questão da pandemia tinha a possibilidade de fazer legalmente o pagamento antecipado.

Agora, aonde eu quero chegar, e, aí, Secretário Tasca, eu já quero me antecipar, o trabalho bem feito da Secretaria da Saúde é reconhecido, agora, o bem feito não justifica o mal feito. A compra desses respiradores, o gasto de 33 milhões que foram pagos antecipados para uma empresa, e é aí que vem aonde eu quero chegar: de quem foi a responsabilidade?

Não é de pagar o antecipado, pagar o antecipado poderia ter sido pago, mas não passou por uma, nem por duas, nem por três pessoas só, passou por mais de cinco ou seis talvez uma dezena de pessoas. De quem é a responsabilidade de ter pago antecipado sem cobrar, sem olhar para exigência de ter a segurança de que a empresa que estava recebendo 33 milhões antecipado tinha capital, tinha *expertise* e dava segurança de que se ela não entregasse os equipamentos o dinheiro pago estaria garantido?

Secretário Tasca, de quem foi essa decisão, essa responsabilidade? [Transcrição: Grazielle da Silva][Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deputado, todos nós estamos aguardando o encerramento das investigações e apurações, seja da CPI, seja do Ministério Público, Polícia Civil, seja dos procedimentos administrativos, pra que nós entendamos o nível de responsabilidade de cada ator nesse processo, e aqueles que efetivamente ou erraram ou agiram por culpa ou por dolo sejam responsabilizados.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Está bem, Secretário Tasca.

Até hoje, todos os que nós ouvimos aqui, parece uma responsabilidade do segundo, do terceiro escalão da Secretaria da Saúde. Não dá para acreditar, não dá para admitir que a secretária (*sic*) Márcia, ou mais um, ou dois, ou três, ou cinco do segundo, do terceiro escalão, tenham tomado essa decisão e não tenham olhado que garantia que nós tínhamos para fazer esse pagamento. Então, não cabe no pensamento de ninguém que o Secretário Helton não conhecesse essa situação. E se ele é... e eu, enquanto provarem o contrário nós não temos condições de culpar ninguém, mas enquanto não mostrarem o contrário, Secretário Tasca, eu não posso acreditar que o Secretário da Saúde, que o Secretário Adjunto, que outras pessoas do governo mais influentes não tenham tido esse cuidado de não olhar o pagamento desses R\$ 33 milhões sem a segurança, sem a garantia.

Eu não tenho dúvida, e hoje o processo já não está mais a nível de Polícia, de Ministério Público Estadual, do Gaeco aqui no Estado, já está a nível de Polícia Federal de Supremo Tribunal. Eu imagino e quero que seja realmente esclarecido quem foi o responsável por fazer essa malfadada compra, que deixa muitas pessoas... e eu tenho certeza, alguns inocentes que estão sendo manchados pela irresponsabilidade, e aqui me cabe dizer, do gestor maior da Secretaria da Saúde. Se não teve conhecimento, ou foi por pouco caso, ou não teve a precaução que deveria ter o gestor principal da Secretaria da Saúde, que no meu entender é o Secretário da Saúde. Não dá para dizer que foram pessoas abaixo do Secretário da Saúde que tomaram essa decisão, sem pelo menos o Secretário da Saúde ter conhecimento.

O que o senhor me diz sobre isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deputado, da mesma forma que o senhor, eu tenho que aguardar a apuração nos foros adequados, seja administrativo, seja criminal, como a própria CPI, pra que nós possamos entender o nível de responsabilidade de cada um.

Todos nós desejamos, e eu compartilho do seu sentimento, de que aqueles que foram responsáveis por essa exceção gravíssima sejam efetivamente responsabilizados, e aqueles que não têm relação com esse fato sejam devidamente inocentados. Eu acho que a apuração tem que caminhar o quanto antes. Eu espero que a CPI conclua os seus trabalhos com celeridade, e também o Ministério Público, o Poder Judiciário e na esfera administrativa isso possa caminhar da forma o mais rápido possível, pra que nós tenhamos claro quem são os culpados e quem são os inocentes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Não tenha dúvida que tanto a CPI, quanto as investigações aqui do Estado, com as autoridades estaduais e as federais, vai ser apurado e vai ser dito quem foi o responsável ou quem foram os responsáveis.

Era isso, senhor Presidente, estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Moacir Sopelsa.

Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Boa noite Presidente, boa noite a todos, boa noite Secretário Tasca.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Boa noite, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Durante os depoimentos que eu tive acesso do ex-Controlador-Geral do Estado de Santa Catarina ao Ministério Público e à força-tarefa, ele citou um momento dos respiradores, que me deixou intrigado e até agora eu não consegui entender isso. Porque o Controlador esteve por duas oportunidades na CPI, pouco contribuiu, infelizmente, e o que a gente soube mesmo foi pela imprensa.

Então, eu queria começar perguntando para o senhor o seguinte: ele citou até uma falta de respeito por parte do Douglas Borba, a maneira como Douglas Borba estava agindo em nome do Governador, em nome do governo, em nome do Estado. E, em determinado momento,



ele falou com o senhor e o senhor orientou a falar com o Helton, sem a presença do Douglas Borba: então, conversa com o Helton, sem a presença do Douglas Borba. O senhor podia contextualizar para a gente iniciar, se o senhor se lembrar desse fato?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não me recordo desse fato específico nesses termos Deputado, infelizmente eu não me recordo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Helton lhe procurou para falar em particular sem a presença do Douglas Borba?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Na verdade, eu conversava com o Helton reiteradamente de forma particular.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, mas com relação à compra dos respiradores?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, na verdade, eu volto a falar, eu só tomei contato com esse tema especificamente no dia 28 de abril, com a matéria do Intercept.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E o Controlador lhe procurou especificando que queria conversar com o senhor sem a presença do Douglas Borba?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Novamente, essa fala, especificamente, eu não me recordo, mas, mais uma vez, sobre os respiradores não era, porque novamente, eu tomei contato com essa compra, com o processo administrativo, como ele se deu, com essas consequências, através da matéria do Intercept no dia 28 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O senhor recebeu alguma pressão, além dessa notícia que o senhor teve pela imprensa, pelo Intercept? Que realmente fez um grande trabalho para o Estado de Santa Catarina, quero até parabenizar o Fabio Bispo, pelo poder de investigação, já que até a Secretaria de Administração soube dos acontecidos pela imprensa.

A situação da compra dos respiradores ou Mahatma Gandhi, houve por parte do Secretário Douglas Borba, algum tipo de pressão ao senhor?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Nesses dois casos relatados, nenhum contato sobre esses aspectos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Seria isso então, Deputado Sargento Lima. Obrigado Secretário, Tasca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado João Amin.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito boa-noite, senhor Presidente, boa noite aos nobres colegas Parlamentares, boa noite ao Secretário Tasca.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Boa noite Deputado.

Estou participando de forma remota devido ao meu contato com o Presidente Jair Bolsonaro e com os Ministros que vieram. Fiz o exame já, aguardo o resultado, não tenho sintoma algum, mas claro, que em virtude de ter precaução, estou aqui me resguardando até que amanhã ou depois de amanhã saia o exame, então estou participando de forma remota.

Senhores, muito objetivo, prático, acho que grande parte das perguntas elucidaram bastante os meus questionamentos, e a gente tenta fazer algumas perguntas técnicas e pontuais para contribuir com a relatoria da CPI, para que a gente veja todos os fatos bem apurados.

Vou começar aqui, claro, evidenciando a gravidade dos fatos, Secretário Tasca. Foram R\$ 33 milhões que se esvaíram dos cofres públicos, uma compra fraudulenta, e a gente andando ainda aqui no meio da população, eu estava olhando aqui a *live*, os questionamentos são severos, a gente é cobrado, fica pressionado. Então, mediante a gravidade desses fatos, a gente procura sempre trabalhar aqui com responsabilidade.

Eu mesmo acompanhei, senhor Secretário, a montagem do governo quando foi elaborada e a gente chamava até a “República dos Coronéis”. Que na época tinha alguns



burburinhos, que estavam nos corredores dizendo que a “República dos Coronéis” seria incorruptível. E a gente ficou um pouco assustado e preocupado com alguns fatos que vieram sucedendo, como essa compra escandalosa que estamos tentando aqui apurar os fatos.

A minha primeira, são apenas algumas perguntas pontuais.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deputado, a sua acusação é grave, né, o senhor está acusando de corrupção?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não, a “república dos coronéis”, foi montada e se intitulava incorruptível. E, no entanto, no governo que o senhor participa teve uma compra fraudulenta.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Que deve ser apurada e seja responsabilizado do a quem doer, essa é a determinação do Governador do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — A gente está em busca da verdade, que bom que temos isso em comum.

Mas, não acusa nada, nem intimida também, de forma responsável tentamos esclarecer os fatos, de maneira responsável aqui conversando com o senhor.

Para buscar entender como era esse mecanismo, claro que ao longo dessa trajetória a gente veio conversando com o Douglas, com a Márcia, com o ex-Secretário Helton, muito dos fatos deram luz.

Primeiramente, o senhor tinha o número do Governador nesse momento, tinha esse contato direto?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Sim, eu tenho o telefone do Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Que bom, isso já nos tranquiliza, coisa que uma base de Deputados que muito tentou ajudar, não conseguimos. Mas enfim, sobre o caso dos respiradores, o senhor chegou a conversar com ele, comentar com o Governador sobre esse assunto?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A partir do dia 28 de abril, quando eu tomei conhecimento e identifiquei que várias providências já haviam sido adotadas pelo próprio Governador, a determinação de que a Polícia Civil entrasse pra fazer a apuração efetiva e depois compo a força-tarefa com o Ministério Público, e o reforço inclusive do doutor Comin, Procurador Geral de Justiça, dessa dedicação e dessa prioridade do Estado na apuração desses fatos, eu só tomei contato e discuti esses temas a partir do dia 28 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Foi isso que o senhor comentou com ele sobre dar celeridade nessa investigação, em apurar esses fatos, seria isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — A fala dele: o interesse completo de que toda essa situação fosse apurada o mais rápido possível, todo esforço para recuperar o dinheiro, tanto que R\$ 13 milhões, já foram bloqueados e aí, agora contamos e ainda continuamos buscando o restante do recurso, agora junto com o Ministério Público também e Polícia Civil, pra poder recuperar integralmente esses valores a... que foram, e aí, nós podemos afirmar, já quase com garantia, por uma verdadeira organização criminosa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem, senhor Tasca, quanto aos grupos que o senhor participava, qual era a sua finalidade, o senhor recebeu, encaminhou algumas propostas de venda de respiradores ou de outros materiais vinculados à saúde, especificamente com relação ao Covid, gostaria de saber a sua participação?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Entendi.

O senhor se refere às compras vinculadas à Covid-19, o senhor criou grupos. Eu lhe pergunto: não deveria ter sido criado isso de repente pela Casa Civil ou pela própria Secretaria da Saúde?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Nesse caso específico, como eram orientações de caráter geral e o grupo pretendia alcançar até mais do que a Saúde, tanto que nós incluímos



ali o sistema de adminis... a Secretaria de Administração Prisional e Socioeducativa também, apesar que não houve demanda da parte dela relacionada à compras da Covid, pelo menos no grupo, esse grupo acabou se dedicando mais a suportar e atender as demandas que eram apresentadas pela superintendente Márcia. E era natural que a Secretaria de Administração liderasse isso, nesse aspecto, porque é ela que é responsável pela parte das políticas, diretrizes e orientações do processo de compra como um todo no governo do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito bem. Senhor Presidente, eu me tenho como satisfeito, só vou fazer um pequeno parágrafo e deixar registrado aqui o meu respeito à briosa Polícia Militar, aos oficiais. Apesar que a população às vezes bota tudo no mesmo pacote, a Polícia Militar de Santa Catarina tem grandes oficiais, grandes coronéis. E hoje teve esse fato, infelizmente, com o Coronel Helton, com alguns Coronéis que compõem o governo, mas eu sei que há homens de valor e deixo aqui o meu registro do meu respeito à briosa Polícia Militar, ainda espero que os fatos sejam esclarecidos.

Obrigado, Secretário Tasca, pelas informações e a gente segue comprometido com a verdade e em esclarecer os fatos.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Consulto os demais Deputados se têm mais algum questionamento ou pergunta a fazer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Vossa excelência com a palavra, Deputado Valdir Cobalchini.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não é nenhum questionamento que eu vou fazer, mas, sim, uma observação.

Concordando com o Secretário Tasca quando ele fala na organização criminosa, sim, é verdade. Essa organização criminosa... mas vamos por analogia aqui, uma organização criminosa se organiza, combina, planeja e vamos assaltar aquele banco. Chega com um carro blindado, quatro, cinco carros, cheio de armas, para matar, para fazer. Aqui não houve armas, ninguém apontou arma para ninguém. Chegaram para assaltar o banco e o gerente do banco veio já com a bolsa do dinheiro: leva embora.

Não estou aqui fazendo nenhum pré-julgamento, mas a facilidade que a organização criminosa teve aqui em Santa Catarina foi uma coisa impressionante. Então, sim, houve organização criminosa, agora eu duvido que eles tenham tido ou que terão novamente essa mesma facilidade.

Então acho que cabe aqui também à CPI, na sua conclusão, através de instrumentos... e visto você, ah vou proibir, vai coibir. Mas nós não podemos admitir que futuras organizações criminosas de novo assaltem o nosso Estado. Que encontrem aqui um terreno tão fértil como foi encontrado. Acho que essa é uma conclusão que a CPI vai chegar, e assim também eu espero que a partir...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Nós compartilhamos o mesmo sentimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...que a partir desse episódio, o Poder Executivo do nosso Estado, seja em relação ao atual mandato, mas isso ocorreu agora, que isso sirva de lição para que episódios como esse não voltem a acontecer.

O senhor é Secretário da Administração, e passaram por aqui muitos servidores do Estado, e aqui nós não estamos para pré-julgar. Tem situações muito evidentes, indícios muito fortes, seja de servidores públicos e seja, obviamente, de empresas privadas. A elas a Justiça, aos servidores do Estado tem um Estatuto, sejam eles servidores demissíveis e admissíveis a qualquer tempo, ou sejam eles efetivos. Tem o Estatuto, que se espera que sejam punidos, *(o depoente faz que sim com a cabeça)* após a conclusão dessa sindicância, é interessante... Mais



uma vez eu falo, nós já recebemos uma boa parte, e na semana passada nós pedimos toda a sindicância, que deveria ter sido entregue aqui em 24 horas. Faz uma semana, não é isso, Relator?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Até agora não chegou. Não existe... quando é interesse público, não pode ter esse subterfúgio de sigilo. Isso interessa a Santa Catarina. Nós não estamos tratando de uma situação privada, é uma situação pública. Então, não é uma recomendação, porque o Estatuto é muito claro e o Secretário de Administração certamente que sabe as punições que cabem a todos esses servidores.

Então o que a gente quer observar aqui é que não fique... a partir das conclusões, que na verdade nós já sabemos e o Estado também já sabe, desde o Governador até... sem excluir ninguém já sabe, que exemplarmente aqueles que fizeram esse mal, que infelizmente fica uma chaga para a história de Santa Catarina, sejam alcançados, tanto pelo Estatuto dos Servidores Públicos, quanto... as conclusões da CPI e sejam alcançadas pela nossa lei e aí cabe ao Poder Judiciário.

Era isso, Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Secretário Tasca, a Comissão Especial que acompanha as compras aqui de pandemia do Covid, presidida pelo eminente Deputado Marcos Vieira, apresentou um requerimento ao plenário da Assembleia Legislativa de afastamento do Secretário André Motta, o qual a Assembleia aprovou. Depois, a Comissão Especial, um resumo que ela tem aqui, indicou o Secretário André Motta como um dos responsáveis pela falha na compra dos respiradores fantasmas. E nós também aprovamos aqui, não é Deputado – se me recordo, nós temos tantas atividades aqui –, se não me engano foi feito um indicativo, se não me falha a memória, de afastamento do André Motta.

O senhor, como Secretário de Administração, e fazendo parte de um governo, o senhor não acha isso muito perigoso para o governo, se há entidades pedindo o afastamento, se tem pessoas que não confiam e está na mão do Secretário André Motta o processo de pandemia, está na mão dele as compras, o controle, eu vejo ele todo dia na RBS falando disso.

O senhor, como Secretário de Administração, conselheiro do governo, o senhor não acredita que isso coloca o governo em xeque?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Deputado, nós temos que tomar muito cuidado com pré-julgamento. O senhor sabe bem disso, o senhor já teve acusações sérias contra o senhor, que depois inclusive foram arquivadas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, então não eram acusações, né?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então, assim, se a pessoa tivesse condenado o senhor antes da apuração definitiva, o senhor estaria numa situação complicada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas não seria de afastamento...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Então o pré-julgamento, o pré-julgamento, o pré-julgamento ele é muito complicado.

Por enquanto o que nós temos do Secretário André Motta é uma atuação elogiável na Secretaria de Estado da Saúde...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Uma atuação elogiável na condução da Secretaria frente à pandemia, razão pela qual ele continua Secretário.



Respeitamos as opiniões, respeitamos os posicionamentos, isso é da democracia, natural que seja assim, mas o Secretário André Motta tem dado, tem demonstrado claramente a sua competência, a sua qualidade como servidor efetivo da Secretaria de Estado da Saúde. Então hoje ele é um exemplo de como um servidor pode ter a capacidade de poder estar à frente daquela Secretaria e conduzir ela como ele está conduzindo neste momento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor costuma dar exemplos muito assim, pontuais, o senhor dá exemplos de grandeza para os seus colegas Secretários. Todo mundo é grande: o Helton é grande, o André é grande, o senhor é grande, o Governador é grande. O senhor tem uma paixão por grandeza né?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Obrigado pelo elogio, obrigado pelo elogio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem uma paixão por grandeza assim, né?

O senhor tem o costume também de fazer inalações (*sic*), o senhor tem esse costume?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Não, afirmações, afirmações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor é uma pessoa querida.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Afirmações.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor é uma pessoa muito querida, bom para relacionamento com o governo, um baita de um Secretário da Administração.

Até quero pedir desculpa aos catarinenses pela forma como o senhor se comporta. O senhor não se comporta como um agente público do governo...

(O depoente faz menção em falar.)

O senhor vai terminar de falar.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Ah, então fique à vontade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor não se comporta como um Secretário de Administração, a quem o Estado tem nas mãos, né? O governo...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Presidente, esse tipo de relato sobre a minha pessoa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas assim, é que a forma como o senhor se porta. Então quero pedir desculpas aos catarinenses por isso.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor deveria pedir desculpas aos catarinenses quando vem à CPI na semana passada e diz que há uma busca e apreensão na Secretaria de Estado da Saúde, que o senhor não pediu desculpa ainda.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Olha aqui, na Secretaria de Saúde roubaram 30 milhões dos catarinenses! Na Secretaria da Saúde roubaram 30 milhões dos catarinense!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O senhor tem que pedir desculpa por uma afirmação que não era realidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, quem tem que pedir desculpas são vocês, que permitiram que roubassem dinheiro dos catarinenses.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Nós estamos, nós estamos apurando pra que exceções gravíssimas como essa não voltem a acontecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vocês não estão apurando nada!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — E esperamos a contribuição da CPI, para que fatos dessa natureza também não voltem a acontecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vocês não estão apurando nada! Vocês não tiveram nem conhecimento da sindicância que indica o André Motta como responsável. Vocês não estão apurando nada, absolutamente nada!



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para conclusão, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Estou concluindo.

Quem está apurando...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Pré-julgamento, ele é muito perigoso, muito perigoso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Quem está apurando é a CPI, é a Polícia Civil, é o Ministério Público, na qual, inclusive, deveria ter mais gente presa, porque os dois que estavam presos hoje foram soltos. É uma vergonha para Santa Catarina que não tenha mais gente presa.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Quem for responsável tem que ser responsabilizado, doa a quem doer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Deveria ter muito mais gente presa, porque o sentimento de impu...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Doa a quem doer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É, sempre é doa a quem doer, mas vocês têm silêncio absoluto com relação ao Governador, vocês têm silêncio com pessoas...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — O Governador tem conduta exemplar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, muito boa...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Assim que tomou conhecimento, determinou a apuração isenta, fez isso, e é o que está sendo feito, é o que estava ao alcance dele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só o que falta é ele não ter feito, não é, Secretário?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Determinou... Então era isso que se esperava dele, era o que se esperava dele, uma conduta exemplar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só o que falta não ter feito... Em 34 dias ele não tomou posição nenhuma da compra dos respiradores.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA — Uma conduta exemplar frente aos fatos.
[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Clovis Pires da Silva]

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas, muito bem, muito bem, eu vou dar um minuto de fama para o senhor.

É o seguinte. É... O governo...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Presidente, são complicados esses tipos de insinuações, de relatos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) -... o governo está sempre buscando a verdade, segundo senhor, mas todas as pessoas que passaram por aqui, Secretário Tasca, não viram nada, não ouviram nada e não falaram nada. Essa é a verdade que vocês buscam lá? De não falar nada, não ter visto nada e não ter ouvido nada, essa é a verdade?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Os senhores estão apurando, o Ministério Público está apurando para identificar as responsabilidades de cada um.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O senhor é um policial militar, o senhor é Secretário de Estado. O senhor, o senhor, como policial militar, sabe que devia chegar aqui e conversar com os catarinenses sobre o que aconteceu de verdade, como fez aqui o Capitão Thyago. O Capitão Thyago sentou nessa cadeira e disse: eu tenho culpa, eu sou culpado, porque eu participei, não devia ter apertado o botão. Ele foi um policial militar exemplar. Ele é um policial militar exemplar.

Mas eu peço desculpas aos catarinenses...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Posso só fazer um comentário em relação à fala do senhor aqui?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não.



Eu peço desculpas aos catarinenses pela forma como o senhor se comporta...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para a conclusão, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...como Secretário.

Então, eu faço... essa... encerrar esse meu... meu depoimento, e dizer para o senhor o seguinte: Santa Catarina depende muito do trabalho do senhor, do trabalho dos demais Secretários.

Nós estamos aqui, Secretário, para votar a PEC da Previdência, que vocês não conseguiram construir. Vocês não conseguiram mandar para cá um projeto de lei. Você não consegue conversar com a Assembleia. Vocês não consegue construir absolutamente nada. Então o governo do Estado, Secretário, precisa muito de vocês, não só para funcionar, porque até agora não funcionou, mas para identificar os culpados dessa fraude. Para mim é uma vergonha que não tenha mais gente presa. É uma vergonha...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Na minha fala final eu vou ter...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... é uma vergonha, é uma vergonha.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - ...a, a, um espaço pra poder mostrar pro senhor que o governo de Santa Catarina já pelos catarinenses.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Outra coisa, para encerrar, pra encerrar.

O senhor disse aqui que a Márcia Pauli era quem estava no grupo representando o conselho de compras. Eu observei toda a conversa, não é, do grupo e vi que a Márcia efetivamente participou do processo de compras e ela não fez nenhuma observação. Ela não alertou o governo. Ela, ela agiu de uma forma no grupo, e agiu de uma forma na prática. O senhor também percebeu isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Bom, o que eu tenho da participação dela aqui, no grupo, é o que está no grupo efetivamente, né, das dúvidas que ela colocou, dos questionamentos que ela fez, e o grupo tentando ajudá-la. A partir daí, a intervenção dela no processo de compra real, é o que está sendo apurado na CPI, Ministério Público e também na apuração administrativa. A gente tem que aguardar o encerramento pra ver como tudo aconteceu. Aguardamos o trabalho dos senhores também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu perguntei pro senhor, o senhor participou do grupo, o senhor viu?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - E aí, no grupo, na verdade é o que está posto aqui. Na verdade, foram os questionamentos que ela apresentou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou repetir de novo para o senhor: a Márcia teve toda aquela intervenção no grupo, certo? Ela foi responsável, o senhor indicou ela, o senhor colocou ela no grupo como a responsável - eu preciso compreender isso, Secretário Tasca, para ajudar, para gente não, não apontar o dedo pra um inocente.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Deputado, e eu já mencionei ao senhor que, no grupo, as intervenções da Márcia foram aquelas que estão à disposição aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu estou perguntando pro senhor, com os apontamentos que o senhor tem aí?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Não, eu não tenho apontamento, eu tenho o grupo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, sim...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - A conversa do grupo...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... do grupo então, a conversa do grupo. Eu observei no grupo que a Márcia tinha um comportamento no grupo e um comportamento na prática.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Não, sim, aí, na prática, na verdade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor percebeu isso?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Na prática, é o trabalho que os senhores estão fazendo aqui, que a apuração administrativa está fazendo aqui, de efetivamente tudo que aconteceu no procedimento administrativo, que a gente vai ter que aguardar, pra que os senhores também nos ajudem a apontar com informações que nós não temos aqui, que os senhores têm acesso, a tudo que efetivamente aconteceu no processo em concreto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tudo bem, Secretário Tasca, só queria alertar o senhor, é... lembrar o senhor que nós estamos aqui por decisão do voto dos catarinenses e o senhor está Secretário por uma decisão de uma só pessoa. É só para o senhor se alertar para esse fato.

Muito obrigado e boa noite.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - E vou trabalhar e entregar pros catarinenses aquilo que eu tenho que entregar na Secretaria de Administração, respeitando e muito o Parlamento e o trabalho dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, eu fico feliz de conduzir uma sessão dessa, até porque a gente está abrindo uma oportunidade de diálogo com o governo dentro desta Casa, coisa que... é uma, uma boa oportunidade.

Também não vou discutir o indiscutível, senhor Secretário, que é a capacidade e a competência de membros de uma instituição com mais de 180 anos, que é a minha briosa Polícia Militar do Estado de Santa Catarina. Eu tenho certeza que do soldado mais moderno ao mais antigo, todos têm capacidade de ocupar qualquer cargo que ele queira, seja Secretário, seja Deputado Estadual ou Federal. Se ele quiser um dia até ser Presidente, não vou discutir isso porque eu sei da capacidade de todos que estão ali dentro.

No dia 28, foi o quando o senhor teve a notícia, né, vou abordar direto o assunto, ali, a notícia através da Intercept, segundo... uma semana depois, ou seja, uma semana depois que o Governador e o Douglas Borba já sabiam da situação. O senhor se sentiu desprestigiado pelo governador e pelo chefe da Casa Civil de contarem pro senhor somente sete dias depois, ali?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Não, de forma alguma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não.

Eles mantiveram isso em sigilo do senhor durante todo esse tempo?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Adotaram os procedimentos. Depois, eu soube dos procedimentos que o Governador determinou que fossem adotados, naquela semana ali. Mas não tem nenhuma restrição em relação à decisão foi tomada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Da pena do senhor, da caneta do senhor partiu ali o projeto de lei que foi entregue nesta Casa, o senhor mesmo relatou aqui que era de autoria do Secretário, não é, isso no dia 31. A pena era do senhor, a caneta era do senhor, assinado pelo Carlos Moisés da Silva e, no dia 31 entregue, daí, sim, pelo ex-Chefe da Casa Civil Douglas Borba, e, no mesmo dia 31 a saída dele. A gente está seguindo uma linha aqui.

Como o senhor que desenhou esse projeto de lei, o que tinha de errado nele?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Houve uma decisão da Casa Civil de não encaminhá-lo ou retirá-lo, não é, de não tramitá-lo na Assembleia Legislativa, que foi uma decisão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas havia algum erro nele?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Não.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ele era bem redigido?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Na verdade esse projeto foi redigida a várias mãos, né, como pode ser visto no grupo, ali, com a participação do Ministério Público, Tribunal de Contas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mas o senhor seguiu a regra das três avaliações, leu, releu?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - CGE. *(Acena negativamente com a cabeça.)* Na verdade, volto a falar, o projeto de lei foi construído na melhor prática para viabilizar esse instrumento e houve a decisão posterior da Casa Civil de não tramitá-lo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Por que a justificativa aqui é que ainda depende de ajustes, ainda depende de ajustes.

Foi essa a justificativa da retirada dele, ou seja, não é porque foi uma decisão do Governador ou da Casa Civil, é por que ele dependia de alguns ajustes. Algo deveria ter sido feito nele ali.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - De minha parte, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Óbvio, porque foi feito a várias mãos, né.

O interessante, quando a gente fala assim... Eu gosto de falar dos crimes cibernéticos que, até então, ficavam sem punição, porque não havia legislação que normatizasse o que era crime e o que que não era crime, não é.

A retirada desse projeto aqui... é, justamente, facilita um processo que estava desencadeado, que estava acontecendo. Para a gente entender esse processo, eu gostaria de perguntar para o senhor, se o senhor conheceu pessoalmente, em algum momento da vida do senhor, uma pessoa chamada Leandro Barros, o parceiro de jaula lá do?...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não, o senhor não conheceu ele? *(O depoente acena com a cabeça que não.)*

Então vamos seguir uma linha do que a gente viu aqui, tá? O Douglas, aqui, foi o responsável por entregar e por pedir a retirada dele, ou então, ele está falando que o Governador não tinha conhecimento disso. O Douglas que apresentou o Leandro Barros pra esse grupo de compra, como um ajudador: Esse vai ser aqui o ajudador, ele conhece bastante gente, ele vai nos ajudar a comprar.

Então, o senhor desenha uma lei que normatiza a compra, incluindo nela as garantias; o Douglas retira essa lei, certo? Não existe mais norma – justamente, por isso, a gente pode entender o porquê que foi retirado -, e ele que apresentou isso aqui. Peça fundamental nesse processo a dona Márcia... porque foi a dona, segundo o depoimento do Thyago - que todos os Deputados falaram que foi o sujeito que chegou aqui, realmente, chamou a responsabilidade pra si -, falou assim: não a pedido - e ele falou a pedido mesmo - da dona Márcia é, eu apertei o botão - esse chavão tão utilizado já -, eu que falei: paga-se. A gente não consegue ver uma construção de algo ali, não.

Uma pergunta para o senhor: hoje, se tivesse a possibilidade de voltar no tempo e o Governador perguntasse assim: Tasca, coloque o Douglas Borba na Casa Civil. O senhor falaria assim: sim, coloque. O senhor exalta o trabalho dele, assim como exalta o trabalho do Coronel Helton? O senhor acha o trabalho dele muito bem feito?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu fui colega do Douglas Borba, conheci ele na transição. Ele fez um bom trabalho no governo do Estado e, agora, há necessidade de que as investigações evoluam para identificar o nível de responsabilidade dele nesse processo, que, se efetivamente tiver, que seja punido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor entendeu a minha linha de raciocínio aqui, né? Precisava de uma norma...



O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Esse é o papel da CPI de fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) –... e o senhor fez?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Esse é o papel da CPI de fazer todas as conexões, porque a CPI, o Ministério Público, a Polícia Civil têm elementos que nós, que estamos acompanhando por fora, não conseguimos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E essa organização criminosa que o senhor citou, onde que o senhor consegue vê-la atuando na construção ou na derrubada de um projeto de lei?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Na verdade, o que eu tenho são os elementos que eu vejo na imprensa, porque são esses os elementos que a gente tem acesso. Eu não tenho acesso aos autos do processo, mas tudo indica, até porque, nós temos pessoas presas, né, que efetivamente depois essa prisão vai ser comprovada a relevância dela, a necessidade ou se efetivamente são culpados ou não, com o julgamento. Mas, por enquanto, o que nós temos no momento é que uma organização criminosa atuou nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E, hoje, o senhor conversa regularmente com Governador?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E qual é o grau de interesse dele de que isso aí seja solucionado da forma mais rápida possível, haja vista, que não foram treze milhões recuperados, já são catorze milhões e seiscentos mil recuperados, graças ao bom serviço da Polícia Judiciária do Estado de Santa Catarina. Qual que é o interesse dele?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – O mesmo interesse desde o começo, de que seja efetivamente apurado; que nós identifiquemos tudo que aconteceu, pra novamente, como o Deputado Cobalchini bem falou aqui, identificar aquilo que pode ser aperfeiçoado no processo de compra para que situações dessa natureza, exceções gravíssimas, não voltem a acontecer; e que os responsáveis sejam efetivamente punidos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor vai ter alguns minutos para fazer as suas considerações finais, o que o senhor achar importante falar. Isso é justo.

Para aqueles que nos assistem isso é normal aqui, no Parlamento, não é. Talvez quem assiste a discussão entre os Deputados, né, acha que isso é normal aqui. Uma coisa que eu escutei, bem no começo da minha vida aqui dentro, quando eu entrei, do Deputado Kennedy Nunes é que o mais bobo aqui, é Deputado Estadual. Foi quando eu botei o pé aqui dentro, ele me falou isso ali na porta da Assembleia: o mais bobinho aqui, é Deputado.

O senhor tem cinco minutos ou o tempo que achar necessário para as suas considerações finais.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Muito obrigado, Presidente, e, aí, eu queria ter a oportunidade de ler um texto aqui pra poder fazer apontamentos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Fique à vontade.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... que eu entendo que são importante, não é?

Primeiro, senhor Presidente, esse caso que está sendo tratado aqui é uma exceção, grave, sim, e deve ter os responsáveis identificados e punidos e o dinheiro devolvido aos cofres públicos. Aqui, eu tinha 13 milhões, agora já soube que são 14 milhões que já foram bloqueados, grande parte deles por ação do governo do Estado.

Essa exceção não pode, não deve ser transformada na regra e a regra no governo de Santa Catarina tem resultados que falam por si, quando tratamos da gestão das compras públicas, das licitações do governo, tão questionadas nas últimas semanas. Merece destaque a utilização obrigatória do pregão eletrônico e das... do pregão eletrônico em 2019 gerando economia de R\$ 56 milhões.



A mudança na modalidade de licitação para contratação de serviços terceirizados de concorrência com a média de três participantes para pregão com uma média de dez empresas concorrendo entre si, trouxe uma economia média de 27%. Serão mais de 70 milhões em economia, apenas na gestão Carlos Moisés.

A nova licitação de impressoras...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu acho que eu tenho a minha manifestação aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, me desculpa, me desculpa, o senhor está aqui... Eu quero que o Presidente me fale, porque se o senhor for falar isso aí tudo, eu vou querer falar depois...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Presidente, eu queria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu só queria dizer que os cinco minutos que o senhor tem para falar é para o senhor trazer alguma coisa correlata ao trabalho da CPI. Se o senhor vier aqui para ler um livro de propaganda do governo, eu vou me dar o direito de apontar que os erros do governo, porque não é para isso que o senhor tá aqui.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Deputado, Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu não estou aqui para lhe ouvir fazer propaganda do governo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... ao longo desse, desse mais de meses...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Desculpe-me!

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... de trabalho da CPI, eu, nós vimos uma exceção ser transformada como regra. Uma exceção ser colocada como uma ação do...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O governo passado não teve nenhuma exceção. Oito anos do governo passado e não teve nenhuma exceção.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Aí, Presidente, eu gostaria, eu gostaria de destacar aqui, pro cidadão catarinense...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Qual exceção?

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... o caso está sendo tratado na CPI é uma exceção em relação às ações que o governo desenvolveu nesse um ano e meio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Só faltava, só faltava ser uma regra.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – E é muito importante que o cidadão catarinense...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ficar aqui sentado para ouvir o senhor fazer propaganda do governo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... tenha acesso a esse tipo de informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor está aqui para contribuir com a CPI.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vamos deixar ele concluir o pensamento dele.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu gostaria... eu tenho cinco minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Como eu disse ali, algo que possa colaborar com a...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu gostaria de destacar, Presidente, que é esse governo aqui que assumiu Estado no vermelho e no SPC...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Me desculpa, me desculpa...



O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...que entregou o Estado em 2019...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O senhor está falando coisas aqui que não...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... assumiu o governo com 1.2 bilhões de *deficit* e entregou com 161 milhões de *superavit*.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ó, eu já fiz isso aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para concluir, Secretário.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então eu queria dizer, Deputados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Secretário, senhor Secretário...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...que a exceção não deve ser tratada como regra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Ham-ham.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... o governo de Santa Catarina tem entregas ao catarinense que demonstram a qualidade desse governo, o compromisso dele com a efetividade e com a transparência. É uma pena...

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: “E ninguém viu nada.”)

...uma pena que eu não tenha a oportunidade aqui de compartilhar essa informação com os catarinenses...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A gente fica agradecido com a presença do senhor...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...mas eu queria deixar muito claro que uma exceção tem a capacidade de manchar a regra da atuação desse governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Senhor Presidente, eu quero, eu, eu quero pedir a palavra...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Uma pena que eu não possa viajar e conhecer a Santa Catarina que o senhor está vendo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Registro aqui que lamento, na verdade, de não ter a liberdade, na Casa do Povo, de poder usar da palavra e trazer isso ao conhecimento dos catarinenses.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor é Secretário, o senhor pode vir aqui quando quiser, mas não aqui na CPI. Quando o senhor quiser conversar com os Deputados, vem aqui no plenário...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Respeito, Presidente, respeito, mas lamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ...agora aqui, na CPI, o senhor vai falar da compra, da desgraça que foi essa compra...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... da exceção, da exceção de todas as entregas que nós fizemos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que foi apelidada, Deputado Kennedy? A pior, como é que é?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Deixa só eu falar uma coisa aqui.

Eu acho, Deputados...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... é uma pena, Presidente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu acho que... eu, eu, acho, Presidente...

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: “Isso que é uma pena.”)

Eu acho que...



O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...é uma exceção, é uma exceção, Deputado, e eu gostaria de demonstrar aqui, como é que é a regra de atuação do governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa só eu dar uma...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores, eu vou pedir pela ordem, Deputados, aqui para tentar ir pro, pro, para finalizar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Deputado Milton, Deputado Ivan...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...infelizmente eu não consegui me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conclusão, Deputado Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Deputado Milton, Deputado Ivan e Presidente, eu estou acompanhando aqui o que a sociedade catarinense está falando e pelo que está falando aqui (*refere-se às redes sociais*), eu deixaria ele falar, porque a sociedade está vendo quem é que está falando aqui a verdade ou não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Deputado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Depois vocês observem os comentários ali, quando o Secretário Tasca fala dessas questões do governo, que tá legal. Eu pediria que ele continuasse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, não.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Se o Presidente permitir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu só queria colocar uma coisa aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Está muito legal ele falar. A reação das pessoas está muito boa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu só queria colocar uma coisa aqui, porque eu, eu faço parte da Comissão de Finanças e eu analiso os balanços do Estado há bastante tempo, tá?

A Secretaria da Saúde, o governo do Estado de Santa Catarina teve um superávit em cima de um orçamento com é, estimativa de receita muito inferior à realidade, como foi feito de novo este ano, sem a minha anuência, porque eu detectei...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Presidente, assim ó...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor vai escutar aqui, senhor.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... eu não tive a oportunidade assim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor vai escutar, o senhor vai escutar. O senhor veio aqui...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Presidente, se tiver afirmações da gestão do governo do Estado...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor veio aqui fazer propaganda do governo do Estado.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA –... eu quero ter a oportunidade também.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Não, é, eu, eu vou falar, eu vou falar a verdade...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Então, eu acho que nós temos que encaminhar, Presidente, ou por encerramento ou eu quero ter oportunidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Mas o senhor é um mal-educado...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor pensa que está onde, Coronel?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor é um mal-educado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor acha que está onde?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, eu peço que....

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – O senhor interfere em todas as falas, o senhor quer falar só o que o senhor quer. O senhor quer vir aqui fazer propaganda do governo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Senhor Presidente, vamos encerrar...

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Pensa que está falando com soldado.")

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Deputado Sargento Lima, desculpa, Deputado, eu só quero...

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu não consigo falar, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu só quero, eu só quero...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Eu não consigo falar, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Conclua, Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu só quero dizer uma coisa, 2019 - e eu disse isso lá em dezembro para o Governador, antes dele assumir - e o Deputado Kennedy estava junto, e a nossa bancada -, eu disse: Governador, o senhor é homem de muita sorte, porque além de ter ganho uma eleição improvável, o senhor vai ter uma arrecadação espetacular em 2019, Secretário Tasca. Eu disse isso pra ele, lá em 2018, porque nós estávamos saindo uma recessão. Eu participei da formação do Orçamento do Estado, que o Paulo Eli fez. Ele fez com subestimação de receita onde aparecia aquele *deficit* de 1,2 bi, lá no Orçamento. Assim como foi apresentado um Orçamento para 2020 com *deficit* de 800, e que eu questionei que tinha ali 2,5 bilhões escondido, tá. Tanto é que já foi feito 2 bilhões e pouco de alteração orçamentária, por perspectiva de superávit.

Então, tudo isso eu falei, e o Secretário Paulo Eli concordou, porque eu sei olhar o orçamento. Então nós tivemos uma arrecadação em 2019 de mais de 2,5 bilhões acima do Orçamento. Por isso, que deu superávit, por isso, que se pagou as contas que vinham de um processo de recessão profunda que nós vivemos no Brasil.

Só que tem um problema, Secretário Tasca, no ano passado essa Secretaria de Saúde que funcionam tão bem, ela não conseguiu pagar e o Secretário, ex-Secretário Douglas veio aqui pedir desculpas pra nós, no final do ano, lá na Presidência, com todos os Deputados aqui, pedir desculpas, porque a Secretaria de Saúde não conseguiu sequer fazer um convênio com as Prefeituras do Orçamento Impositivo, que 50% era para a Saúde para ajudar o Estado, para fazer o dinheiro chega lá na ponta, porque não tinha capacidade de fazer. Fizeram tanta burocracia que, de um municípiozinho de cinco mil habitantes, eles fizeram quatro plano de trabalho num ano, nenhum funcionou e, no final, eles pediram até a carteirinha do SUS das pessoas que seriam atendidas com o dinheiro.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Esse é o, esse é o governo, esse é o governo que funciona. Esse é o governo que funciona...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – E, Deputado, como é que funcionou na gestão anterior?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Agora, agora o senhor vai escutar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhores Deputados, eu quero...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Agora o senhor vai escutar.

Eu convivo com os hospitais, os hospitais estão fechando as portas; a fila de saúde do povo está triste. Enquanto o nosso Cepon aqui atendia, quando o diagnóstico do câncer em trinta dias, era a lei daqui, e todo o governo cumpriu até hoje, menos esse. Nós temos gente, paciente de câncer com seis meses esperando pra ser atendido. Vai morrer. Vai morrer!

Então, gestão de saúde, Secretário Tasca, é fazer com que o povo saia da fila lá. Como eu fiz lá em Rio do Sul, não deixar que a fila ficasse maior do que trinta dias, mutirão tira da fila, vamos salvar a vida. Vamos cuidar das pessoas. Não é cuidar do dinheiro ali, e dizer que com isso está fazendo gestão, asfíxiante nos hospitais e deixando o povo morrer na fila. Isso não é gestão de saúde.

Então, por isso, eu ouvi as suas tentativas de fazer é... mostrar aqui que o governo era essa fantasia de coisa bonita e fiquei quieto. Agora quando o senhor, na fase final aqui, em vez de falar sobre o fato, o senhor quer fazer uma exaltação a esse governo, e nós que estamos aqui, com povo, sabemos o quanto nós estamos sofrendo, que as estradas estão cheias de buracos, estão cheias de capim, que o povo está na fila, que as escolas não conseguiram fazer uma reforma da escola, uma licitação da escola - parece que fizeram cinco no ano passado, cinco licitações conseguiu sair, e um monte de escola caindo aos pedaços. Isso, isso não é eficiência. E tinha dinheiro na conta, dinheiro sobrando lá do Fundef...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado, só pelo adiantado da hora, vamos concluir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então eu só pedi licença para o senhor (*dirige-se ao Presidente*), porque eu não posso ficar aqui para ouvir uma pessoa do governo falar de coisas que não são verdade. Falar de coisas que não são verdade, porque nós viemos aqui para tratar da CPI.

Eu me pautei aqui só pela CPI. Fiz perguntas só pela CPI. Agora o Secretário veio aqui para fazer propaganda do governo. E eu não vou ficar aqui, ao final, para ouvi-lo fazer propaganda enganosa desse governo.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Realmente esse não é o lugar adequado, quero agradecer a todos os Deputados...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – Nós temos aqui, Presidente, por favor, eu acho que teve algumas afirmações em relação, principalmente dizendo que não era verdade, e acho que é importante destacar aqui, primeiro, né, quando a gente fala da emenda impositiva nós não temos referência, porque esse foi o primeiro governo que está pagando as emendas impositivas.

Segundo ponto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Aqui é a democracia, Deputado, pode falar.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...esse é o governo que está fazendo, que está fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Aqui na Assembleia é democracia, aqui a gente pode falar.

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...que fez em 2019 o maior investimento em educação da história. Primeira vez que superou os 24%.

Então nós estamos...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Secretário Tasca, vocês contrataram 120 novos auditores e procuradores agora que deram 7 milhões de prejuízo/mês ...



O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...nós estamos, e aí é uma pena, Presidente...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – 2, 2,5 bilhões...

O SR. JORGE EDUARDO TASCA – ...e aí o catarinense, o catarinense vai ficar sem uma oportunidade de identificar que o governo de Santa Catarina está entregando aquilo que o catarinense exigiu quando elegeu o Governador Moisés 71% dos votos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Parabéns, senhores.

Encerramos esta reunião, convocando uma próxima para quinta-feira, às dez horas da manhã.

Muito obrigado a todos. *(Ata sem revisão dos oradores.) [Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

**DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI**



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 9 DE JULHO DE 2020, ÀS 10H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito bom-dia a todas, muito bom-dia a todos.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 15ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nessa reunião: Deputado Sargento Lima, Deputado Ivan Naatz, Deputado Valdir Cobalchini, Deputado Fabiano da Luz, e nos acompanhando de forma remota o Deputado Moacir Sopelsa, o Deputado Milton Hobus, o Deputado João Amin e o Deputado Kennedy Nunes.

Comunico antecipadamente que não iremos colocar em votação a ata da reunião anterior, tendo em vista que a mesma ainda está em elaboração. Assim que ela estiver pronta, na próxima reunião, será colocada em votação junto com a da 15ª Reunião.

Nós recebemos alguns ofícios, senhores Deputados e aqueles que nos acompanham. Ofício nº637/220, da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando esclarecimentos apresentados pelo Corregedor, por meio da Informação nº 040-2020, já acostado aos autos; um Habeas Corpus Criminal nº 5019279-43.2020.8.24.000/SC, de 2020, que teve como impetrante o senhor Clóvis Renato Squio, restringindo seu depoimento aos integrantes da CPI - mais tarde vou fazer menção a esse *habeas corpus* do senhor Clóvis; e uma petição, enviada também pelo senhor Clóvis Renato Squio, solicitando a realização da oitiva de forma reservada, de acordo com o mencionado pelo ilustre Desembargador Ernani Guetten de Almeida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhores Deputados, muito bom-dia a todos.

Eu recebi esse ofício ontem, pelo WhatsApp, e tive dificuldade de abrir. Eu só solicito aos membros da CPI reserva com relação ao ofício que recebemos da Secretaria da Saúde. Pelo que eu entendi no ofício eles fizeram restrições a entregar a cópia na íntegra da CPSI, da Comissão de Sindicância que apura esse processo da compra dos respiradores dentro da CGE.

Então, como eu não tive acesso exatamente ao que trata aquele ofício, só queria reservar para deferir sobre ele na próxima sessão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor está fazendo menção a esse ou ao do Clóvis?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O 040. Não, o Ofício nº 637/220.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conhecimento dos demais senhores Deputados, trata-se da sinopse da correspondência do ofício da Secretaria de Estado da Saúde, encaminhando os esclarecimentos apresentados pelo Corregedor por meio de Informação. Seria esse, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, é a esse que eu me refiro, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, senhor. Quero consultar os senhores Deputados se, como acordado anteriormente, eu receberia os requerimentos aqui, e poderia colocar na sessão em discussão e votação. Consulto os senhores Deputados se existe algum requerimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, é o seguinte: eu ouvi uma fala do jornalista Roberto Azevedo e também do jornalista Prisco Paraíso de que chegou a esta CPI um pedido de expedição de ofício de prisão de pessoas, que foi protocolado na CPI um pedido nesse sentido.

Eu consulto a vossa excelência e os assessores se foi protocolado na CPI algum pedido de prisão de qualquer pessoa, expedição de ofício para prisão, ou coisa nesse sentido, senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Não foi recebido, nem protocolado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Bom, então vossa excelência confirma que não há na CPI nenhum pedido de prisão, nem expedição de ofício, absolutamente nada.

Eu queria alertar a imprensa, principalmente nossos colegas que têm contribuído muito para o desenvolvimento da CPI – a imprensa tem feito um trabalho extraordinário –, mas alguns, principalmente comentaristas de TV, que temos observado que têm recebido informações *fake news* e têm divulgado essas informações *fake news*. Não se sabe exatamente por que interesse e por distribuição de quem.

Mas é preciso que o pessoal da TV, principalmente, porque a TV tem aquela coisa de não conversar com as partes. A TV faz o comentário que, registro aqui, é muito importante para a CPI, o papel da imprensa é extraordinário, mas, para o pessoal que comenta na TV a CPI, que todos os catarinenses estão acompanhando, que tenham muito cuidado com relação à divulgação de informações que não são verdadeiras.

Todas as informações da CPI são decididas em colegiado, são decididas pelo conjunto de Deputados e, quando o conjunto de Deputados deliberar sobre uma determinada ação, essa ação vai ser oficializada, vai ser tornada efetiva, registrada nos anais da Casa. E nada que acontece nesta CPI de forma oficial não é protocolado.

Então, eu queria pedir encarecidamente, senhor Presidente, membros da CPI, quem nos acompanha em casa e, principalmente, imprensa, pessoal que comenta na TV, que tenham cuidado para não espalhar notícias falsas.

A informação dada ontem pelo Prisco Paraíso no comentário dele da TV, de que a CPI tinha protocolado um pedido de prisão de uma pessoa, não é verdadeira, assim como, o comentário do Roberto Azevedo também nesse sentido não é verdadeiro.

Então, refaço esse registro, senhor Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Reforçando, Deputado Ivan Naatz, para aqueles que nos acompanham, eu acredito que a gente pode encontrar várias... durante as nossas discussões e reuniões, várias alternativas e vários



caminhos que podem ser tomados pela nossa Comissão Parlamentar de Inquérito. A gente chama de nossa mesmo, porque estamos aqui e todos nós... vários assuntos são tratados, mas vale aquilo que é entregue, aquilo que é protocolado, aquilo que é oficializado, aquilo que a gente dá por recebido, aquilo que é discutido e posteriormente votado. Isso é o que vale aqui, na Comissão Parlamentar de Inquérito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, senhor Presidente.

Também registro uma nota da Polícia Militar, dos oficiais da Polícia Militar de Santa Catarina, expedida ontem, com relação ao comportamento da CPI com os oficiais. Eu, na condição de Relator, queria fazer a defesa da CPI, dizendo que a CPI tem tido um comportamento extremamente pontual. A CPI está orgulhando todos os catarinenses, está orgulhando a Assembleia Legislativa, está orgulhando os servidores da Assembleia Legislativa. E a CPI tem feito um trabalho... não porque está sob o comando de vossa excelência, Deputado Sargento Lima, mas tem a ajuda de todos os demais Deputados, no sentido de fazer esse reconhecimento dos catarinenses, que hoje a gente nota pelas redes sociais a confiança que os catarinenses têm na CPLE a nota dos oficiais da PM ontem, dizendo que a CPI tem sido dura com alguns oficiais, eu quero fazer só uma parte. A CPI tem sido dura com todas as pessoas que passam por aqui, sempre no desejo de esclarecer a verdade. Qualquer pessoa que senta nesse banco e diz que não sabe, não viu, não ouviu, quando tinha obrigação de saber, ver e ouvir, pelo que determina o Direito Administrativo, vai receber represálias da CPI, porque os membros da CPI são os fiscais do dinheiro do contribuinte.

Então o meu registro de admiração aos oficiais da Polícia Militar da ativa, e a minha preocupação com os oficiais que foram chamados a prestar ao governo de Santa Catarina, chamados a prestar serviço ao governo de Santa Catarina. São os que estão na atividade civil que estão vindo aqui conversar conosco, não são os militares. Os militares, que estão no serviço militar, estão... só orgulham os catarinenses.

Então faço esse registro, senhor Presidente, à Associação dos Oficiais Militares, que a CPI e a Assembleia Legislativa tem o maior carinho com cada um desses membros, e a CPI só faz o trabalho dela.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda na esteira do Deputado-Relator, queria dizer que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Depois eu queria falar também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...uma instituição que há quase duzentos anos, com mais de 180 anos, que nada mais faz do que prestar excelentes serviços à sociedade catarinense.

Também quero dizer que qualquer um que sentar naquela cadeira ali na frente vai ter todos os seus direitos constitucionais garantidos e nada mais do que isso. Mas tem que estar preparado para o entrecchoque das opiniões, porque a partir delas é que vai se extrair algum resultado positivo para essa Comissão.

Jamais vou cercear um Deputado, dentro dessa Comissão Parlamentar de Inquérito, de expressar e trazer a todo povo catarinense - que é realmente quem nos assiste, acompanha nosso trabalho e que espera o resultado do nosso trabalho -, de se expressar livremente de qualquer forma e qualquer que seja sua ideia.

E como eu disse, o homem que está ali dentro e que fundamentou toda a sua carreira em cima do gerenciamento de crise, ele tem que estar preparado para sentar ali, na frente, e também ter a capacidade de argumentar de igual para igual com qualquer um dos Deputados aqui.



Muitas vezes é questionada essa situação da legitimidade ou se estamos sendo extremamente duros ou poucos simpáticos, como também já disseram aqui dentro. Eu tentei procurar a palavra simpatia, carinho, educação, dentro do Regimento e não encontrei até agora.

Uma testemunha tem que sentar aqui, à frente, outros de forma remota, como também já está acontecendo, e nós estamos dando essa possibilidade a todos, liberdade essa que em nenhum outro foro vai ser estendido, de você poder consultar o processo ali na frente, o livre acesso a seus defensores, não está sendo acompanhado de advogado que quem não quer.

Então isso aí tem que deixar muito claro para a sociedade mesmo, é esse entrechoque aqui. Os Deputados têm conhecimento de causa, eles estudaram a matéria, e eles vão confrontar, sim, qualquer um que se sentar naquela cadeira ali dentro, tendo todos os seus direitos assistidos, tanto uma parte quanto a outra, aqui, na nossa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Consulto os senhores Deputados... Deputado Kennedy Nunes pediu a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim.

Presidente, ainda para falar sobre esse assunto. Eu entendo que a Acors está fazendo o papel dela. A Associação que defende os oficiais. Então a Acors está fazendo o papel dela, e nós... não é a nota da Acors que vai mudar a nossa forma de trabalhar aqui na CPI.

E com relação a essa questão especificamente, nós temos o papel do senhor, Presidente. O senhor é um militar, fez a sua carreira na Polícia Militar, orgulha toda a Polícia Militar, assim como todos os outros que usam a farda, seja da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros. Mas, bem lembrado pelo Relator, que todos que sentam aí, inclusive, o senhor Presidente, são civis, não são militares. Estão aí... nós todos estamos no lugar civil, inclusive o que reclamou tanto, o Secretário Tasca, que mesmo que com um decreto do Governador dizendo que o serviço de administração do Estado é questão de segurança pública, ele não sentou aí como militar, não, mesmo que ele esteja na ativa, porque serviço de administração não é serviço militar, é serviço civil.

Então mesmo que ele entrou aí, sentou, ele era um civil. Então... mas tudo certo, eu acho que a Acors está fazendo o papel dela, que é defender os seus associados. Mas, registre-se aqui, tenho recebido, senhor Presidente, muitas, muitas declarações de oficiais, que se sentem envergonhados por algumas ações de outros oficiais que estão no serviço civil.

Então essa é a minha palavra, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Kennedy Nunes.

Consulto vossas excelências, se existe algum requerimento a apresentar por parte dos senhores, para que a gente possa votar com celeridade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente, eu apresento requerimento de realização de trabalhos internos da CPI para a próxima terça e próxima quinta-feira.

Existem diversos documentos que chegaram, ofícios, que precisam ser analisados pelo grupo de Parlamentares e isso demanda um tempo extraordinário, porque o volume de documentos é muito grande e nós precisamos trabalhar a recepção desses documentos na próxima terça-feira e na próxima quinta-feira, razão pela qual apresento o requerimento verbal de trabalhos internos da CPI, terça e quinta da próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Coloco em discussão entre os Deputados.

O SR. DEPUTADO FABIANO DA LUZ – De acordo.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Só uma pergunta. Desculpem aí, quando é que vence o nosso prazo pré-estipulado no início da CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Moacir Sopelsa, existe um prazo regimental de 120 dias. Nós estamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Mas nós tínhamos falado num prazo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso. Até o final desse mês corrente agora, Deputado. Se nenhum fato novo ainda vier ao nosso conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – A minha pergunta é porque sempre, em todas as CPIs, se começa a prorrogar prazo. Eu sei que nós estamos dentro do prazo regimental, mas no início nós havíamos estipulado um prazo, eu não lembro, parece que eram sessenta dias, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Isso. No dia 15 de julho ele iria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Venceria o nosso prazo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É, mas para trabalhar dentro da folga, né? Mesmo assim nós ainda teríamos mais sessenta, mas a ideia é essa mesmo, Deputado Sopelsa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Sopelsa, é que nós tivemos duas paralisações que foram extraordinárias. Primeiro a Covid, que trancou os trabalhos da Assembleia durante uma semana. Então nós fomos prejudicados por duas semanas sem atividade. Depois, no calendário da CPI, se observou um feriado nacional.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Um feriado nacional.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que impossibilitou a ouvida de uma testemunha. Isso então nos tirou cerca de dez dias de trabalho. Mas o meu desejo e o desejo de todos os Deputados aqui, é de apresentar o relatório até o final do mês e ficar dentro do que foi estabelecido com a sociedade catarinense. Se, repito, nenhum fato extraordinário surgir, por quê? Porque nós sabemos que existe um inquérito, dois, na verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dois inquéritos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Dois inquéritos da polícia... da força-tarefa, trabalhando em sigilo, e aos quais a CPI está trabalhando para tentar ter acesso a esse compartilhamento de informações. Como nós temos esses inquéritos e não sabemos o que tem lá dentro, e vai que lá dentro tem alguma coisa que exige da CPI uma intervenção, alguma coisa nesse sentido, nós vamos ter que decidir sobre essas informações.

Mas enfim, se não acontecer nada no meio do caminho, se estiver tudo como nós estamos planejando, a ideia é apresentar o relatório no final do mês, Deputado Cobalchini (*sic*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não, a minha pergunta, Deputado Ivan, e eu acho que tudo aquilo que a gente pode... que for justificável, não vejo nenhum problema.

Eu sinto que a sociedade não gosta quando você começa a prorrogar prazo, sabe? Parece assim que está se fazendo uma coisa que não tem fim. Então a minha indagação é que realmente a gente possa, dentro do prazo estipulado, com justificativa de prorrogação, a gente poder dar uma resposta, assim demonstrando que nós estamos trabalhando para esclarecer, mas também para concluir. Essa é a minha sugestão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, Deputado. A grande verdade é que a própria população acompanha e espera que seja rapidamente, porém ela não tem uma noção da vasta documentação que tem para ser analisada. Dentro em pouco, nós vamos pegar mais de seis mil páginas de documentos que têm que ser exaustivamente lidos, para que não se cometa nenhuma injustiça e também para que se faça justiça.

Então, eu acredito que ela vai ter essa resposta bem positiva, tendo em vista que a gente não chegou a cumprir nem mesmo metade do prazo regimental.

Deputado Valdir Cobalchini, o senhor queria fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Não, apenas sugerir que a gente pudesse começar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dar celeridade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Dar celeridade.

[*Transcrição: Rafael de Souza Milke / Revisão: Clovis Pires da Silva / Leitura final: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Terminada a discussão, em votação o requerimento do Deputado-Relator, apresentado aqui verbalmente.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

Aprovado.

Nós já estamos lá com o nosso amigo [conectado], o Cauê Lopes Martins...

(O depoente Cauê Lopes Martins conecta-se à videoconferência.)

Muito bom-dia, senhor Cauê. O senhor nos ouve?

(Pausa.)

O senhor está com o microfone desligado, seu Cauê. Tem um iconezinho ali de um microfone.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Me escuta agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Maravilha. Bom dia a todos, bom dia, Deputado Sargento Lima, Deputado Ivan Naatz, Deputado Cobalchini e os demais Deputados que se encontram presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito bom-dia. Senhor Cauê, o senhor sabe por que foi convidado a fazer parte e estar presente aqui nesta reunião, nesta manhã de hoje?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Sei, sim, senhor Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Cauê, é muito importante o que vou dizer para o senhor agora aqui, tá? É um compromisso.

O senhor assume o compromisso de dizer a verdade somente a verdade no âmbito desta Comissão acerca dos fatos que lhe forem perguntados sob pena de concorrer pelo crime de falso testemunho?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Com certeza, senhor Deputado, tenho a verdade como o meu es...cudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim? Sim?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quero lembrar ao senhor também que, na condição de testemunha compromissada, o senhor tem o direito de permanecer calado, mas é necessário que o senhor expresse essa vontade de o senhor permanecer calado. Caso alguma pergunta o senhor não queira responder, tem que falar: eu prefiro permanecer calado. O senhor compreendeu?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá bom.



O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Compreendi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Cauê, para fazer o registro, eu gostaria até que o senhor se aproximasse mais um pouco do microfone, ou pudesse tirar a máscara, porque existe uma dificuldade de entender o que o senhor diz e para o registro das nossas taquígrafas...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu tô com fone de ouvido... eu tô com fone de ouvido, não sei se vocês estão conseguindo me entender por causa do fone de ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É, mas nós não, a gente está aqui, isso é um ambiente.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Está escutando? Ele deu uma falhada no sinal. Está conseguindo me escutar agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Maravilha. O que que o senhor precisa de dados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Peço que o senhor fale o nome completo do senhor, a sua idade, a sua data de nascimento, a sua profissão e onde exerce sua atividade profissional e o endereço completo.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Cauê Lopes Martins, nasci no dia 5/3/88, é... sou empresário, eu moro em São Paulo, minha profissão tamb... é... meu local de profissão também é em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Endereço completo do senhor?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Onde o senhor está?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Por motivo de segurança da minha fam... por motivo de segurança da minha família, eu gostaria de se pedisse é... o senhor tem meu endereço já, aí, já enviei por *e-mail*, se eu poderia me abster de falar meu endereço *on-line* aqui, por... pelo processo tá em, em decorrência ainda.

Querira ver se os senhores poderiam a... ter meu endereço, vocês já têm meu endereço aí, só por causa disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, o senhor está como testemunha aqui e eu estou qualificando o senhor.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Por isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas o senhor está sendo qualificado e aí eu preciso do endereço.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Mas... o senhor entende que a gente tá *on-line*, que a minha família tem receio de... do que está acontecendo. Eu posso falar meu endereço, sem problema nenhum, me... meu endereço tá aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Vocês têm ciência do meu endereço. Só pelo... uma questão mesmo de tranquilidade mental da minha esposa, dos meus filhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De qual cidade o senhor está falando?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Se... que eu tô falando agora?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — É.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu tô na Bahia, interior da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que foi repassado para nós é que o senhor estava em São Paulo.



O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não, não estou em São Paulo. Eu enviei um *e-mail*, inclusive dia 18/6 pros Deputados Felipe Estevão, a... é... enviando meus dados e falando o local onde... eu não estaria em São Paulo devido a quarentenas. Saí de São Paulo é... no começo de março, de quando foi... começou a quarentena a gente saiu de lá. Mas meu endereço, minha residência é em São Paulo. Minhas empresas também são em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor está acompanhado de advogado?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá. Vou passar a palavra agora ao Relator Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bom-dia, Cauê.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Bom dia, Deputado, tudo bem com o senhor?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor se importa de tirar a máscara? O senhor escolheu uma máscara bem grande, eu só consigo ver o... a cabeça.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Deputado, eu tô num local que... é... o uso da máscara é obrigatório.

Então eu tô num condomínio, tem várias pessoas passando por aqui, e tirar a máscara eu vou tá infringindo uma lei, não me importo de forma alguma mostrar meu rosto, não, só vou... só tô aqui... vou mostrar pros senhores. *(O depoente retira a máscara.)*

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Coloca na tela grande pra gente poder ver aqui.

Por favor, poderia voltar a mostrar o seu rosto para gente aqui te conhecer? *(O depoente tirou a máscara novamente.)* Porque tem muitas fotografias no inquérito, é importante a gente identificar algumas fotos, algumas imagens. Muito bem. Obrigado, viu?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — De nada, Deputado, eu tô aqui pra ajudar no que for preciso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Qual é o negócio do senhor, o senhor trabalha com o quê?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Com agronegócio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Agronegócio?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Sim, minha empresa representa alguns grupos brasileiros. A gente faz exportação de carne, soja, milho, açúcar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, mas nós estamos falando aqui de...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Também trazemos in... insumos, insumos pra áreas agrícolas, pra plantação de milho, soja. A gente faz é... a distribuição de ureia e fert... e outros fertilizantes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, o senhor... porque nós estamos aqui... o senhor sabe dessa compra dos respiradores, né?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Sei, dessa lamentável compra, né, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É lamentável e triste, né, para Santa Catarina, para os catarinenses.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Muito triste, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O senhor, o senhor, se me permite só, um, um, um, um pedacinho aí, no começo da sua pergunta, porque é tão triste e lamentável uma



situação dessas, e é tão... a gente tá falando aí, eu não sei se o senhor tem ciência de... mas cada respirador desse, o senhor sabe quantas vidas salva cada respirador desse, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Esse não vai salvar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É. *(Risos.)*

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O senhor tem noção de quantas vidas salva cada respirador desse?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não... eu...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Pelo menos uma. Então, a gente está falando de duzentas vidas, de duzentas vidas de catarinense e brasileiro que estão...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Esse...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É, é deplorável uma situação dessa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Estes aí não vão... estes aí não vão salvar a vida de ninguém, né?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Infelizmente, Deputado, tem duzentas famílias aí, pelo menos, duzentas famílias chorando hoje, que não pode porque *(falha na transmissão)* que essa doença é uma coisa catastrófico e revoltante mesmo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, vamos entrar diretamente no que nos leva a conversar com o senhor.

Como é que o senhor entrou nessa história toda...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... como é que o senhor foi parar nesse grupo de WhatsApp, foi se meter no meio da Brazilian Trading, foi se envolver com Germano Lincoln?

Senhor Cauê, como é que o senhor explica pra gente essas citações que o Ministério Público de Santa Catarina faz a seu respeito, trata o senhor como um dos investigados?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Deputado, não. O Estado de Santa Catarina não me trata como investigado, não. Desculpa, eu sou testemunha nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não, não, é que eu estou aqui com a investigação do Ministério Público, né, na minha mão.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Á-hã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E posso mostrar para o senhor, o senhor tá longe...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Mas eu não sou como in ...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ... o senhor tá longe aqui, né?

(O Relator mostra os documentos ao depoente por videoconferência.)

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu não sou investigado, não, Deputado, eu sou testemunha. Desde o começo fui eu que entreguei todas as conversas de WhatsApp, fiz tudo o que o Ministério Público precisou, eu fui pró-ativamente, é... ajudar e pra tentar esclarecer e colocar aqui quem deve mesmo *(falha na transmissão)* a... no seu devido lugar.

Então não sou o investigado.

(O senhor Presidente sai da mesa por alguns instantes.)

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Sou testemunha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Obrigado pelo esclarecimento, né?

Só que essa é uma decisão da Polícia Civil, não é sua, não é minha, né, não é de ninguém, mas vamos lá.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É... eu disse *(falha na transmissão)*...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Vamos conversar.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — ...justamente, é a Polícia Civil me, me tem como testemunha, o grupo Gaeco com, com os Promotores também me tem como testemunha. Nunca fui investigado é... porque não tem motivos pra eu ser investigado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Quem analisou o processo e viu o processo (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...vamos nos concentrar no que a gente precisa conversar, senão vai demorar muito nosso bate-papo.

É o seguinte, é...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Só que tem coisas que têm que ser esclarecidas, porque na última sessão, na outra sessão, eu fui tido como foragido e eu tenho endereço fixo, tenho minhas empresas, nunca fui foragido de nada.

Então, é... sou empresário, é... tô aqui pra ajudar no que for preciso. Então...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas, por favor, Germano...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — ...nenhum, nenhum tipo de injustiça.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Oh... Cal...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Só para não acontecer nenhum tipo de injustiça comigo. É tão difícil construir um nome, ser empresário hoje no Brasil, é, Deputado, e, é tão... Eu, eu entrei nesse negócio pra poder de, da melhor forma possível ajudar as pessoas porque esse negócio, desde do começo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pô, estou tentando conversar com ele (*ininteligível*).

(*O senhor Presidente retorna à mesa.*)

Pede pra ele somente responder às perguntas.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — ...a primeira oitiva que eu entrei nele foi pra tentar salvar vidas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Cauê, eu vou explicar pro senhor aqui a dinâmica...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Oi, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...a dinâmica de como funciona a coisa aqui.

Nós temos, né, óbvio, a gente não tem tempo pra terminar a nossa Comissão, tá, e...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ... e na condição de testemunha compromissada do senhor aqui, nós já abrimos um precedente ali pro senhor em relação a documentação.

Eu entendo até o porquê o senhor tem medo mesmo ali de ter colocado o endereço a público, isso é normal, né, mora na cidade de São Paulo, na Bahia, pode ser. As pessoas que estão envolvidas mesmo nesse inquérito também são pessoas que...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O senhor entende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O próprio Tasca esteve...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O senhor entende.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ... ontem aqui, dizendo que o Estado de Santa Catarina entende que tem uma organização criminosa por trás da compra desses respiradores.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Mas ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então vou explicar para o senhor a dinâmica aqui. O Relator pergunta, os demais Deputados perguntam...



O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ... e o senhor responde à pergunta, os comentários ali, a não ser que ele queira que o senhor abrihante mais a resposta do senhor, ou complemente ela de uma forma melhor.

Essa é a dinâmica que funciona aqui a Comissão Parlamentar de Inquérito. Não sei se o senhor acompanhou as outras, tá, mas vai ser feito dessa seguinte forma.

Deputado Ivan Naatz, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Cauê, eu vou repetir a pergunta que fiz pra você. Como você...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Tá bom, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...entrou nessa história, já que você vende produtos do agronegócio. Como é que você entrou nesse grupo, como é que é essa história aí?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Tá bom. O... seu Germano Lincoln, é, como sabe que eu trabalho com exportação e Trading, me procurou pra gente fazer importações de alguns equipamentos hospitalares e EPIs (*ininteligível*) que eles teriam vendido pra alguns hospitais no Brasil e algumas empresas, da empresa CIMA.

Eu, como a minha empresa não tem qualificação técnica e não atua nesse ramo, falei: Olha, eu não consigo fazer, mas eu tenho uma empresa que a gente atua como representante comercial que é Brazilian Trading.

A gente importou um navio de ureia lá pela Brazilian Trading no começo do ano, e eu fiz a comercialização dessa ureia, desses fertilizantes, e sabia que a Brazilian tinha qualificação técnica e capacidade de fazer essa importação, apresentei o senhor Rafael pro negócio. Foi assim que começou, foi assim que eu entrei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, e daí?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — E tentando ajudar, Deputado, tentando ajudar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, e daí? O senhor entrou, e daí?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Olha, eu acabei entrando, o Germano criou o grupo pra gente começar a fazer, tratar da questões logísticas e documentais.

Nesse grupo a gente começou tratar, eu pedi para eles encaminharem as empresas que seriam é... seria emitida as notas, seria feita a importação e quais os produtos que a gente teria que importar.

E aí entrou o senhor Samuel, nesse grupo, é... passou os documentos, né, as, a empresa que seria, que faria a primeira compra e os equipamentos que seriam importados. Eu repassei por Rafael e aí o Rafael preparou a proposta e enviou a proposta.

É... depois no final, depois a proposta não foi, não foi concretizada, o senhor Samuel pediu uma comissão para alguém que era de fora da operação, e nós saímos dessa negociação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. O negócio que o senhor estava tratando era a compra dos respiradores, especificamente o número deles?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O número de respiradores?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — A primeira comp... o primeiro negócio, sim, era de respiradores, mas teriam... A conversa inicial foi: vocês... a gente precisa de uma empres... de uma *trading* pra fazer a importação de vários equipamentos, dentre eles, respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o segundo?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O segundo o quê? Não teve segundo, só teve esse.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor falou o seguinte: que o primeiro contato foi pra isso, certo? Para ceder a sua empresa...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...pela sua *expertise*, é isso? Para usar da sua *expertise*?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas a Brazilian Trading já não é uma empresa? A CIMA já não é uma empresa que faz esse tipo de serviço?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não. A Brazilian Trading é uma empresa que faz esse tipo de serviço. A minha empresa não tinha qualificação técnica pra prestar esse tipo de serviço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. E por que isso? O senhor não tinha qualificação técnica, por que o Germano procurou o senhor? Eu não estou entendendo isso aí.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Porque eu trabalho com *trading*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas o Germano já tinha a Brazilian Trading.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não, o Germano não tinha a Brazilian Trading.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Brazilian, o Rodovalho?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Quem tinha a Brazilian Trading...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Rodovalho, o Rodovalho já tinha a Brazilian Trading, eles tinham empresas. Não estou entendendo por que que eles já tinham a Brazilian Trading, por que que eles estavam?...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Desculpa, Deputado, eu acho, acho que você está equivocado aí a sua questão que... é, quem apresentou a Brazilian Trading pro Germano e para o Samuel fui eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Quem fez o *link* entre a Brazilian Trading e o Germano e o Samuel fui eu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas eu entendo o seguinte...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Quando (*ininteligível*).

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu estou, eu estou tentando dizer o seguinte: Se o senhor tinha... o senhor tinha essa sua *trading*, por que o senhor indicou uma outra?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Porque a minha *trading* não faz... eu não trabalho com equipamentos hospitalares, o Rafael trabalha, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, entendi.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu nunca importei nada.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — A minha, a minha empresa não tem qualificação, não é a minha *expertise*. Eu tava... eu entrei nesse negócio, Deputado, porque tava um caos imperando no país e uma loucura tão grande, eu tava querendo ajudar de alguma forma o Brasil, Deputado.

E depois que eu fiquei sabendo que era no Estado de Santa Catarina, eu queria ajudar mais ainda, porque minha mãe é de Xanxerê, nascida no oeste catarinense, é, minha infância foi... amo muito esse Estado e queria mesmo ajudar de alguma forma.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Sim, entendi.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Deputado Ivan Naatz, se me permite só um apartezinho na sua pergunta, pode ser, Deputado?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro, claro, fica à vontade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Seu Cauê, muito bom-dia, eu sou o Deputado Milton Hobus.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Seu Cauê, o senhor disse que... eu entendi bem o que o senhor falou, o senhor trabalha na área agrícola...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...*(ininteligível)* equipamentos hospitalares e o senhor indicou uma *trading* que o senhor sabe que teria condições de trazer equipamentos hospitalares, o senhor Samuel e o senhor Rodovalho. E o senhor diz que o senhor saiu fora e também a Brazilian Trading quando o senhor Samuel pediu uma comissão para um terceiro.

O senhor sabe quem era esse terceiro, se era alguém do governo? É, o senhor comentou alguma coisa sobre isso? Isso é muito importante, seu Cauê.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não. Eu sei o tanto que é importante essa pergunta, Deputado, eu realmente não sei pra quem que era porque eu não tinha conhecimento. O meu, o meu contato era com o Germano. O Samuel entrou, é, no grupo passando a *expertises* como representante da empresa CIMA. Então eu não tinha como saber com quem que ele tava tratando. Queria poder ajudar nessa questão e elucidar os senhores aí da melhor forma possível, mas realmente, é, se eu falar qualquer coisa aqui eu taria mentindo porque não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Muito obrigado, seu Cauê.

Era só isso, senhor Relator, complementar a sua pergunta porque ficou essa resposta no ar, só para que ela fosse esclarecida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado, Deputado. Depois que o senhor saiu do grupo ali, voltou a conversar com alguém? A partir da hora que surgiu?...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Só com o Germano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá, daí...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Falei com o seu Germano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...que deu errado o negócio?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Fui buscar explicações, fui buscar explicações, é, sobre do que que se tratava, por que que é... teria que pagar comissão de alguém de fora. Ele disse que não sabia também e, aí, eu me abdiquei desse negócio, não quis mais contato com eles.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mesmo dep?...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Depois fiz cont... depois fui ter contato novamente só quando saiu a reportagem do Antagonista que eu enviei pra ele à reportagem.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E ele, conseguiu falar com ele?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Consegui, falei, falei que merda é essa? O que que está acontecendo? É... muito indignado, Deputado, e ele também não me explicou, não consegui me elucidar de ver o que tava acontecendo, diz que não sabia, que era outras coisas.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor tem algum fato que gostaria de falar com os Deputados a respeito dessa tratativa, dessa comunicação interna? Algo que o senhor... é da *expertise* do senhor as importações como, por exemplo, é... vocês chegaram a questionar sobre o prazo de entrega? Porque parecia um prazo muito próximo, né, de compromisso de entrega dos equipamentos.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Pela urgência, pela urgência, Deputado, que se demonstrava a situação naquele momento, início de pandemia, é... eu imaginei que os prazos poderiam ser cumpridos porque um equipamento pra sair hoje da China e vim para o Brasil bastava um avião, né?

Então, não sei, eu, eu, eu realmente não tenho como... não tenho a *expertise* pra essa área de equipamentos. Por isso que contratei o Rafael.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor chegou a conversar sobre uma comissão para a sua empresa, o valor que o senhor receberia pelo negócio? [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Conversei. Claro, a minha, a minha empresa, a gente ia receber 1,5%, sendo dividido entre eu e o Rafael. E esses 0,75% eu queria que os senhores tomassem nota, porque pra mim é muito importante pro... eu ia doar prum hospital da minha cidade natal lá de Iraí, que tá muito sofrida a situação lá também.

Então desde o começo foi pra tentar ajudar, entrei nessa situação e eu acho que hoje a gente tá conseguindo ajudar elucidando isso. Porque se não tivesse acontecido, Deputado, se eles não tivessem pego a... a... proposta do Rafael e copiado, como copiaram, talvez essa CPI não tivesse acontecendo, hoje eu não estaria aqui, e os cofres públicos estavam lesados aí sem ninguém ter... nenhuma ciência disso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – É triste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Bom dia, Cauê.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Bom dia, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Bom dia a todos.

Eu vou retirar a minha máscara agora para poder ficar mais claro, para que o senhor possa me ouvir melhor.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – (Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Como o senhor conheceu o Samuel?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Nesse grupo de WhatsApp.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor entrou que dia e saiu que dia?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Dia 25 e até o dia 26 durou esse grupo, depois não teve mais contato.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Dois dias?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Como?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Dois...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Dois dias, como eu enviei todas as conversas do grupo pro Gaeco e pra Polícia Civil e... todas as conversas que eu tinha, fui o primeiro, muito antes de existir a operação, muito antes de existir CPI. Foi dali, eu acho, acredito que teve a base pra começar toda essa operação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O.k.



Dentro dessa proposta que o senhor e o Samuel fizeram, qual era o... vocês chegaram a esse custo dos 33?...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Não. Eu não fiz...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor participou? Não?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Eu não participei disso, foi o Samuel e o Rafael que fizeram os custos. Como eu volto a... a dizer, eu não tenho conhecimento nenhum nessa área hospitalar, eu tenho... meu negócio é vender soja, e milho, e açúcar, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor apenas mediou...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Tava tentando fazer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Mediou...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Tava tentando fazer uma ponte ali pra ajudar... de um... da melhor forma nosso Estado aí que... sofre tanto hoje em dia, né, Deputado. A gente vê esse povo aí mais de 7 milhões de pessoas, tá um medo inteirando essa doença, matando mais de 60 mil pessoas no Brasil é... é triste...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Além do...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – ...e as pessoas tentando levar vantagem num negócio desse, chega a dar...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – É lamentável isso.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – É lamentável, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – O senhor teve contato com o César Augustus?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Fábio Guasti?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – A partir da saída do Rafael, em função daquele pedido da comissão dos 3 milhões...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – ...que o Rafael afirmou aqui que não sabe, não teve a curiosidade de saber pra quem seria. Mas quem contactou o Samuel, quem contactou com o Rafael, o Samuel disse que se tratava dela, ela, o senhor teve alguma conversa com o Samuel, com Rafael em relação a isso? O Samuel não...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Não tive, não. Não tive, não, Deputado. Nunca mais conversei com Samuel, a não ser naquele grupo e... pretendo não conversar nunca mais também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Acho que o senhor não perde nada.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Também acho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Senhor Presidente, eu teria outros questionamentos, mas parece que a coisa não avança.

Talvez nós tivéssemos outra expectativa sua na participação, nesta CPI, eu tinha, tanto do senhor quanto do Germano. O Germano não foi ouvido pela CPI e talvez o papel dele tenha sido mais relevante.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Lamento que a gente não consegue... e claro, que não lhe atribuo nenhuma culpa em relação a isso.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Pois não tenho, né, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI – Também não quero fazer juízo da sua participação, mas, Presidente, eu não vou avançar com os



questionamentos, porque a gente não está... pelo menos em relação ao Cauê, prefiro acreditar que a participação dele tenha sido...

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Pontual.")

Pontual, como o senhor tem mencionado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado.

Consulto o Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom dia, Cauê.

Eu sou o Deputado Kennedy.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Deputado Kennedy, bom dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Bom dia.

Eu sou jornalista, sou de profissão jornalista e a gente observa muito a expressão corporal e a linguagem não-verbal. Eu estou vendo que o senhor está querendo mostrar bastante a palavra gratidão, tem alguma coisa aí nessa sua mensagem, nessa sua camisa ou não?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Tem. Sou grato, Deputado, a Deus, sou grato à vida, sou grato a minha família, sou grato a tudo que eu tenho na minha vida hoje que eu levei anos pra construir, a reputação que eu tenho hoje e... eu sei que o senhor é um homem cristão também e... se o senhor me permite, pedir um pouquinho da sua ajuda, porque eu acabei sofrendo uma injustiça nesses dias, Deputado. Eu fui tratado como foragido e eu nunca fui foragido de nada, nunca vou ser foragido de nada e saiu em alguns jornais aí também a, a palavra do Deputado Ivan Naatz foi bem precisa no momento que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas deixa eu só lhe falar uma coisa aqui, Cauê. Todos nós na semana passada, quando a gente falou isso, nós fomos surpresos porque o pessoal da assessoria da CPI, o próprio delegado que está nos ajudando, eles vieram com uma informação que o senhor estava até um certo ponto cooperando, colocando-se à disposição e de repente houve um silêncio da sua parte. Por isso que a gente pensou que o senhor tinha, inclusive, desistido de falar aqui e por isso que nós todos ficamos tão assustados. Talvez por conta, aí eu não sei, mas houve, eles mostraram pra nós que houve várias mensagens e o senhor sequer não respondeu.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – É, houve tentativas no meu telefone, eu tô em viagem. Como eu informei no dia 18 pro Deputado Felipe Estevão, é... fui contatado pelo senhor Paulo, da assessoria, e o senhor Paulo pediu pra que eu enviasse um... *e-mail* com meus dados e... com o meu endereço. Eu enviei dizendo assim: boa tarde, solicito, é, como solicitado via contato telefônico pelo senhor Paulo, segue meus dados, endereço tal, tal, tal, CPF tal, tal, tal, como falei ao senhor Paulo, estou fora de São Paulo devido a quarentena, mas à disposição para ajudar no que for preciso.

Então eu tô em viagem, Deputado, eu tô no meio do mato...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Não, pois é. Essa daí a gente...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – É o melhor lugar que pega internet, meu telefone...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Esse *e-mail* a gente viu...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – É, Deputado, assim o meu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A gente ficou preocupado...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Eu tô num... *(falha na transmissão)*.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A gente só ficou preocupado, Cauê...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Eu tô num local...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...exatamente por que nós estamos tendo esse problema de comunicação como agora aqui. Acho que você está numa situação, numa localidade com dificuldade de internet e daí nós ficamos preocupados porque...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Tô no interior da Bahia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ... esse *e-mail* a gente viu que era... realmente você estava se colocando à disposição, mas depois por WhatsApp não houve mais o atendimento. Eu só estou aqui querendo mostrar para você o porquê nós...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...chegamos a pensar assim que você estava fugindo ou não querendo colaborar. Então só para esclarecer isso daí, que hoje, pelo menos eu vejo...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...hoje eu vejo que é muito mais um problema disso que nós estamos enfrentando aqui de conexão de internet do que realmente nós chegamos a imaginar.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só para você entender, Cauê, você está na Bahia, e a gente não sabe onde você está. É só por isso, para justificar o que aconteceu, falta de comunicação e resultado dessa coisa, da movimentação que você fez pra lá e pra cá. Mas está tudo esclarecido, para nós está tudo certo. Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Cauê...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Maravilha, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...já que na verdade não houve a condição, pelo menos a gente esperava que você pudesse nos trazer a informação de quem teria pedido aquela comissão... até porque veja bem, Cauê, vocês são homens de negócio, você disse que trabalha com importação...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Agronegócio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, agronegócio. Então como é a vida de vocês, a vida de negócios de vocês é normal no relacionamento, numa transação comercial a comissão, isso é normal, né? É exatamente... até aí não existe anormalidade nenhuma.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Na minha empresa a gente chama remunera. Remunera pessoas que foram é... que colaboraram de alguma forma pra execução de um negócio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Perfeito, na transação comercial isso é normal.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O que nós estamos querendo aqui é porque além disso não ser uma transação comercial, o que nós estamos investigando, o próprio Gaeco diz que é um conluio de agentes públicos e privados que cometeram o crime, mas se o Deputado João Amin estiver aí me ajudando...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – “Odiondo”, hedi, hediando.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, eu... tem uma frase que está lá, eu sempre decorro ao João Amin.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Acho que é isso.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Me ajuda, João, por favor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Vamos lá, então. Com a permissão, bom dia, Cauê. É conluio criminoso entre agentes públicos e privados. E outra frase usada na investigação pelo Ministério Público: é a compra mais perversa da história de Santa Catarina.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – São essas duas, Kennedy.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado, Deputado João.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Estão inclusive nos momentos que o Ministério Público se comunicou pela imprensa nas coletivas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado, Deputado João. Eu sempre gosto de falar, até porque eu vejo que é exatamente isso, então por isso que eu falo que nesse contexto, Cauê, não é uma transação comercial normal.

E pior ainda, no momento em que... eu vejo assim, hoje tu colocando que quis ajudar o Estado, que tu querias fazer a doação do recurso, eu fico imaginando quem está acompanhando aqui e lá nós na CPI, começo a pensar que a gente está falando só com bom samaritano, só com gente que está querendo ajudar. Nós falamos com outro empresário também que disse: Olha, eu só queria ajudar, porque o Estado... mas a gente sabe que neste momento, e vocês que trabalham com negócios, não é só ajuda. Vocês queriam ter o lucro de vocês, o que é normal...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Não tente me colocar no meio de uma, de uma, de uma... eu não admito, Deputado, ser colocado, é... no meio, em conluio junto com pessoas que cometeram esse tipo de, esse tipo de crime. É... eu não sei se as outras pessoas tentaram ajudar ou não, mas eu tentei e vou tentar e vou continuar tentando. Acho que esse depoimento que eu tô dando a... aqui hoje é uma tentativa de ajuda e é uma, é ajuda que talvez eu não consegui dar pras pessoas. Porque se a gente tivesse importado esses, esses equipamentos, a gente teria salvado no mínimo duzentas vidas.

Então eu não admito de forma nenhuma ter meu nome lincado com pessoas que surrupiam e... é um... esse crime é quase como um genocídio, Deputado, é... isso é duzentas vidas. Eu não, eu não consigo admitir, meu, meu, meu, meu coração de cristão, de pessoa, eu sou um cidadão de bem, sou um cidadão, tenho minhas empresas, dou meus empregos, pago meus impostos. Desculpa, Deputado, mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Cauê, deixa eu...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – ...não tenho, não tenho...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu sei, deixa só eu colocar uma coisa aqui, Cauê...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – ...eu nunca vou fazer um negócio desses...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhor Cauê, a gente tem que começar a se ater ali ao fato. Quando o Deputado faz uma pergunta, aí o senhor responde diretamente...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Mas é porque pega a minha moral, Deputado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É só responder que não.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – (*ininteligível*) foi tantos anos pra construir...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É só dizer não.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – ...foi tantos anos pra construir. Mas talvez eu não, não consigo passar a verdade que eu tenho, entendeu? É a minha verdade, Deputado.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deixa eu dizer o seguinte, Cauê, nós não estamos te colocando no conluio, nós não estamos te colocando. Você está aqui porque você participou, independente se é de x ou y, mas você só... eu nunca te vi, eu nunca conheci, eu nunca imaginei que eu ia estar conversando com você, como todos os outros que passaram pela CPI a gente nunca teve.

Então assim...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...a gente não está aqui para fazer julgamento, mas você não caiu de paraquedas nesse processo, nós não estamos te colocando, você só apareceu porque tem falas suas... como essa tua explicação que você deu no início: tentei ajudar.

Mas só para esclarecer que a gente não está te colocando...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...é que você está nesse processo, só para esclarecer aqui, porque senão podem achar...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Como testemunha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Como todos os outros aqui como testemunha. Mas só para achar, porque daqui a pouco, a minha preocupação é a opinião pública pensar que nós, CPI, estamos querendo colocar alguém no processo. Não, nós não estamos querendo colocar ninguém no processo, você só está aqui porque você entrou no processo.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só para esclarecer isso daí. Presidente, por enquanto era isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Kennedy.

Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Cauê, bom dia.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Bom dia, Deputado Fabiano. Tudo bem com o senhor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Tudo bem. Bom dia a todos que nos acompanham também.

Você tem uma empresa que trabalha com exportação do agronegócio, certo?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – A sua empresa precisa ter certificação para poder exportar ou importar?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Depende o mercado. Pra exportação depende o mercado, é... digamos, se eu vou vender pra China a carne, por exemplo, tem que ter certificação chinesa do frigorífico que eu tô fazendo a venda. Então... mas aí seria do frigorífico, eu faço a parte comercial que é a venda.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Normalmente...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Mas o frigorífico tem que ter.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Normalmente nessas negociações são exigidas histórico de compra ou venda de importação e exportação? É exigida uma qualificação no setor em que você está atuando?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Vai depender... pro, pro meu negócio, com certeza. O meu negócio, é, é... ninguém hoje faz uma compra sem saber que aquela empresa tem qualificação e tem... é, respaldo pra poder efetuar aquela venda. Então... no meu negócio, ã... imprescindível.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – No caso então, se o senhor...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Tem empresas hoje, Deputado, só pro senhor ter uma noção como... tem empresas hoje que certificam os produtos. Por exemplo, eu vou fazer uma venda de um *container* de carne bovina pra China, tá? A empresa chinesa minha que tá comprando a carne lá, ela contrata uma empresa chamada SGS, a SGS vai até o frigorífico, fiscaliza, vê: ó, a carne tá boa, tá tudo nos parâmetros, a temperatura é essa. Dão o o.k. e aí, sim, é entregue essa carne.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Então o senhor pode avaliar melhor do que nós e julgar que a contratação da Veigamed foi uma grande furada?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – A maior furada que poderia ter existido eu acho, na minha visão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – No seu negócio, é comum o pagamento antecipado?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – No meu negócio é, tem... geralmente é 30% antecipado, 70% contra documentos de embarque, mas é lógico que só vai pagar depois que tiver o crivo de todas, todas essas coisas que eu lhe falei. Ninguém vai depositar um dinheiro na conta da minha empresa sem saber que a minha empresa tem condições de entregar o produto, né, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Bom. E quando... você foi arrolado nesse, no processo, não, mas digamos lá no início, na tentativa de compra, na busca por compra de equipamentos. Quando você caiu fora?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Depois daquele... daquela mensagem do Samuel.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Foi aí que você percebeu que não era caminho pra ti?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – É (*ininteligível*) a gente... não, jamais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Tu sabes de onde é o Germano? Quem é o Germano? Qual a função, atuação dele? Você é amigo dele?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – O Germano é o indicador de negócio pela minha empresa justamente nessa área de *commodities* agrícolas de indicações de negócios pra gente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Então a relação de vocês já é mais de negócio do que amizade?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Profissional.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – É daí que vocês se conhecem?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Foi... profissionalmente foi indicando negócios que eu comecei meu relacionamento com o Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – E foi através deles que vocês chegaram a essa possibilidade de negociar os respiradores?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Foi, porque ele sabia que eu trabalhava com *trading* e ele tava precisando, né, como eu já repeti anteriormente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Mas ele sabia que você não atuava com esse tipo de equipamento? [*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: Bruna Maria Scalco*]

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS – Ele sabia que... ele... na verdade ele não sabia se a minha empresa tinha qualificação técnica ou não, né? Sabia que eu trabalhava com *trading*.



Só pro senhor ter uma noção, a *trading* do Rafael, por exemplo, ela pode atuar em diversos setores, desde a importação de máquinas agrícolas, a importação de insumos agrícolas, como ureia, e esses fertilizantes, até equipamentos têxtil e médicos. Então, a minha, não, eu trabalho exclusivamente com agronegócios.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Mas não teria sido mais negócio para você então ter logo dito que não trabalhava com isso e que não era a sua área?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Deputado, como eu voltei, eu... eu... falei anteriormente, naquele momento de pandemia, em que o medo estava imperando, assim, no coração e na mente das pessoas, eu queria ajudar de alguma forma e me senti obrigado, assim, como cidadão brasileiro a tentar fazer um *link* e trazer. Era uma situação de urgência, ele trouxe isso como uma situação de extrema urgência pra gente, dizendo que vidas estavam é... dependendo da importação desses equipamentos. Era o meu dever cívico ajudar de alguma forma. Aí, eu fui e ajudei mesmo, tentei, trouxe o Rafael, que é outra pessoa idônea também, e a gente tentou fazer o negócio, que, felizmente ou infelizmente - eu não sei mais dizer se ele é feliz ou infeliz - não deu certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Conhecendo muito bem o negócio da importação e com tudo o que você percebeu do que foi essa compra da Veigamed, onde está a grande falha, na sua opinião?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É inadmissível um governo e no... no... no... na altura do campeonato que a gente tá hoje, nós estamos no século 21, com todas as tecnologias disponíveis possíveis, é... não fazer o... uma mínima... vasculhar a empresa e tentar pegar a qualificação técnica dessa empresa e ver se ela tem qualificação técnica pra fazer a importação, ver se ela tem é... capital pra poder garantir a operação, isso é imprescindível. E tem que ter um pré-cadastro. Não é possível que é... num momento desse de pandemia é... mais... teria que ser mais ainda, mais rigoroso ainda do que já no normal.

Então, os senhores são Deputados, fazem as leis aí... e... peço que olhem pra esse lado de ter mais qualificação na hora de fazer as compras, porque é inadmissível um negócio desse, Deputado, inadmissível.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Valeu, obrigado. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Valdir Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Cauê, nesses dois dias que o senhor participou das tratativas, o senhor conversou com alguém na Secretaria da Saúde?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Nunca, Deputado, nunca conversei com ninguém da Secretaria, não conheço ninguém. O meu contato era só com o Germano.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor veio a estar aqui em função de o Rafael ter mencionado o seu nome e o do Germano. E no dia 25/3, segundo o Rafael, o senhor pediu essa proposta para o Rafael e falou que no dia 26 já iriam receber do Estado. Isso o Rafael nos falou.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Deputado, é... eu repassei a mensagem que eu recebi no grupo, isso os senhores devem ter aí no processo, deve ter o grupo que, inclusive, foi eu que encaminhei toda a conversa do grupo pro pessoal, pros promotores do Gaeco. Os senhores devem ver aí que eu repliquei as mensagens e passei pro Rafael. E essa foi a informação que a gente tinha recebido. E a urgência era tanta que é... nós iríamos, iríamos receber o dinheiro no outro dia.

Eu não tenho conhecimento, eu volto a dizer, não tenho conhecimento nessa área de medi, Medicina, eu não sei como é feito os pagamentos, nem de governo, nunca tive contato nenhum com o governo.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas até esse momento, o senhor era uma figura central, até porque a compra se daria através da *trading*, da Brazilian Trading. Então, até esse momento, estava o senhor, estava o Samuel, estava o Rafael, depois é que entraram outros personagens. Mas de quem teria partido essa informação de que o pagamento já sairia no dia 26?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Volto a repetir, tá aí no grupo, tá aí no processo. Veio do Samuel, ele mandou as mensagens, tá aí, é... têm todas as conversas. Eu encaminhei todas as conversas pro Gaeco, tá no processo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Samuel.

Tá o.k., é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado João Amin e Deputado Sopelsa?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Presidente, por mim estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Sargento, bom dia; bom dia, Deputados; bom dia, Cauê.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Bom dia, Deputado, bom dia, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Olha, eu vou usar um termo bem chulo, e quero que todos me desculpem.

Cauê, você diz que é de Xanxerê, eu sou de Concórdia, tá, também sou uma pessoa...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Minha mãe é de Xanxerê, e meu avô, o senhor Luiz Rebeschini, foi um dos pioneiros aí na região, tinha madeireira, ajudou a desenvolver bastante o oeste catarinense, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Muito bem.

Aqui se costuma dizer e, por isso que eu disse que iria pedir desculpa, eu também tenho a minha religião e sou uma pessoa que tem muita fé em Deus. Dizem que o inferno está cheio de boas intenções. Eu estou acreditando que a tua empresa, como você está colocando aqui, é uma empresa idônea, você é uma pessoa que trabalhou, que sofreu para chegar onde você chegou.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Doze anos, ralando, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Infelizmente ou felizmente, você está envolvido em um negócio que para nós, para todos, é muito triste.

Eu quero te perguntar o seguinte: quando veio essa mensagem para você: já estão providenciando o pagamento, era para qual empresa? A providência de pagamento para quem? Para essa compra que está sendo, que foi fraudulenta ou sei lá o que foi, ou malfadada?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Com certeza, Deputado, porque no momento em se fala, foi encaminhado uma proposta, o pagamento seria pra essa proposta que teria sido enviada, né? Então, é... o pagamento se refere aos R\$ 33 milhões, com certeza.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Desse negócio que aconteceu aqui?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Desse negócio que aconteceu com... com a Veigamed.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Mas vocês tinham conhecimento também que estava sendo negociado com a Veigamed?



O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Como, Deputado? Como que eu saberia, sendo que a gente estava fazendo uma proposta nossa. A Veigamed seria uma concorrente, né? (*Ininteligível*), copiou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Outra coisa, Cauê: você tem negócios no agronegócio, fertilizantes, cereais...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Você atende alguma empresa, carnes... você atende alguma empresa de Santa Catarina, teve negócios com alguma empresa da Santa Catarina?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Hoje... não. A empresa é do Rafael, a gente faz distribuição das importações do Rafa..., da empresa do Rafael, hoje.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Na questão de fertilizantes, o Rafael tem negócios, você sabe dizer o nome de alguma empresa que ele atende aqui em Santa Catarina?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não me recordo agora, Deputado, não sei mesmo, qual a empresa que ele atende aí em Santa Catarina, mas deve ter várias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Está bem.

Deputado Sargento Lima, eu agradeço. Bom dia e obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Sopesa.

O Deputado João Amin expressou que não tem perguntas a fazer, confere, Deputado João Amin?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Sim, Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Cauê, só para conhecimento daqueles que estão nos assistindo e para que se conste em ata. O primeiro contato com o senhor foi dia 18/6, três tentativas de uma linha, o senhor informou no dia 18/6 que estava em São Paulo. Dali para frente, dia 25, 29, dia 1º, foram dezesseis ligações.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não informe... Não, Deputado, desculpa. Desculpa, tá errado, eu não informei que estava em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Desculpa, eu não entendi o que senhor falou primeiro ali. O senhor falou assim, que (*ininteligível*). Estão aqui as ligações e os registros das ligações.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor ficou dezoito dias incomunicável, dezoito dias incomunicável.

Todas as nossas ligações têm registro para o senhor, dezesseis ligações, obtendo a resposta...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS —

Dá pra ver aqui a mensagem e o *e-mail* no dia 18?

(*Depoente mostra a tela do celular com as mensagens.*)

No dia 18/6, eu enviei pro Deputado Felipe Estevão, um *e-mail*: Boa tarde, como solicitado por contato telefônico (*ininteligível*)...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, o que consta dá secretaria são essas ligações para o senhor.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu digo que está errado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O que consta dessas ligações da secretaria: dezoito dias, incomunicável. O senhor sabe muito bem que através da tecnologia... O senhor está dizendo para a gente que está na Bahia, a gente é



obrigado aqui a concordar com o senhor, mas sem ter essa certeza de onde o senhor está neste exato momento, tá? De forma,...

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Tem relevância pra CPI, tem relevância isso, Deputado? Vai fazer diferença, no, no...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tem.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS —...na elucidação do caso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tem.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Onde eu estou ou onde eu deixo de estar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tem, porque o senhor fez acusações aqui.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Não, não fiz acusação nenhuma, não fiz acusação nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então, eu não entendi.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu falei... eu falei que a... que têm reportagens, que teve reportagens, como o próprio Deputado Ivan Naatz disse que foi... teve algumas más interpretações, teve reportagens que, ao meu ver, foram mal interpretadas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — E que eu, no meu direito...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Sargento Lima, posso contribuir?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Se ele está dizendo que está na Bahia e por acaso não está, como é que nós vamos acreditar naquilo que ele está dizendo para nós? Não é verdade?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — O senhor quer que eu envie a minha localização? Se o senhor quiser eu envio a minha localização...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seria útil.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Encaminho, posso encaminhar agora, *online*, pro senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A nossa assessoria vai mandar um contato para o senhor enviar e o senhor a envia.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Pois, me envia e eu encaminho a minha localização. Eu não tenho que me esconder de nada, Deputado, e nem vou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E a resposta do senhor foi no dia 7/7.

O senhor disse que foi procurado para criar uma ponte, um *link*, é isso?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Fui procurado pra fazer a importação, fui procurado pra fazer a importação de equipamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor utilizou o termo: Eu fui procurado para criar uma ponte e um *link*..

E que o resultado desse *link* seria uma doação para o hospital. O senhor confirma isso?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu confirmo que eu fui procurado pra fazer importação de equipamentos e que a minha empresa não estava apta a fazer essa importação de equipamentos. Eu contatei o senhor Rafael e fiz o *link* entre a empresa do senhor Rafael e o senhor Germano.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E o resultado dessa... o resultado dessa ponte criada, desse *link* ou pode-se dar o nome que quiser, dessa



negociação, aquilo que o senhor lucraria, seria doado para um hospital. O senhor disse isso aqui agora.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Eu confirmo e reconfirmo e vou reconfirmar o resto da minha vida, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá bom.

Mas era aquilo que ele gostaria de dar, uma quantia que ele gostaria de dar ou já tinha estipulado uma porcentagem disso aí? Qual seria o percentual, o lucro disso que seria doado para o hospital?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Volto, volto a repetir, é... 1,5% pra mim e pra empresa do Rafael que seria dividida em duas partes: 0.75 para cada um. Essa seria a margem que eu receberia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só um pouquinho, fala um pouco mais lento, porque o senhor está transmitindo por 4G. Só para confirmar, seria 1,5%?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Dividido por dois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Dividido por dois. Isso daria o total de quanto?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — 0.75%.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Hum, hum. Por parcela, ali dentro. Isso do valor total da compra dos 33?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Do valor que fosse é... recebido pela Brazilian Trading.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E qual que era o valor que seria recebido pela Brazilian Trading?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Seriam vários valores, porque não era só uma venda só, seriam várias vendas. Então, não tenho como dizer qual o valor exato. Seriam várias e várias vendas, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não, a gente está tratando aqui, quando iniciou, quando o senhor foi qualificado, que a gente estava falando de forma exclusiva do contrato celebrado da compra dos respiradores, e não dos demais.

Então, seria 0,75% de qualquer coisa que fosse negociado? Ou..

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De qualquer compra que eventualmente fosse negociada?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Qualquer importação que passasse pela Brazilian Trading para é... a empresa CIMA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tendo em vista, a Brazilian Trading, ela reúne as características e as qualificações para fazer a importação de material médico-hospitalar?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Como eu imagino que os senhores já devem ter investigado, o Gaeco, já investigou (*falha na transmissão da videoconferência*).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu acho que o senhor está transmitindo de 4G e está com muita dificuldade nessa última parte áudio.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Tá me escutando? Eu falei que, como é... os senhores já devem ter feito a investigação dos senhores aí dentro, o Gaeco já fez, com certeza, a empresa a Brazilian Trading tem qualificação, tem *know-how*, tem garantia, que esse pra mim, ao meu ver, é o mais importante, foi o que faltou nesse processo que teve aí do governo, garantias de que esses equipamentos seriam entregues ou que o dinheiro seria retornado, caso não tivesse os equipamentos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Tá, 0,75% somados em duas parcelas que dão 1,5% que o senhor receberia, seriam somente por ter indicado um nome?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Como? Eu receberia 0,75% por todas as importações. Não é somente, não, Deputado. Tem todo o risco logístico, tem todo o risco de entrega, tem todo o risco financeiro que teria, que estaria em jogo. Então, não é só isso não, não é só por uma indicação que a gente receberia 0,75...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas o risco de não receber era da parte do Estado, e não de quem estava ganhando com ele ali.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É, que cometeu o maior erro que poderia ter cometido. É inadmissível um erro desse, o Estado não... não... não requerer garantias no momento de fazer uma compra, Deputado. Desculpa, mas o erro não foi nosso, foi do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O grande erro do Estado foi se envolver com essa compra, né?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — *(Ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com um grande número de empresários, que segundo o que consta nos nossos autos, segundo o que consta em todos os depoimentos ali, trata-se de uma organização criminosa espalhada pelo Brasil para vender medicamentos, utilizando vários CNPJs em todo o Brasil, medicamentos, insumos e equipamentos. Esse foi o grande erro do Estado de Santa Catarina.

Ontem, ainda, o Secretário Tasca, sentado nessa cadeira disse: que o Governador do Estado e todos os órgãos do Estado reconhecem que houve o envolvimento de uma quadrilha nesse esquema de compra.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — *(Ininteligível)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu vou deliberar para o senhor agora, mais três minutos, para as explicações finais do senhor.

O senhor tem mais algo a dizer para a gente que possa colaborar com a nossa Comissão Parlamentar de Inquérito? O senhor tem o tempo livre para poder utilizar isso agora. Algo que possa colaborar para a nossa Comissão Parlamentar.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Ó, Deputado, eu tenho o... o... não sei se eu vou conseguir colaborar, mas o povo brasileiro não aguenta mais, Deputado, a gente não aguenta mais esse tipo de, esse tipo de negociata, esse tipo de negociação, esses negócios. Não tem mais como, não... não... não dá, não se sustenta mais. É... precisamos de mudanças, queremos mudanças, mudanças nas leis, mudanças nas formas de comprar, critério na hora de comprar qualquer coisa e cuidado com as pessoas, que é isso que a gente está precisando hoje, um pouco de cuidado com os outros. Só isso, Deputado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Reitero minha indignação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Cauê, antes de você desligar, eu só queria dizer que você tem que ter cuidado também com quem você anda, né?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Com certeza, Deputado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Com as pessoas com quem você comercializa, tá bom?

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Todos nós, todos nós.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não é só o Estado que está decepcionado não. As pessoas têm que ter cuidado com quem elas se comunicam, com quem elas conversam, com quem elas fazem negócios, com quem elas criam grupo de WhatsApp, com quem elas tentam vender as coisas, né?



O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — É uma lição de vida, Deputado, uma lição de vida que está sendo seguida aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Obrigado. Um abraço.

O SR. CAUÊ LOPES MARTINS — Obrigado, um bom-dia pra vocês. Tchau, tchau.

(O senhor Cauê Lopes Martins desconecta-se da videoconferência.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhores Deputados, eu vou suspender por cinco minutos a sessão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só antes de suspender.

É impressionante como a gente tem pessoas que querem ajudar, né? O Rodovalho iria fazer de graça; o advogado lá, o Leandro Barros, iria fazer de graça; esse aí iria fazer de graça... os que eu me lembro. Todo mundo iria doar o dinheiro para o hospital! Tem que ser forte. E alguns da imprensa acham que a gente é grosso com alguns ainda, né? Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Parece que é sobrenatural esse negócio.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É que nós somos os ruins, o depoente é o bonzinho, né, no processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tinha que montar um convento *(risos)*.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Suspendemos por cinco minutos a reunião. *[Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]*

(Estão suspensos os trabalhos. Pausa.)

Após o intervalo, reabrimos os trabalhos da 15ª Reunião.

Informo aos que estão nos acompanhando pela Internet, pela Rádio Digital Alesc e também pelo canal do YouTube da Assembleia Legislativa que vamos suspender a transmissão ao vivo neste exato momento, tendo em vista que nós recebemos o Habeas Corpus Criminal nº 5019279-43.2020.8.24.000/SC, que teve como impetrante o senhor Clóvis Renato Squio.

A Comissão deverá proceder esta oitiva de maneira reservada, motivo pelo qual estamos encerrando a nossa transmissão ao vivo.

Portanto, solicito a todos que estão nesta sala que façam o favor de se retirar, permanecendo neste local apenas a taquígrafia e os Deputados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, se me permite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só para explicar para as pessoas que estão acompanhando – tem algumas pessoas aqui que já estão falando comigo perguntando por que nós vamos encerrar. Então, é só porque nós vamos falar com a pessoa que fez a sindicância, ela não conseguiu o *habeas corpus* pra falar e por conta disso nós, membros da CPI, teremos essa conversa, mas por conta dessa decisão da Justiça.

Só para esclarecer, né, senhor Presidente.

(Os assessores e os técnicos da TVAL, da Rádio Digital Alesc e das mídias sociais da Alesc deixam o recinto.)

**DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI**



FOLHA DE VOTAÇÃO

A COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, nos termos dos artigos 41, §5, e 163 do Regimento Interno:

aprovou () rejeitou por: unanimidade () maioria

o Relatório do Senhor Deputado IVAN NAATZ.

ABSTENÇÃO	VOTO FAVORÁVEL	VOTO CONTRÁRIO
Dep. Ivan Naatz	Dep. Ivan Naatz	Dep. Ivan Naatz
Dep. Fabiano da Luz	Dep. Fabiano da Luz	Dep. Fabiano da Luz
Dep. Felipe Estevão	Dep. Felipe Estevão	Dep. Felipe Estevão
Dep. João Amin	Dep. João Amin	Dep. João Amin
Dep. Kennedy Nunes	Dep. Kennedy Nunes	Dep. Kennedy Nunes
Dep. Milton Hobus	Dep. Milton Hobus	Dep. Milton Hobus
Dep. Moacir Sopelsa	Dep. Moacir Sopelsa	Dep. Moacir Sopelsa
Dep. Sargento Liima	Dep. Sargento Liima	Dep. Sargento Liima
Dep. Valdir Cobalchi	Dep. Valdir Cobalchi	Dep. Valdir Cobalchi

Despacho: dê-se o prosseguimento regimental.

Plenário Osni Régis, em 18 de agosto de 2020.


Deputado Sargento Lima
Presidente